

**Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e
Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região
Centro Oeste
Relatório Final**

Agosto de 2002

Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro Oeste

Promoção



Realização



Apoio

Trabalhando em todo o Brasil!



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	PAG
1	Relatório Final	
1.1	Pestraf Centro-Oeste uma Demanda da Sociedade	01
1.2	Equipe Técnica e Apoio Logístico	05
1.3	Trabalho de Campo Desenvolvido pelas Equipes Estaduais Referentes a Entrevistas e Levantamentos Realizados na Rede Governamental, Não Governamental e Sujeitos com Informações Privilegiadas	11
1.4	Processo Metodológico – A Construção Coletiva dos Caminhos Necessários À Pesquisa	18
1.5	Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual – Visibilidade Possível e Necessária.	35
1.6	Prostituição, Marginalidade e Histórias de Vida	68
1.7	Tráfico de Seres Humanos Para Fins de Exploração Sexual Na Região Centro-Oeste: O Olhar da (e sobre a) Mídia Impressa	83
1.8	Rotas do Tráfico Detectadas na Pestraf Centro Oeste	105
2	Relatórios Estaduais	113
2.1	Distrito Federal	114
2.2	Goiás	139
2.3	Mato Grosso	169
2.4	Mato Grosso do Sul	188
	Documentos Anexados	
	Termo de Acordo entre IBISS / CECRIA	

PESTRAF CENTRO-OESTE
UMA DEMANDA DA SOCIEDADE

A região centro-oeste, desde 1999, por ocasião do II Encontro da Região Centro-Oeste de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, em Cuiabá-MT, verificou a necessidade de realizar uma pesquisa sobre a realidade do tráfico, posto que eram crescentes os números de relatos sobre crianças e adolescentes que eram encontrados em municípios advindos de outros tantos lugares da região, bem como do Paraguai, Bolívia e Região Norte, em situação de exploração sexual.

No entanto, a idéia de pesquisa tornou-se visível no III Encontro da Região Centro-Oeste de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, realizado em agosto de 2000, em Goiânia, como uma ação proposta pelo Comissão Interestadual de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Região Centro-Oeste - CIRCO.

Durante todo o restante do ano de 2000 e parte de 2001, ocorreram intensas negociações no sentido de conseguir o aporte financeiro necessário para investigar a problemática.

De outro lado, a OEA (Organização dos Estados Americanos), através da CIM (Comissão Interamericana da Mulher) e IIN (Instituto Interamericano Del Niño), com operacionalização do Instituto Internacional de Direitos Humanos (IIDH) da Faculdade de Direito da Universidade de DePaul de Chicago, buscou o CECRIA, no Brasil, propondo uma pesquisa com a mesma temática.

Desse modo, podemos afirmar que a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual tem a legitimidade da demanda de organizações locais e a articulação com demandas de âmbito nacional e internacional.

Do ponto de vista dos objetivos, eles são complementares. Enquanto a OEA, com a proposta da pesquisa abrangendo 8 (oito) países visa construir uma Convenção Interamericana para enfrentamento dessa questão, as organizações do Brasil, além de explicitarem a problemática, buscam transformar a realidade revelada pela pesquisa em um instrumento capaz de orientar a sociedade brasileira para o enfrentamento desse tipo de violência.

Dada a capacidade da sociedade civil brasileira em responder às demandas, sejam elas da própria sociedade ou de organizações internacionais, o levantamento proposto pelo IIDH foi transformado em um Projeto de Pesquisa Nacional, sob a Coordenação do CECRIA. No caso da Região Centro-Oeste, além do aporte do projeto nacional já elaborado, a realidade regional e mobilização dos atores sociais foram decisivos na consecução de uma proposta de trabalho que respondesse às várias dimensões das demandas que estavam colocadas, transformadas em Projeto de Pesquisa sobre “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro-Oeste” que recebeu apoio do Ministério da Justiça / Departamento da Criança e do Adolescente.

Conforme decisão da CIRCO, o contrato para operacionalização da proposta foi firmado com o IBISS-CO para, no prazo de 10 (dez) meses, a contar de 27/09/2001, apresentar um relatório sobre essa problemática na região. A coordenação da Pesquisa sobre “*Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes na Região Centro-Oeste*” significou o desempenho de vários papéis para a consecução dos objetivos mas, sobretudo, atividades de caráter: político e mobilizador; técnico e de organização, planejamento e assessoria; e, administrativo nas áreas de recursos humanos, orçamento e finanças.

O relacionamento com a Pesquisa Nacional coordenada pelo CECRIA, foi o assunto que mais envolveu a equipe regional durante o primeiro trimestre da PESTRAF Centro-Oeste, visto que duas ordens de questões estiveram em tela. De um lado havia assuntos de ordem política da pesquisa, especialmente sobre o relacionamento CECRIA – CIRCO/IBISS, e de outro, um volume de informações das articulações nacionais e internacionais que impuseram um ritmo intenso de repasse de informações para as equipes estaduais e vice-versa. Com a finalidade de estabelecer procedimentos formais sobre o relacionamento político-administrativo com a pesquisa nacional, foi elaborado um Termo de Acordo (anexo 1) entre o CECRIA e IBISS-CO, referendado pelos representantes da CIRCO.

Esperamos que esta documentação expressa em forma de capítulos possa registrar, de forma satisfatória o desenvolvimento do trabalho e impulse as discussões para o enfrentamento da problemática que avilta os direitos inerentes à pessoa humana.

***EQUIPE TÉCNICA E
APOIO LOGÍSTICO***

I - COORDENAÇÃO REGIONAL

EQUIPE:

Estela Márcia Scandola - Coordenadora

Assistente Social
Especialização em Psicologia Social
Mestre em Saúde Coletiva

Mariluce Bittar – Consultora em Metodologia

Graduação em Serviço Social
Especialização em Metodologia de Ação do Serviço Social.
Mestrado em Serviço Social
Doutorado em Educação

Angelita Pereira de Lima – Consultora para assuntos de Mídia

Jornalista
Mestre em Educação

Denise da Cunha Rodrigo Diniz - Auxiliar de Pesquisa – 1ª Fase

Pedagoga

Bahjat Salim Jebaili Júnior – Auxiliar de Pesquisa – 2ª Fase

Psicólogo

Mark Valentim Pereira – Apoio Administrativo

Educador Social

APOIO LOGÍSTICO

IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste

Rua: Nicolau Fragelli, 200 - Bairro Amambaí

CEP: 79.008-570 - Campo Grande – MS

Fone: (67) 325-6171

e-mail: ibiss.co@enersulnet.com.br

II - COORDENAÇÕES ESTADUAIS

DISTRITO FEDERAL:

Equipe

Aldayr Brasil Barthy – Coordenadora
Mestre em Sociologia do Desenvolvimento
Doutoranda em Antropologia Social

Perla Ribeiro – Pesquisadora / 1ª Fase
Assistente Social

Ludmila de Ávila Pacheco – Pesquisadora / 2ª Fase
Assistente Social

Ana Lúcia Rocha de Souza – Auxiliar de Pesquisa / 1ª Fase
Assistente Social

Marcelo Emanuel dos Santos – Auxiliar de Pesquisa/ 2ª Fase
Assistente Social

APOIO LOGÍSTICO:

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
Avenida W/3 norte, quadra 506, bloco c, mezzanino, lojas 21 e 25
CEP: 70740-530 - Brasília – DF
Fone: (61) 340-8780
Email: cecria@cecria.org.br

GOIÁS:

Equipe

Maria Aparecida Pereira Martins – Coordenadora Estadual
Psicóloga
Pós-graduada em Violência Doméstica na Área da Infância e Adolescência

Veralúcia Pinheiro – Pesquisadora
Assistente Social/Professora
Pós-graduada em Políticas Públicas
Mestre em Educação

Mirian Kuhn – Auxiliar de pesquisa
Educadora Social
Graduanda em Terapia Ocupacional

Anna Fátima Melo Chaves - Colaboradora
Assistente Social

Joseleno Vieira dos Santos - Colaborador
Psicólogo
Professor Universitário
Presidente da Sociedade Cidadão 2000 – Pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Coordenador do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil

Maria de Fátima Machado Luiz – Colaboradora
Psicóloga
Psicopedagoga
Jornalista

Railda Gonçalves Martins – Colaboradora
Psicóloga
Pós-graduada em Violência Doméstica na Área da Infância e Adolescência

Vera Lúcia de Almeida - Colaboradora
Psicóloga
Pós-graduada em Dependência Química e Adolescência

APOIO LOGÍSTICO:

CEDCA – Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente
Avenida Anhanguera, 3463, salas 2 a 4 - Setor Leste Universitário
CEP: 74.610.010 - Goiânia – Goiás
Fone: (62) 202-5694
E-mail: forumgoianovsexual@ig.com.br

MATO GROSSO:

João Carlos Donatti – Coordenador Estadual – 1ª Fase
Pedagogo
Pós-graduado em Inspeção Escolar

Pedro Benício Ferreira Lopes – Coordenador Estadual – 2ª Fase
Bacharel em Filosofia
Especialista em Bioética

Dulce Regina Amorim – Pesquisadora
Assistente Social
Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

Marilene Guimarães de Jesus – Auxiliar de pesquisa
Graduanda em Ciências Sociais

Terezina Fátima Paes de Arruda – Colaboradora
Assistente Social
Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

APOIO LOGÍSTICO:

IBISS-MT - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – Centro-Oeste
Rua Coronel Escolástico, 749
Bairro Bandeirantes - CEP: 78.010.200
Cuiabá – MT

CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso
R. Arnaldo de Matos, 26^A Centro
CEP 78020-620 Cuiabá-MT
Fone (65)324.0397

MATO GROSSO DO SUL:

Equipe:

Maria Roney de Queiroz Leandro – Coordenadora
Assistente Social
Especialista em Saúde Pública

Samuara Alves de Moraes – Pesquisadora
Assistente Social

Pedro Benício Ferreira Lopes – pesquisador – 1ª Fase
Bacharel em Filosofia
Especialista em Bioética

João Carlos Donatti – Pesquisador 2ª Fase
Pedagogo
Pós-graduado em Inspeção Escolar

APOIO LOGÍSTICO

IBISS-CO -Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste
Rua: Nicolau Fragelli, 200 - Bairro Amambaí
CEP: 79.008-570 - Campo Grande – MS
Fone: (67) 325-6171
Email: ibiss.co@enersulnet.com.br

***TRABALHO DE CAMPO DESENVOLVIDO PELAS EQUIPES
ESTADUAIS REFERENTES A ENTREVISTAS E
LEVANTAMENTOS REALIZADOS NA REDE
GOVERNAMENTAL, NÃO GOVERNAMENTAL E SUJEITOS
COM INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS***

LOCAIS/ ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF-CENTRO OESTE

ÂMBITO FEDERAL

Poder Executivo

Órgãos / Setores	Estados			
	GO	DF	MS	MT
Polícia Federal – Superintendência Regional	1 entrevista: Goiânia	-	-	-
Polícia Federal – Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social - DELOPS	-	-	1 entrevista: Campo Grande	2 entrevistas: Cuiabá
Polícia Federal – Delegacia Especial Fazendária - DEF	1 entrevista: Goiânia ¹	-	-	-
Delegacia da Polícia Federal	1 entrevista: Anápolis	-	2 entrevistas: Ponta Porã, Durados.	1 entrevista: Rondonópolis
Polícia Federal – Delegacia Aérea, Marítima e de Fronteira	1 entrevista: Goiânia	1 entrevista: Brasília	-	-
Polícia Rodoviária Federal	-	1 entrevista: Brasília	2 entrevistas: Campo Grande	3 entrevistas: Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda
Ministério Público				
Procuradoria da Justiça Federal	-	²	-	-
Poder Judiciário				
Justiça Federal	2 levantamentos: 5ª e 11ª Vara	2 levantamentos: 10ª e 12ª Varas	Encaminhamento de correspondência para as 1ª e 3ª varas	-

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação Regional da PESTRAF/CENTRO-OESTE, com base nos dados levantados na Oficina de Sistematização, em junho / 2002.

¹ Setor indicado pela Superintendência de Polícia Federal de Goiânia, justificado porque esta Delegacia atualmente participa de algumas investigações referentes aos crimes praticados via internet.

² Não realizada apesar de insistentes solicitações da PESTRAF.

ÂMBITO ESTADUAL				
Poder Executivo				
Órgãos / Setores	GO	DF	MS	MT
Secretaria de Segurança Pública - SSP	1 entrevista: Secretário de Estado	-	-	-
SSP – Polícia Militar	-	-	2 entrevistas: Comandante da Polícia Militar, Coordenador da Equipe de Investigação - COMCEX	
SSP - Polícia Civil	-	1 entrevista: Coordenador da Polícia Civil 1 levantamento: BSB ³	-	-
SSP – Delegacias Especializadas da Mulher ⁴	3 entrevistas : Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis	1 entrevista Brasília	4 entrevistas: Campo Grande, Dourados, Corumbá, P.Porã 1 levantamento: Campo Grande	02 entrevistas: Cuiabá e Rondonópolis 01 levantamento: Cuiabá
SSP – Delegacias Especializadas da Infância ⁵	2 Entrevistas: Goiânia e Anápolis	1 entrevista: Brasília	3 entrevistas: Campo Grande, Corumbá e Dourados 1 levantamento: Corumbá	2 entrevistas: Cuiabá, Rondonópolis
SSP – Delegacias de Polícia Civil	3 Entrevistas: Uruaçu, Trindade e Aparecida de Goiânia	10 entrevistas – Brasília	4 entrevistas: Coxim, Dourados, Ponta Porã, Porto Murtinho	2 entrevistas: Cuiabá, Cáceres
SSP – Delegacia Especializada de Homicídios ⁶	-	-	1 entrevista: Campo Grande 1 levantamento	1 entrevista: Cuiabá (por telefone)
SSP – Polícia Militar Ambiental	-	-	1 entrevista- Coxim	-
SSP- Polícia Rodoviária Estadual	-	-	-	1 entrevista: Cuiabá
SSP – Sistema Penitenciário	-	4 entrevistas – Brasília	-	-

³ O levantamento foi realizado pela própria Coordenadoria.

⁴ Não estão sendo consideradas pequenas diferenças na nomenclatura utilizada em cada estado

⁵ Estão computadas neste item as Delegacias de Proteção da Infância e Juventude, e as Delegacias de Repressão aos Atos Infracionais cometidos por adolescentes.

⁶ Esta Delegacia foi incluída na pesquisa porque é responsável pelo Setor de Desaparecidos.

Ministério Público			
2 entrevistas: Coordenador do Centro de Apoio Operacional para Infância e Juventude do Ministério Público de Goiás;	1 entrevista: Promotor de Justiça da Infância	1 entrevista: Coordenador das Promotorias da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul 4 entrevistas: Promotores da Infância e Juventude - Coxim, Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã 1 entrevista com técnico da Promotoria da Infância de Corumbá	1 entrevista: Procurador de Justiça de Mato Grosso 2 entrevistas: Promotor da Infância de Rondonópolis, Pontes e Lacerda 1 entrevista: Promotor de Justiça – Vara Criminal de Alta Floresta
Poder Judiciário			
2 entrevistas: Varas da Infância e Juventude: Anápolis, Uruaçu 1 entrevista 4ª Vara de Execução Penal de Goiânia	3 entrevistas: Varas da família, Infância e Execuções Criminais	3 entrevistas: Porto Murtinho, Coxim, Corumbá	2 entrevistas: Varas da Infância e Juventude - Cuiabá e Várzea Grande; 1 entrevista: 15ª vara - crime contra os costume

ÂMBITO MUNICIPAL			
Conselhos Tutelares			
GO	DF	MS	MT
9 entrevistas: Goiânia (3), Anápolis (2), Aparecida de Goiânia, Uruaçu, Trindade e Águas Lindas	8 entrevistas: Cidades Satélites	7 entrevistas: Campo Grande (2), Coxim, Corumbá, Porto Murtinho, Ponta Porã e Dourados 4 levantamentos: Campo Grande, Porto Murtinho, Ponta Porã e Coxim.	12 entrevistas: Cuiabá (6), Várzea Grande, Rondonópolis (2), Pontes de Lacerda, Alta Floresta, Cáceres. 5 levantamentos: Cuiabá, Rondonópolis (2), Pontes de Lacerda e Alta Floresta.

LOCAIS/ ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE PROMOÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
ÂMBITO MUNICIPAL			
Poder Executivo			
GO	DF	MS	MT
1 entrevista: SOS - Goiânia 1 entrevista: SOS – Criança Desaparecida – Goiânia 1 entrevista: Assistência Social FUMDEC/ Rodoviária – Goiânia 1 entrevista: Secretaria de Promoção Social – Uruaçu 3 entrevistas: Projetos Sentinela de Anápolis, Trindade e Aparecida de Goiânia 1 levantamento: SOS Criança –Goiânia 1 levantamento: SOS Criança Desaparecida - Goiânia	04 entrevista: SOS(2), Secretaria de Turismo e Secretaria de Saúde 01 levantamento: SOS	6 entrevistas: Projetos Sentinela de: Coxim, Dourados, Corumbá, Ponta Porã, Porto Murtinho, Campo Grande. 5 entrevistas nas Secretarias Municipais de Assistência Social: Coxim, Porto Murtinho, Dourados, Ponta Porã, Corumbá. 2 entrevistas na Secretaria de Assistência Social de Campo Grande: Projeto SOS e Centro de Apoio Psico-Social 1 entrevista: Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Dourados 1 levantamento: Projeto Sentinela de Corumbá	5 entrevistas nos Projetos Sentinela: Rondonópolis, Cuiabá, Pontes e Lacerda, Cáceres e Alta Floresta. 1 entrevista na Secretaria Municipal de Ação Social de Pontes de Lacerda.

PODER LEGISLATIVO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF			
ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL			
Estados			
GO	DF	MS	MT
1 Levantamento da legislação.	1 entrevista: assessora da CPI sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. 1 Levantamento da legislação.	-	1 entrevista com Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa
1 levantamento sobre a CEI- Comissão Especial de Inquérito sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Goiânia	-	-	-

COLEGIADOS PÚBLICOS: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF

GO	DF	MS	MT
5 entrevistas: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiânia e Anápolis; Conselho Estadual da Mulher e Fórum Goiano pelo fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.	1 entrevista: Conselho Distrital dos Direitos da Mulher	1 entrevista: Conselho Municipal de Turismo de Corumbá; 5 entrevistas: Comissões Municipais de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – Coxim, Ponta Porã, Dourados, Corumbá e Porto Murinho 1 entrevista com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	2 entrevistas: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual da Mulher

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO SISTEMA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO: ENTREVISTAS E/OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELA PESTRAF

GO	DF	MS	MT
4 entrevistas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Comissão de Goiás; Pastoral do Migrante, IPÊ ROSA- Goiânia; Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas CECOM - Goiânia	6 entrevistas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Comissão de Brasília; Projeto Redução de Danos; Disque Salve Criança Desaparecida; Agência Nacional dos Direitos da Infância - ANDI Grupo de Apoio à Pessoa com AIDS - GAPA; Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES; Instituto Cidade Saudável – INCISA.	6 Entrevistas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza – Tupã-i, Campo Grande; Centro de Apoio ao Migrante – CEDAMI, Campo Grande; Rede Criança, Campo Grande; Núcleo de Aperfeiçoamento de Profissionais de Turismo de Coxim- NAPTUR, ATMS e IBISS-CO.	6 entrevistas: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cuiabá; Pastoral da Mulher Marginalizada, Rondonópolis; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Cáceres; Associação de Mulheres, Cuiabá; MNMMR de Cáceres; Pastoral da criança. 1 levantamento na Pastoral da Mulher Marginalizada de Rondonópolis

ENTREVISTAS COM VÍTIMAS, FAMILIARES E TERCEIROS SEM REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

GO	DF	MS	MT
1 caminhoneiro; 1 profissional do sexo; 2 familiares.	1 aliciadora/ traficada. 2 profissional do sexo; 6 gerentes de Hotéis	1 aliciadora 3 profissionais do sexo 5 familiares; 3 terceiros	1 adolescente 1 profissional do sexo

ORGANIZAÇÕES DE PESQUISA DE AMBITO FEDERAL: ENTREVISTAS E OU LEVANTAMENTOS REALIZADOS

GO	DF	MS	MT
-	-	-	1 entrevista: Núcleo de Estudos, Pesquisa e organização da Mulher – NUEPOM/ UFMT.

***PROCESSO METODOLÓGICO – A CONSTRUÇÃO
COLETIVA DOS CAMINHOS NECESSÁRIOS À
PESQUISA***

A PESTRAF Região Centro-Oeste, de fato, não foi iniciada somente depois que obteve aporte financeiro, posto que a história do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já havia dirigido o olhar dos pesquisadores para esta problemática. Assim, os dez meses programados para o desenvolvimento da pesquisa, revelaram-se como uma oportunidade única para que esses profissionais envolvidos com a temática, até então, tivessem a possibilidade de organizar conhecimentos já existentes, aprofundando-os de acordo com os procedimentos científicos metodológicos e oferecendo maior visibilidade à problemática.

A inserção política em que a maioria dos educadores/pesquisadores está comprometida foi fundamental na definição dos caminhos a serem percorridos, enriquecidos com os aportes teórico-metodológicos presentes em todos os momentos. No caso da região em tela, muitos dos atores - na condição de pesquisadores ou de pesquisados - estão articulados na temática de direitos humanos desde o movimento pela Constituinte na década de 80, o que de fato foi positivo para o desenvolvimento da pesquisa.

“Entendendo-se que nem a teoria e nem a prática são isentas de interesse, de preconceito e de incursões subjetivas” (Minayo, 1997:10), esta pesquisa tem no investigador, um sujeito partícipe do processo, situação em que interage com a realidade em permanente transformação. Nessa perspectiva e, diante da delimitação físico-temporal do objeto em questão, não é possível que seja feito o seu término, mas apenas um recorte histórico e, ao configurar este recorte, a realidade não será a mesma.

A composição das equipes estaduais com participação de pesquisadores referendados por organizações locais, pode ser entendida como uma rede de organizações pesquisadoras, pois muitas pessoas foram sendo envolvidas no processo a partir do envolvimento das entidades e, em outros casos, os próprios pesquisadores, instalavam as discussões nas organizações, transformando a pesquisa em um processo de intervenção na realidade, na medida em que a temática do tráfico de seres humanos se colocava na pauta das reuniões das organizações.

Visando a apoiar as equipes locais, bem como possibilitar a integração da equipe Centro Oeste, a capacitação inicial primou pela apresentação das discussões que estavam sendo

empreendidas em âmbito internacional e nacional, como também os instrumentais que estavam sendo utilizados pelas equipes das demais regiões brasileiras.

O caminho traçado por todas as quatro equipes locais é que a investigação da problemática se daria inicialmente pela mídia impressa, ou seja, os pesquisadores deveriam localizar os jornais de maior circulação nos estados e Distrito Federal e, a partir de então, trabalhar com a análise das matérias jornalísticas. As equipes dos estados fizeram diferentes incursões na busca de dados nesse tipo de veículo de informação, sendo que em alguns locais não foram utilizados os instrumentais disponibilizados pela PESTRAF nacional.

Para a compreensão sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes na região centro-oeste, foi propiciada a interlocução das equipes estaduais durante todo o processo de busca de dados. Com a “Oficina de Sistematização”¹, o relatório regional não é a somatória dos relatórios estaduais, mas a compreensão dos fatores sócio-econômicos-culturais do centro-oeste brasileiro sob a ótica de todos os pesquisadores participantes.

Com as primeiras incursões em organizações governamentais, percebeu-se de pronto que os instrumentais, embora bastante completos e com a temática bem trabalhada, só poderiam ser utilizados quando as organizações já tivessem um mínimo de conhecimento sobre o assunto. Assim, as práticas mais comuns efetivadas pelas equipes foram as re-elaborações de roteiros, em linguagem acessível e compatível com cada organização; as entrevistas foram precedidas de uma explanação, mesmo que breve, sobre a compreensão da realidade e da temática sob o olhar da pesquisa em tela, como se pode observar no depoimento desse pesquisador:

“depois das primeiras visitas que eu percebi que o pessoal não sabia do que eu estava falando, então eu tirei cópia da Convenção de Palermo, do trecho que era mais importante e onde eu ia, além de explicar, deixava uma cópia” (Mato Grosso)

Pode-se perceber, com isso, que a equipe capacitou-se no processo de elaboração de discussões visando a explicitar os diversos universos de linguagem e as possibilidades de

¹ Esta oficina foi realizada entre os dias 28/05 a 02/06, com a participação de representantes de todos os estados da Região Centro-Oeste, com a apresentação dos dados, análise e elaboração de quadros de trabalho. As discussões grupais foram gravadas e as falas dos pesquisadores também se transformaram em produto da pesquisa, utilizado-as no corpo do relatório final.

“olhar” a problemática de forma jurídica e social. Com essa determinação em desvelar a realidade, foi possível encontrar os casos negados por diversos atores sociais em entrevistas formais.

No caso específico dos estudos de caso, percebeu-se que a entrevista com sujeitos traficados ou mesmo aqueles da rede² do tráfico ou da rede de enfrentamento, precisou de diferentes tipos de abordagem, sendo que, com as vítimas ou aliciadores, a temática da pesquisa, em muitos casos, não foi citada, tendo em vista estratégias de busca de informações.

“Quando eu me apresentei, falei que estava fazendo uma pesquisa sobre as condições que elas vivem. Na verdade, eu não menti, mas eu vi que se eu falasse a palavra tráfico, poderia não conseguir mais nada com ela, e inviabilizaria com os outros.”(Distrito Federal)

O estudo específico sobre a mídia da região Centro-Oeste, constituiu-se em uma parte importante do trabalho, servindo, inclusive, como direcionamento para incursões em outras fontes de informação, especialmente no sistema de responsabilização. Ao contrário dos demais estudos da PESTRAF, nos documentos de mídia aparecem os nomes das pessoas, sejam elas as vítimas ou as participantes da rede do tráfico ou de proteção.

Com a realização do Seminário Nacional da PESTRAF, para apresentação dos dados preliminares de todas as regiões, ocorrido em novembro de 2001, em Brasília, percebeu-se a necessidade de mudar a direção na busca dos dados, na medida em que era preciso levantar primeiro os dados de tráfico que já estavam tipificados no Brasil. Neste sentido, foi organizado para a região Centro-Oeste, um sistema de busca de casos obedecendo a seguinte ordem:

1. Casos de Tráfico tipificados e juridicamente registrados no sistema de responsabilização como Tráfico pelo artigo 231 do Código Penal Brasileiro;
2. Casos existentes de tráfico, sob a ótica da Convenção de Palermo, com registro no sistema de responsabilização e tipificados em outros crimes;

² Estamos nominando de rede o conjunto de pessoas e organizações que, agindo de forma articulada, favorecem e/ou executam o tráfico ou, por outro lado, combatem esse crime.

3. Casos existentes de tráfico, sob a ótica da Convenção de Palermo, com algum registro de dados no sistema de proteção público e privado;
4. Discurso de atores sociais com informações privilegiadas;
5. Discursos de sujeitos, familiares, aliciadores e outros envolvidos na rede do tráfico.

Com esse novo movimento – dos casos existentes juridicamente aos casos de invisibilidade jurídico-social – foi necessário também redimensionar a forma de busca de informações nos órgãos oficiais. As entrevistas poderiam não ser suficientes dado que os gestores das políticas sociais não estavam familiarizados com a temática e, na maioria dos casos, desconheciam a Convenção de Palermo. Assim, as equipes buscaram além da entrevista, a possibilidade de acessar arquivos e, através das diferentes nomenclaturas encontradas nos registros (desaparecimento, exploração sexual, repatriação, perda de documentos, rufianismo e outros), localizar situações que configurariam tráfico em cada caso.

Nos casos em que os instrumentos da pesquisa foram deixados para que os gestores de políticas públicas pudessem responder, os mesmos retornaram bastante incompletos, revelando, em alguns casos, a incompreensão da temática. Por isso, na maioria dos casos, as entrevistas, com a presença dos pesquisadores, foram precedidas da apresentação da temática, exemplificação de situações que ocorriam na realidade local, tendo como apoio a Convenção de Palermo, às vezes deixando cópia do documento.

Nas situações em que os arquivos não foram acessados, a realidade captada reflete a forma como o gestor entrevistado interpreta a realidade, inclusive seus valores referentes à liberdade, sexualidade, violência, trabalho e vulnerabilidade.

Em alguns locais, após vários retornos, foi possibilitado à equipe de pesquisa o acesso aos arquivos, o que, de fato, permitiu incursões mais objetivas nos casos registrados nos órgãos públicos, inclusive encontrando casos e os apresentando aos gestores. Mesmo com essa atitude por parte dos pesquisadores, em muitos casos, não significou mudança de opinião sobre a existência do tráfico e a vulnerabilidade dos grupos-alvo.

Mesmo com todos os esforços da equipe PESTRAF Centro-Oeste, alguns locais não foram acessados pela recusa dos gestores públicos em responder à entrevista. Municípios que

aparecem rotineiramente na mídia de outras localidades, quando os gestores públicos foram pesquisados, não explicitaram situações concretas de tráfico, sendo que os pesquisadores tiveram que registrar a realidade através de observação:

“Fiquei dois dias em Uruaçu e não obtive nenhuma informação concreta, pois todos sabem sobre a ida de mulheres para a Espanha e da prostituição na cidade, mas ninguém se dispõe a falar. Quando fui almoçar em um restaurante, às margens do lago da Serra da Mesa, fiquei observando como era o comportamento dos turistas acompanhados por moças jovens, ou seja, só foi possível descrever a realidade a partir destas observações.”
(Goiás)

O trabalho da equipe da região Centro-Oeste constituiu-se na busca de dados, através de 197 entrevistas e 25 levantamentos, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Trabalho de campo realizado por meio de entrevistas e levantamentos, por âmbito de atuação.

ÓRGÃO	ESTADOS							
	GO		DF		MS		MT	
	E ³	L ⁴	E	L	E	L	E	L
Poder Executivo Federal	4	-	2	-	5	-	6	-
Poder Judiciário Federal	-	2	-	2	-	-	-	-
Poder Executivo Estadual	9	-	17	1	15	3	8	1
Ministério Público Estadual	2	-	1	-	6	-	4	-
Poder Judiciário Estadual	3	-	3	-	3	-	3	-
Conselhos Tutelares	9	-	8	-	7	4	12	5
Poder Executivo Municipal	7	2	4	1	14	1	6	-
Organização Não-Governamental	4	-	6	-	6	-	6	1
Poderes Legislativos: Est. e Mun.	-	2	1	1	-	-	1	-
Colegiados Públicos	5	-	1	-	7	-	2	-
TOTAL	43	6	43	5	63	8	48	7

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação Regional da Pestraf / Centro-Oeste, com base nos dados da pesquisa de campo.

³ Entrevista

⁴ Levantamento

Uma ação realizada por toda a equipe da região foi compreender as diversas nomenclaturas dos órgãos públicos, embora sejam responsáveis por serviços idênticos. No caso da infância, especificamente, ainda temos resquícios do ‘Código de Menores’, pois há ainda um número maior de Delegacias cuja missão é de repressão aos adolescentes em conflito com a lei, em detrimento da proteção à infância, como por exemplo:

“Delegacia de Repressão ao Adolescente Infrator” (Dourados- MS)

“Delegacia de Polícia da Infância e Juventude”(Goiânia- GO)

Em muitas Delegacias, a equipe não chegou a fazer entrevista com o delegado, pois este ‘dispensava’ o pesquisador no momento em que se tentava marcar agenda:

“Eu fiz o contato por telefone. falei com o Delegado chefe, responsável pelo setor de desaparecidos e ele me disse: ‘não precisa nem vir aqui. Não tem esse crime’. Mesmo eu insistindo, ele não colocou ninguém pra me atender.” (Mato Grosso)

“Lá em Brasília, nós começamos telefonando pras Delegacias. Aí os Delegados diziam logo de cara: ‘aqui não tem isso, não. Não adianta nem vir me entrevistar.’ Daí nós tomamos uma decisão: ir sem telefonar. Chegava lá e ficava observando tudo até encontrar um tempinho pra ele nos ouvir. Enquanto isso, a gente ia escutando tudo que acontecia. Às vezes, a informação mais importante nós conseguíamos com o escrivão, o boy...” (Brasília)

Uma presença importante no cenário de defesa de direitos, foi a Delegacia da Mulher. Com poucas variações de nomenclatura, a grande parte delas também centraliza os crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Com raras exceções, o fato dessas instituições lidarem cotidianamente com crimes sexuais cometidos contra mulheres, há uma predisposição em atender a equipe de pesquisa e, em muitos casos, estão sensibilizadas com a problemática do tráfico, tornando os dados de fácil acesso.

A complexidade do sistema de responsabilização, especialmente no que se refere a banco de dados, é um dos fatores que mais dificultou a pesquisa. Praticamente em todos os estados, os serviços estão em fase de estruturação e não dispõem de operadores que possam atender ao público e, em outros casos, a forma de organização dos dados, não permite que se faça incursão por outros crimes, na busca de situações caracterizadoras de tráfico.

“Eu falei com o Delegado que puxa os dados de todos os BO (Boletins de Ocorrência) e ele puxava pelos artigos do Código Penal e dizia: aqui não tem nada. Não foi possível olhar os casos de outros crimes pra ver se tinha tráfico.”(Brasília)

“O que foi informado é que o Serviço de Assessoria de Informática que eles têm disponível é um que registra todos os boletins de ocorrência, de todas as delegacias pelos artigos que os boletins foram prá eles.. Então, não dá pra acessar os casos de tráfico se o boletim não registrou tráfico.” (Mato Grosso)

Além das Delegacias de Polícia Civil, alguns órgãos da Polícia Militar-PM foram pesquisados. Destaque-se que é a PM em Mato Grosso do Sul que compõe a equipe de investigação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo sua localização no Comitê Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - COMCEX. Este fato, para o Comando da Polícia Militar significa que ela não tinha nada a informar sobre seu papel no combate ao tráfico de seres humanos que não fosse já executado pela equipe de investigação do COMCEX.

A Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul também foi entrevistada e abriu a possibilidade de começar a perceber as situações que podem ocorrer nos pesqueiros e fazendas de difícil acesso. A visão de que o trabalho da Polícia pode ser ampliado para o ambiente de forma completa, incluindo aí as relações humanas e do homem com a natureza, ainda inexistente em nossa realidade.

No trabalho desenvolvido pela PESTRAF Centro-Oeste com os Poderes Legislativos, foram encontradas: a Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI realizada em Brasília e a Comissão Especial de Inquérito – CEI em Goiânia. Nos dois casos, se referem à exploração sexual de crianças e adolescentes.

As entrevistas foram realizadas com assessorias dos parlamentares, posto que mesmo marcadas por várias vezes, estes não tiveram agenda para atender as equipes. Em Brasília, da CPI surgiu uma Lei sobre exploração sexual.

Em Mato Grosso, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa foi procurada, sendo que apresentou vários trabalhos que desenvolve na questão da violência no estado, mas sobre tráfico de seres humanos, informou que nunca houve debates sobre a

temática. Em Goiânia, foram acessados todos os documentos da CEI, e observou-se a temática do tráfico não foi incluída no trabalho dos parlamentares.

Em relação ao Ministério Público, quando estes são específicos da área da infância, a possibilidade do seu envolvimento com a pesquisa mostrou-se bastante fácil, inclusive participando na busca de casos e, em algumas situações, ajudando no acesso ao Poder Judiciário e Conselhos Tutelares.

A existência da Coordenadoria das Promotorias da Infância também mostrou ser um dos aliados para facilitar acesso, especialmente nas cidades do interior, quando nem sempre há promotorias específicas. Mesmo não havendo relação de hierarquia entre a Coordenadoria e as Promotorias, em alguns casos, observou-se que é mais fácil ir através da primeira do que ir diretamente às segundas, posto que muitos Procuradores alegam excesso de trabalho, dispensando a equipe antes da sensibilização. Outro fator que contribuiu para acessar os dados, é a presença das equipes técnicas nas promotorias. A presença de assistente social e psicólogo compondo a equipe técnica facilitou, em alguns casos, o acesso aos promotores e/ou dados, conforme relata a pesquisadora:

“Em uma cidade do interior, o promotor falou que não sabia de nada, mas a psicóloga, que já é alguém engajada no combate à violência sexual contra a criança, abriu os caminhos pra gente conhecer os casos e até ajudou na pesquisa.”(Mato Grosso do Sul)

Sobre o tráfico de mulheres, em se tratando das promotorias que cuidam dos casos, estas não são específicas sobre a questão da mulher, mas estão em varas judiciais cuidam dos crimes contra os costumes. No Poder Judiciário, portanto, foi necessário procurar outros órgãos públicos para averiguar a possibilidade de realização de entrevistas e levantamentos.

No caso em que há uma Vara específica, verificamos, como no caso da criança, maior sensibilidade para o levantamento da realidade. De forma geral, no Poder Judiciário as Varas mais procuradas foram a Vara de Família, Vara da Infância, Vara dos Crimes contra os Costumes e Vara de Execuções Criminais.

No entanto, percebeu-se, em alguns casos, que há estagnação do trabalho dos setores quando ocorrem férias, licenças-prêmio, licença para acompanhamento de pessoa doente na

família, férias forenses, licença para trato de interesse particular e outras diferentes formas de afastamento. Em Brasília, por exemplo, durante os três primeiros meses da pesquisa, não foi possível acessar a Promotoria.

No caso de Brasília, também o Sistema Penitenciário foi arrolado para entrevistas e levantamentos, posto que havia notícia na mídia sobre a prisão de aliciadores. No entanto, percebeu-se que naquele órgão, por entrevista, os responsáveis desconheciam se haviam detentos pelo crime de tráfico para exploração sexual e não foi possível fazer o levantamento por crime, dos detentos.

Na Polícia Federal, foram procurados prioritariamente os Superintendentes que indicavam os setores que poderiam ser mais relacionados com a temática. Percebeu-se que a depender das pessoas acessadas, a temática podia ser ou não melhor debatida.

“A primeira vez que a gente foi em uma cidade do interior, o Delegado que tinha cuidado do caso de mídia, estava afastado por problemas médicos. Quem nos atendeu, disse que não havia nada lá e que foi só o cumprimento de uma carta precatória de um caso de Goiás. Nós insistimos em perguntar e ele chegou a ser meio seco e dizer que não tinha nada. Depois que o Delegado do caso voltou é que disse que ele realmente tinha todas as informações e que iria passar para a equipe.” (Mato Grosso do Sul)

“No caso de uma cidade do interior, nós não procuramos a Polícia Federal porque não tínhamos muitos dados e onde íamos, o pessoal dizia pra não se envolver com aquele município porque ali tem gente grande. Tem até uma entrevista que nós fizemos com um outro órgão que ele falou textualmente: ‘não há providência. Quem devia tomar atitude, está envolvido e não há registro’.” (Mato Grosso)

Sobre o Poder Judiciário Federal, um dos entraves para a pesquisa é que não há informatização por crime. No caso de Goiás, por exemplo, o acesso foi feito via Juiz Federal e só foram analisados os processos que estão catalogados como tráfico, pelo artigo 231 do Código Penal. Os outros crimes que poderiam encobrir situações de tráfico não tiveram os processos acessados.

A Polícia Rodoviária Federal foi contactada através de seus representantes nos comitês e fóruns de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em Brasília, onde não estão envolvidos nesse processo, a entrevista não foi realizada por dificuldades em contato com pessoas que pudessem estar disponíveis para responder às necessidades da PESTRAF.

A forma de registro mais recorrente dos pesquisadores foi o ‘diário de campo’, posto que formalmente poucas informações eram colhidas, mas durante a permanência em repartições públicas, a abordagem informal aos demais trabalhadores, muitas informações eram repassadas e ajudavam a equipe a planejar os próximos passos na busca de dados. Em muitos casos, uma informação extra-oficial, fez com que os pesquisadores voltassem aos gestores públicos e buscassem informações oficialmente:

“Durante a pesquisa jornalística encontramos o caso do Delegado que havia sido flagrado com adolescentes e foram socorridas pela Polícia Militar. Na Delegacia da Mulher fomos informadas da inexistência do inquérito, pensamos em procurar o BO do caso, porém o Promotor nos aconselhou a não irmos atrás disso.”(Goiás)

Sobre os Conselhos Tutelares dos municípios que foram inicialmente incluídos na pesquisa e sobre os quais as equipes locais investiram para a realização de entrevistas e levantamentos, pode-se afirmar que 94,5% do objetivo de acesso foi alcançado.

Quadro 2: Conselhos Tutelares existentes nos municípios-alvo da PESTRAF e entrevistas realizadas.

Estado	Nº de Conselhos Tutelares Existentes	Nº de Conselhos Tutelares Acessados
GO	10	09
DF	08	08
MS	07	07
MT	13	12
TOTAL	38	36

Fonte: Pestraf Centro-Oeste. Relatórios Estaduais. Campo Grande, julho 2002.

Algumas situações que estão acontecendo nos Conselhos Tutelares, interferiram diretamente na qualidade da coleta de dados. Mesmo que não sejam situações que

acontecem em todos os Conselhos, são práticas bastante encontradas nos colegiados. Em primeiro lugar, a não possibilidade de acesso a dados por pesquisadores. A condição de sigilo em alguns locais é concebida como: *“nenhuma pessoa que não seja o próprio conselheiro que atendeu o caso possa ter acesso a informações”*. Desta forma, nem os pesquisadores e nem os demais conselheiros podem obter os dados na ausência do conselheiro. Em outras situações, os conselheiros trabalham por plantão, tendo apenas um ou, no máximo dois, presentes. Em outro caso ainda, o presidente do Conselho é que pode tomar as decisões se vão ser repassados os dados ou não e se ele não está presente, não é possível tomar conhecimento da situação:

“no caso de um dos nossos municípios, o Presidente está doente e a chave da sala em que ficam os casos fica com ele e não podemos acessar os dados”(Mato Grosso)

Na seqüência aos Conselhos Tutelares, podemos citar que o Programa Sentinela tornou-se um *locus* privilegiado de informações sobre a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes. No caso da mulher, há os abrigos para mulheres vítimas de violência que também poderiam responder à pesquisa. No entanto, existem em poucos lugares e não estão organizados como rede.

Dado que a equipe de pesquisa de Mato Grosso do Sul já detinha conhecimento sobre a vinculação entre turismo e exploração sexual, baseando-se em dados disponíveis na publicação *“Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Turismo em Mato Grosso do Sul”*, elencou os Conselhos Municipais de Turismo e Secretarias afins.

O fato de muitas organizações não governamentais já estarem envolvidas com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes ou mesmo no atendimento às mulheres em situação de violência ou de prostituição, os primeiros casos foram localizados por meio de entrevista com dirigentes e ativistas dessas organizações que passaram a ser considerados fontes privilegiadas de informação.

Uma das situações em que a equipe do Distrito Federal necessitou averiguar com mais detalhes e até mesmo inquirir equipes de órgãos oficiais, foi a sobreposição ou vácuo de atuação entre organismos de caráter distrital e os de caráter federal. Pelo fato de conviverem no mesmo espaço, há confusões de compreensão sobre papéis e

responsabilidades, dificultando, para a equipe, localizar seus sujeitos da pesquisa, do ponto de vista dos órgãos públicos.

Também a localização geográfica do Distrito Federal, cercado pelas cidades do *'entorno'*, cuja vinculação jurídica é com o estado de Goiás, inicialmente as equipes dos dois estados organizaram-se para que a equipe do DF fizesse o levantamento de dados. Posteriormente, com o envolvimento dessa equipe na busca de dados dentro da sua circunscrição exclusivamente, a região do *'entorno'* foi trabalhada pela equipe de Goiás, no município de Águas Lindas e as demais cidades, apesar de citadas em diversas rotas, não foram alvos da coleta de dados.

No âmbito municipal, além dos serviços já citados, foram entrevistados também gestores dos órgãos públicos de assistência social e serviços de localização de desaparecidos. Também nesses locais, quando foi possível fazer levantamentos, foi mais eficaz a detecção de casos. Igualmente à rede de responsabilização, também a temática do tráfico de seres humanos é pouco conhecida, inclusive nos locais que trabalham com desaparecimentos, como os SOS, como também aqueles setores responsáveis por recambiamento e dispensação de passagens para migrantes.

Uma outra forma de conhecer melhor a realidade foi buscar parcerias com equipes de ONGs que trabalham com prevenção de DST/AIDS, com o público de profissionais do sexo. Essa iniciativa que ocorreu em Brasília e Mato Grosso do Sul trouxe elementos para compreender a problemática sob outra ótica, em especial o direito de migrar para buscar melhores condições de trabalho. Neste sentido, a categoria trabalho mereceu grande parte da discussão, como também as vulnerabilidades acrescidas ao público *'profissionais do sexo'*.

Na busca de dados nos locais de prostituição, foram usadas várias estratégias visando conhecer a realidade. Uma primeira foi entrevistar as equipes dos projetos que trabalham nas ruas e, através destas, realizar entrevistas com profissionais do sexo, com presença ou não dos pesquisadores da PESTRAF. Outra forma foi acessar profissionais que trabalham

nas ‘casas’⁵ em diferentes funções como DJs, seguranças, gerentes e outros e, a partir deles, sem identificar que a pesquisa era sobre tráfico, conhecer a realidade das pessoas, especialmente mulheres e adolescentes femininas, poder entrevista-las e conhecer as formas de coação e coerção existentes. Nesses casos, a identificação como pesquisador tinha que ser cuidadosamente trabalhada, bem como eleger pessoas que pudessem saber sobre o trabalho. Também nessas situações, um dos fatores importantes tanto em Brasília quanto em Mato Grosso, foi a participação de pesquisadores do sexo masculino que puderam adentrar aos locais sem identificar-se.

“Nós substituímos a auxiliar de pesquisa por um rapaz. Antes quando era só mulher na equipe, nós íamos aos bares, nos locais e ficávamos observando mas não tinha como aproximar do pessoal. Vinham, tomavam cerveja, mas logo iam embora. Aí entrou um homem na equipe. Ele tem um amigo que trabalhava numa boate de strip-tease. Ele falou com o amigo que disse: ‘eu não sei, mas o fulano, que também estudou com a gente, sabe. Ele já foi informante de jornal pra matéria de prostituição’. O amigo topou desde que não citassem o nome dele no relatório. O informante orientou: ‘só que você não vai dizer que é matéria sobre tráfico. Se você falar de tráfico, elas fogem todas. Tem que falar que é sobre a vida delas, o que elas fazem, o que elas querem, pensam, sonham...’ Então, quando chegavam num lugar, o pesquisador ficava na mesa bebendo alguma coisa e o nosso contato entrava nos lugares e conversava, conversava, conversava até que encontrou uma aliciadora. Ela era conhecida dele e aí ele ajeitou pra fazer a entrevista. Uma a uma ele foi conversando e trazendo para o pesquisador. Se ele não existisse o nosso pesquisador não teria conseguido nada”. (Distrito Federal)

Um dos exercícios constantemente utilizados pelas equipes da PESTRAF foi exigir sempre o questionamento se os casos e situações encontradas eram de exploração sexual ou de tráfico para fins de exploração sexual. O fato de grande parte das equipes serem compostas por pessoas vinculadas ao combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, esse exercício tornou-se obrigação, na medida em que as equipes conheciam profundamente essa realidade.

Para fazer o recorte do **tráfico** para exploração sexual, o trabalho em equipe, em que um estado pôde fazer a crítica dos casos do outro, buscando caracterizar as situações com rigor,

⁵ Estamos caracterizando por casas, as diferentes formas de apresentação dos locais em que se encontram profissionais do sexo, como por exemplo, bares, lanchonetes, wiskerias, boates, etc.

no enquadramento das condicionalidades apontadas pela Convenção de Palermo, foi fundamental para o exercício permanente de não se deixar ‘contaminar’ pelos conceitos de abuso e exploração sexual, na investigação dos casos de tráfico. Em algumas situações, o caso foi retirado do quadro geral por esse exercício, como afirma o pesquisador:

*“Nós tivemos que tirar aquele caso lá de Mato Grosso, do início do ano. As adolescentes foram pegas no Motel com um cara importante. A aliciadora foi morta. O caso não está na Delegacia da Mulher, não está na Homicídios. O único jeito da gente ter o caso, é porque a gente tá lá na realidade, leu nos jornais e viu o bafafá todo. Falava-se que tinha menina de fora. Pensamos se tinha configuração de tráfico ou exploração. O caso sumiu e os dados não são precisos. Então é melhor não contar esse caso.”
(Mato Grosso)*

As entrevistas realizadas com sujeitos não institucionais foram decisivas para melhor desenhar a problemática do tráfico na região. Do total de 27 (vinte e sete) entrevistas, há diversidade dos atores que foram ouvidos, como se pode observar no seguinte quadro:

Quadro3: Entrevistas com Vítimas, Familiares e Terceiros sem Representação Institucional, por estado.

GO	DF	MS	MT
1 caminhoneiro; 1 Profissional do sexo; 2 familiares.	1 Aliciadora/ traficada; 2 Profissionais do sexo; 6 Gerentes de Hotéis.	1 aliciadora; 3Profissionais do sexo; 5 familiares; 3 terceiros.	1 adolescente; 1profissional do sexo.

Fonte: PESTRAF Centro-oeste. Relatórios Estaduais. Julho de 2002.

As entrevistas foram registradas de diversas formas a depender da relação da equipe com os entrevistados. Há entrevistas que foram gravadas e transcritas; registradas pelos pesquisadores sem gravação; estruturadas e semi-estruturadas; as formas de coleta foram diferenciadas também pelo local disponível: locais de trabalho ou residência do entrevistado. No entanto, independentemente da forma de coleta de dados e os caminhos traçados, a busca das informações e dos sujeitos, oportunizou visualizar diferentes questões que envolvem o tráfico, apurando os sentidos e as análises dos pesquisadores:

“mas também o nosso olhar que vai ficando mais apurado: esses dias eu estava no Conselho quando chegou uma adolescente pedindo documentação e como ela era parenta de uma outra pessoa que nós já sabíamos que estava na Espanha, eu a abordei perguntando como estava a vida e depois de muita conversa eu perguntei se ela podia dar uma entrevista. Eu percebi que ela estava sendo preparada pra ir pra Europa.” (Goiás)

Ir ao encontro de sujeitos da pesquisa é como se lançar à busca de algo que não se tem o correto desenho do quê e da sua significância final. As equipes locais na busca de pessoas traficadas que pudessem realizar seus depoimentos, encontraram mais do que isso: encontraram familiares, aliciadoras, participantes da rede do tráfico.

Quando se está completamente envolvido pela temática também vai se sensibilizando pessoas que convivem no cotidiano com os pesquisadores:

“eu cheguei até a menina, porque ela é prima de uma colega de trabalho que é amiga minha de muitos anos. Falando sobre a pesquisa, ela me disse: ‘ eu tenho uma prima que está na Espanha. A primeira tentativa foi essa amiga que me levou na casa da mãe.”(Goiás)

O tráfico pode estar muito perto de nós, mas como ele é um crime que traz vergonha, medo, tabus, pessoas próximas aos pesquisadores apresentaram situações de tráfico:

*“a gente estava no curso, falando sobre a pesquisa, uma pessoa presente, na hora do café, chamou a gente e falou que tinha uma prima que tava na Espanha e que tava preparando a irmã pra ir.”
(Mato Grosso/Goiás)*

Em outros casos os entrevistados foram indicados por setores ou grupos que possuíam alguma informação sobre o problema:

“Quando conversamos com o Conselho Tutelar, eles nos apresentaram o caso e eles indicaram uma menina que fala sobre tudo que aconteceu, por onde passou e tudo mais”.(Mato Grosso).

“No caso da Pastoral, nós participamos de algumas atividades sobre tráfico com eles e aí, com base em um pequeno roteiro, eles fizeram a entrevista e nos mandaram. Poderia ser mais rico se a gente tivesse feito, mas também podia não dar certo porque as mulheres não nos conheciam”.(Mato Grosso)

“Uma pessoa da PESTRAF iniciou o acompanhamento do Projeto EROS na rodoviária de Campo Grande, que é realizado para prevenção de AIDS. Introduziu o assunto por várias vezes, sem falar a palavra tráfico, comentando sobre as situações. Em uma das abordagens coletivas, uma das mulheres afirmou ter passado por aquelas situações e ao ser perguntada se poderia dar entrevista, ela aceitou e marcou na casa dela”. (Mato Grosso do Sul)

No caso específico dos encontros com aliciadoras, estes não foram planejados, mas aconteceram na busca de outros sujeitos, inclusive acompanhando a equipe, como ocorreu em Mato Grosso do Sul, ao adentrarem o Paraguai.

“Nós estávamos do lado paraguaio procurando o endereço das meninas para entrevista. Quando chegamos no local, fomos recebidos por uma mulher que falou que conhecia as meninas que eu estava procurando. Eram todas perto da casa dela. Nós falamos que era um estudo sobre a qualidade de atendimento do Conselho Tutelar. Aí ela se prontificou e à tarde nos ofereceu uma adolescente que devia ter menos de 15 anos, brasileira, seminua, para ir conosco procurar os outros endereços. Ela conhecia todos os casos e citava os nomes das boates. Aí caiu minha ficha. Minha desconfiança se concretizou. Ela era uma das aliciadoras que trazia as meninas para o Brasil”. (Mato Grosso do Sul)

Finalizando, podemos dizer que o processo metodológico constituiu-se em um aprendizado próprio para os pesquisadores, para além da temática do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Significou também compreender o funcionamento das organizações públicas, sejam elas governamentais ou não governamentais. Por outro lado, essa pesquisa exploratória, permitiu aos pesquisadores a experimentação de diferentes formas de inserção na realidade visando desvelá-la, compreendê-la e sonhar com sua mudança:

“eu sentia alegria e tristeza a cada novo caso: alegria de poder confirmar a situação que a gente desconfiava que existia e tristeza porque a situação era de completo desrespeito à dignidade e às vezes de falta de sonho das vítimas. Logo em seguida, eu pensava: mas dá pra fazer alguma coisa.”
(Pesquisadora)

***TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO
SEXUAL – VISIBILIDADE POSSÍVEL E NECESSÁRIA.***

Conforme os caminhos percorridos pelas equipes de pesquisa descritos anteriormente, pode-se afirmar que a temática desta pesquisa tem dois encontros necessários: “encontro” com os dados oficiais e o “encontro” com a realidade.

Ao buscarem-se os casos de tráfico, verificou-se que a grande parte das organizações governamentais e não governamentais não registrou nenhuma ocorrência. Considera-se este fato como o primeiro dado importante. A não existência de registros sobre a problemática indica que esta não tem a visibilidade necessária que faça com que os órgãos oficializem a existência do crime de tráfico. Neste caso, sabe-se que a realidade não está suficientemente clara no sentido de exigir que o Estado cumpra o seu papel.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, os registros de casos de tráfico foram encontrados, no sistema de responsabilização, em quatro organizações:

Quadro nº 4: Número de casos encontrados nos órgãos de responsabilização, tipificados juridicamente como Tráfico.

ÓRGÃOS	GO	DF	MT	MS
Polícia Federal	24	05	-	-
Justiça Federal	11	01	-	-
Justiça Estadual	-	-	-	01
Delegacia de Polícia Civil	-	-	01	-
Total	35	06	01	01

Fonte: Pestráf Centro Oeste. Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. 2002.

Posto que, parte dos casos oficiais, está em segredo de justiça, optou-se por chamar de “caso” uma situação de tráfico que pode ter uma ou mais pessoas vitimadas e/ou um ou mais réus⁶, mas que estão no mesmo cenário espaço-temporal, como se pode observar:

“nós estamos chamando o caso SAMARA uma situação que tem várias meninas paraguaias, uma adolescente do Rio Grande do Sul, e várias pessoas ligadas ao aliciamento, transporte, fraude, cárcere e tudo mais. É mais de uma vítima e mais de um réu. Mas estudando a complexidade do caso, dá pra fazer uma análise de como acontece o tráfico”(Mato Grosso do Sul)

“nós consideramos caso, cada Inquérito da Polícia Federal e cada processo que está no Poder Judiciário Federal. Na Polícia Federal, tivemos acesso a 03 Inquéritos (IPL) e na Justiça Federal aos processos que as Secretarias da 5ª e 11ª Vara separaram para

⁶ No processo nº 2001.35.00.007519-8, fls. 490, encontrado na 11ª vara da Justiça Federal de Goiás, cita-se a existência de cinco réus e cerca de 100 mulheres.

consultarmos. Portanto, o número de réus ou de vítimas não puderam ser contabilizados.” (Goiás)

“nós consideramos caso o depoimento que a mulher fez e onde ela falou da situação dela. Era traficada e está fazendo aliciamento, fazendo parte da rede do tráfico. Isso é um caso.” (Distrito Federal)

“o nosso caso, por exemplo, é o depoimento de uma menina atendida pelo Programa Sentinela. Ela contou a situação de outras pessoas, mas nós não consideramos os outros, mas o dela” (Mato Grosso)

Para melhor compreensão e conceituação do tráfico, no que concerne a forma como este é percebido pela rede de proteção/responsabilização, convencionou-se tratar as informações por casos oficiais e/ou casos extra-oficiais, devido também à qualidade da visibilidade para com a questão, por parte dos órgãos pesquisados.

Evidentemente existiram as diferenças entre os estados mas, partindo-se de uma análise geral, foi possível atingir um denominador comum: os casos tipificados juridicamente na região, são a comprovação de que o Estado brasileiro não desconhece o crime de tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual.

Referente ao que se denominam casos institucionalizados juridicamente, ou seja, o dado obtido através do sistema de responsabilização, implica que os processos judiciais e inquéritos policiais são suficientes para dar visibilidade à problemática.

O levantamento realizado a partir de 1996, apontou a existência de 13 (treze) casos de tráfico em processos judiciais: 11(onze) em Goiânia, 1(um) em Brasília e 1 (um) em Mato Grosso do Sul. Observa-se anualmente o crescente número de processos judiciais em Goiás, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 5: Demonstrativo dos processos encontrados na Justiça Federal nos estados da Região Centro-Oeste e Distrito Federal

Ordem	Processo	Local / Vara	Réu	Situação	Legislação
01	1996.0012069-2	Goiânia 5ª Federal	Silvana Aparecida Lucas Pereira Cláudia Alves Cordeiro	Silvana: Sentenciada a prestação de serviço à comunidade e Prestação pecuniária no valor de 02 (dois) salários mínimos a serem revertidos em prol do Fundo Penitenciário Nacional. Cláudia: Prescrição	Silvana: Art. 231 c/c14,II e 304 c/c 299, c/c art. 29 do Código Penal Cláudia: art. 304 c/c299, do Código Penal
02	1998.35.00.000383-8	Goiânia 5ª Federal	Marivone Marcolino Jorge, Luceny Lima de Mendonça, Eliene Vaz de Lima, Renato Teodoro Caetano	08/2001 Marivone: Liberdade Provisória mediante fiança. Luceny: prazo da lei para defesa prévia. Renato: prazo da lei para defesa prévia, estando devidamente intimado.	Art. 231 parágrafos 1º e 2º; 288; e 14, II, parágrafo único e 29 do Código Penal
03	1999.35.00.022025-1	Goiânia 5ª Federal	Cristiane Peixoto da Silva	Audiência conciliatória: concessão do benefício do art. 89 da Lei 9.099/95: Suspensão do processo pelo prazo de 02 (dois) anos, com a simultânea suspensão do prazo prescricional, com observâncias de condições, sob pena de revogação do benefício e prosseguimento do processo.	Art. 231 c/c 14/11
04	2000.35.00.009959-5	Goiânia 5ª Federal	Silvana Aparecida Lucas Pereira	Fase de inquirição de testemunhas	Art. 231
05	200035.00.007120-8	Goiânia 5ª Federal	Geralda Moreira Guimarães, Zilda Moreira Guimarães, Jucélia Ferreira França	Ainda não foram intimadas pela Justiça	Art. 231 parágrafo 2º c/c art. 14, II e 29 do Código Penal Brasileiro
06	2000.35.00.01.06.84-3	Goiânia 5ª Federal	Sérgio Henrique Fenato, Alessandro Rodrigues de Lisboa Janete Ângela Marinho de Rezende Mateo Garcia Peres	Sérgio e Alessandro: Suspensão Condicional da Pena. Janete e Mateo: Ministério Público Federal requereu prisão preventiva e solicitada a extradição de ambos, respectivamente a Portugal e Espanha.	Art. 288 e 231 c/c art. 14 inciso II do Código Penal

07	1999.34.0 0008249- 4	Brasília 10ªFederal	Segredo de Justiça (cabeleireira) ⁷	Situação: em tramitação	Segredo de Justiça
08	1999.003 1004-7	Campo Grande MS 4ªEstadual	Jonai Batista Paniago Miranda Norma Marivel Martinez Ramona Benites Meireles Ângela Penzo	Absolvidos os réus: Ramona Meireles e Jonai B.P. de Miranda - Art. 386, VI do CPP. Absolvida Norma M. Martinez do crime previsto no art. 12 da Lei 6386/76 e condenada nas penas do art. 22 § 1º e 3º do CP. Pena- base de 3 anos e 6 meses de reclusão. Pelo disposto no § 3º do Art. 228 CP, foi condenada a 150 dias-multa mais a custa do processo. Ângela Penzo teve o processo desmembrado e não foi localizada para citação. Atualmente todos estão em liberdade.	Denúncia do MP nos seguintes artigos: 12 da Lei nº 6368/76 e Art. 228 § 1º e 3º e 231 § 1º (NMM); Art. 231 § 1º (RBM); E Art. 228 § 1º e 3º (JBPM e AP) Em juízo, todos foram absolvidos em relação ao art. 231 e art 12 da Lei 6368/76 por falta de provas.
09	1998.35.0 0.005556- 2	Goiânia/GO 11ªFederal	Christiane Michelle Martins da Silva Elaine Nunes da Silva Lázara de Oliveira Barros Zélia Maria Elias de Souza	Citadas as três últimas acusadas e expedido mandado de prisão preventiva em desfavor de Christiane em 18/08/2000	Art. 304, sendo que na forma do art. 71, ambos do Código Penal, para a primeira acusada (Christiane)
10	2001.35.0 0.00.1937 -0	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva	Situação: em tramitação	S/ informação
11	2001.35.0 0.005233- 2	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva	Situação: em tramitação	S/ informação
12	2001.35.0 0.001977- 7	Goiânia/GO 11ªFederal	Tadeu Honorato Silva Erika Cássia Hilário de Araújo	Situação: réu preso	Art. 231, §§ 2º e 3º c/c art. 14, incisos I e II, na forma do art. 71
13	2001.35.0 0.007519- 8	Goiânia/GO 11ªFederal	Zenilde Borges Zenaide Borges José Rexach Sidera Wellington dos Reis Waldivino Gomes da Silva	Zenilde, Zenaide e José Rexach: Decretada prisão preventiva e oficiado ao Ministério das Relações Exteriores para viabilizar a extradição dos denunciados	Art.288 e 231, caput e § 3º, c/c arts. 29 e 69

Fonte: Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. Julho de 2002

A única informação obtida em Brasília do processo judicial é a que se refere à cabeleireira que levou algumas garotas de Brasília para Madri e foi indiciada por tráfico, sendo que as informações são limitadas porque o processo está em ‘segredo de justiça’.

⁷ Esta informação foi conseguida por entrevista informal.

No caso de Goiás, na verificação dos processos, observou-se que em três deles, há registro de vítimas adolescentes, com a configuração de crime de falsificação de documentos. De forma geral, os casos que têm registro, como também pode ser observado na mídia, referem-se às mulheres com mais de 18 anos. Isso não significa, no entanto, que o tráfico seja exclusivamente de mulheres, como se pode observar no depoimento da pesquisadora:

“ O Delegado da Polícia Federal lembrou as dificuldades em identificar as menores de 18 anos, pois algumas vão tirar o passaporte com documentação falsa e nem sempre é possível perceber.”(Goiás)

Situação diferente apresentou o Delegado de Brasília dizendo que:

“não há tráfico de adolescentes, a maioria das meninas que vão para a Europa, já ‘estão na vida’ (...) Quando vão tirar passaporte, têm características bastante similares, são geralmente louras, altas, vestido chamativo, baixa instrução, moradora da Asa Norte”.

A Polícia Federal de Anápolis identificou também as características de profissões declaradas:

“O Delegado da Polícia Federal de Anápolis, ressaltou os altos índices de mulheres jovens que embarcam para a Espanha e que, provavelmente estejam envolvidas com a prostituição, uma vez que são mulheres com profissões de rendimentos baixos, tais como manicura, babá, estudante e cabeleireira, sendo difícil acreditar que viajam à Europa como turistas”. (Goiás)

O crime de falsificação de documentos aparece de forma constante, levando à necessidade de melhor investigação sobre a forma de atuação dos aliciadores junto às adolescentes, na medida em que estão sendo traficadas com documentação de outrem, forjando especialmente a questão da idade. A exigência de maioridade acima de 18 anos, ou então a presença e autorização dos pais para a retirada do passaporte, revela que a forma utilizada para traficar adolescentes, passa necessariamente pela falsificação de seus documentos.

No caso de Mato Grosso do Sul, a presença da rede do tráfico, juridicamente registrado, aparece na mídia, em Dourados, por meio da presença de aliciadores com residência naquele município. No entanto, segundo os Delegados da Polícia Federal de Dourados e

Ponta Porã “*não há casos de tráfico no Estado*”, tipificado juridicamente conforme Artigo 231⁸ do Código Penal:

“Não adianta preencher este formulário, se aqui em Dourados nunca aconteceu o tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes; as autoridades confundem muito tráfico com o transitar de pessoas, ninguém vai a força, existe uma escolha”.

“Não existe tráfico em Ponta Porã, pois ambas as partes entram em comum acordo, aliciado e aliciador, é impossível coibir tal questão, pois esta região é de fronteira”.

Mesmo com esses posicionamentos, no levantamento feito na Polícia Federal, nas quatro unidades da federação, obteve-se o seguinte quadro:

Quadro 6: Inquéritos Policiais localizados na Polícia Federal dos estados da Região Centro - Oeste e Distrito Federal

Nº	Estado	Cidade	Data Autuação	Número	Resumo ⁹	Situação Atual	Traficados
01	Goiás	Goiânia	2000	001002000 Flagrante	231 § 03 item II	Relatado	M ¹⁰
02	Goiás	Goiânia	2000	001512000 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
03	Goiás	Goiânia	2000	004242000 Flagrante	231	Relatado	M
04	Goiás	Goiânia	2000	004852000 Portaria	231	Relatado	M
05	Goiás	Goiânia	2000	005792000 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
06	Goiás	Goiânia	2000	006652000 Portaria	231	Andamento	M
07	Goiás	Goiânia	2001	000102001 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
08	Goiás	Goiânia	2001	000182001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
09	Goiás	Goiânia	2001	000232001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
10	Goiás	Goiânia	2001	00222001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
11	Goiás	Goiânia	2001	000302001 Portaria	231 § 02	Andamento	M

⁸ “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.”

⁹ Enquadramento no Código Penal Brasileiro

¹⁰ M – Mulheres A - Adolescentes

12	Goiás	Goiânia	2001	000552001 Portaria	231 § 02	Andamento	M
13 ¹¹	Goiás	Goiânia	2001	006132001 Portaria	231 § 02	Andamento	M
14	Goiás	Goiânia	2001	006122001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
15	Goiás	Goiânia	2001	007222001 Portaria	231	Relatado	M
16 ³	Goiás	Goiânia	2001	007772001 Flagrante	231	Andamento	M
17	Goiás	Goiânia	2001	007852001 Portaria	231 § 03	Andamento	M
18	Goiás	Goiânia	2002	000102002 Flagrante	231 § 03	Relatado	M
19	Goiás	Goiânia	2002	000282002 Portaria	231	Andamento	M
20	Goiás	Goiânia	2002	000892002 Portaria	231	Andamento	M
21	Goiás	Goiânia	2002	001142002 Portaria	231	Andamento	M
22	Goiás	Goiânia	2002	001132002 Portaria	231	Andamento	M
23	Goiás	Goiânia	2002	001492002 Portaria	231 § 03	Andamento	M
24	Goiás	Goiânia	2002	001562002 Portaria	231	Andamento	M
25	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
26	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
27	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
28	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
29	Distrito Federal	Brasília	2002	Segredo de Justiça	-	-	-
30	Mato Grosso	Cáceres	2002	125/02 Flagrante	227, 228, 231, 307.	Andamento	A

Fonte: Oficina de Sistematização e Relatórios Estaduais. Julho 2002

É na Polícia Federal de Goiânia que se encontram 80% dos inquéritos da região Centro-Oeste e a polícia mostrou-se conhecedora da situação de tráfico. Mesmo estando os inquéritos em segredo de justiça, alguns dados foram possíveis de serem conhecidos através das entrevistas com os Delegados.

¹¹ Inquéritos manuseados

Foram encontrados também outros 04 (quatro) inquéritos que estão arquivados e, portanto, desconsiderados como dados de casos existentes. Vale observar que apenas 03 (três) inquéritos foram liberados para leitura dos pesquisadores, sendo que constataram-se os seguintes dados:

- Nos inquéritos, das 08 (oito) mulheres “aliciadas” somente 01 (uma) das que viajaram para o exterior não tinha conhecimento da natureza do trabalho que realizaria, supostamente trabalharia como garçõete em bares, clubes, dama de companhia ou babá;
- Todas afirmaram que chegaram endividadas, assinaram recibos, ficaram em cárcere privado, sofreram maus-tratos e ameaças que incluía seus familiares;
- Todas embarcaram no aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia-GO, passaram por São Paulo, foram para a Espanha e somente uma foi para Portugal.
- Dessas oito mulheres que foram para o exterior, quatro retornaram para o Brasil, via embaixada, após denúncia de seus familiares;
- 6 (seis) mulheres, portanto, a maioria foi contatada em boates.

Observou-se ainda que, pela ação da Polícia Federal, há um crescente número de inquéritos em andamento, sendo que em 2002, houve a abertura de 12 (doze) novos, sendo 7 (sete) em Goiás e 5 (cinco) em Brasília. Pela ação da Polícia Civil do estado de Mato Grosso, em Cáceres, houve a abertura de um inquérito. O número de inquéritos novos no ano de 2002 representa 46% do total levantado pela pesquisa.

Ao questionar a Polícia Federal de Mato Grosso do Sul sobre a inexistência desse tipo de crime no estado, especialmente por causa da proximidade das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, há uma justificativa histórico-cultural de que as regiões fronteiriças desses países não são tratadas como “exterior”, como afirmou o Delegado:

“ nós todos temos meio que um sangue guarani. Não tem fronteira, não tem divisão. Às vezes penso que nós não índios também vivemos um pouco isso! Essa história da fronteira como algo somente imaginário, que não tem divisas, é muito presente. O trânsito Brasil-Paraguai não é considerado para nós como algo

internacional. Não tem essa coisa de outro país. Assim também é com a Bolívia.” (Mato Grosso do Sul)

O trânsito de pessoas entre os dois países é de tal forma natural e corriqueira, que os crimes ocorridos, na maioria das vezes, não é caracterizado como internacional, conforme se observa nos depoimentos das equipes da pesquisa:

“em Cáceres, o trânsito para a Bolívia é tão normal, que as pessoas ficam na rodoviária esperando o táxi que traz bolivianos ou paraguaios e leva outros de Cáceres para San Matias.” (Mato Grosso)

“em Corumbá, também o caso é igualzinho. Tem até ônibus de um lado para o outro. A fronteira é diferente. Também as adolescentes que atravessam a fronteira, têm a compreensão que estão indo apenas em uma outra cidade, não em um outro país. Falam as duas línguas...” (Mato Grosso do Sul)

Ainda sobre a realidade de Mato Grosso do Sul, os processos judiciais acessados através de informações de diversas fontes, possibilitaram localizar a participação da Polícia Federal quando os casos envolviam a presença de adolescentes paraguaias. Nesses casos, a atuação desse órgão, do ponto de vista jurídico, foi no sentido de ‘repatriação’, não sendo efetivado nenhum outro procedimento.

Os três casos de Mato Grosso do Sul encontrados pela pesquisa, com a presença de adolescentes paraguaias em território brasileiro, não têm nenhum inquérito ou processo judicial por tráfico de acordo com o artigo 231 do Código Penal. Em 02 (dois) casos houve a participação da Polícia Rodoviária Federal, cuja atuação se deu no sentido de recambiamento das adolescentes e/ou encaminhamento para os Conselhos Tutelares, sem nenhuma notificação de crime e/ou tipificação de tráfico, ou mesmo registro de ocorrência em Delegacias de Polícia.

Observou-se em diferentes órgãos públicos que trabalharam nos mesmos casos em Mato Grosso do Sul que a ação da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal-PRF, agiu diante das situações de forma a encaminhar o caso para os Conselhos Tutelares, sem, no entanto, tomar qualquer providência no sentido de investigação e responsabilização.

Segundo a PRF de Mato Grosso, os casos de adolescentes encontradas, que estavam em companhia de caminhoneiros, em situação de exploração sexual, não tiveram, até o

momento, qualquer alerta para verificação se aqueles profissionais estão participando da rede de tráfico ou mesmo se há rotas que estão sendo configuradas neste crime. Essa forma de ação da PRF parece comum, tanto em suas barreiras de estradas exclusivamente nacionais como aquelas de acesso internacional.

Ao buscar os casos de tráfico no Poder Judiciário Estadual, Ministério Público e Polícias Cíveis e Militares, já sabedores que a tipificação do tráfico doméstico inexistia na legislação e que as fronteiras latino-americanas para este crime, praticamente estavam desconsideradas pela Polícia Federal, os casos que a equipe da pesquisa tipificou como tráfico foram encontrados em outros artigos do Código Penal, tais como:

“Mediação para servir a lascívia de outrem

ARTIGO 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.

Favorecimento da Prostituição

ARTIGO 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém abandone:

Casa de prostituição

ARTIGO 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Rufianismo

ARTIGO 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.“.

Em alguns órgãos do sistema de responsabilização, houve a identificação de casos de tráfico e, quando a equipe pesquisou o processo no Poder Judiciário, percebeu que o crime de tráfico foi descaracterizado no processo judicial como explica a pesquisadora de Mato Grosso do Sul:

“O caso Samara foi citado como tráfico tanto no Ministério Público, quanto na Delegacia da Mulher, na equipe de investigação do COMCEX e no Conselho Tutelar. Acreditamos que tínhamos um caso de tráfico registrado. Quando pegamos o processo na 4ª vara, verificamos que a dona da boate embora tenha sido denunciada por tráfico, no Poder Judiciário houve a descaracterização do crime.”.

O não enquadramento no crime de tráfico foi tratado no despacho do Juiz da Vara de Delitos contra a Saúde Pública e Cartas Precatórias Criminais de Campo Grande com a seguinte argumentação:

"No aspecto relacionado com o crime do art. 231, §§ 1º e 3º, do Código Penal, a lição de MAGALHÃES NORONHA é no sentido de que a promoção ou a facilitação visam à entrada em território do País, ou a saída de mulher que se destina à prostituição (DIREITO PENAL, 22ª ed., 1995, v.3, p.274), e NELSON HUNGRIA, por sua vez, esclarece que "o Código atinge o tráfico de mulheres somente na fase de transporte da vítima, não o considerando na fase preparatória do recrutamento" (COMENTÁRIOS, vol. 8º/290, 1981).

*Na hipótese dos autos, não foi produzida nenhuma prova no sentido de que NMM, vulgo 'Samara', tenha promovido ou facilitado a entrada no território nacional, de mulher que nele viesse exercer a prostituição, ou promovido ou facilitado a saída de mulher que fosse exercê-la no estrangeiro, além do que, e especificamente em relação as **prostitutas menores** que foram localizados em seu estabelecimento comercial, as que vieram do estrangeiro, no caso Paraguai, é sabido que tinham livre acesso em nosso território, e não consta que nele tenham penetrado com a promoção ou facilitação de NMM, vulgo 'Samara', haja vista o depoimento prestado pela **menor CEM**" (f. 211/212) (grifo nosso).*

No caso citado, por se tratar de 04 (quatro) adolescentes paraguaias que estavam em situação de exploração sexual com cárcere privado em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, Brasil, embora o inquérito tenha tipificado no artigo 231, o Poder Judiciário considerou o livre acesso ao território como justificativa para o não enquadramento.

O processo encontrado em Alta Floresta, Mato Grosso, está na Vara Criminal desde 1998, enquadrado nos Artigos 228 e 229 do Código Penal. Neste caso, especificamente, a legislação brasileira não contempla o crime, posto que o tráfico não tem o caráter internacional, sendo que seria necessário o enquadramento pelos critérios da Convenção de Palermo, o que ainda não está vigente em nosso País.

Nas entrevistas com diversos responsáveis por órgãos públicos de responsabilização, também observou-se que uma mesma realidade é percebida de forma diferenciada, influenciando os encaminhamentos e as possibilidades de atuação do Estado:

"nessa cidade não existe nenhum caso de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, e a exploração sexual ocorre em virtude de ser uma cidade turística e pelo desnível social. Os processos que tramitam na justiça se referem a rufianismo sem a característica de tráfico".(Poder Judiciário – Mato Grosso do Sul)

*"não há caso de tráfico de mulheres por falta de denúncias e os casos de prostituição são comuns, ou seja, é público e notório".
(Polícia Civil – Mato Grosso do Sul)*

Verificou-se que, de uma forma geral, grande parte dos órgãos de responsabilização trabalha sob a ótica da repressão aos crimes em detrimento da investigação qualificada e preventiva. Espera-se que os crimes ocorram e que a sociedade os torne visíveis para que a ação de responsabilização aconteça. Esta visão foi verbalizada em algumas entrevistas:

"a justiça é morosa e pelo envolvimento de pessoas importantes associada à omissão social, há falta de punição" (Sentinela – Mato Grosso do Sul)

" a gente denuncia muitos casos para a Delegacia, inclusive com os relatos de adolescentes moradores em outros municípios e do Paraguai que estão sendo exploradas em casas e bares. Relatam também a falsificação de documentos e o pagamento de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por menina, para a pessoa que as transporta. O tráfico não é visível aqui. A única denúncia recebida pela Delegacia não foi comprovada a permanência de adolescentes no local".(Sentinela – Mato Grosso do Sul)

"Nas Delegacias de Polícia Civil, inclusive nas Delegacias de Proteção e Defesa da Mulher, nos informaram que não existem casos registrados de tráfico, pois quando ocorre são encaminhados à Polícia Federal. Questionamos então, a respeito do tráfico interno, os responsáveis pelas Delegacias enfatizaram que às vezes existem denúncias, mas quando fazem os depoimentos com as possíveis vítimas, estas negam qualquer possibilidade de coação para a prática da prostituição".(Goiás)

Nos Ministérios Públicos Estaduais, há diferenças no reconhecimento da existência do crime de tráfico, mesmo sabendo, que o Brasil é signatário da Convenção de Palermo:

"Conversando com a Promotora, ela mostrou os quadros que fazem regulamente de levantamento dos crimes que são atendidos pelos promotores de todo o estado e vimos que a questão do tráfico não estava tipificada. Ela disse que vai colocar nas próximas tabelas" (Mato Grosso)

“Conversamos com o Promotor da Infância e Juventude sobre a pesquisa e sobre a definição de tráfico segundo a Convenção de Palermo. Ele nos disse que poderia haver inquéritos na promotoria que evidenciam casos dessa natureza, embora a maioria retrate casos de violência sexual”. (Goiás)

“A Promotoria de Campo Grande citou o caso Samara, como sendo tráfico internacional, mas não conhecia seus desdobramentos. Os outros promotores que entrevistamos não conheciam casos”. (Mato Grosso do Sul)

No caso de Goiás, especialmente, há a visibilidade do tráfico internacional, com repercussão na imprensa e na sociedade e aconteceu a partir do caso ‘Simone Borges’¹². Segundo avaliação da equipe local, cuja importância, muitas vezes pode ofuscar a atenção ao tráfico doméstico. No entanto, ao analisar as rotas do tráfico internacional, verificou-se que, em várias situações, o tráfico doméstico ocorreu anteriormente ao internacional ou faz parte da rota de um mesmo caso.

Quanto à existência dos casos de tráfico no sentido desta pesquisa, nas Polícias Estaduais, verificou-se inexistência de qualquer conhecimento prévio da Convenção de Palermo. Neste caso, mesmo as delegacias da região de fronteira apresentaram despreparo para o enfrentamento desse crime, tendo sido encontrado apenas um caso em Cáceres, cujo flagrante prendeu 02 (duas) mulheres, que transportavam de táxi, três adolescentes para as boates da Bolívia. O enquadramento jurídico se deu pelos artigos 231, 227 e 228 do Código Penal. No entanto, a mesma delegada, ao ser entrevistada sobre a realidade local, manifestou-se de forma diferenciada:

“quando eu perguntei sobre a situação da exploração sexual na cidade com indícios de tráfico, percebi que não havia o reconhecimento da existência desse crime, mesmo eu tendo observado a presença de policiais daquela delegacia fazendo a segurança das boates...” (Mato Grosso)

Mesmo quando foi acatada a temática da pesquisa, pelo sistema policial, não significou reconhecimento dos casos de tráfico, conforme se observa no depoimento dos pesquisadores:

¹² Este caso está melhor explicitado à página 93.

“A Delegada entrevistada, anotou no início do instrumental que não há casos de tráfico registrados. Depois, no final, ela mesma admite o trânsito de meninas do Brasil para o Paraguai e vice-versa que tem a ver com a prostituição. Não sei se ela pensou no tráfico internacional”. (Mato Grosso do Sul)

“A Delegada pegou a estatística que ela tinha dos casos de 2000 e 2001 e aí falou pra gente: ‘os casos que eu acho que se enquadram dentro do que vocês estão procurando, pode ser que estejam aqui nos casos de corrupção de menores’. No meio de tantos casos que fomos lendo juntos com ela, havia dois que pareciam ser típicos de tráfico. Ou seja, ela mostrou os casos pra nós, mas não sei se ela acreditou que podia ser tráfico.” (Mato Grosso)

Em alguns locais também foi percebido pela equipe da pesquisa que a investigação não foi suficiente para a verificação da existência ou não do crime, inclusive não caracterizando nem mesmo a exploração sexual, rufianismo ou outros, conforme observa a pesquisadora de Brasília:

“nós fomos no SOS e depois de fazermos alguns levantamentos, encontramos alguns casos que tinham indícios de tráfico. Quando perguntamos para o Diretor do órgão sobre aqueles casos, o mesmo nos informou que ele havia noticiado a Delegacia da Infância sobre a situação das crianças e que esta tinha devolvido informando que não tinha encontrado nada. As adolescentes moravam num hotel em Brasília, cuidadas por uma mulher, eram ‘liberadas pra fazer o que queriam’. Então a Delegacia não viu nenhum mal nisso”(Brasília)

Além da precariedade da investigação que poderia resultar na responsabilização, em praticamente todos os municípios onde os casos foram encontrados, há participação da polícia nas duas redes: de favorecimento da prostituição e de defesa dos direitos. Em alguns locais a pesquisa observou “*in loco*” as diferentes formas de envolvimento:

“além de observarmos que os policiais fazem turnos alternados tanto nas boates como no turismo em si, tem também um processo de um município do interior em que há o registro do Delegado que recebeu o mandado de busca e apreensão da ré, a dona da boate. Ele solicitou oficialmente reforços para a diligência porque a ré era amante do Capitão da PM”.(Mato Grosso)

Os casos identificados pela pesquisa, através de outras fontes quando envolviam autoridades, especialmente os policiais, além de não serem citados pelos gestores do

sistema de responsabilização, demonstrando que há diferentes formas de encaminhamento da investigação a depender do poder político dos envolvidos:

“Na delegacia perguntamos sobre um caso divulgado na mídia a respeito do envolvimento de um policial. Foi argumentado que não existe inquérito, pois as vítimas negaram tudo”. (Goiás)

“As garotas de programa que trabalham nas grandes boates da cidade são mulheres lindas e decididas, fazem e acontecem na cidade. Nessas boates um programa custa de R\$ 300,00 a R\$1.000,00 os frequentadores chegam no aeroporto e são levados imediatamente de vans para as boates. Contamos como clientes dessas boates, só pessoas de classe alta: políticos, desembargadores, juizes, empresários e turistas que vêm para pescar (...) Tem barcos aqui no porto que fazem ‘festas de família’ até as 22 h. Depois desse horário, acontecem orgias com garotas de todas as idades e é proibido fazer qualquer vistoria nesses estabelecimentos, a não ser que haja alguma denúncia, o que é muito difícil, pois todos que trabalham com prostíbulo, são sempre amparados por alguma autoridade local.”.(Organismo de Controle Social – Mato Grosso do Sul)

“O Motorista entrevistado relata casos de coação para a substituição em todo o Brasil e afirma que em muitos casos só é possível devido ao apoio policial” (Goiás)

“Uma situação parecida foi citada em um dos municípios pesquisados. A dona da boate disse que queria ver quem é que ia fazer alguma coisa contra ela, se era a boate dela que mantinha o combustível e a comida dos policiais” (Mato Grosso do Sul)

Percebe-se que, de um modo geral, a corporação policial brasileira tem entre seus integrantes, pessoas que fazem diferentes trabalhos para além do contrato do serviço público. Em nossa realidade isso não difere. Suas atividades além da função policial estão vinculadas ao mercado de trabalho disponível de acordo com o modelo de desenvolvimento local e as qualificações que dispõe.

“Encontramos parte da força policial, que quando não está de serviço, faz segurança das Boates. Um dos fatores que vimos nos municípios que tem turismo sexual é que ele faz girar muito dinheiro e é tudo por baixo do pano. Então também é uma forma de trabalho extra pra muita gente”. (Mato Grosso)

“No caso da fronteira, os policiais estão fazendo bico dos dois lados... não é só trabalho sujo. Tem policiais que buscam complementar a renda em muitas outras funções”.(Mato Grosso do Sul)

Outra consideração importante é que a temática do tráfico traz à cena também os valores históricos que tangenciam a temática da sexualidade e das condições para sobrevivência, como pode ser observado na afirmação do Delegado de Polícia:

"Sobre os casos de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o meu pensamento é um só: ninguém vai enganado e as garotas que tiramos das ruas, fazem pouco de nossa cara (...) temos casos que contamos como perdido, pois a própria família da vítima retira a queixa na Delegacia. Eu enquanto delegado acho qualquer atitude tomada referente ao combate à exploração sexual inválida, pois devemos trabalhar com a prevenção do problema e não com a consequência. O que vamos fazer com estas garotas, tirar das ruas e boates, para a família passar fome depois? Para ser sincero, eu acho este caso perdido. Nenhuma menina irá trabalhar de secretária do lar, se em poucos minutos recebem o valor que iriam ganhar em um mês".(Mato Grosso do Sul)

No entanto, há profissionais do sistema de responsabilização estadual que fazem análise da problemática de forma a explicitar as contradições existentes na realidade local:

"para os donos de boate, é mais fácil trazer mulheres de fora da cidade, pois assim é mais difícil haver reclamações; as mulheres que ficam nas "wisquerias" são todas vindas de outras cidades, pois as residentes no próprio município tem um acompanhamento mais de perto por seus familiares".(Profissional do Ministério Público - MS)

"Meninas de todas as idades fazem programas pelo prato de comida, pelo sapato, pelo aluguel, para suprir seu vício, para criar seu filho... todas são vítimas de um sistema capitalista, a situação vai piorar". (Profissional/Delegacia – MS).

"É muito difícil acontecer o flagrante, é muito bem organizado o esquema da prostituição. Não existe rota definida, é fácil o acesso à cidade, aonde existe um grande número de garotas de outras localidades e também de nossa região, principalmente na temporada de pesca". (Delegado – Mato Grosso do Sul)

Nas diversas entrevistas realizadas, estudo dos processos e inquéritos acessados pelas equipes de pesquisadores, percebeu-se que há equívocos legais nos encaminhamentos, seja para a responsabilização, seja para a proteção das vítimas:

"no caso de meninas de um dos municípios pesquisados que estavam em situação de exploração sexual em outra cidade, o Conselho Tutelar relatou que a polícia fechou a boate, prendeu as meninas e depois chamou a dona da boate prá que ela

recambiasse para o Conselho Tutelar do município de origem.”
(Mato Grosso)

“De forma extra-oficial, nos informaram, numa Delegacia, o caso do baterista de uma banda famosa em Goiás que havia sido preso em flagrante ‘aliciando’ mulheres para prostituir na Europa. Entretanto, com a transferência do acusado para outra Delegacia todos os registros do caso sumiram”. (Goiás)

Há um pensamento geral da rede de responsabilização, especialmente nos serviços de investigação, que as pessoas traficadas concordam com as “condições de trabalho oferecidas”. A configuração de fraude, por parte das autoridades, nesses casos, depende de juízo de valor sobre a opção entre “trabalho decente” (sem venda de serviços sexuais) e trabalho sexual. A gravidade do crime, nesse sentido, é medida pela aceitação das condicionalidades “oferecidas” pelo aliciador, o que, segundo os entrevistados, não pode ser analisada de forma tão linear:

“ tem muita gente ainda que acha que a menina tá indo porque quer e isso é horrível. Nós temos gente do governo falando assim: esse é um crime de difícil tipificação porque as mulheres vão porque querem. O querer é uma coisa complicada. Eu fico pensando sempre se eu tô numa situação completamente difícil, entre querer trabalhar como empregada doméstica ou como lavadeira, fica difícil querer; o que é o querer, dentro de uma situação de alguém que não tem nada? então, pode ser uma coisa de querer menos violência ou então querer mais dinheiro para sustentar sua família...” (ONG – Mato Grosso do Sul)

“as mulheres às vezes falam que tem dois ou três filhos para criar, daí elas falam que precisam se prostituir para manter e garantir o alimento dos filhos. Ganham mais do que limpar chão dos outros. É também uma forma imposta pra que ela se prostitua. Ma se for a questão da falta de oportunidade ainda é pior para os adolescentes e para as travestis. As travestis pela questão do preconceito e o adolescente porque geralmente ele não arruma emprego no mercado de trabalho e os pais não têm uma condição de vida boa que possa sustentar esses adolescentes da maneira que eles gostariam.” (ONG - Mato Grosso do Sul).

Completando a rede de responsabilização, os Conselhos Tutelares foram fonte de casos novos, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para além daqueles já conhecidos nos demais serviços. No entanto, nenhum caso foi registrado como tráfico. No Conselho Tutelar de Dourados, após esclarecimento da compreensão de tráfico pela pesquisa, foi

informado que esta problemática é muito comum no município, enfatizando que nas ruas, nas boates, nos bares e nas agências de acompanhantes, encontram-se mulheres e adolescentes de origem paraguaia e de outras regiões do país.

No caso de Alta Floresta, sobre o registro de 15 (quinze) adolescentes desaparecidas, após estudo conjunto da equipe da PESTRAF com conselheiros, observou-se que estes tinham indícios de tráfico para exploração sexual, com o aliciamento e transporte para os estados do Pará e Maranhão. Das informações disponíveis, foi possível incluir apenas dois casos na pesquisa.

Nos estados de Goiás e no Distrito Federal não houve o registro de casos por parte dos Conselhos Tutelares e a temática do tráfico mostrou-se nova no cotidiano desses colegiados.

Os casos encontrados, sendo dois em Alta Floresta e um em Ponta Porã, referiram-se a registro de desaparecimento e exploração sexual com recambiamento para cidades ou países de origem, como o Paraguai, com a participação do CODENI (Consejo de Defensa de Niños), um serviço de proteção à infância com características similares aos Conselhos Tutelares do Brasil, estabelecidos pela Lei nº 1680 – Código de la Niñez y la Adolescência.

Diante dessa situação, podemos inferir que os Conselhos Tutelares não contribuem na atualidade, para o desvelamento desse crime.

A falta de integração entre o sistema de responsabilização e o sistema de proteção e promoção faz com que as vítimas não usufruam das possibilidades de atuação de um e de outro. Se há incorreções no encaminhamento dos casos dentro do sistema de responsabilização conforme verificado anteriormente, a relação entre este e o atendimento às vítimas ainda é mais dificultado:

“a Polícia Rodoviária prendeu um caminhoneiro com uma adolescente. Levou para o Conselho Tutelar. O Conselheiro ‘passou um sabão no cara’, ligou prá mãe da criança, avisou que estava mandando a menina de volta e o caso acabou aí.” (Mato Grosso)

“tem casos que acontecem que não sabemos a lógica dos encaminhamentos: a Polícia Rodoviária retirou as adolescentes do restaurante e entregou para o Conselho Tutelar de Sidrolândia que

encaminhou para o de Ponta Porã. O Conselho Tutelar de Ponta Porã entregou para o CODENI no Paraguai, que por sua vez, mandou as meninas irem para suas casas. Acabou o caso”. (Mato Grosso do Sul)

Na rede de proteção pública, foram encontrados quatro casos no SOS Criança Desaparecida de Goiânia e um caso no Programa Sentinela de Cáceres, neste último percebeu-se que mesmo sendo destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a questão do tráfico não aparece nos documentos normativos e orientações.

Mesmo sem atender os casos algumas equipes do Programa Sentinela demonstraram conhecer as vulnerabilidades para o tráfico, sem necessariamente conhecer a tipificação deste crime. Isto pode ser verificado nos trechos das entrevistas, a seguir:

"esta é uma região de fronteira, sendo difícil de ser fiscalizada, temos meninas e mulheres brasileiras e paraguaias que estão trabalhando como garotas de programa do outro lado da rua ou melhor no Paraguai e pouco podemos fazer, estamos quase de mãos amarradas. Aqui a miséria é muito grande, fazendo com que a exploração sexual também seja grande, tanto aqui como no Paraguai. São várias as formas com que esta questão vem se alastrando, entre elas temos as casas de prostituição, o tráfico de drogas, que vem de mãos dadas com a prostituição em quase todos os casos, salões de cabeleireiros, leilões de adolescentes brasileiras em casas comerciais e residências, book montado em agências com garotas de variadas características, sendo algumas universitárias, para amostra de seus clientes, turistas ou não, tudo isto está na linha divisória" (Sentinela – Mato Grosso do Sul).

"Outro ponto que favorece esta prática são as boates, as meninas são praticamente adotadas por donos de boates e wisquerias. A população daqui tem a visão desta prática, como um trabalho social. As meninas aprendem a escovar os dentes, ganham roupas da moda, são alfabetizadas; a família das meninas ganham um sacolão por semana para fingirem que nada está acontecendo. Teve uma mãe que veio ao Sentinela para dizer que não era para atrapalhar o futuro de sua filha; que ela estava muito bem e que a dona da boate era como a mãe que ela não pode ser para sua filha".(Sentinela – Mato Grosso do Sul).

No trabalho da pesquisa com as organizações não-governamentais que participam da rede de proteção/promoção foram relatadas situações de exploração sexual, mas em poucos

casos foi possível tipificar o tráfico, conforme se observa nos depoimentos dos pesquisadores:

“Aqui no estado, só uma organização sabia especificamente do que a gente estava pesquisando. Acredito que é porque está envolvida no combate à exploração de crianças e então fica atenta à realidade e o que está acontecendo no âmbito nacional e internacional” (Mato Grosso do Sul)

“Nas entrevistas com o instrumental específico para as ONGs e OGs, o Fórum Goiano, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e as instâncias da Polícia Federal em Goiânia, foram as entidades que tiveram maior facilidade em adequar suas respostas aos termos utilizados. As demais entidades demonstraram dificuldades com a abordagem sobre o tráfico e exploração sexual” (Goiás).

“Nós encontramos um caso através de uma ONG que trabalha com meninas. A gente também foi com as ONG/AIDS para conhecer o trabalho com profissionais do sexo, mas nenhuma discute o Tráfico.”(Brasília)

“Nós não temos praticamente organização que trabalha com essas questões. O que tem é a Pastoral da Mulher Marginalizada que já até fez cartilha alertando as Mulheres antes de ir para a Espanha” (Mato Grosso)

Mesmo com essas dificuldades de desencadear a discussão sobre a temática nas organizações da sociedade civil, devido ao pouco conhecimento e/ou envolvimento com o assunto, observou-se maior disponibilidade para o trabalho com a temática do que o sistema de responsabilização. No entanto, em alguns casos é possível que façam parte da rede de proteção às vítimas sem conhecimento sobre a situação de tráfico pela qual estas tenham passado e cujo reconhecimento foi feito apenas pelos pesquisadores:

“é o caso do abrigo para migrantes: as meninas do Paraguai, quando foram tiradas da boate, foram pra lá e quando entrevistamos as coordenadoras, elas falaram que não sabiam de nada. Acho que no caso dos abrigos, pode ser que eles realmente não sabem de nada. As meninas tinham ido pra lá e elas pensavam que era caso de exploração sexual ou de fuga de casa... algo assim..” (Mato Grosso do Sul)

No sistema de proteção, as respostas são mais imediatas às temáticas emergentes que o sistema de responsabilização e, no caso do primeiro, a sociedade civil é mais ágil que o setor governamental. Em alguns casos verificados no sistema de responsabilização, observou-se uma tendência em não reconhecer a possibilidade de ação preventiva:

“ Numa cidade do interior nós ouvimos o escrivão da polícia que ‘aqui na cidade tem uma moça que vai abrir uma boate, ela é da cidade e veio da Espanha com um espanhol, foi dado o alvará no centro. Tem um bairro apelidado de ‘Espanha’, pessoas que vão para a Espanha uns voltam doentes e outras bem sucedidas mais nada de ocorrência. Tem muitas falas e comentários pelas ruas, mas nada se pode fazer não tendo algo palpável como a ocorrência’.” (Goiás)

“nós perguntamos prá polícia e eles disseram que não tinham nenhuma denúncia e vimos que a entidade não governamental já estava fazendo o trabalho e afirmava que tem um número tão

grande de mulheres que está indo, que não adianta combater a ida. Tem que esclarecer para quem vai, o que ela está indo fazer e como deve proceder, onde fica a embaixada, algum apoio...”
(Mato Grosso)

Observando os depoimentos é possível perceber que o Estado brasileiro não desconhece a existência do crime de tráfico e o seu funcionamento. A atuação diferenciada do sistema de responsabilização parece ter a ver, inclusive, com a visibilidade local do tráfico de seres humanos e com valores histórico-culturais dos gestores públicos. De qualquer forma, a ação de responsabilização da rede de favorecimento do tráfico e/ou de proteção a vítimas é complexa e necessita sempre de aprofundamento.

Dado que o tráfico de seres humanos para exploração sexual é realizado através de “rede”, há atores individuais e coletivos que a compõe e conhecem a realidade, como afirma o pesquisador:

“Entrevistando as adolescentes do centro, as mulheres da rodoviária e os meninos do Projeto EROS, vimos que se temos uma rede de enfrentamento, existe também tem uma de aliciamento. Só que eles conhecem mais a gente que nós a eles” (Mato Grosso do Sul)

A rede do tráfico tem grupos que a operam, construindo situações que podem envolver diversos tipos de comprometimento, sendo que há casos de pessoas e/ou organizações que podem estar sendo envolvidos desconhecendo sua participação na rede de tráfico:

“ O caso pego pela Delegada, segundo ela mesma, o motorista de táxi da Bolívia realmente não sabia o que estava acontecendo e desconhecia totalmente as pessoas que estava transportando. Poderia estar sendo usado pela rede de tráfico.”
(Mato Grosso)

“ As políticas públicas relacionadas com a prevenção da Aids já tem os caminhoneiros como público alvo, mas não possuem nenhuma ação para que eles possam tomar consciência da possibilidade de envolvimento no crime de tráfico”.(Mato Grosso do Sul)

A rede do tráfico foi observada nos processos judiciais e entrevistas:

“quando os pesquisadores entrevistaram uma garota de uma cidade do interior que conhecia a Samara, que é o caso de Campo Grande, percebeu-se que o dono de uma Boate de lá, ligava para a Samara e para outras pessoas ligadas a ela em outro município para fazer uma certidão que a adolescente trabalhou pra ela, na boate, já sendo maior de idade”. (Mato Grosso do Sul)

“ Quando falamos com o pessoal do Paraguai, vimos também que conheciam todo o pessoal de Corumbá. Todos se conhecem nesse meio.” (Mato Grosso do Sul)

“Observamos na leitura dos processos judiciais que réus de um determinado processo são citados em outros”. (Goiás)

Na rede que aparecem as irmãs Zenilde e Zenaide¹³, há citação de oito estados brasileiros, sendo que aliciamento, compra de passagem, documentação, visto, preparação das meninas, eram ações realizadas sempre de forma articulada e descentralizada. As irmãs são proprietárias de 11 (onze) casas de prostituição na Espanha chamada ‘Rede Cacique’.

O processo de aliciamento, uma das principais ações da rede do tráfico, acontece quando alguém que já é do relacionamento da vítima desencadeia o processo e ocorre nos locais onde vivem e/ou freqüentam os “alvos” do aliciador:

“Ela relatou que a proposta partiu de um amigo que era modelo da agência e se interessou porque o esquema ia ser mais de modelo

¹³ Maiores detalhes dessa rede pode ser verificado no estudo de mídia e no quadro de processos jurídicos.

fotográfico do que fazer programa. Ela afirmou que a vida de prostituição mesmo sendo de luxo, fora do país era “barra”, mas ela ia com certeza num esquema mais leve”.(Distrito Federal)

Os diferentes tipos de aliciamento que foram relatados nos casos mantêm algumas regras comuns, sendo que há diferentes níveis de aliciamento: pessoas que moram nas periferias próximas a outras mais vulneráveis; pessoas que se responsabilizam por toda a cidade e que têm contato com outros aliciadores de grandes centros urbanos. Comandando todo o processo há o dono da boate que faz a demanda para a rede de aliciamento e tráfico, seja de âmbito nacional ou internacional, conforme é observado no relato:

“Numa sexta-feira um rapaz conversou comigo e outras garotas. Acertamos tudo. Já na segunda-feira nós embarcamos aqui para Brasília com roupa nova e mais cinqüenta reais que ele nos deu. Quando chegamos em Brasília já tinha uma mulher no lugar onde descemos e nos levou para kitchenette. A noite fomos para a boate, onde tinha uma reunião para explicar como era o sistema. (sujeito da pesquisa – Distrito Federal)”

O aliciamento é feito, primeiramente, por alguém que detém confiança por parte do aliciado, ou faz a interlocução entre aliciador e aliciado. Além de conhecer as vulnerabilidades porque passam as vítimas, sejam momentâneas ou estruturais, o aliciador oferece condições que induzem as futuras vítimas a vislumbrarem uma possibilidade de saída:

“a promessa que ele fez é que a gente iria faturar bem, depois de um ano e se a gente voltasse antes , ele iria atrás e não ia dar sossego até que voltasse à Brasília “ (sujeito da pesquisa – Distrito Federal)

“os aliciadores utilizam junto à profissionais do sexo, book’s com fotografias das cidades onde elas terão que trabalhar. Tinha uma amiga que ficou deslumbrada com a descrição da vida prometida pelo aliciador: um mês para tratamento médico, muito dinheiro e regalias. Depois ela ligou avisando que tinha sido vendida. Tinha que trabalhar 24 horas, era violentada e vigiada”. (ONG –Distrito Federal).

A rede do tráfico conta com a participação de agências de turismo para os casos de tráfico internacional. Na região centro-oeste, três são citadas: AMA Turismo em Anápolis, All

Flags em Goiânia e, em, Brasília, segundo dados contidos no processo, há a participação de uma agência, mas está em segredo de justiça.

No caso dos hotéis, o Ministério Público de Mato Grosso referiu-se à participação destes na rede de exploração sexual, afirmando que a veracidade desse fato encontra-se em fase de investigação. Em Brasília a PESTRAF entrevistou os donos de hotéis e estes, mesmo não negando que servem à exploração sexual, informaram que no Plano Piloto não aceitam “menores”, o que somente ocorre nas cidades satélites.

A prostituição em Brasília na Asa Norte acontece no interior dos apartamentos e há necessidade de convivência com a realidade para localizar as situações que podem se configurar em pontos de apoio à rede de tráfico, como as kitchenettes, cabeleireiros e cafetões:

“Nenhuma das vítimas é de Brasília. Elas vêm de outros lugares, residem de três a quatro garotas em kitchenettes em uma das lojas comerciais, onde recebem seus clientes, acertados predominantemente por telefone. Essas profissionais são aliciadas nas boates que freqüentam e, selecionadas dentre elas, algumas que vão para o exterior. Encontramos um caso em que a pessoa que escolhe é um ‘gringo’ que leva meninas para Madri e Roma. São escolhidas as que falam bem e mais estudadas” (Distrito Federal)

No caso de as profissionais serem selecionadas para irem para o exterior, uma outra ação é desencadeada pela rede: a preparação para a saída do país. O depoimento da pesquisadora revela que:

“Durante um período de aproximadamente 20 dias as garotas de programa são preparadas, cabelos pintados (o salão de beleza faz parte do esquema) roupas e etc... e doutrinadas a serem discretas durante a retirada do passaporte”. (Distrito Federal)

Em alguns casos, houve o depoimento de garotas revelando outras condicionalidades:

“Rafaela revelou que foi apresentada a um homem, que pediu que ela providenciasse documentos pessoais, fotos e exames de HIV e se preparasse para viajar logo”.(Distrito Federal)

O aliciamento, independentemente da ação da polícia é feito de forma cuidadosa pelos aliciadores, especialmente no que se refere ao transporte seja de forma terrestre ou aérea.

“viajam sempre em duplas e são transportadas pelos aliciadores locais (quase sempre mulher) até o aeroporto quando recebem a passagem e os dólares para embarcarem.” (Distrito Federal)

“quando conversei com uma delas, ela me falou que vieram seis de uma vez, só que de duas em duas, em horários diferentes e aí, quando chegou na rodoviária tinha uma pessoa pra pegar e levar pro apartamento antes de ir pra boate”. (Distrito Federal)

A rede tem a participação de pessoas que estão no comércio sexual e que em alguns casos, passam de traficados a aliciadores, com presença constante de mulheres que já foram profissionais do sexo e homens homossexuais, conforme demonstram os seguintes depoimentos:

“na entrevista, ela fala que tem um gay que é cabeleireiro em Cuiabá, que tem contato com pessoas do interior e que fazem o aliciamento e entram em contato com ele e ai ele encaminha tudo, seja ali para a cidade mesmo ou entra em contato com outros para o caso de ir para a Espanha” (Mato Grosso)

“a aliciadora que a gente entrevistou, também foi traficada antes, mas percebemos que ela não gostava de falar nisso. Percebemos que mulheres que viveram a situação do tráfico e passam da condição de traficado a aliciadora, ficam ligadas aos cafetões lá da Europa e quando voltam ao Brasil tem que levar outras meninas”(Distrito Federal)

“um dos casos que nós conseguimos na justiça como rufianismo, conseguimos localizar a garota. Conversamos uma vez e ela sumiu

do mapa. No pouco tempo que tivemos com ela, percebemos que ela passou de traficada a aliciadora e está ganhando dinheiro”.

(Mato Grosso do Sul)

A idéia de que passar por um processo de violência e ter sobrevivido, não significa sair do “*mundo do comércio do sexo*”. Nas entrevistas com a equipe da PESTRAF foram encontradas situações de mulheres que passaram pelo processo de aliciamento, transporte, fraude, cárcere privado e tortura física e, atualmente, participam da rede do tráfico.

A participação de mulheres na rede do tráfico constitui-se em um dado que merece ser melhor explorado, visto que tanto no tráfico doméstico como no caso internacional, são citadas diversas formas de envolvimento das mulheres em todo o processo do tráfico.

Nos processos judiciais ao levantar-se os réus verificou-se que 70% dos indiciados são mulheres, desempenhando funções de gerente, donas das casas de prostituição (com diferentes nomes, podendo ser boates, wiskerias, lanchonetes, etc), aliciadoras, cabeleireiras, donas de agências de turismo com características semelhantes em cidades do interior brasileiro ou na Europa.

Os homens desempenham, na grande maioria, o papel de segurança ou sócio. No caso de sócios, há a presença de homossexuais masculinos.

“Tem muito gay que está nas boates com a função de cuidar das meninas. Ele leva mais jeito, já passou por situação difícil... então a dona da boate o coloca prá cuidar das meninas e é até bom porque daí ele dá uma força na hora do aperto.”

(ONG – Mato Grosso do Sul)

No caso dos adolescentes masculinos em fase de transformação para travestis, são os mais velhos que “*cuidam*” desse processo, mantendo casas onde se fazem as aplicações de silicone, “*prepara para a rua e para o glamour*”, orienta o uso de hormônios e, em troca impõe regras de conduta e custos sob esquema de segurança armada e código do silêncio.

Se há desobediência poderá não dispor de pontos nas ruas, não ser aceito em outras casas, ter cabelo raspado ou, até mesmo, expor-se ao risco provocado por pessoa não qualificada, na aplicação do silicone, conforme afirma o pesquisador:

“a carência é tão grande e há tanta falta de consciência do direito que ainda chama a travesti mais velha de ‘mainha’ ”.

(Mato Grosso)

O tráfico de meninos para fins de exploração sexual continua sendo bastante invisível para toda a sociedade. O mercado sexual que utiliza meninos ocorre ainda de forma mais clandestina que das mulheres. O fato de suprir a demanda de homossexuais e mulheres significa mais invisibilidade, dado que, mesmo com os direitos dos homossexuais tendo crescente espaço social, a discussão sobre esse público ainda é bastante restrita a seus próprios grupos e no caso das mulheres, não há qualquer visibilidade quando estas contratam serviços sexuais.

No caso dos adolescentes o processo de exclusão ocorrido em vários grupos como a família, escola, igreja, amigos, times esportivos ou, se desejassem cumpri-lo, do serviço militar obrigatório e do trabalho, os incluem de forma completamente vulnerável aos grupos-alvos de aliciadores seja para a exploração sexual, seja para o uso de drogas. As expulsões sofridas das suas raízes afetivas e de segurança social os colocam em busca de novas relações de afetividade e proteção, sem condições objetivas e subjetivas de negociação de condicionalidades ou podendo fazer opções, na medida que a única opção restante é aquela oferecida pelo aliciador:

“Tem menino na rua que está fazendo programa por uma tragada. Não pega nem no dinheiro do cliente. Depois fica no final da noite vendo onde vai dormir. Não ganhou nada na rua... nem dinheiro. Então quando alguém oferece uma viagem aí pra fora ele vai e nem pergunta nada.”(ONG – Mato Grosso do Sul)

Neste público, em especial, o crime, segundo a legislação brasileira, não pode ser tipificado, já que o Código Penal não prevê o crime quando a vítima é do sexo masculino. No entanto, pode ser enquadrado de forma mais abrangente, pela Convenção de Palermo como Tráfico de Seres Humanos. Considera-se, para este caso, os meninos mais vulneráveis para elaboração de uma política pública destinada a eles.

As condições de trabalho dos profissionais do sexo são de vulnerabilidade diante de situações exógenas como a violência, discriminação, doenças sexuais e acrescida a essas temáticas, convivem com valores morais como o pecado sexual e o “*trabalho honesto*”. A caracterização do trabalho sexual como profissão que tem no próprio corpo a força para ganhar o sustento é tratado de forma diferente de outras profissões que também utilizam o corpo, como o catador de café, cortador de cana ou mesmo o ator, o cantor. O que difere é que as práticas sexuais são discriminadas, cercadas de tabus, portanto, não são consideradas como instrumentos de trabalho.

O não reconhecimento da profissão é internalizado pelos trabalhadores do comércio do sexo como estando provisoriamente na “*batalha*”, sem vislumbrar a possibilidade de melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho e organização sindical. Os riscos inerentes às condições de trabalho são justificados pelo “*tipo de vida escolhido*”, não dando visibilidade às reais condições do uso do corpo e não sendo reconhecidos direitos trabalhistas.

A busca por trabalho submetendo-se a condições de violência, no entanto, não pode ser admitida como aceitação por parte do sujeito traficado. Na maioria das situações, a venda de ilusões por parte do aliciador, portanto fraude, foi o determinante para submissão a uma condição oferecida, por desconhecimento das reais condições vindouras, como relata uma pesquisadora:

“nós temos a entrevista de uma mulher que estava com o passaporte tirado, ia pra Espanha e se arrependeu porque alguém da Espanha ligou e falou que as condições de lá eram ruins, que não valia a pena ir... que não era bem do jeito que as pessoas estavam prometendo...” (Mato Grosso)

A migração de profissionais do sexo, seja para localidades próximas ou internacionais; seja por períodos longos ou temporadas responde a duas ordens de necessidades: de um lado procurar melhores condições de trabalho e renda e, de outro, esquivar-se da censura social imposta pelos grupos com os quais convivem, sendo que, na maioria dos casos, fazem referência à sua migração somente para responder à primeira necessidade.

Segundo a Pastoral da Mulher Marginalizada, do total de 325 mulheres que são profissionais do sexo em Rondonópolis -MT, 54 são do município. As demais são oriundas de outros municípios de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília.

No projeto EROS desenvolvido pelo IBISS-CO em Campo Grande-MS, o levantamento dos profissionais do sexo, especialmente das travestis, revelou que entre janeiro de 2001 a junho de 2002, 1445 trabalhadores foram abordados pelos educadores; sendo que 40% identificaram como sendo de Campo Grande. Segundo os educadores, é cotidiana a afirmação que a vinda para Campo Grande, quando a origem é de municípios do interior do Estado, essa migração ocorre devido à busca de grupos com menor discriminação (o que pode acontecer em cidades maiores), como também à melhoria do ganho financeiro. Neste sentido há duas vantagens agregadas: menos discriminação e maior ganho econômico.

"O movimento em Campo Grande estava fraco e as contas eram muitas, a partir desta situação foi tomada a decisão de que a melhor saída era a de ir trabalhar em Bonito (Km21) por algum tempo, na esperança de ganhar muito dinheiro". (sujeito da pesquisa – Mato Grosso do Sul)

"Ao conversar com profissionais do sexo de Brasília, encontrei com uma delas que só vinha pra Brasília às quintas e volta aos domingos para Goiânia. Quando eu perguntei o que ela fazia em Goiânia, ela me disse: 'lá em Goiânia eu sou moça de família. Durante a semana eu cuido da minha família e do meu filho'. As cidades do entorno de Brasília ou mesmo Goiânia e Anápolis abastecem o mercado do sexo de Brasília" (relato do pesquisador de Mato Grosso)

No panorama das políticas públicas, é possível observar valores histórico-culturais que influenciam na formulação de propostas de enfrentamento dessa violência, como a moral sexual que não reconhece o direito de ser profissional do sexo e, por consequência impõe culpabilidade à vítima diante da violência sofrida e constrangimento ao direito de migração.

O direito de ser profissional do sexo e o direito de migrar são inerentes à pessoa. No entanto, isso não é consenso. A busca por melhores condições de vida é mais aceita quando a mulher ou adolescente busca um trabalho que não tem vinculação com o comércio sexual. Neste caso, a luta pela sobrevivência é vista de forma “digna” pela sociedade e, a violência cometida contra esses trabalhadores causa comoção.

No entanto, quando a migração é de mulheres e adolescentes que já faziam programas sexuais antes da migração, a sociedade julga a violência não como tal, mas como penalização pelo “pecado”, como demonstra uma entrevista da equipe de pesquisa:

“ Estávamos na TV ao vivo quando um telespectador ligou e disse que a irmã era prostituta porque queria, então não sabia porque tanto trabalho pra ajudar essas pessoas se tem gente que precisa mais”. (Mato Grosso do Sul)

O que caracteriza o tráfico para fins de exploração sexual, é se essa migração aconteceu mediante fraude, promessas inverídicas, condições de trabalho que não se confirmaram, se há cárcere privado, etc. Se a migração é para um país diferente sem condições de retorno, a pessoa retorna refém de outras por não dominar a língua, as leis, a rede de proteção e de responsabilização daquela localidade.

A submissão às condições apresentadas por aliciadores tem a ver com as vantagens agregadas diante das vulnerabilidades vividas e não significa descaracterização da situação de tráfico, mesmo porque há diferentes formas de viabilizar a aquiescência quando não há igualdade de poder nas negociações. Para o êxito da atuação do aliciador, é necessário o conhecimento da realidade dos potenciais aliciados, trabalho em rede que fragiliza as

relações sociais, como afetividade, família, grupos sociais e insere outros laços como relação de consumo, perspectiva de ganho financeiro e ilusão de sofrimento passageiro.

Sob a ótica da pessoa que viveu a situação de tráfico, existe a negação da violência sofrida. É uma das formas de não reviver as situações da culpa, conforme demonstra as seguintes entrevistas:

“Eu passei por essas situações aí... mas eu acho que não tem outro jeito. Se a gente quer ser desse jeito [travesti], tem um preço a pagar. Daquele dia que você falou que era esse negócio de tráfico, eu preferi não pensar mais nisso...” (Mato Grosso do Sul)

“Dividia o quarto com duas outras meninas, tinha um certo conforto mas ali era só porraloquice, só drogas, marginalidade. Quem não se enquadrasse no esquema, sofria ou ficava louca. Vacilou, a porrada comia. O big boss de lá não era nada bonzinho, eu segurei minha barra. A noite dançava, fazia striptease e atendia os clientes, não tinha muito tempo para outra coisa. Meu sonho era conhecer a Europa, ficou só no sonho (...) Até que conheci um homem que se apaixonou por mim. Ele era alto funcionário do Fórum Filatélico e conhecia um brasileiro da diplomacia local. Eles arrumaram toda a documentação para a minha volta pois estava começando a ficar doente. Foi um ano inteiro.(...) Então voltei mas não me arrependo não, no fundo foi uma experiência apesar da escravidão”.(Distrito Federal)

“Chegando na boate, todas as bagagens ficaram presas pela dona em um quarto, para as garotas não voltarem para Campo Grande e se tornarem dependentes do estabelecimento. A irmã da dona da boate era a gerente do estabelecimento. Era ela quem recepcionava as meninas e fazia, quando necessário, algumas mudanças nas garotas (cortava o cabelo, fazia as unhas e também fazia revista nas bagagens e nas meninas, para

ver se estavam armadas). Os quartos onde as garotas dormiam eram sujos, raramente se fazia uma faxina no local. As meninas eram de várias regiões do Brasil e o relacionamento entre elas era apenas de trabalho, não existia amizade, existia concorrência. Fiz apenas um contato telefônico para meu companheiro, no primeiro dia que cheguei à boate. Depois a dona tomou meu celular e cartão telefônico, não podendo mais fazer contato com meus conhecidos. Durante o dia a dona da boate deixava todas as meninas presas e à noite pedia para elas saírem dos quartos, para se arrumar e fazer programas e shows para os clientes. A alimentação era apenas um sanduíche para o dia todo, alegando que as garotas não podiam comer, pois não beberiam e nem fariam seus clientes beber”.

No entanto, quando questionada sobre ter sofrido alguma violência no exercício da profissão respondeu:

“nunca sofri nenhuma violência sexual pois, sempre que percebia que algo de estranho estava para acontecer, tomava as providências necessárias para não acontecer o pior (...) o pior momento foi quando fiquei presa na Boate, e o melhor momento foi quando consegui fugir do local (...) se nem os animais podem ficar encarcerados, porque prender os seres humanos? Se existe justiça para quem prende um passarinho na gaiola, deve também existir justiça para quem prende uma pessoa injustamente”. (sujeito da pesquisa - Mato Grosso do Sul)

A presença da família nos diferentes casos estudados também se constitui num fator importante para a compreensão das vulnerabilidades.

É comum encontrar famílias que não admitem o conhecimento antecipado do envolvimento de suas filhas com as atividades de prostituição. Sustentam a tese do falso emprego como babás, lavadoras de prato em restaurantes, faxineiras, ou seja, do “emprego honesto”. Numa das entrevistas com uma das mulheres que exerceu atividades de prostituição na Espanha, ela deixa claro que possuía conhecimento do que iria fazer e ainda o “esforço” realizado por sua mãe para que ela aceitasse a oferta:

“Há dois anos atrás, uma mulher de Goiânia, foi para a Espanha se prostituir incentivada pela mãe. Embora, já fizesse programas

aqui, ela teve muitas dúvidas quanto a viajar para a Espanha - tinha medo. Porém, quando a aliciadora prometeu ganhos em torno de R\$ 4.000,00, por semana, foi sua mãe que ficou totalmente a favor da viagem, fazendo pressões com frases do tipo: você já faz isso aqui, ganhando pouco, o que é que custa fazer lá? Tempos depois, quando já havia se livrado dos exploradores na Espanha, começou a mandar dinheiro para a mãe, chegou a mandar uns R\$ 15.000,00 para dar entrada em um apartamento, no entanto, sua mãe gastou todo o dinheiro com seus irmãos...”(Goiás).

A idéia do trabalho como fonte de renda para a família também foi percebida nas famílias paraguaias:

“No caso das famílias paraguaias que visitamos, encontramos os endereços de todas e quando a gente perguntava, eles conversavam sobre o assunto e sempre diziam assim: ‘quando elas foram trabalhar no Brasil...’ a idéia de que tinham vindo trabalhar estava sempre presente.” (Mato Grosso do Sul)

Mesmo que a renda obtida com a profissão traga benefícios à família, há culpabilização pelo ato:

“Entrevistamos o tio de uma mulher que foi para a Suíça exercer atividades de prostituição. Ele admite a ajuda financeira dela para toda a família, entretanto seu constrangimento era visível, tanto que propôs a continuidade da entrevista com sua irmã que teria maiores informações sobre o caso”. (Goiás)

Um dos traços mais visíveis da vulnerabilidade de adolescentes femininas é a maternidade precoce e solitária. A responsabilidade imposta pela sociedade de que “*pariu que cuide*”,

conforme o dito popular e a ausência de políticas públicas de apoio, fazem com que haja a procura de meios de sustentação da prole, submetendo-se às condições oferecidas pelo mercado:

“Ela contou que teve um filho aos 13 anos que era do namorado. Ele não assumiu nada com ela, daí ela se envolveu com a prostituição. Foi à La Paz, fazia programa nas chalanas no período de pesca” (Mato Grosso).

“Em alguns casos, percebe-se que a própria mãe “incentivou” a ida da filha para a Europa. Uma das entrevistadas lamenta que a mãe tenha se esforçado para convencê-la, diante da proposta de ganhar muito bem e com isso garantir o futuro do filho.” (Goiás)

Em Mato Grosso, há vários registros de situações de venda de adolescentes em troca de dívidas com mascateiros, nas áreas extrativistas. A configuração de tráfico não foi possível porque não houve como acompanhar os casos para conhecer as condições em que foram expostas as adolescentes.

Em Goiás, a equipe PESTRAF entrevistou um caminhoneiro que trabalha há muitos anos e, sua trajetória, incluía viagens internacionais (Argentina) e para a região norte do País. Em seus relatos enfatizava a condição das meninas “*trocadas*” muitas vezes pelos próprios pais nos postos de gasolina para prostituírem-se e, dessa forma, pagarem as dívidas e alimentar a família.

Por outro lado também à mulher, é socialmente vinculado o conceito de responsabilidade para com os filhos, inclusive com sentimento de culpa quando não provê o seu sustento. Nos casos levantados percebe-se que a avó tem papel importante nos cuidados físicos e afetivos do neto, e à mãe cabe o sustento dos filhos e do restante da família.

No caso do tráfico para fins de exploração sexual, o relacionamento de manutenção da família por parte das mulheres traficadas é uma das formas de enfraquecimento da sua ação na denúncia das violências sofridas, sendo que foi observado em Mato Grosso do Sul que há uma relação de poder entre o aliciador e a família da aliciada:

“Quando a gente foi falar prá ela sobre o Boletim de Ocorrência que devia ser feito na Delegacia e que eram vários crimes que ela tinha passado, a garota nos disse que só queria denunciar mesmo pra ver se colocava medo na aliciadora que estava em Campo Grande, porque ela tinha ido ameaçar a família dela dizendo que tinha que pagar o que devia que senão podia querer receber tudo o que tinha dado adiantado e um pouco mais. Observamos que ela tinha muito medo que alguma coisa acontecesse com a família dela, quer dizer, com a mãe e os dois filhos.” (Mato Grosso do Sul)

Em Goiás, ao entrevistar os pais de uma mulher traficada e morta na Espanha, vítima do tráfico, percebeu-se que a família transformou a dor da perda na luta contra a rede de favorecimento ao tráfico. Essa postura garantiu visibilidade ao fenômeno que, de uma condição doméstica, tomou uma dimensão pública, portanto, política:

“Depois das lutas desse pai para garantir o traslado do corpo da filha, para evitar que ela fosse enterrada como indigente na Espanha, ele começou a coletar dados sobre o tráfico. Fez um dossiê com recortes de jornais, documentos, tudo que se relaciona ao tráfico de seres humanos. Nessa caminhada participou de encontros, sessões especiais nos parlamentos, debates em Universidades, que inclui um encontro com pessoas da Embaixada da Espanha no Brasil, onde apesar de sua simplicidade, foi capaz de reconhecer que embora existam traficantes espanhóis que exploram mulheres ou adolescentes sem o menor escrúpulo, não se pode responsabilizar todo o povo Espanhol. Mesmo lembrando que sua filha não voltará, ele se conforta em saber que através de sua luta, muito pode fazer por outras famílias.” (Goiás).

Toda a situação porque passam essas mulheres, as adolescentes e as mais velhas, é decorrente da situação excludente do mundo do trabalho oficial e da cidadania e incluído nos grupos que vivem à margem das políticas públicas. É o esgarçamento social que exclui do mundo dos direitos para incluir no mundo da barbárie que serve aos que detém poder: da força, do capital, da política, do mundo das idéias.

***PROSTITUIÇÃO, MARGINALIDADE
E HISTÓRIAS DE VIDA***

VERALÚCIA PINHEIRO*

* Mestre em Educação Brasileira/UFG e participou da Pesquisa em Goiás sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial.

Ainda é cedo amor mal começaste a conhecer a vida, já anuncias a hora de partida sem saber mesmo o rumo que irás tomar, (...) em cada esquina cai um pouco a tua vida, em pouco tempo não serás mais quem tu es...

(...) O mundo é um moinho, vai triturar teus sonhos tão mesquinhos, vai reduzir as ilusões a pó, preste atenção, querida de cada amor tu herdarás só o sinismo, quando notares estarás à beira do abismo, abismo que cavaste com teus pés... (Cartola).

Do ponto de vista do senso comum e, talvez, não apenas dele, a abordagem do tema “prostituição” encontra-se vinculada ao submundo, aos lugares povoados por diferentes personagens e às mulheres que, de início são bonitas e jovens, mas, muito rapidamente, decaem, tornam-se doentes e infelizes. Nesse mundo, onde não há lugar para justiça, solidariedade e amizade, transitam indivíduos conhecidos como cáftens e cafetinas, que são pessoas cruéis, capazes de atitudes sórdidas por dinheiro. O presente artigo¹⁴ analisa dados da “*Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para*

Fins de Exploração Sexual Comercial através da narração de nove personagens¹⁵ do centro-oeste (Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) envolvidos de alguma forma com a prostituição: os pais de Juliana,¹⁶ uma mulher de 25 anos, que morreu na Espanha onde morava e exercia atividades de prostituição; Fernanda, de 27 anos, ex-prostituta, agora uma mulher casada que mora na Espanha e veio ao Brasil buscar a filha; João, caminhoneiro, cujas viagens por todo o Brasil o credenciam a falar sobre prostituição e tráfico de meninas; Pedro, cuja sobrinha de 22 anos atualmente mora

¹⁴ Os dados apresentados foram fornecidos pelas Equipes de Pesquisadores da Região Centro-Oeste, coordenada por Estela Márcia Scandola, representante do Instituto Brasileiro Pró-Sociedade Saudável – Centro-Oeste – IBISS-CO.

¹⁵ As entrevistas foram realizadas com os seguintes indivíduos: Pais de Juliana – Sr. Luiz e D. Mara (Goiás); Fernanda (Goiás); João – Caminhoneiro (Goiás); Pedro (Goiás); Sara (Mato Grosso); Mariana (Mato Grosso do Sul); Michele, Ana e Rafaela (Distrito Federal).

¹⁶ Os nomes são fictícios.

na Suíça e, provavelmente, ainda se prostitui. As cinco últimas garotas citadas neste trabalho (Mariana, Sara, Michele, Ana e Rafaela) todas ainda se encontravam na atividade

da prostituição no período de realização das entrevistas. Com base nos depoimentos realizados, pretende-se recompor parte dessas histórias e discutir as questões relacionadas à prostituição que parece estar vinculada à necessidade de sobrevivência no contexto de um violento processo de exclusão social. Pretende-se, ainda, estabelecer um diálogo entre os dados coletados e os autores que tratam da prostituição, dos valores e da violência, categorias que muitas vezes se entrelaçam ou se confundem:

Era nossa filha adotiva, foi adotada quando bebê, de uma mulher que morava na “zona” em Nerópolis. Estava no ponto de ônibus, vi aquele bebê com a cabeça toda cheia de feridas, me ofereci então para cuidar da menina até que as feridas sarassem. Ela aceitou, a partir desse momento eu e minha mulher passamos a cuidar da Juliana. Quarenta dias depois, a mãe biológica voltou, viu que a menina estava bem cuidada, disse que era muito difícil para ela criar a filha, pois morava em um prostíbulo e a “Dona” não queria criança lá. Então, ela resolveu doá-la, registramos ela como nossa filha e pronto (pai de Juliana).

Quando fala da filha, o Sr. Luiz parece reconstruir, com imagens de hoje, as experiências do passado, pois, de acordo com Bosi (1995:55), a memória é algo que o indivíduo possui de forma dependente de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com os grupos sociais de convívio. Dessa forma, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão à disposição do indivíduo, no conjunto de representações que povoam sua consciência atual. Portanto, a lembrança de um fato antigo não é a mesma imagem experimentada no passado, porque a visão de mundo das pessoas se modifica e, com ela, suas idéias e valores. O fato de alguém recordar o passado

no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Na história de vida de Juliana, o passado (quando foi adotada) e o tempo em que se envolveu com prostituição através das “aliciadoras” guardam semelhanças. Seus pais adotivos permanecem em silêncio, não relacionam tais fatos. Talvez porque a verdadeira família de Juliana nada tenha a ver com as atividades de prostituição que sua mãe biológica exercia, entretanto não é possível “esquecer” a origem dessa história. Em relação à lembrança de fatos não mencionados, Pollak (1987:7) ressalta que nas lembranças de uns e de outros existem zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques e estão em contínuo deslocamento:

Depois que Juliana ficou adulta, já tinha um filho, apareceu essa mulher querendo levá-la para a Espanha. Mas a intenção dela era trabalhar e fazer alguma coisa pelo filho, pois ela tinha um namorado, planejavam casar, precisavam comprar as coisas de casa. Então ela resolveu viajar para a Espanha, pretendia ficar um ano, pois seu namorado também iria para os Estados Unidos trabalhar durante um ano, só assim os dois poderiam voltar e casar.

Para os pais de Juliana, ela foi ludibriada pelas cafetinas e viajou para a Espanha acreditando que iria lavar pratos em um restaurante, na cidade de Bilbao. Somente quando desembarcou, tomou conhecimento de que precisaria se prostituir para, inclusive, pagar as dívidas contraídas com a viagem. Entretanto, seus pais estabeleceram em relação à condição da filha uma fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, pois, em se tratando de cultura, de valores e de sentimentos, não se pode esperar dos indivíduos uma racionalidade totalmente desvinculada da emoção.

Para Fernanda, as recordações também são difíceis, pois sua viagem para a Espanha aconteceu com o total consentimento e, inclusive, o incentivo da mãe. Quando evoca o período em que trabalhou no “clube”, afloram mágoas e ressentimentos que, certamente, ela gostaria que fossem esquecidos:

“No início eu não queria ir. Quando Lúcia (aliciadora) fez a proposta de ir para a Espanha fazer programas no Clube fiquei com medo. Apesar de trabalhar em uma casa de massagem aqui, sabia que era diferente, casa de massagem é outra coisa... Mas quando ela disse para minha mãe que lá eu ganharia R\$ 4.000,00 por semana, minha mãe ficou louca, começou a dizer que eu deveria ir, porque aqui eu não ganharia nunca essa quantia... Então, pra dizer a verdade, foi ela quem forçou pra eu ir...” (Fernanda).

Nesse sentido, a narração de Fernanda está em sintonia com as formulações teóricas de Suárez e Bandeira (1999:21), quando as autoras relacionam o exercício da violência às questões sócio-econômicas e procuram suas raízes na estrutura de poder econômico e político. Para elas, a desigualdade social, a irredutibilidade das diferenças, o exercício abusivo do poder, a pobreza e a miséria jogam um papel explicativo fundamental em uma macroanálise do todo distanciada da subjetividade, do indivíduo e das particularidades culturais. Portanto, as determinações sócio-econômicas desconcentram-se do plano do sujeito individual-emocional e centralizam-se no sujeito social, pertencente a um grupo, a um segmento social, a uma comunidade, a uma região.

Para Chauí (1999:29) existe uma densidade de história pessoal nas narrativas dos sujeitos. Assim, Fernanda, em sua narrativa, parece extrapolar a simples rememoração do passado, porque esquecer é morrer. Talvez por isso as lembranças permaneçam nítidas e abarquem, inclusive, práticas que antecederam a viagem para a Espanha:

Minha mãe sempre cobrou de mim coisas que nunca cobrou de meus irmãos. Para os meus irmãos ela sempre se sacrificou para dar as coisas. Quanto a mim ela dizia que meu marido quando eu tivesse um, que se virasse comigo (...) enquanto meus irmãos ela nunca deixou eles se virarem. Então, quando eu estava trabalhando, fazendo programas na Espanha, assim que acabei de pagar minha dívida e fugi dos “traficantes”, mandei dinheiro, uns R\$ 15.000,00 e ela simplesmente

utilizou o dinheiro para ajudar meus irmãos. E, sempre que eu ligava, ela só fazia pedir mais dinheiro (...).

Ainda de acordo com Suárez e Bandeira (1999:22), na abordagem sócio-econômica são construídas as discursividades que mais discriminalizam a violência interpessoal e cotidiana, que se torna uma inconveniência tolerável decorrente da falta de meios de sobrevivência, de civilização e de justiça social. Entretanto é a partir dessa mesma abordagem que existe a perspectiva de superação dessa condição atual da mulher e as lutas em relação aos seus direitos associam a violência contra elas ao patriarcalismo ainda tão presente na sociedade.

Nessa pesquisa, as narrações dos sujeitos mostram que a violência cotidiana que atinge mulheres, crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, cuja compreensão exige diferentes abordagens. Especificamente em relação à mulher, para além do poder patriarcal, as explicações da violência de gênero possuem raízes nas concepções culturais dos indivíduos e dos grupos.

Guardadas as diferenças entre as peculiaridades que envolveram a viagem tanto de Juliana quanto de Fernanda, é possível perceber nas narrativas dos pais de Juliana traços, ainda que “abrandados”, da concepção patriarcal e dos condicionantes sócio-econômicos.

Pode-se perceber, na narração do caminhoneiro João, que suas viagens, principalmente para o norte do Brasil, trouxeram-lhe experiências diversas com a prostituição, o tráfico e a violência. Sua fala é uma denuncia da barbárie que permeia as condições de vida de inúmeras meninas de diferentes lugares do país, meninas que são “vendidas” pelos próprios pais aos viajantes nos postos de gasolina de beira de estrada:

Olha, vi muita coisa por esse Brasil a fora... Em Redenção do Pará, por exemplo, tem um posto de gasolina, conhecido por “Posto dos Caminhoneiros”, lá, quando você chega, vem uma pessoa e pergunta - qual tipo de menina você quer, qual a idade que você prefere, o preço também já é combinado antes, geralmente são R\$ 15,00 sendo que R\$ 10,00 para a menina e R\$ 5,00 para o posto de gasolina que faz a intermediação. E o pior é que na maioria das vezes são os próprios pais que levam as filhas para se prostituir e a polícia também é conivente com a situação.

Observa-se, nessa narrativa, como a questão da sobrevivência se sobrepõe à questão dos valores. Nessa perspectiva, é interessante a contribuição de Ribeiro & Ribeiro (1993:51) que compreendem os valores como componentes da essência humana: o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade – uma essência humana que não é estática, mas que está relacionada às possibilidades próprias das esferas da produção das relações de propriedade, da estrutura política da vida cotidiana, da moral, da ciência, da arte e contribui para o enriquecimento dos componentes da vida; desvalor seria tudo aquilo capaz de rebaixar ou inverter o desenvolvimento alcançado pela sociedade. Valor, portanto, é uma “categoria ontológica social” e, como tal, é objetiva, ou seja, possui objetividade social, mesmo que não independente das atividades dos homens, já que é a expressão resultante de relações e situações sociais.

Ainda de acordo com Ribeiro & Ribeiro (1993:62), a relação entre princípios e práticas tem a potencialidade de analisar a coexistência de valores de diferentes períodos e matrizes no interior das representações componentes de modelos culturais que buscam a legitimidade da sociedade. Dessa forma, existe um momento em que os valores perdem sua importância ou sua essencialidade, passando a existir apenas como possibilidades e princípios, ainda que em descontinuidade radical com as práticas e, ao mesmo tempo, sem relação de coerência e de funda contradição com elas.

É evidente que os pais que “vendem” suas filhas nos postos de gasolina não romperam com valores tradicionais, pois a virgindade, o casamento e a família que têm o homem como provedor continuam a existir como ideal; são as condições reais de sobrevivência que não fazem eco a esses valores:

Fiquei grávida com 13 anos. Quando o bebê nasceu comecei a me envolver com drogas, minha mãe não suportou a situação e mudou para a casa da minha irmã com o meu bebê. Fui morar com uma mulher que tinha um bar e lá eu bebia com os homens todas as noites depois das 23 horas, ficava bêbada e saía com um homem que tinha uns 60 anos. Depois que fiz 15 anos, em 2000, passei a usar maconha para me anestésiar, assim ficava mais fácil transar, mais fácil de encarar a situação. Daí não parei mais de usar drogas, tudo que ganhava gastava com as drogas, via meu filho muito

pouco e sempre amanhecia nas boates. No trabalho (programas), ia muito nas chalanas e descia o rio, fazia parte do “pacote turístico” do hotel, éramos umas 30 meninas entre 13 e 17 anos. Nesse trabalho, as meninas são contratadas pelas boates e hotéis por uns R\$ 600,00 (seiscentos reais) por menina pagos para o dono da boate, do bar ou do hotel, e quem contratava a gente pagava de R\$ 100,00 a 150,00 para cada menina. A comissão que arrumava o pacote cobrava e passava o dinheiro para as meninas, tinha muita festa, bebida, empresários ricos vindos de Goiânia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Uma vez fui para a Bolívia, em La Paz, através dos transportadores de madeira, éramos 5 garotas, 2 maiores e 3 menores, ficamos uns 4 dias e recebemos R\$ 800,00 (oitocentos reais). Durante este período não podíamos sair da boate, éramos vigiadas por um segurança que falava espanhol. Só pudemos voltar no dia marcado na carreta da transportadora de madeira. (Sara).

Sara rompeu com todos os valores culturais de sua família, pois sendo sua mãe uma mulher *muito católica*, não conseguia compreender a situação, ou seja, a gravidez precoce da filha, seu posterior envolvimento com as drogas e com a prostituição eram para ela processos incoerentes. Contudo Horkheimer (1990:178) lembra que os indivíduos ou grupos agem sempre com base no caráter típico de seus membros, cuja formação ocorreu em conexão tanto com a evolução social anterior quanto com a atual. Esse caráter origina-se da atuação da totalidade das instituições sociais que funcionam de maneira específica para cada camada social. A produção material da vida influencia os homens não só de maneira direta, em seu próprio trabalho, mas também na forma como eles se situam dentro das instituições relativamente fixas, ou seja, daquelas que se transformam muito lentamente, como a família, a escola, a igreja, as instituições de arte. Dessa forma, para compreender o caráter estável de uma sociedade ou sua tendência à desagregação, é preciso conhecer não só a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, como também a formação de seu caráter e suas conexões com todas as forças culturais da época.

Pedro não cultivava valores tradicionais, provavelmente em decorrência de sua condição de homossexual assumido desde a adolescência e, também, da militância política em partidos de esquerda e movimentos dos direitos dos homossexuais. Para ele, o

aliciamento de mulheres para prostituição, tanto para trabalhar no Brasil quanto no exterior, é uma consequência do profundo processo de exclusão social existente no país:

Minha sobrinha, Luciana, já estava envolvida com a prostituição antes de ir para a Suíça. O homem que organizou sua viagem foi assassinado faz algum tempo. O nome dele era “Neves”, ele levou Luciana e muitas outras garotas daqui. Dizem que sua morte foi uma vingança de um rapaz (travesti) que também foi para Europa se prostituir aliciado por ele, sofreu muito, voltou e o matou. Porém não existem provas, são apenas boatos.... Quanto a Luciana, ela já estava na prostituição aqui em Goiânia quando viajou para a Suíça. Lá, ela continua... trabalha tanto na Suíça quanto na Itália, casou apenas para conseguir o visto, porém, continua na prostituição e ganha muito bem, pois sustenta toda a família aqui no Brasil.

Enquanto os pais de Juliana não admitem que possuíam conhecimento prévio, tanto eles quanto a filha, das atividades que a garota exerceria na Europa, Pedro deixa claro que sua sobrinha foi para a Suíça ciente de que iria se prostituir. Admite, inclusive, o consentimento tácito da família que se beneficia, ainda hoje, dos rendimentos da moça na Europa, já que sua baixa escolaridade, e sua condição de mãe solteira a desqualificam para o mercado de trabalho formal.

É possível perceber, no presente estudo, as diferenças nas dinâmicas das várias famílias envolvidas e, ao mesmo tempo, as semelhanças quanto à posição que ocupam na sociedade de classe. Na família de Juliana, a presença dos valores religiosos aparecem ainda mais nitidamente:

Ela estudou até a 7^a. série. O último trabalho dela foi na Ótica Cristal, trabalhou também vendendo roupas, depois foi para Uberlândia-MG com outras senhoras entregando roupas sob encomenda. Era uma moça religiosa, participava do Grupo de Jovens da Igreja Católica, era também uma moça muito corajosa, pois mesmo vigiada na Espanha pelos “traficantes”, ela ligou e disse: mãe reza por mim, porque eu estou voltando, com dinheiro ou sem dinheiro eu estou voltando, não devo mais nada aqui, eu paguei toda minha dívida. Meu vó está marcado para o dia 24 de abril. (mãe de Juliana).

Juliana não voltou, dia 05 de abril faleceu em um Hospital de Bilbao, na Espanha. Sua família, especialmente o pai, fez o possível para que a filha não fosse enterrada na Espanha como indigente. Depois de idas e vindas aos órgãos públicos como embaixadas, Itamarati, Congresso Nacional, conseguiu que o corpo fosse enviado para Goiânia. Nessas idas e vindas, o pai de Juliana conheceu um pouco mais da história da filha e do tráfico de mulheres para prostituição na Europa:

.... Era mesmo uma máfia poderosa, era não, é, porque ninguém foi preso.... Nenhuma das brasileiras concorda em falar lá, com as autoridades de lá, qual delas teria coragem de falar como eram maltratadas, pisadas? Pagavam tudo, as despesas da viagem, tinham que comprar roupas para trabalhar, pagar o local onde ficavam, alimentação.... Minha filha disse que passou a comer só azeitona e miojo, era a única alimentação que ela tinha. Penso que ela morreu porque eles sabiam que ela era a única dentre todas que teve coragem de denunciar como era o trabalho lá, de ligar e contar para a família. Quantas e quantas vezes eu tentei convencer uma dessas meninas que já voltou a depor e não consegui... porque os Espanhóis (do tráfico) essa raça! Eles colocam muito medo nelas, pois eles entram aqui a hora que querem e por isso elas morrem de medo...(pai de Juliana).

A discussão feita por Faleiros (1993:53) sobre o significado da ordem no Brasil que, na maioria das vezes, se sustenta na impunidade que, por sua vez, é a consolidação institucional da injustiça, corrobora o depoimento do pai de Juliana. Nesta ordem, os mandantes bem situados socialmente (policiais, políticos protegidos pelo sistema, jagunços, pistoleiros) não são nem sequer julgados pelos tribunais. Para o autor, a violência da ordem é, assim, um déficit de justiça e a luta pela justiça precisa considerar o combate ao arbítrio e o respeito a um padrão de direitos. Assim, o restabelecimento da justiça social implica, antes de tudo, o acesso à vida digna por parte da maioria da população.

Na experiência de Mariana, a violência e a injustiça tiveram origem na própria família, que não se constituiu como o “locus” de proteção ideologicamente convencional:

... Minha mãe bebia muito, ela mandou matar meu pai no garimpo para ficar com outra pessoa e quando eu tinha 8 anos de idade ela me doou para uma família de classe média alta, mas aos 13 eu fugi... não me sentia bem naquela casa. Depois tive uma filha, e agora quero terminar o ensino fundamental e depois fazer o ensino médio para cursar faculdade de moda e construir uma casa para não pagar aluguel e oferecer conforto à minha filha. Trabalho como profissional do sexo, mas não gosto, tenho nojo do que faço, pois tenho que atender todos os clientes que procuram e muitas vezes ainda tenho que fingir que sinto prazer... Antes deste trabalho, era funcionária de um Jornal, porém fui demitida e só me restou a prostituição...

Todas essas mulheres se viram, desde muito cedo, diante da necessidade de trabalhar para ajudar a família. Esse processo se inicia com o abandono da escola, passa pela maternidade precoce e desemboca, fatalmente, na violência tanto moral quanto física que arrasta as adolescentes, de forma gradativa, para a prostituição:

Conheci várias cafetinas e cáftens que levam garotas de programa para todos os lugares do Brasil, tenho várias amigas que saíram de Campo Grande para trabalhar em outras regiões do país, onde o programa é bem mais valorizado, o cliente paga até R\$ 500,00 pelo serviço. Mas muitas vezes a garota é enganada. Comigo aconteceu assim – Cibele, uma cafetina desconhecida que apareceu por aqui, me convidou para ir para a Cidade de Bonito com a promessa de ganhar muito bem e que eu poderia voltar o dia que quisesse. Porém chegando até o local (Km21), numa boate que a dona havia mandado a passagem pelo guichê da rodoviária de Campo Grande, nada das promessas foram cumpridas. Lá toda a minha bagagem ficou presa, tomaram também meu celular e meu cartão de telefone. Trabalhavam neste local meninas de várias regiões do país. Durante o dia ficava presa e à noite precisava me arrumar para fazer programas e shows para os clientes. Havia ainda uma gerente que recepcionava as meninas e fazia as mudanças

necessárias (cortava o cabelo, fazia as unhas e fazia revista para descobrir se havia alguma arma). Os quartos onde eu e as outras meninas dormíamos eram sujos e passávamos fome (Mariana).

Para Arendt (1985:29), a violência se manifesta quando o poder está em processo de deterioração, perdendo sua legitimidade. Poder e violência, mesmo distintos, apresentam-se interligados. O terror é utilizado para dirigir e dominar quando o poder já se encontra destruído, sem legitimidade, e o indivíduo ou o grupo não renuncia, mas prossegue diante de sua própria falência. Sua eficácia depende, em grande parte, do grau de atomização social. Nesse sentido, a violência não possui um caráter individual, ao contrário, está presente nas relações sociais e políticas.

Assim, pode-se concluir que a violência exercida pelos grupos que controlam a prostituição no Brasil, encontra-se em sintonia com processos sociais institucionalizados e integra perfeitamente a ordem normatizada.

Michele, Ana e Rafaela trabalham no Distrito Federal, todas fazem programas, mas somente Ana passou pela experiência da prostituição internacional, pois esteve durante algum tempo na Espanha, em situação que pode ser caracterizada como tráfico:

... Faz quase dois anos, um cara me sugeriu essa chance de ganhar dinheiro fora do país, então como eu já trabalhava como garota de programa e fazia shows em boates, para mim não seria difícil o trabalho na Espanha, e sempre estavam recrutando meninas e as brasileiras eram as mais procuradas. Ele então, me levou até uma mulher que estava hospedada num flat aqui em Brasília (...). Esta mulher arrumou tudo, me emprestou o dinheiro para viajar, e disse que a passagem que era uma cortesia... e depois não era cortesia coisa nenhuma, pois ao chegar lá eu vi o que era, tudo foi descontado, só aí fui desconfiando que não seria nenhum paraíso (...). Morava em uma casa perto de onde trabalhava, dividia o quarto com outras duas meninas, era uma “porralouquice”, muita droga, marginalidade, quem não se enquadrasse no esquema, sofria ou ficava louca, vi muitas meninas dançarem... vacilou a porrada comia... o cafetão de lá o “big boss”, não era nada bonzinho (...) A noite dançava, fazia strip-tease e atendia os clientes, não tinha tempo para outra coisa, meu sonho de conhecer a Europa ficou só

no sonho. Quando eu estava ficando doente, tive sorte pois conheci um brasileiro, que era alto funcionário do Fórum Filatélico e ajudou-me a vir embora.

Para Leal (2001:2), as bases históricas do tráfico de seres humanos encontram-se nos sistemas produtivos e de valores. No caso da mercantilização do sexo, houve um crescimento proporcionado pelo mundo globalizado contemporâneo. Essa situação demonstra que o tráfico para fins sexuais é também resultado da relação contraditória entre mercado e Estado, pois enquanto o primeiro contribui para o aumento da miséria, o segundo exclui e discrimina, seja pela relação compensatória que busca resposta para esta contradição, seja pela própria fragilidade política e econômica dos Estados nações.

Ainda de acordo com Leal (2001:2), o caráter mercantil do tráfico humano está em processo de fortalecimento, dadas as condições de barbárie dos sujeitos submetidos a essa relação de violência. Houve uma expansão do tráfico de seres humanos no final do século XX numa dimensão similar ao que ocorreu no mercantilismo, envolvendo países como Brasil, África do Sul, América Latina e Caribe, Filipinas, Indonésia, China, Vietnã, Camboja, Laos, Tailândia, Sri-Lanka, Índia, Bangladesch, Nepal, Bruma, Oriente Médio e Leste Europeu. Para a autora, a escravidão, o tráfico, a venda de seres humanos são práticas que ocorrem desde a história antiga, medieval e colonial/mercantil e têm por objetivo o aumento da riqueza e do poder de impérios e nações.

Para Nogueira Neto (2001:3), a reversão desse quadro deve passar pela ênfase do enfoque na garantia de direitos, pois o pano de fundo penalista não tem essa preocupação, seu caráter 'individualista e imediatista' não pode contribuir para defender uma pessoa vulnerabilizada (ou em desvantagem social) contra seus agressores. Não deve ser acentuado seu papel de vítima, ao contrário, é preciso que a pessoa se torne não vulnerável, seja emancipada – na perspectiva de sujeito de direitos em contraponto a um mero objeto de tutela.

Dessa forma a repressão, num sentido puramente repressivo ao tráfico internacional, seria insuficiente. Conforme Nogueira Neto (2001:3), corre-se ainda o risco de, sob o manto da repressão ao tráfico para fins sexuais, ocorrer uma verdadeira 'caça às bruxas', em outras palavras, uma intensa perseguição às trabalhadoras do sexo através de discursos e práticas

moralistas a respeito da liberdade sexual das mulheres, provocando uma repressão maior à livre circulação dos indivíduos por um mundo globalizado, especialmente em relação à emigração dos povos de países periféricos.

Para além das discussões sobre o destino das mulheres, crianças e adolescentes que embarcam para a Europa, é necessário deslocar as atenções para o destino das milhares de meninas pobres que se prostituem aqui mesmo ou que, simplesmente, não têm acesso a uma vida digna e sofrem todo tipo de violência incentivada pela impunidade que impede a garantia de direitos humanos fundamentais no Brasil. Não há muitos dados a respeito da temática da pesquisa, seriam necessárias maiores investigações, porém os altos índices de violência doméstica e o crescente processo de exclusão social parecem indicar que sofrem violência tanto as vítimas do tráfico internacional e nacional, quanto as demais mulheres, crianças e adolescentes que se encontram excluídas dos bens e serviços socialmente produzidos.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hanna. *A Condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Da violência*. Trad. Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. Violência sexual, imaginário de gênero e narcismo. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). et alii. *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Pai e Avô: O caso de estupro incestuoso. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 7^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUI, Marilena. Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 7^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1998. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In *Ser Social* (2): 37-56, Brasília, UnB, jan/jun.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. Trad. Hilde Conh. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar*. Brasília: Mimeo, CECRIA, 2001.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Dimensão Jurídico-social: Análise hermenêutica da normativa vigente & indicativos de ação política. In: *Texto 2/A – Tráfico de*

mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, no Brasil. Brasília: Mimeo, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro: Ed. dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989.

POSTER, Mark. *Teoria Crítica da família*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REZENDE, Anita C. Azevedo. *Fetichismo e subjetividade*. São Paulo: PUC, 1992. (Tese de doutorado). Mimeo.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1993.

SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

***TRÁFICO DE SERES HUMANOS PARA FINS DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL NA REGIÃO CENTRO-
OESTE: O OLHAR DA (E SOBRE A) MÍDIA IMPRESSA***

ANGELITA LIMA¹⁷

¹⁷ - Jornalista, mestre em Educação Brasileira pela UFG, professora do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Cambury, professora da Faculdade de Comunicação da UFG e coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres.

Dorme tensa a pequena
sozinha como que suspensa
vira mulher sem saber
sem brinco, sem pulseira, sem anel
sem espelho, sem conselho, laço de cabelo, bambolê

Sem mãe perto,
sem pai certo
sem cama certa,
sem coberta,
vira mulher com medo,
vira mulher sempre cedo.

(...)

Fosse ela cuidada,
tivesse abrigo onde dormir,
caminho onde ir,
roupa lavada, escola, manicure, máquina de costura, bordado,
dança, pintura, teatro, abraço, casaco de lã
podia borralheira
acordar um dia
cidadã.

Elisa Lucinda

(Fragmentos do poema: Lua nova demais – poema encomendado sobre meninas de rua, 1995).

1 - Introdução

A pesquisa na mídia impressa constituiu-se em instrumento importante ao apontar elementos pouco visíveis do fenômeno na região, como a inconsistência da categoria tráfico interno para as mídias locais. Por isso, passou a cumprir função estratégica para elaboração e compreensão do fenômeno como, também, terá de ser referência no momento de elaboração das políticas para o combate desse tipo de tráfico, vez que o Centro-Oeste se despenca como uma das rotas mais importantes do tráfico internacional. Portanto, a ausência de um banco de dados com informações precisas sobre o tráfico de seres humanos na região Centro-Oeste é um dos motivos dessa pesquisa e, também, constitui seu limite.

Segundo dados divulgados pela imprensa com base em relatório da ONU, o Brasil é considerado o maior exportador de mulheres da América do Sul e o terceiro do mundo, com uma estimativa de que existiam, em 2001, 75 mil brasileiras na condição de traficadas.¹⁸ E, particularmente, o estado de Goiás¹⁹ (e a região Centro-Oeste) tem sido palco de atuação de aliciadores(as) e traficantes(as) e ponto central de uma rota que envolve municípios fronteiriços, o Distrito Federal ou municípios de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao se observar as rotas do tráfico internacional e interno na região Centro-Oeste, disponibilizadas pela imprensa, ainda que de forma fragmentada, aparecem indícios da importância e do tamanho do aparato montado para seu suporte: hotéis, agências de turismo, casas de câmbio, boates, motéis, postos de combustível. Isso significa que a atuação de uma quadrilha de tráfico (sobretudo o internacional) conta com uma rede capilar sem a qual seriam impossíveis o aliciamento, o convencimento (das vítimas e até de suas famílias), bem como o transporte das traficadas. Esses suportes são, geralmente, o ponto de partida para uma denúncia ou para a ação policial.

¹⁸ - Revista Cláudia, Fevereiro de 2001.

¹⁹ - Segundo dados do Ministério da Justiça (2001), divulgado no jornal *O Popular*, Goiás lidera o ranking do tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, seguido do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

No entanto, em relação ao tráfico interno, as informações são mais imprecisas e difusas, de difícil identificação. Basta reparar que não há notícias que tipificam diretamente tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual. As pistas oferecidas pela mídia remetem para a suposição de que estão mais vulneráveis a esse tipo de tráfico crianças e adolescentes e, geralmente, é notificado como exploração sexual infantil. Outro indício oferecido pela mídia é que os suportes para esse tipo de tráfico envolvem caminhoneiros, postos de combustíveis, boates e hotéis de beira de estrada (as BRs). Isso significa que há necessidade de se criar novas lentes para enxergar o tráfico interno de seres humanos para fins de exploração sexual. Mulheres adultas não seriam vítimas do tráfico interno? Como identificar tais casos? São perguntas que ficam após uma primeira análise do material coletado na mídia.

Não se trata de um fenômeno novo o tráfico de seres humanos, mas ganha dimensões de alto grau de complexidade a partir da globalização econômica, cultural e do acirramento das crises internacionais e dos fluxos migratórios sejam internos ou internacionais. Esses últimos, em sua maioria, são ilegais por razões de guerras, conflitos, disputas territoriais e empobrecimento do planeta. O tráfico de pessoas para exploração sexual transita, então, entre duas categorias diferentes: o tráfico e a exploração sexual. E agrega outros elementos como os aspectos jurídicos, relações diplomáticas, as relações de gênero, a violência de gênero, a vulnerabilidade das(os) profissionais do sexo, o tráfico de drogas.

O tráfico de seres humanos pode estar ligado ao roubo de órgãos para transplantes; ao trabalho escravo e não somente à exploração sexual. Pode, inclusive, combinar essas diferentes formas. A exploração sexual, por sua vez, nem sempre ocorre mediante o tráfico, isto é, ao transporte intermunicipal ou internacional, cárcere privado e ameaças. A exploração sexual por meio do tráfico de seres humanos é que constitui o objeto dessa pesquisa e a visibilidade do fenômeno pela mídia sofre reflexos dessa complexidade que, de certo modo, se traduz de forma fragmentada, moralista e desconectada ao cenário geral, como foi possível notar na maioria das notícias.

Um ponto importante na análise dos dados apresentados pela imprensa na região é a visão moralista da prostituição que pode nublar o entendimento do fenômeno. Uma coisa é

combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual ²⁰, sendo estes profissionais do sexo ou não. Outra coisa é a condição de trabalho dos profissionais do sexo que merece outras abordagens como a segurança, acesso aos serviços de saúde, os direitos trabalhistas, o combate à discriminação e intolerância. No entanto, esses aspectos também fazem nexos com o tráfico de pessoas para exploração sexual.

De qualquer maneira, os sujeitos mais vulneráveis a esse tipo de tráfico são mulheres, crianças e adolescentes, oriundos de família de baixa renda. Esse dado nos remete a quatro categorias importantes para enxergar o fenômeno: gênero, geração, classe social e raça/etnia.

Nesse sentido constituíram objetivos da pesquisa de notícias na mídia:

- Apontar elementos e dados que possam dialogar com as informações obtidas pelos(as) pesquisadores(as) nas diversas fontes contatadas.
- Permitir a verificação se os casos publicizados pelos jornais coincidem com os inquéritos e as notificações nos diversos departamentos policiais responsáveis por essa área.
- Possibilitar a verificação da influência da mídia no número de notificações e de denúncias.
- Revelar como o fenômeno é visto no discurso midiático e, de que forma, esse mesmo discurso torna invisíveis faces importantes do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.
- Disponibilizar dados sobre as rotas de tráfico.
- Por fim, tornar-se ponto de partida para uma nova pesquisa sobre o tema, considerando-se que, diante da hipótese de que há faces invisíveis do

²⁰ Segundo a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional e seu Protocolo Adicional para Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas (2000) “*Por tráfico de pessoas deve entender-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recurso de força ou pelo recurso à força ou a outras formas de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou através da oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter consentimento duma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra, para fins de exploração*”. In: Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hemenêutica da normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

fenômeno – sobretudo em relação ao tráfico interno – um novo olhar sobre a mídia poderia indicar novas abordagens e leituras.

Essa é uma primeira leitura. As notícias coletadas são parte integrante desse dossiê. Podem e devem ser lidas com outras lentes e, mais do que isso, pode-se pensar numa pesquisa mais ampla nos mesmos jornais ou em outros com novos enfoques. Isso poderá levar à seleção de outras notícias para estudo. A função deste *paper* é perguntar, apontar caminhos. As respostas virão na continuidade das pesquisas, na elaboração de novas perguntas e na luta pelo combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

2 – A pesquisa nos jornais

Como já foi dito, a busca de casos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual nos jornais se constituiu parte da pesquisa e a seleção de notícias para análise foi realizada pelas equipes estaduais (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal) com o objetivo de revelar casos desse tipo de tráfico. A seleção das notícias não cumpriu o mesmo padrão em toda a região, pois sofreu influências tanto da acessibilidade aos jornais e da quantidade de periódicos existentes em cada Estado, quanto da forma como o tema é abordado. Por exemplo: a maioria dos jornais não identifica casos de tráfico interno, como se verá adiante. Isso, certamente, dificultou a seleção das notícias e a relação entre os dois fenômenos “tráfico de seres humanos” e “exploração sexual”.

Foram consideradas para as análises as notícias que apresentam elementos que permitem identificar de alguma forma o tráfico de seres humanos. As matérias veiculadas que não abordaram casos específicos de tráfico, mas que oferecem alguma possibilidade de análise ou enfoque sobre o tema foram aglutinadas em um bloco de notícias “para ajudar a entender o fenômeno”, tornando-se fonte de informação e estão anexadas no dossiê de mídia.

Sendo assim, no estado de Mato Grosso do Sul foram consideradas, para a pesquisa, 15 notícias veiculadas em 7 diferentes jornais, relativas aos anos de 1997, 1998, 1999, 2000

e 2001. Em Mato Grosso, foram encontradas quatro notícias em dois jornais, nos anos de 1996, 1997 e 2002. No Distrito Federal, a pesquisa de mídia foi realizada na biblioteca do Congresso Nacional e foram encontradas quatro notícias em dois jornais, ainda que no jornal *Correio Braziliense* tenham sido observadas as notícias nos anos de 1996 a 2001, com o objetivo de buscar casos sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para exploração sexual.

Em Goiás, o levantamento na mídia impressa foi realizado no Jornal *O Popular*, referente aos anos de 1996, 2000 e 2001. *O Popular* foi escolhido como fonte de pesquisa, pelo fato de ser o de maior circulação no estado e, também, pelo tempo exíguo que não possibilitaria pesquisar em outros jornais. O local de pesquisa foi a Biblioteca da Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, foi possível o acesso aos recortes de jornais que fazem parte do acervo do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, bem como, de parte do dossiê de Simone Borges, traficada para a Espanha, que lá faleceu. Esse dossiê foi organizado por seu pai e repassado ao Fórum. Todas as reportagens que caracterizavam tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, segundo definição da Pesquisa, foram fotocopiadas e analisadas conforme o Instrumental de Pesquisa Jornalística e repassado pela Coordenação Nacional. A repercussão nacional e internacional do caso Simone²¹ e, a posterior cobertura feita pelo *O Popular*, do tráfico internacional justificam a maior quantidade de matérias veiculadas nesse jornal, detectada por essa pesquisa.

2.1 - A categorização das notícias

Para utilizar o potencial das informações coletadas pela mídia impressa na construção e entendimento do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual como um fenômeno importante na região Centro-Oeste, foi necessário criar um novo instrumento de análise das notícias. No decorrer da pesquisa, a equipe percebeu que faltava uma “lente” que permitisse enxergar de forma mais apurada o objeto pesquisado e que permitisse

²¹ O caso Simone Borges - uma goiana traficada e morta em 1996, em Bilbao na Espanha-, as circunstâncias de sua morte não foram devidamente esclarecidas, deflagrando um amplo debate nacional sobre o tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual.

responder questões como: por que o tráfico interno não aparece nas notícias? De que forma ele é noticiado? Por que o tráfico internacional tornou-se objeto de uma série de reportagens quatro anos depois da morte da goiana Simone Borges? Existe alguma relação entre os casos noticiados e os casos apurados? Por que a região Centro-Oeste e, mais especificamente o estado de Goiás, desponta como rota do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual? Como se constitui uma rota do tráfico interno e internacional de seres humanos? Há alguma relação entre o tráfico interno e o internacional?

Com base nessas questões, foi elaborado um roteiro para releitura das notícias com as seguintes categorias:

1. Estado pesquisado;
2. Jornal pesquisado e data
3. Identificação do caso ou nome da vítima e idade
4. Acusados (as)
5. Origem do tráfico (estado ou município)
6. Rota do tráfico
7. Outros municípios ou estados citados
8. Locais que dão suporte ao tráfico
9. Instituições (atores) que acompanharam o caso
10. Tipificação do caso pelo jornal
11. Situação caracterizadora do tráfico
12. Ações de combate e punição
13. Consequências das ações de combate e punição

Essa categorização permitiu uma leitura das notícias de forma mais objetiva e padronizada. É importante lembrar que o instrumento foi pré-testado com uma aplicação aleatória em algumas notícias e sofreu, no decorrer das análises, modificações até chegar nesse formato final. Com isso, foi possível encontrar indícios importantes para o entendimento do fenômeno e para suportar a análise que se segue.

Ponto nevrálgico na análise dos dados apresentados pela imprensa é a visão moralista da prostituição que pode confundir o fenômeno. Essa visão se reflete na linguagem adotada pela mídia que usa expressões como: “ganho fácil”, “free lancer”, “damas do asfalto” - para caracterizar profissionais do sexo; e “empresários do corpo” (para caracterizar cáftens e cafetinas e rufiões). Esse parece um fio de navalha. Ao buscar a compreensão e o combate do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, corre-se o risco de se cometer uma condenação moral dos trabalhadores do sexo, como afirma Neto:

Há por exemplo, o risco de sob o manto da repressão ao tráfico para fins sexuais, se provocar uma verdadeira “caça às bruxas”, uma perseguição aos trabalhadores-do-sexo indiscriminadamente. Há o risco de se justificar discursos e práticas moralista-conservadores, a respeito da liberdade sexual das mulheres (em relação à criança e ao adolescente o risco é bem menor). E de provocar uma repressão maior à livre circulação dos homens e mulheres por um mundo cada vez mais globalizado (em relação à emigração dos povos de países de economias periféricas)²².

Outros elementos complexos nessa relação não podem ser desprezados: um deles é o direito de ir e vir dos profissionais do sexo. Outro é o reconhecimento da prostituição como profissão que mereça regulamentação e garantias de direitos – o que já ocorre na Europa, no Japão e que torna esses profissionais menos vulneráveis ao tráfico, à exploração e à discriminação. Visto sob outro ângulo, seria o caso de perguntar qual a relação existente entre a ausência de um reconhecimento profissional e a vulnerabilidade das profissionais do sexo ao tráfico. Uma coisa é exercer a função de profissional do sexo, outra é a condição de traficada que faz essa profissional perder todos os seus direitos de cidadania e a possibilidade de retornar ao seu país ou à sua cidade de origem. É preciso refletir, também, se a vinculação direta entre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e prostituição, não impediria enxergar melhor os casos em que o aliciamento ocorre com mulheres que não são profissionais do sexo e que seriam aliciadas mediante “contrato” fraudulento.

²² - Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hemerográfica da normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

3 – A visibilidade do tráfico internacional x invisibilidade do tráfico interno

Há um esforço e uma ação política articulados para a definição sociológica e jurídica do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual e não se pode negar que isso não se dá com a mesma intensidade em relação ao tráfico interno de pessoas²³. A partir dessa consideração, pode-se afirmar que os casos noticiados pela mídia impressa revelam essa diferença. De acordo com o quadro abaixo, é evidente a visibilidade do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual, nos jornais da região Centro-Oeste pesquisados. Das 55²⁴ notícias consideradas para essa análise, 41 se referem ao Tráfico Internacional e assim o tipificam, as 14 notícias que foram consideradas como possíveis casos de tráfico interno sofrem outras tipificações, de acordo com o Quadro I:

Quadro I

Tráfico de Seres Humanos	
Notícias pesquisadas	
Sobre tráfico internacional	41
Com outras tipificações	14
Total	55

Fonte: Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual – Região Centro-Oeste

É importante destacar que os casos noticiados sobre tráfico internacional são tipificados como tal, seja nas manchetes ou no corpo das notícias. Das 41 notícias sobre tráfico internacional, apenas uma não se refere nominalmente ao tráfico internacional, mas se refere a um caso de “sumiço na Espanha”. Pode-se afirmar, portanto, que a mídia

²³ Ver Nogueira Neto, Wanderlino. Dimensão Jurídico-Social: Análise hermenêutica da normativa vigente, nacional e internacionalmente e indicativos de ação política. Pesquisa Cecria, 2001. (mimeo)

²⁴ É preciso considerar que essas 55 notícias não são referentes a 55 casos diferentes, pois um mesmo caso pode ter sido notícia em vários jornais e, ainda, ter sofrido desdobramento em outras matérias.

estabelece uma relação direta entre a notícia e a tipificação do caso como tráfico internacional. A hipótese primeira para que isso ocorra é o fato de existir uma definição jurídica sobre o tráfico internacional e uma atuação articulada internacionalmente de combate ao tráfico que envolve a Interpol, a ONU, consulados, Polícia Federal e vários outros organismos (ver planilha de leitura das notícias).

Sendo assim, o fenômeno já existe conceitualmente; há formas e estratégias para a sua identificação – ainda que seja insuficiente para coibir a sua prática – e decisão política para impedir o tráfico e punir os acusados. Isso, sem dúvida, pauta a cobertura e o discurso da imprensa. Notícias sobre tráfico internacional aparecem nos jornais em três dos quatro estados da região. Apenas no estado de Mato Grosso não foram encontradas (no período e jornais pesquisados) notícias de tráfico internacional de seres humanos. Talvez isso seja reflexo do método de coleta das notícias ou, ainda, reflita uma ausência de sensibilização da mídia matogrossense para o fenômeno, o que deve, se for constatada a consistência dessa hipótese, exigir ações nesse sentido. E o maior número de notícias publicadas ocorreu em Goiás, o que se deve necessariamente, como já foi dito, pela repercussão internacional do caso Simone Borges.

3.1 – O caso Simone Borges

A morte de Simone Borges em Bilbao, na Espanha, em 1996, em circunstâncias até hoje não esclarecidas, desencadeou um movimento importante de combate ao tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual. A perseverança de seus pais para garantir o traslado do corpo, para garantir uma investigação consistente sobre sua morte, envolvendo organismos nacionais e internacionais, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e, também, a imprensa, permitiu a visibilidade do fenômeno na região e no Brasil.

Simone foi traficada em janeiro de 1996 e faleceu em abril do mesmo ano, primeiramente sob suspeita de ter sido vítima de tuberculose, mas nunca se descartou a possibilidade de ter sido assassinada para não revelar os bastidores do tráfico, já que ela estava lutando para voltar ao Brasil. Sua morte envolve muitas suspeitas e hipóteses e as

notícias veiculadas no Brasil e na Espanha (ver dossiê de imprensa de Simone Borges) dão conta das contradições do caso; revelam a capilaridade e força do tráfico e, principalmente, revelam a crueldade a que são submetidas as mulheres traficadas. O dossiê de imprensa do caso Simone Borges, organizado por sua família, oferece vários elementos para apuração desse caso e, principalmente, encontrar elementos que ajudem a montar o quebra-cabeças do tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual.

3.2 – Tráfico interno, uma categoria a ser construída na mídia

Ao contrário do tráfico internacional, o grande desafio da pesquisa foi identificar os casos de tráfico interno de seres humanos para fins de exploração sexual. Com a dificuldade de encontrar as notícias de tais casos na mídia de toda a região é que se despertou para a necessidade de reorientar a leitura das notícias através de um instrumento capaz de captar esse fenômeno. Quando se detectou essa necessidade, as notícias já estavam selecionadas e resolveu-se trabalhar com o material que já estava em mãos. Portanto, a leitura foi realizada sobre as notícias já selecionadas e o instrumento não interferiu no seu processo de seleção.

Com isso, com base nas categorias 10 (como o jornal tipifica o caso) e 11 (quais os indícios na notícia podem ser relacionados ao tráfico interno) do roteiro de análise da notícia, percebeu-se que as notícias sobre tráfico interno poderiam receber outra caracterização na notícia e não se revelar como tráfico. Sendo assim, foram consideradas as 14 notícias que não se referiam diretamente ao tráfico que foram tipificadas nos jornais, de acordo com o Quadro II:

Quadro II

Tipificações do tráfico interno na notícia
Prostituição infantil
Turismo sexual
Exploração de crianças e adolescentes
Zona de prostituição – “Damas do asfalto”
Favorecimento à prostituição

Ao ler as notícias perguntando sobre os indícios que poderiam caracterizar o tráfico interno, foi possível aproximar o caso noticiado com o fenômeno do tráfico interno (ver roteiro de leitura das notícias em anexo). Por exemplo: Uma notícia publicada em jornal local de Mato Grosso do Sul classifica o caso como prostituição infantil, mas evidencia o intercâmbio municipal (transporte), aliciamento e coação para utilização de documentos falsos, bem como ameaças de morte e cárcere. No entendimento dessa pesquisa, esse é um caso de tráfico interno para fins de exploração sexual, mas está caracterizado como prostituição infantil na notícia.

Merece destaque o estabelecimento de uma relação entre tráfico interno e lista de desaparecimento feita em uma notícia publicada pela Folha do Estado (MT)²⁵, que a partir de uma lista de 15 adolescentes de 12 a 17 anos desaparecidas estabeleceu-se a relação entre exploração sexual, rufianismo, ameaça de morte, agenciamento e transporte. Olhar o volume de desaparecimentos na região e relacioná-los ao tráfico interno e internacional de seres humanos para fins de exploração sexual pode ser um elemento novo apresentado pelas notícias nos jornais e, talvez, pouco utilizado para o entendimento do fenômeno.

Outro dado que também deve ser observado com especial cuidado é se a presença de “barcos-boates” na região de fronteiras (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) não viria a se configurar como suporte para o tráfico interno. No entendimento da pesquisa, a notícia publicada por *Primeira Hora Pantanal(MS)*, em 13 de setembro de 1999, sobre o “estouro” de um “barco-boate” pode caracterizar tráfico interno com as seguintes argumentações: houve deslocamento das adolescentes; o “barco-boate” impede o deslocamento voluntário das adolescentes que poderiam estar submetidas a uma espécie de cárcere privado e, por fim, a questão fronteiriça aparece de forma confusa, sendo o meio do rio um “território” sem lei, sem pátria. Casos como esses devem ser olhados com especial atenção e relacionados ao tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual.

Quanto à relação entre tráfico interno e internacional a partir das rotas fornecidas pelas notícias, percebe-se que não há diferença significativa entre ambos. Os grandes centros da região (Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Brasília) e do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul) constituem passagem obrigatória do tráfico de seres humanos.

²⁵ Folha do Estado (MT), 21/02/2002.

Nas regiões fronteiriças, sobretudo em Mato Grosso do Sul, é possível verificar o fluxo do tráfico interno como ponto de partida para o internacional, pelas facilidades oferecidas pelas fronteiras. Mas ainda é preciso perguntar se nesse emaranhado de rotas, o tráfico interno pode funcionar como um aparato para o tráfico internacional.

Através da planilha de leitura das notícias pôde-se perceber outros elementos importantes que possibilitam uma comparação entre o tráfico interno e o internacional. As notícias revelam que quando se trata desse último, necessariamente há ações policial e jurídica contínuas tais como abertura de inquéritos, investigações, prisões etc. Quando se trata de tráfico interno (geralmente envolvendo crianças e adolescentes), não necessariamente há uma ação policial. Nesses casos, a fonte da denúncia muitas vezes é a comunidade e não ocorre em função de uma ação policial. Ou então, quando há, a ação policial não gera continuidade de apuração. Há um certo desleixo²⁶ no acompanhamento dos casos. Isso significa afirmar que a ausência de uma caracterização do tráfico interno pode ser um impedimento para a atuação policial e para a geração de aparatos para coibir tais crimes.

Mas a ausência de uma definição do fenômeno “tráfico interno de pessoas para exploração sexual” reflete, principalmente, no fato de a sociedade civil organizada não ter instrumentos para cobrar políticas públicas. Para um fenômeno existir ele precisa ser nomeado, identificado, construído sociologicamente. Dito de outra forma, aquilo que não tem visibilidade é como se não existisse na chamada sociedade da informação. Na sociedade contemporânea, a mídia é um locus privilegiado para criação e disputa de conceitos, de expressão das contradições e deve ser objeto de ações políticas articuladas. E na sua ausência, a mídia o fará (e faz) com os conceitos que têm, pois seu objetivo é principalmente produzir e fazer circular a notícia como uma mercadoria de fluxo rápido, vendável e efêmero.²⁷ Com isso, a notícia pode se revelar como produtora de mais uma forma de violência, ao mesmo tempo em que é vista como instrumento para o seu combate.²⁸

²⁶Uma pesquisa mais consistente pode revelar também a relação entre o aparato policial e as casas que dão suporte ao tráfico interno; se haveria uma conivência da polícia com esse tipo de crime; e, também, se quando a sociedade civil acompanha o caso, modifica o tipo de atuação policial.

²⁷Walter Benjamin.

²⁸Lima, Angelita P. A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia, 2001. (mimeo)

O resultado dessa leitura remete à necessidade de uma nova pesquisa de mídia com um olhar mais direcionado ao tráfico interno para fins de exploração sexual que sofre outra denominação. Ou seja, é necessário construir essa categoria em todos os âmbitos para que a sua visibilidade ocorra de forma adequada a propiciar formas de seu combate. Uma questão importante para nortear a construção dessa categoria seria a investigação de uma possível relação entre o tráfico interno com o tráfico internacional, sobretudo se se considerar a hipótese de que o primeiro poderia vir a ser a primeira porta para o segundo.

4 – O tráfico de seres humanos e as questões de gênero, raça/etnia, geração e classe nas notícias

A mirada sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual necessita de uma reflexão sobre os elementos sócio-culturais que o constituem. Se as mulheres, crianças e adolescentes (a maioria absoluta meninas) são os sujeitos vulneráveis a esse tipo de tráfico, pensar a constituição desse crime a partir das relações de gênero, classe e etnia permite encontrar subsídios não só para o seu combate, mas para entender a configuração desse tipo de violência. A primeira vulnerabilidade desses sujeitos, sem dúvida, diz respeito à condição de classe social (baixa renda)²⁹ que está aliada à baixa escolaridade e baixa auto-estima³⁰. Quando relacionadas às questões de gênero, isto é, ao modo como a mulher é posta na sociedade e à questão geracional (as relações de poder e de hierarquia entre as diferentes gerações) essas vulnerabilidades se potencializam, constituindo um caminho fértil para o tráfico, assim como para outras formas violência de gênero que ocorrem contra as mulheres e meninas-mulheres.

²⁹O que não significa necessariamente que não haja casos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual que envolva sujeitos de classe social mais abastadas. No entanto, não há nenhuma notícia que dê conta de um caso assim. O que nos leva inferir que esse é um tipo de violência cometido contra as mulheres, crianças e os adolescentes pertencentes às classes populares, isto é, trata-se de uma violência de classe.

³⁰As notícias não informam sobre as condições reais desses sujeitos, a relação entre baixa escolaridade é feita mediante inferência, o que se constitui um risco de distorção do fato, principalmente quando a fonte é a mídia. Seria necessário um estudo mais apurado para relacionar os processos de socialização das vítimas quanto ao trabalho, à escolaridade, à religiosidade para se encontrar uma mediação mais segura entre essas categorias.

Gênero é uma categoria de análise introduzida nos estudos e pesquisas acadêmicos³¹ com objetivo de oferecer uma nova forma de pensar as relações humanas. A princípio essa categoria foi confundida com a categoria mulher, porque se originou na luta pelos direitos iguais das mulheres. Mas a categoria gênero se caracteriza muito mais por revelar a diferença sexual como produtora (no campo simbólico e nas relações sociais) de desigualdades sociais e determinante nas formas como se relacionam homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens.

O conceito de gênero toma, então, como ponto de partida a refutação do determinismo biológico no que se refere à definição dos papéis sociais e de identidades. Busca a “desnaturalização” da mulher enquanto pertencente ao eterno feminino, e em contrapartida, o homem como o eterno masculino. Gênero revela, ainda, que essas são construções dadas pelas condições históricas, ao mesmo tempo em que são “naturalizadas” e vivenciadas como tais. Isso significa que as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, são determinadas histórica e culturalmente, embora sejam baseadas, ao mesmo tempo, em papéis normatizados e tidos como “naturais” de cada sexo.

Gênero trata de relações hierárquicas com dimensões políticas e de poder, de acordo com Scott (1995). Gênero articula, ainda, a condição biológica, a identidade psíquica e a cultura (Lamas, 1999); articula valores e vontades, de um lado, e desejos e o “impensado”, de outro (Machado e Magalhães, 1999). E, por fim, é necessário dizer que os valores de gênero são transversais às classes sociais, às questões de raça/etnia e de geração.

Ao se refletir sobre o tráfico de pessoas com base nesse conceito e das vulnerabilidades de gênero é preciso entender a presença das mulheres como principais vítimas e como agentes do tráfico (aliciadoras, cafetinas). Chauí (1985) analisa a hipótese de que a condição de gênero faz da mulher um sujeito cúmplice para “receber e praticar violências”(p. 47), e isso se relaciona ao modo como, na sociedade moderna, elas são postas como sujeitos. De acordo com a autora, as mulheres constituem-se pela heteronomia³², isto é, são seres para os outros, dependentes subjetiva e afetivamente,

³¹ A presença de feministas em pesquisas acadêmicas é a grande responsável pela legitimação dessa categoria de análise.

³² A definição de heteronomia está diretamente ligada à autonomia que, segundo Chauí, é a liberdade, que é “aptidão para transformar os dados brutos de nossa experiência em reflexão sobre sua origem e para lhes dar um sentido novo” (Chauí, 1985:36). Nesse sentido, heteronomia seria a ausência dessa liberdade.

originariamente definidas como esposas, mães e filhas, nas posições (papéis) relacionadas à família.

Dessa condição, diz a autora, decorrem as dependências econômica, política, cultural, bem como a legitimação da condição da mulher na sociedade. E para os homens, ao contrário, a posição familiar (marido, pai e filho) é apenas um acontecimento, pois o seu lugar de definição é o espaço público e não a o espaço privado e a paternidade. O corpo que engravida, então, cai na armadilha biológica que o vincula “naturalmente” às características femininas como a fragilidade e a sensibilidade. Essas características, são para Chauí, propiciadoras da violência de gênero, e possuem menor valor social quando comparadas ao seu par masculino: força e inteligência. Essas últimas são “naturalmente” tomadas como valores identitários do ser homem. Ainda que seja ilusória a relação direta entre masculino/homem e feminino/mulher – por que não existem homens e nem mulheres que atendam perfeitamente ao padrão masculino ou feminino -, são essas as referências que formam as identidades e os valores na nossa sociedade.

Uma vulnerabilidade comum à maioria das mulheres traficadas é o fato de serem mães (geralmente responsáveis sozinhas pelo sustento do filho). É por via da heteronomia que uma mulher pode justificar sua escolha: “pelo meu filho faço qualquer coisa” e tornar-se vítima (ou “aceitar” a condição de vitimizada) de fraude para aumentar sua renda e melhorar as perspectivas de vida em outro país, ou em outra cidade/estado. É possível, sob essa ótica, supor que é, também, por via da heteronomia que outra mulher se torna uma das principais agentes dessa violência. Ela também foi preparada para considerar “natural” essa condição de mulher, ou pelo menos sabe que, em geral, as mulheres se vulnerabilizam por essa via. É claro que isso se articula com interesses de quadrilhas e com a situação econômica, mas não se pode negar a existência de uma cultura que produz a vítima e a vitimizadora, num processo constante de vitimização das mulheres e de perda de possibilidade de sua ação como sujeito autônomo.

A vitimização é uma forma de manter o caldo cultural de reprodução da condição da mulher como sujeito vulnerável à violência de gênero. Como afirma Chauí (1999), “*a vitimização faz com que o agir ou a ação fiquem concentrados nas mãos dos não-sofredores, das não-vítimas que devem trazer, de fora, a justiça para os injustiçados. Estes,*

portanto, perderam a condição de sujeitos éticos para se tornar objetos de nossa compaixão e, conseqüentemente, para que os não-sofredores possam ser éticos é preciso duas violências: a primeira, factual, é a existência das vítimas; a segunda, o tratamento do outro como vítima sofredora passiva e inerte” (p. 5-3). Para o combate ao tráfico de seres humanos é preciso, além de todo o aparato jurídico e policial, mudar a cultura e os valores de gênero que aprisionam as mulheres no lugar de sujeito não- autônomo e de vítima.

É o corpo da mulher, também, que cai em outra armadilha da heteronomia: o reconhecimento e afirmação do ser mulher pela “beleza” e pelo exercício do poder através da artimanha e da sedução. Destituídas do chamado poder masculino as mulheres aprendem (são ensinadas) a exercer o poder pela via da heteronomia, isto é, por meio da satisfação do desejo do outro. Nessa lógica, o desejo da mulher passa a ser a satisfação do desejo do outro, ou seja, quanto mais seu corpo ou suas ações puderem satisfazer o outro, mais ela se confirmar nesse tipo de poder.

E o que isso tem a ver com a nossa pesquisa? O enfoque da heteronomia permite observar que a valorização da chamada beleza latina³³ pelos europeus se traduz como um forte apelo explicativo para o tráfico e prostituição de brasileiras. Isso pode ser visto sob dois aspectos: o primeiro deles é que se trata de um apelo às mulheres que condiz com posição de heteronomia, o que gera a ilusão da afirmação das mulheres como pessoas que possuem o poder da sedução. O segundo é que esse apelo pode camuflar, na verdade, a preferência não à “beleza” tropical, mas à condição submissa das mulheres latinas, potencializada pela vulnerabilidade de gênero, pela pobreza, pela baixa escolaridade, pela baixa auto-estima, pela relação de poder entre as nações, pela clandestinidade e, no caso das profissionais do sexo, pela ausência de uma legislação trabalhista que garanta seus direitos. Nesse caso, a submissão sexual é desejada pelos consumidores e tem custos menores. Portanto, gera lucro. Justifica o tráfico.

A combinação desses fatores revela a complexidade do fenômeno do tráfico que a mídia não consegue dar visibilidade. Ao contrário, o discurso midiático sobre o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual é marcado pelos valores de gênero constituídos na sociedade, pelo preconceito aos profissionais de sexo e à vinculação à

³³ O senso comum estabelece uma relação direta entre o fato de Goiás liderar o ranking do tráfico de mulheres para a Europa e a chamada beleza das mulheres goianas.

condição de classe social. Nesse sentido, a notícia de certa forma reforça a condição de vítima e os valores de gênero que aprisionam as mulheres no eterno feminino.³⁴

5 - O visível e o invisível do tráfico de seres humanos na mídia - à guisa de uma conclusão

O tráfico de seres humanos noticiado pela mídia impressa da região Centro-Oeste é, sem sombra de dúvida, o tráfico internacional. Com grande visibilidade a partir da morte da goiana Simone Borges, em 1996, na Espanha, o tema voltou a ser abordado intensamente pela mídia a partir da realização do Primeiro Seminário Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos realizado no Brasil, em 2000. Provavelmente, a realização desse seminário motivou a Organização Jaime Câmara (TV Anhanguera e jornal *O Popular*), de Goiás, enviar repórteres especiais à Espanha para realizar uma série de reportagens sobre o tráfico internacional, registrando a presença de brasileiras, dentre elas várias goianas, na condição de traficadas.

Se a visibilidade do tráfico internacional é mais constante na mídia impressa, o tráfico interno inexistente. É o que constata essa primeira leitura das notícias. A exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como o turismo sexual, são categorias que aparentemente substituem, do ponto de vista das notícias, o fenômeno do tráfico interno. Provavelmente isso aconteça porque há mais vigilância da sociedade civil organizada em relação à situação da criança e adolescentes, com o advento do seu Estatuto e da criação dos Conselhos Tutelares. Menos visível na mídia, ainda, é o tráfico interno de mulheres adultas para fins de exploração sexual. É preciso construir meios de descobrir como ocorre a sua relação com o tráfico internacional.

Outra grande ausência nas notícias sobre tráfico é a questão racial/étnica. Por inferência de dados gerais que revelam as mulheres negras e indígenas brasileiras presentes na linha de pobreza e, portanto, são sujeitos mais vulneráveis à violência de gênero e à discriminação social, é de se esperar que os tráficos internacional e o interno para fins de

³⁴ Sobre isso, ver Lima, Angelita Pereira: A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia. Dissertação de mestrado, 2001. (mimeo).

exploração sexual recaiam sobre essa população. Mas isso não aparece nas notícias. Se as questões de gênero são pouco visíveis, não é perceptível nas notícias uma vinculação entre o tráfico e a questão racial e étnica. Essa invisibilidade contribui para manter a imagem de do Brasil como um país que não comete discriminação racial. O que, na realidade, é um engodo e, pode, inclusive, ocultar os fenômenos sociais e dificultar o combate ao tráfico.

5 - Bibliografia

- AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Coleção Gênero, vol. 5, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Volume 1, 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas; vol. 1. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da mulher**. N° 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- _____. **Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.
- FOLHA DE S. PAULO. **Mídia: verdades e mentiras**. Caderno Mais! 09/03/1997.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**, N° 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.

- _____. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Publicação Semestral, ano 2, número 4, dez. Rio de Janeiro: CPESC/IMS, 1995.
- _____. Identidade de gênero e sexualidade. In: **Estudos de Gênero, cadernos de área nº 9**. Goiânia: Editora da UCG, 2000.
- LAMAS, Marta. Género, diferencias de sexo y diferencia sexual. In: **Debate Feminista**. Ano 10, vol. 20, México, 1999.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar**. Cecria, 2001. (mimeo)
- LIMA, Angelita Pereira de. **A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia**. Dissertação de mestrado, 2001. (mimeo).
- LOPES, Adriana Carvalho. Violência contra mulheres mídia impressa. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos da dialética marxista**. Portugal, Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MACHADO, Lia Zanotta. Matar e Morrer no masculino e no feminino. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/ MNDH, 1998.
- _____ e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- MONTORO, Tânia. Notícias de violência. In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

- NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Dimensão Jurídico-Social: Análise hermenêutica da normativa vigente e indicativos de ação política.** Pesquisa/Cecria, 2001. (mimeo).
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A violência nas narrativas. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil.** Série: Violência em manchete I. Brasília: Vozes/MNDH, 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). **Mulher Brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, V. 20, n° 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.
- SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1999.
- TOURAINÉ, Alain. **Pessimismo escandaloso.** Folha de S. Paulo: Caderno Mais! 09/03/1997 – p. 13.

***ROTAS DO TRÁFICO DETECTADAS NA PESTRAF
CENTRO OESTE***

Reafirmando que a investigação científica, na maioria das vezes, tem um recorte histórico-geográfico, no caso da pesquisa em tela, a questão das rotas deve ser interpretada sob esse rigor metodológico, pois a temática do Tráfico de Seres Humanos refere-se à criminalidade e, portanto, a própria ação dos pesquisadores interfere na realidade e provoca ação dos diversos atores sociais, sejam eles pertencentes à rede de enfrentamento ou de favorecimento da problemática.

O “desenho” das rotas foi elaborado com base em cada caso estudado levando-se em conta o lugar em que ocorreu o aliciamento, as cidades por onde as pessoas passaram e o destino final. Em muitos casos, não há o registro preciso de localidades menores ou mesmo aquelas intermediárias, bem como a informação se os trechos foram realizados todos por via terrestre e/ou aérea e se o transporte foi coletivo, por caminhoneiros, taxistas ou carro particular. Há poucos casos relatados detalhadamente, mas sabe-se que há a infra-estrutura de cabeleireiros, hotéis, apartamentos de aliciadores, boates, agências de turismo que vão se constituindo em suporte ao tráfico.

Foram consideradas todas as rotas registradas pelas diferentes fontes de informação da pesquisa: casos jurídicos, casos sociais, entrevistas e mídia. Também foram organizadas em termos de mapa, as rotas de âmbito doméstico (aqueles que tem rota com origem e destino dentro do próprio território brasileiro) e internacional, seja da entrada de mulheres e adolescentes para exploração sexual no Brasil, seja a saída de mulheres e adolescentes com os mesmos fins em outros países.

As rotas são bastante variáveis e buscam principalmente burlar a ação do Estado no processo de responsabilização e, sobretudo, obtenção de mão-de-obra mais barata, portanto, maior lucro diante da demanda do comércio sexual, como pode ser observado no relatório do Projeto EROS:

“as adolescentes que estavam na rua tinham acabado de chegar de Porto Murtinho. Disseram que antes as donas das boates vinham de carro até Campo Grande para levá-las. Agora só telefonam para uma outra mulher aqui de Campo Grande que coloca as meninas no ônibus e manda pra lá.” (ONG – Mato Grosso do Sul)

A rota direta como São Paulo – Madri, com origem em Goiânia, atualmente faz outras escalas, como por exemplo, a saída de Goiânia, com aguardo de alguns dias em São Paulo, podendo ir também para o Rio de Janeiro, visando a saída do país, fazendo percurso de ônibus, carro ou avião.

Também na Europa, mesmo que a maioria dos destinos finais sejam as cidades espanholas, há rotas que levam as mulheres para Lisboa ou Paris, onde também podem ficar alguns dias visando a descaracterização do destino final³⁵. Segundo a Polícia Federal goiana e entrevistas com mulheres de Brasília e Goiânia, a rede de favorecimento do tráfico muda sua forma de atuação, dependendo da forma de ação da polícia.

A ordem de passagem que se apresentava de forma direta com origem e destino final, comprada a partir do destino, tem agora também uma forma de burlar essa observação, na medida em que o dinheiro é enviado para uma terceira pessoa no Brasil e não chega mais por ordem de agência de viagem; os diferentes trechos que serão percorridos pelas mulheres podem ser adquiridos separadamente, sem necessariamente registrar a destinação final.

Dentre os países de origem das mulheres traficadas presentes na região centro-oeste, encontram-se o Paraguai e a Bolívia que também são destino de brasileiras. Para fora do continente, o destino registrado é a Europa, sendo que a maior incidência é a Espanha, tendo também casos registrados na França, Portugal e Itália. Segundo relato de pessoas que passaram por situação de tráfico, é na Espanha que se concentra a maioria dos circuitos de prostituição na Europa com presença de mulheres de várias partes do mundo, mas especialmente do leste europeu, América Latina e Caribe.

Sobre a citação de destino de profissionais do sexo para a Suíça, percebeu-se que para aquele país existem poucos indícios do tráfico, conforme relata a pesquisadora:

“De acordo com o relato presente em uma das entrevistas, para a Suíça vão as pessoas mais refinadas, com maior escolaridade e, por isso, elas têm maiores condições de negociações, estando às

³⁵Considera-se nesta pesquisa, “destino final”, a cidade para onde cada pessoa é levada para fins de comércio sexual.

vezes, mais próximas da condição de migração, em busca de condições melhores para a prostituição do que tinham no Brasil. No entanto, essa situação não descaracteriza a possibilidade de existência do tráfico, porque há aliciamento, endividamento e coação para pagamento.” (Goiás)

Sobre o tráfico doméstico, observou-se que as rotas passam pelos municípios de maior densidade populacional dos estados e/ou movimentos migratórios, capitais e aqueles com forte presença de turismo ou ainda os que estão envolvidos em projetos de infra-estrutura como estradas, pontes, gasoduto, hidrelétrica, construções, entre outros. No caso de Mato Grosso do Sul, segundo estudo de ANDRADE (2001) cidades como Três Lagoas, e Água Clara receberam e exportaram garotas para prostituição, no processo de construção dos dutos.

No caso de Mato Grosso, em especial, também os municípios remanescentes do garimpo e do extrativismo exaurido, com presença forte do comércio sexual como “resquícios do ouro e da madeira”, estão bastante citados nas rotas, bem como a sazonalidade da colheita de grãos com grande número de caminhoneiros e fluxo intenso nas estradas.

Assim, a construção do “desenho” das rotas é um permanente refazer, re-colocar, desconsiderar, re-considerar. Não é um desenho pronto. É um alerta das formas como podem ocorrer violência e desrespeito aos direitos humanos nos deslocamentos forçados pela coação, ou fraude, atuantes sobre as vulnerabilidades estruturais e individuais que subjagam os seres com fins ao comércio sexual.

Quadro7: Rotas de Tráfico de Mulheres Crianças e Adolescentes detectadas na Região Centro Oeste.

Estados	Fonte ³⁶	Tipificação do tráfico ³⁷		Sujeitos ³⁸		Transporte ³⁹		Localidades		
		D	I	M	A	A	T	Origem ⁴⁰	Passagem ⁴¹	Destinação
DF	Polícia Federal		X	X		X		Palmas	Palmas/Brasília / Rio de Janeiro	Espanha
DF	Polícia Federal		X	X		X		Brasília – DF	Rio de Janeiro	Espanha
DF	Vítima	X		X			X	Goiânia	Valparaíso-GO	
DF	ONG	X		X			X	Brasília	Alexânia-Brasília	
DF	Vítima		X	X		X		Brasília	Rio de Janeiro	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	X	-	-	X	-	X	São Miguel do Araguaia – GO	-	Cocalinho -MT
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	X	-	X	X	Goiânia - GO	-	Espanha

³⁶ Origem da informação para a equipe da pesquisa podendo ser: Processo, Inquérito, Entrevista com vítimas, familiares e aliciadores; mídia; bibliografia.

³⁷ Identifica se o tráfico é internacional ou é doméstico

³⁸ Identifica se o caso é referente a mulher ou adolescente

³⁹ Identifica se o meio de transporte é aéreo ou terrestre

⁴⁰ Considerar a cidade de domicílio e estado

⁴¹ localidades intermediárias entre o local de moradia e destino

GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	X	-	X	X	Trindade- GO	-	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	-	-	X	X	Anápolis -GO	-	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	-	-	X	X	Nerópolis - GO	Goiânia –São Paulo	Espanha
GO	Inquérito Entrevista Vítima Familiars	-	X	-	-	X	X	Bela Vista de Goiás - GO	Goiânia – São Paulo	Itália
GO	Processo	X	X	X		X		Goiânia	-	Espanha
GO	Processo	X	X	X		X	X	Goiânia	São Paulo	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Aparecida de Goiânia-GO	França	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia	Paris	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia		Portugal
GO	Inquérito	X	X			X		Goiânia	Portugal	Espanha
GO	Processo	X	X			X		Goiânia		Suíça
GO	Inquérito	X	X			X		Aparecida de Goiânia – GO		Portugal
GO	Inquérito	X	X			X	X	Aparecida de Goiânia – GO	São Paulo	Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Uruaçu		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Niquelândia		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Alvorada do Norte		Espanha
GO	Mídia	X	X			X		Rianópolis		Espanha
Go	Mídia	-	-	X		-	X	Marabá-PA		Caldas novas
GO	Mídia	-	-	X		-	X	Marabá-PA		Goiânia

GO	Mídia	X	X			X		Goiânia	Rio de Janeiro	Espanha
MT	Delegacia de Polícia		X	X	X		X	Cáceres-MT		San Matias - Bolívia
MT	Conselho Tutelar	X			X		X	Alta Floresta-MT		Majupá -PA
MT	Conselho Tutelar	X			X		X	Cripurizão-PA		Alta Floresta-MT
MT	Vara Criminal Alta Floresta	X		X	X		X	Sorriso MT		Alta Floresta
MT	Delegacia da Mulher		X	X		X		Rondonópolis	Cuiabá – São Paulo	Espanha
MT	Delegacia da Mulher		X	X		X		Rondonópolis	Cuiabá – São Paulo	Espanha
MT	Folha do Estado	X			X			Cuiabá		Santo Antonio de Leverger
MT	Diário Cuiabá	X			X			Várzea Grande/ Santo Antonio / Chapada		Cuiabá
MT	Mídia	X			X			Acreúna-GO		Rondonópolis
MT	Programa Sentinela	X			X		X	Cáceres		Pontes e Lacerda Quatro Marcos Mirassol D'Oeste Cuiabá
MT	Entrevista		X		X		X	Cáceres-MT	San Matias	La Paz - Bolívia
MS	ONG MP - Promotoria de Justiça Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e a Juventude	X	-	-	X		- X	Campo Grande		Corumbá

MS	ONG Delegacia da Mulher Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência Conselhos tutelares Entrevistas com familiares Entrevista com aliciadora.	-	X	-	X	-	X	• Pedro Juan Caballero- Paraguai • Itatiba do Sul - RS		Campo Grande
MS	Conselhos Tutelares Delegacia de Policia Civil	-	X	-	X	-	X	Pedro Juan Caballero Paraguai		Nioaque
MS	Conselho Tutelar	-	X	-	X	-	X	Pedro Juan Caballero Paraguai		Sidrolândia
MS	ONG Polícia Militar	X	-	X	-	-	X	Campo Grande		Porto Murtinho
MS	ONG Entrevista (famílias)	-	X	-	X	-	X	Pero Juan Caballero- Paraguai		Nioaque
MS	ONG Entrevista	-	X	-	X	X	-	Campo Grande		Itália
MS	ONG Entrevista	X	-	X	-	-	X	Campo Grande		Bonito
MS	Mídia	X	-	-	X	-	X	Bonito		Cidades Vizinhas

MS	Mídia	X	X	X	-	X	X	Corumbá	-	MS, SP, GO, PR, MG, Paraguai e Chile.
MS	Mídia	X	-	-	X	-	X	Campo Grande	-	Aquidauana
MS	Monografia "Na Rota do Gasoduto"	X	X	X	X	X	X	MS (Corumbá, Água Clara e Três Lagoas)	-	Paraguai, Bolívia, Espanha e Itália.

Fonte: Quadro elaborado pela Coordenação Regional da Pestrat / Centro-Oeste, com base nos dados da pesquisa de campo.

RELATÓRIOS ESTADUAIS

PESQUISA DA PESTRAFI
RELATÓRIO FINAL DO DF.

BRASÍLIA – MAIO/2002

EQUIPE DA PESTRAFI

- **ANA LÚCIA DE SOUZA – AUXILIAR DE PESQUISA – 1ª ETAPA**
- **MARCELO EMANOEL DOS SANTOS – AUXILIAR DE PESQUISA – 2ª ETAPA**
- **LUDMILA DE ÁVILA PACHECO – PESQUISADORA**
- **ALDAYR BRASIL BARTHY – COORDENADORA DO DF**
- **APOIO DO CECRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

DADOS DE CONJUNTURA / DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal, a característica fundamental que se firmou historicamente foi a de contraste social. O DF foi planejado e desenvolvido supondo-se que sua população não poderia ser superior a 500 mil habitantes, até o ano 2000, sob pena de comprometer sensivelmente a qualidade de vida de seus moradores. No entanto, em 1998, estimou-se a existência de mais de 1,9 milhão de habitantes no Distrito Federal⁴².

Com o início das obras de construção de Brasília deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade. O auge desse processo verificou-se na década de 60/70, mas ainda permanece ativo, em decorrência da transferência das populações rurais e dos pequenos centros urbanos para as grandes cidades, o que ocorre visivelmente de forma acelerada no Distrito Federal.

Nas décadas de 1960/70 e 70/80, as correntes migratórias constituíram o principal fator formador da população do Distrito Federal. Todo esse processo migratório desenfreado que culminou com políticas de distribuição de lotes (assentamentos irregulares), sem planejamento, sem política de geração de emprego e renda para a absorção de mão-de-obra, resultou em uma cidade com uma população que se afirma, de um lado, com bom padrão de vida e consumo elevado e com renda acima de 40SM (plano piloto, lago sul e norte) e, de outro, com qualidade de vida comprometida pelos índices de desemprego e porcentagens significativas de moradias pobres em invasões/assentamentos irregulares.

Segundo o censo do IBGE de 2000, ao longo de seus 5.802 quilômetros quadrados, Brasília abriga uma população de 2.043.169 habitantes. Desse número, a maioria é composta por mulheres: 1.065.388 e, os habitantes homens somam um total de 977.781 .

⁴² Guia de informações Sócio-Econômica Turística e culturais do DF/CODEPLAN- Brasília: CODEPLAN, 1999, 188 p

A atividade econômica mais importante da cidade resulta de sua função administrativa. Seu planejamento industrial é cauteloso. A agricultura e avicultura ocupam lugar de destaque na economia. Um cinturão verde na Região Geoeconômica de Brasília abastece a cidade e já exporta alimentos para outros locais.

Com a finalidade de facilitar a administração do Distrito Federal seu território foi dividido em regiões administrativas, RA's, totalizando 19 regiões administrativas. Cada região administrativa tem um Administrador Regional, nomeado pelo governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região, e possui característica própria sócio-econômicas próprias.

Por ser basicamente urbano, o Distrito Federal apresenta Regiões Administrativas com grandes contrastes sociais - densidades demográficas, principalmente nas cidades-satélites, onde residem as famílias mais carentes (com renda familiar de até 2 salários mínimos) residindo em assentamentos e por outro lado ,famílias com renda acima de 40SM, quais possuem casa própria.

Esse processo migratório, historicamente, compõe um quadro específico de Brasília: tanto, como parte da construção de um processo de desigualdade social, como também de uma especificidade cultural pela constituição majoritária de sua população por imigrantes, embora essa realidade tenha-se modificado com o nascimento de filhos e netos desses imigrantes, ao longo dos últimos anos.

A maioria dos imigrantes é natural de Goiás, em segundo lugar, destaca-se o estado de Minas Gerais e, em terceiro, o estado da Bahia .O nordeste é a região mais representada, principalmente pelos imigrantes vindos da Bahia, Piauí, Maranhão e Ceará respectivamente. Ainda , em menos escala, representantes da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. (dados – censo 2000 IBGE).

Esses imigrantes, na maioria, vêm de uma história de vida sofrida, em estado de pobreza e vulnerabilidade , sem emprego e excluídos de políticas sociais. Muitas crianças que vivem nas ruas de Brasília são desses estados(região nordeste), principalmente Bahia. Desse contingente,a população adulta tem a expectativa de “melhorar de vida” com a possibilidade de “receber lotes”,

conseguir emprego e ter acesso às políticas sociais básicas, especialmente, a assistência social. Na maioria das vezes, não consegue emprego. Quando consegue inserir-se no mercado informal (em mecanismos de precarização e instabilidade) ou preenche vagas na construção civil e empregos domésticos (empregada doméstica, jardinagem, chacareiro etc.).

Conforme a pesquisa de Emprego e Desemprego, divulgada em 28/12/2001 pela Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico (Dieese), havia 176,8 mil desempregados no Distrito Federal até o mês de novembro/2001. Esse número representa 19,1% da população economicamente ativa, ou seja, em cada grupo de cem pessoas com idade e condições de trabalhar 19,1% estavam sem emprego.

A questão da habitação para essa população se torna, então, também precária. Quando consegue se fixar, são nas cidades- satélites (assentamentos e invasões- barracos). Os barracos constituem-se em terceiro tipo de residência mais utilizada, servindo de moradia a 10,16% das famílias. Esse tipo de residência é característico das famílias mais pobres, e ocorre com maior frequência em Paranoá (37,56%), recanto das Emas (25,44%) também apresentando participação elevada (acima de 10%) em outras sete localidades⁴³.

O Distrito Federal apresenta distribuição de renda acentuadamente desigual entre as RA's e entre as famílias de cada uma delas. Nos Lagos Sul e Norte detectou-se a maior concentração de famílias de maior poder aquisitivo, em que mais de 60% recebem acima de 40SM mensais. Em situação inversa encontram-se as RA's Recanto da Emas, Paranoá, Santa Maria e São Sebastião onde mais de 90% de suas famílias tem rendimentos de até 10 SM⁴⁴.

Esses resultados destacam a disparidade da qualidade de vida entre as regiões do Distrito Federal, determinada pela discrepância dos níveis de renda auferidas, variável reguladora do acesso dos bens, serviços, educação e lazer disponíveis para a população.

O tamanho médio das famílias do Distrito Federal era em 1997 de 4,15 membros. As famílias de contingente mais numerosos foram localizadas nas RA's de Santa Maria (4,57

⁴³ Guia de informações Sócio-Econômica Turística e culturais do DF/CODEPLAN- Brasília: CODEPLAN, 1999, 188 p

⁴⁴ Guia de informações Sócio-Econômica Turística e culturais do DF/CODEPLAN- Brasília: CODEPLAN, 1999, 188 p

membros) o Riacho Fundo (4,40 membros); na RA de Brasília foram detectadas as famílias menos numerosas (3,76 membros) seguindo as informações apuradas pela Pesquisa de Informações Sócio-Econômicas das Famílias do Distrito Federal⁴⁵.

A população do Distrito Federal é caracterizada por sua juventude, e se concentra nas cidades satélites de renda familiar mais baixa. Com uma população estimada em dois milhões de habitantes, o percentual de jovens – entre 10 e 19 anos no Distrito Federal está em torno de 20%⁴⁶.

A vulnerabilidade dos jovens, principalmente os adolescentes – no que se refere à gravidez precoce, à violência e exploração sexual, ao aborto inseguro, às DST/HIV/Aids, ao maior risco de morbidade e mortalidade materna (meninas) e vítima de homicídios (meninos) resulta em grande parte da questão estrutural, isto é uma população jovem concentrada nas cidades satélites de renda familiar mais baixa. A questão estrutural é posta como elemento de fundo para explicitar que crianças e adolescentes pobres têm sido incluídas na exploração sexual comercial (tráfico, turismo, prostituição e pornografia) por necessidades econômicas e por sobrevivência e consumo. Não se pode deixar de lado os aspectos de pauperização de segmentos da população do Distrito Federal no seu contexto histórico e seus reflexos no processo de exclusão social. Os dados de pesquisas específicas sobre exploração sexual comercial no DF (Dados RECRIA⁴⁷) apontam números substantivos de inserção de meninas(os) na exploração sexual comercial provenientes de classes populares.

No Distrito Federal os adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos são estimados em 191.652 (95.246 do sexo feminino e 96.406 do sexo masculino) e na faixa de 15 a 19 anos em 210.485 (108.860 do sexo feminino e 101.625 do sexo masculino). Essas faixas etárias significam, respectivamente, 9,48% e 10,41% da população total estimada para o Distrito Federal no ano de 2000⁴⁸.

⁴⁵ Guia de informações Sócio-Econômica Turística e culturais do DF/CODEPLAN- Brasília: CODEPLAN, 1999, 188 p

⁴⁶ Dossiê Saúde sexual e Reprodutiva dos Adolescentes no Distrito Federal – Fórum de Mulheres do Distrito Federal – Brasília/DF – 2000

⁴⁷ RECRIA – Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

⁴⁸ Dossiê Saúde sexual e Reprodutiva dos Adolescentes no Distrito Federal – Fórum de Mulheres do Distrito Federal – Brasília/DF – 2000

Esse segmento populacional se distribui por 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal, concentrando-se em termos absolutos, nas regiões de Ceilândia, Taguatinga, Brasília e Samambaia.

No Distrito Federal, 25% das gestações são de adolescentes, segundo dados da Secretaria de Saúde, tendo ocorrido um aumento de 2,65% nos anos de (98/99) na faixa etária entre 10 e 19 anos.

As concentrações de gravidez precoce no DF estão nas regiões com piores indicadores sociais. Pesquisa feita em 1998, apontou que em Brasília, (região do Plano Piloto, uma das maiores rendas per capita do Distrito Federal) o percentual de gravidez em adolescentes é inferior a 15%, enquanto no “Setor O” da Ceilândia, o índice ficou acima de 30%. Em Santa Maria, com renda per capita diária de R\$1,09 , 28,75% dos partos são feitos em garotas de até 19 anos. Paranoá, região com renda per capita diária de R\$1,07 , detém o segundo lugar no DF em número de mães adolescentes⁴⁹.

Em relação a DST/Aids no Distrito Federal, no primeiro trimestre de 2000 foram registrados 57 novos casos de Aids , número superior ao de óbitos registrados no mesmo período (43), fato que pode ser atribuído à maior eficácia dos tratamentos anti-retrovirais. Por outro lado, indica a necessidade de investimento na área da prevenção. De acordo com matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, de 4.600 pessoas infectadas com o vírus da Aids no Distrito Federal, 55 casos encontravam-se na faixa etária de 10 a 19 anos. A maioria dos adolescentes foi contaminada pela via sexual e em relações heterossexuais. A segunda via de contágio é pelo uso de drogas injetáveis e a terceira é pela contaminação múltipla (sexo, drogas e transfusão de sangue). Ceilândia apresenta o maior número de adolescentes infectados(14 casos). A seguir destacam-se Brasília (com 9 casos), Taguatinga (com 8) e Guará(com 5 casos).

Em relação à situação de violência, destaca-se um grande número de óbitos (homicídios) de meninos entre 15 a 19 anos na periferia – 231 casos para 50 casos óbitos de meninas. Em relação a adolescentes em conflito com a Lei, a maior incidência se verifica entre adolescentes de 16 e 17

⁴⁹ Dossiê Saúde sexual e Reprodutiva dos Adolescentes no Distrito Federal – Fórum de Mulheres do Distrito Federal – Brasília/DF – 2000

anos, sendo a maioria procedente das cidades satélites de : Ceilândia, Samambaia, Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Taguatinga, Gama, Brazilândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Santa Maria. Dos 216 jovens sentenciados, 11 são mulheres e dos 123 provisórios, 2 são mulheres⁵⁰.

Sobre as situações de violência doméstica (física, psicológica, negligência e sexual) e prostituição infantil, os registros do SOS Criança em 1998, 1999 e até abril de 2000 confirmam que 80 % das vítimas são meninas. O abuso físico aparece em primeiro lugar , seguido de negligência, abuso psicológico, abuso sexual e prostituição infantil respectivamente.(Não há registro de tráfico de meninas).

As meninas e adolescentes inseridas na exploração sexual comercial no DF, ao sofrerem um processo de “desafiliação”, buscam no mundo da exploração sexual comercial, uma nova forma de inclusão social. A exclusão social neste caso é resultante de múltiplas faltas e privações que perpassam desde os recursos materiais aos afetivos. Nesta perspectiva os sujeitos excluídos, além de encontrarem-se em um estado de crescente pauperização, estão também em curso de um processo de desafiliação, ou seja, ruptura de laços familiares e sociais. Na exploração sexual comercial, as meninas vivenciam histórias de vida semelhantes às de outras meninas e procuram uma nova forma de inclusão social.

O DF vive problemas como explosão demográfica, desemprego, grande número de mão de obra desqualificada, crianças , adolescentes e até famílias inteiras vivendo nas ruas, sem perspectiva de futuro.

Esses contrastes ou mesmo situações polarizadas, explicam, em parte, os vários focos de prostituição infantil e adulto na cidade e entorno. Em Brasília há quatro estratos nítidos de prostituição: as meninas que ficam nas ruas do Plano Piloto cujo serviços prestados são cobrados entre R\$1,00 a R\$30,00 e que já haviam sido mencionados na Pesquisa sobre Exploração Sexual no DF em 1995⁵¹, em que se identificavam meninas na faixa etária entre 15 a 18 anos e mulheres adultas que residiam nas cidades satélites, em cômodos alugados conjuntamente, mas faziam

⁵⁰ Dossiê Saúde sexual e Reprodutiva dos Adolescentes no Distrito Federal – Fórum de Mulheres do Distrito Federal – Brasília/DF – 2000

⁵¹ Pesquisa – Prostituição ou Exploração Sexual Infanto-Juvenil? O Cotidiano e as Representações sociais das Meninas e Adolescentes no Distrito Federal – CAMPANATTI, Patrícia Cristina Alves – Brasília 1995

programa em Brasília- nos pontos centrais de prostituição; e outro grupo formado por meninas de rua na faixa etária entre 7 e 15 anos que ficava embaixo do viaduto da rodoviária ao eixo norte do Plano Piloto e ganhava muito menos, às vezes , em troca de comida, roupa ou até mesmo proteção na rua.

Hoje ainda se identificam esses dois grupos, mas nota-se uma verdadeira indústria do comércio do sexo, na qual os esquemas se sofisticaram , ocultos através de salões de beleza, principalmente na asa norte. Há um terceiro grupo que reside em pequenos apartamentos alugados nas quadras residenciais que oferecem seus serviços a um preço que varia entre R\$40,00 a R\$70,00 acolhendo a clientela na própria residência e outro grupo- mais sofisticado- que se caracteriza por mulheres e homens que oferecem seus serviços através do jornal “Correio Braziliense”, acertam o trabalho por telefone e freqüentam os hotéis de luxo da cidade cobrando entre R\$100,00 a R\$250,00 a hora trabalhada e que responde a demanda dos empresários e políticos da cidade.

Nas cidades satélites observam-se esses serviços oferecidos nas feiras, em barracas de lona, como a chamada “Feira da Periquita” em Ceilândia onde, além da bebida, é oferecido dentro da barraca um espaço para a prática do sexo.

É possível verificar que a exploração sexual comercial acompanha as atividades econômicas que se movimentam nesses espaços, sejam atividades que envolvem o empresariado e políticos ou em feiras na periferia.

Os dados sobre Tráfico Internacional e Interestadual de mulheres no DF apontam uma situação em que as vítimas também estão inseridas na prostituição local.

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

No que concerne ao atendimento da política de saúde, o DF conta com um Hospital Regional em cada Administração Regional e Centros de Saúde nas regionais que também se constituem em portas de entrada para violações de direitos. Conta ainda com o Centro de Orientação Médico-Psicopedagógico- COMPP e com o ADOLECENTRO, ambos órgãos da Secretaria de Saúde do GDF. Em relação ao atendimento da política de assistência social, os Centros de Desenvolvimento Social- CDS desenvolvem os programas de assistência social com famílias em vulnerabilidade (Pró- Família ,etc) e estão em cada Administração Regional. O SOS Criança – Unidade de Atendimento à criança e ao adolescente, também é um órgão da SEAS/DF. No à atendimento política de educação, representa importante entrada de denúncia e, recentemente, professores da rede de ensino participaram de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive no que concerne ao atendimento e encaminhamento de denúncia de violência sexual(abuso e exploração). No fluxo responsabilização e notificação há a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, IML, Vara Criminal,Delegacia da Mulher , SOS Criança, Conselho Tutelar, Centro de Defesa. Na política de defesa de direitos, existe a Vara da Infância e da Juventude, Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares e Conselho de Direitos, Centro de Defesa, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil/DF, Fórum de Mulheres e Fórum DCA, ainda conta com entidades da sociedade civil como : Natex, Cataventos, Pralapidar ,Casa de passagem/Conselho da Mulher, MNMMR, Cecria, GAPA, Arco-íris , Projeto Fala Juventude e outros.

BIBLIOGRAFIA

1. CAMPANATTI, Patrícia Cristhina Alves – Prostituição ou Exploração Sexual Infanto-Juvenil? O Cotidiano e as Representações sociais das Meninas e Adolescentes no Distrito Federal. Brasília, 1995.
2. Censo Demográfico 2000 www.ibge/estatística/população/tabela/grandes-regiões, 26/12/01
3. Dossiê Saúde sexual e Reprodutiva dos Adolescentes no Distrito Federal – Fórum de Mulheres do Distrito Federal – Brasília/DF – 2000
4. Guia de informações Sócio-Econômica Turística e culturais do DF/CODEPLAN- Brasília: CODEPLAN, 1999, 188 p
5. Plano de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Distrito Federal – Brasília, 1995
6. Plano Diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal, GDF – Secretaria de Obras – IPDF – Brasília, 1996
7. TEREZINHA, Eva e FALEIROS, Vicente. Circuito e Curtos-Circuitos – atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes/DF.

DADOS DE PESQUISA

2.1 – O trabalho da Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes no DF começou com as entrevistas feitas pela equipe aos oito Conselhos Tutelares existentes no DF.

Contatávamos os conselheiros por telefone, marcávamos data e hora para a entrevista e levávamos os formulários ONGS e OGS. Observamos primeiro que o questionário fugia à realidade dos Conselhos, que se revelaram com problemas infra-estruturais sem real consciência de seu papel e poder. A questão levada para entrevista, a do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fim de exploração sexual comercial, defrontou - se com o total desconhecimento do problema pelos conselheiros e aqueles que chegaram mais próximos nos colocavam casos de exploração sexual e sua impotência para agir. Tentávamos manter o diálogo indagando sobre desaparecimento de adolescentes e eles afirmavam que havia casos de fugas por razão de maus tratos ou por abuso sexual ocorrido com aqueles que apresentavam índice de desestruturação familiar.

Após constatar ausência de conhecimento específico sobre o tráfico de adolescentes para fins de exploração comercial, a equipe decidiu entrevistar os delegados chefes da Polícia Civil. Escolhemos as cidades satélites e visitamos delegacias do Gama, Ceilândia, Santa Maria, Samambaia, Núcleo Bandeirante, Planaltina e Plano Piloto.

Após essa amostragem e, por indicação do Delegado da Ceilândia que apontou a Coordenação Geral da Polícia Civil – CPC-SAI - , como a melhor maneira de obter mais informações, falamos com o Coordenador e ele foi categórico ao afirmar que não apenas “nas delegacias entrevistadas mas nas vinte e cinco sob sua coordenação não havia dado sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual

comercial”. Faziam referência à prostituição mas negavam existência da informação que procurávamos.

Visitamos ainda a Delegacia da Mulher e a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescentes – DPCA. A primeira está voltada para a violência contra mulher, estupro e a segunda com maus tratos e abuso sexual e prostituição.

Paralelamente a essas entrevistas foi feito um levantamento bibliográfico na Pós Graduação do Serviço Social da Antropologia e da Psicologia da Universidade de Brasília.

Nessa busca entrevistamos alguns professores dessas áreas. Localizamos no Departamento de Serviço Social, uma professora fazendo doutorado sobre prostituição, com o trabalho de campo desenvolvido na ex-Delegacia de Costumes. Ela indicou o então chefe da Delegacia de Costumes e, através da Coordenação Geral da Polícia Civil, acabamos por localizá-lo na Delegacia do Meio Ambiente – DEMA. Falamos com Dr. Carlos Alberto de Oliveira, marcamos uma entrevista gravada. Ele falou de prostituição e do tráfico de mulheres de Brasília. Afirmou que “tráfico internacional de crianças e adolescentes não existia no DF”. Afirmou ainda que a maior prostituição de Brasília está localizada na Asa Norte (Plano Piloto) nas entre-quadras que vão de 310 a 316 Norte, no âmbito do comércio local. Disse que as profissionais do sexo residem de três a quatro garotas sob a chefia de uma, nas kitinetes em cima das lojas comerciais, onde recebem seus clientes, acertados predominantemente por telefone.

Essas profissionais são aliciadas, nas boates que freqüentam e, selecionadas dentre elas, aquelas que vão para o exterior.

Depois dessa entrevista fomos procurar o chefe do Departamento de Divisão Marítima e de Fronteiras da Polícia Federal de Brasília. A entrevista foi gravada e o Delegado Dr. Francisco Moura Velho citou as rotas Brasília-Espanha e Goiás Brasília-Espanha citou ainda Tocantins Brasília-Espanha, e descreveu a dinâmica do Tráfico em Brasília.

Durante um período de aproximadamente vinte dias as garotas de programa são preparadas, cabelos pintados (geralmente o salão de beleza faz parte do esquema) roupas etc. e doutrinadas a serem discretas durante a retirada do passaporte.

São estimuladas com a promessa de trabalho mais fácil e com a possibilidade de ganhar muito dinheiro.

O Delegado continuou a exemplificar com o caso das mulheres que iam para Espanha. Um agenciador internacional (Espanhol) se relaciona com uma agência de turismo para emissão de passagens e também com um aliciador local; Segundo o Delegado a agência emite passagens com ordem de pagamento feita do exterior e, as vítimas têm um perfil conhecido: Tem os cabelos pintados de loiro, roupas chamativas, pouca instrução, residente na Asa Norte, não possuindo nenhum argumento plausível para a viagem. Viajam sempre em duplas, são transportadas pelos aliciadores locais (quase sempre é mulher) até ao aeroporto, e somente aí na hora de embarcar recebem o passaporte e uma quantia em dinheiro. Segundo o Delegado, o aliciador internacional manda recebê-las no aeroporto de Madri, retira delas o passaporte e o dinheiro, leva-as para quartos coletivos próximos a boate onde deverão prestar seus serviços e são vigiadas . Como tiveram gastos com a preparação, elas começam a trabalhar com dívidas que são aumentadas pela hospedagem e alimentação. Sem documento nem dinheiro elas são obrigadas a obedecer e se não aceitam são ameaçadas, quando não, punidas.

Em seu depoimento, o Delegado afirmou que há garotas de Brasília indo para Madri mas a grande maioria são garotas de Tocantins e Goiás. Brasília é uma ponte da quadrilha onde se entregam os dólares e as passagens. Quando conseguem retornar elas não se declaram satisfeitas com o trabalho lá e com o ganho recebido.

O Delegado declarou ainda que geralmente as pessoas que buscam “Tráfico de mulheres”, procuram também o “ tráfico de drogas” ; para ele “ a polícia tem que

aumentar seu efetivo e fazer maiores investigações”; no momento, a Polícia Federal está trabalhando com um processo e cinco inquéritos. Os inquéritos estão sob sigilo”. Trata-se de uma cabeleireira do Gama que levou algumas garotas de Brasília para Madri e foi indiciada por Tráfico de mulheres e está respondendo a processo na 10ª Vara Federal.

2.2 – Os dados da pesquisa foram levantados inicialmente com questionários que depois se mostraram inadequados e foram abandonados.

Passamos a fazer anotações pessoais, entrevistas e relatórios das entrevistas.

Foi difícil trabalhar com os questionários, as anotações pessoais, ajudaram a refazer as notas sobre entrevista e a melhor forma foi quando conseguimos fazer entrevistas gravadas.

2.3 – Passamos de uma primeira fase em que o discurso oficial negava a realidade do tráfico para um segundo momento no qual o tráfico de mulheres era reconhecido, como existente em Brasília.

Obtivemos os dados, além dos Delegados, com o depoimento de um adolescente que trabalha na noite e frequenta o Movimento de Meninos e Meninas de Rua de Rua do DF. Em sua narrativa, “C” descreveu a abordagem que aliciadores utilizam com os profissionais do sexo, com books de fotografias, nas cidades onde elas deverão trabalhar. Disse ainda que prometem muito dinheiro e facilidades. C tinha uma amiga que ficou deslumbrada com descrição da vida prometida pelo aliciador: “um mês para tratamento médico, muito dinheiro e regalias”. Essa amiga de C foi levada para São Paulo e de lá iria para Madri. Ela ligou dizendo ter sido enganada, que foi vendida, tinha que trabalhar 24 horas, era maltratada e vigiada. C. falou ainda da rota Brasília-Alexânia (Goiás). Outra rota, é a das meninas do DF (Samambaia) que vão para Parque da Barragem em Goiás.

Com a informação de que os casos de tráfico de Brasília tinham saído da Asa Norte, a equipe decidiu observar os locais indicados. Frequentou os bares mais movimentados do local.

Nesse momento a auxiliar de pesquisa foi substituída e conseguimos um homem na equipe o que facilitou esta fase do trabalho.

O novo pesquisador integrou a equipe e foi destacado para tentar realizar entrevistas sobre tráfico. Ele tinha um amigo que já trabalhou em casa de shows noturnos onde havia strip-tease, que indicou um outro conhecido que já tinha trabalhado para um jornal, fazendo uma matéria sobre prostituição. Ele se dispôs a ajudar na pesquisa, desde que se garantisse anonimato nos relatórios.

Após os entendimentos J.S. sugeriu não detalhar aos entrevistados o objetivo da pesquisa para evitar ter as informações negadas. A sugestão de J. S. foi de que as saídas para observação e pesquisa acontecessem nas quintas, sextas e sábados. No dia estabelecido foram a uma área de prostituição localizada na zona comercial da 315 Norte. Às 23 horas, o movimento de mulheres era pequeno. As garotas de programa ficavam a beira da rua que corta o comércio, aguardando serem abordadas por pessoas em veículos. Algumas recebiam chamadas por celular. Na sua maioria eram jovens e sempre bem trajadas. O informante conversou com algumas mulheres, mas não conseguiu nenhuma informação, ou alguém disposto a ceder uma entrevista.

A abordagem sempre começava de maneira informal. O informante apresentava o auxiliar como alguém que estava fazendo uma pesquisa, queria conversar um pouco sem atrapalhar o trabalho delas. De acordo com o informante as garotas não estavam querendo falar. Depois foram a uma boate, uma casa onde aconteciam shows de strip-tease e tinha muitas mulheres de programa.

O informante, depois de muito tempo, apareceu com uma mulher de estatura média, cabelos pretos longos que dizia chamar-se Michele e ela afirmou que estaria

disposta a colaborar desde que pagássemos o tempo utilizado. Ficou acertado que ela entraria em contato e marcaria data e local.

Voltaram à 315 Norte e depois de longo tempo o informante disse que havia conseguido o telefone de uma mulher que teria passado uma temporada na Espanha trabalhando como strip-tease e garota de programa e que o nome dado era Ana.

Tentaram a ligação mas não conseguiram, decidiram voltar no dia seguinte para continuar. No dia seguinte o informante sugeriu ir até a cidade Ocidental e Valparaíso (Goiás) onde havia uma casa de prostituição e talvez tivessem garotas vindas de fora de Brasília.

No local próximo à casa encontraram uma garota que ali trabalhava. Conversaram e ela disse chamar-se Cláudia. Tinha no máximo 20 anos. No seu relato ela disse que algumas meninas são trazidas de fora da cidade para morar e trabalhar na boate. Ainda contou que as regras do lugar eram rígidas, quem não cumpre as normas é penalizada pelo responsável que bate nas meninas. Perguntado se havia menores disse que talvez, mas elas mentiam sobre a idade. Relatou ainda que o dinheiro obtido era dividido com o responsável local.

Na semana seguinte Marcelo e o informante conseguiram marcar a entrevista com Michele que trabalha como strip-tease numa boate e atende clientes em sua kitinete fazendo programas;

Eles se deslocaram até o Setor Hoteleiro Sul para entrevistar Michele. Tíham a informação de que ela veio para Brasília trazida por um aliciador que atua em Goiânia com contatos no exterior e que ele poderia atuar também em rota internacional.

Acertaram hora e local para a entrevista. Às 22 hs pegaram Michele próximo a sua residência e foram até o Setor Hoteleiro Sul, local escolhido por ela, por achar mais seguro. Ela concedeu a entrevista por conhecer o informante e ter uma relação amigável

com ele. Michele exigiu saber quais as perguntas lhe seriam feitas com antecedência, mesmo assim não estava à vontade com o gravador. Estava muito tensa. Avisou que teria no máximo 20 minutos, seu tempo para jantar. Atenderam seus pedidos e restringiram as questões ao tempo disponível.

Disse se chamar Michele, ser de Anápolis e ter começado na prostituição aos 18 anos, começou em Goiânia e veio para Brasília há dois anos porque conheceu um homem que lhe disse que as condições de Brasília eram melhores.

Ele ofereceu um lugar para morar em uma Kitinete na Asa Norte, ela divide o aluguel com mais três garotas onde atendem cliente à tarde e à noite fazem strip-tease numa boate no Conic. Repartem o dinheiro que ganham para o aluguel, comida, mas entregam o dinheiro para o aliciador; o valor depende de quanto ganham durante a noite. Afirma ainda que pagou em dinheiro as despesas que ele fez com ela, passagens, roupas, no início do trabalho.

“A promessa que ele fez foi que a gente ia faturar bem depois de 1 ano e se a gente voltasse antes de 1 ano que ele ia atrás da gente e não ia dar sossego até que voltasse à Brasília”.

Michele disse ainda que o aliciador está sempre buscando meninas fora de Brasília. ‘Vou te dizer que todo mês tem menina nova aqui, todo mês ele viaja e traz meninas para cá’. Todas são maiores de idade.

“Nós somos tratadas bem, não nos falta nada, mas também nós temos que faturar, temos que ganhar um bom dinheiro, quando a gente não fatura é archoado e ele bate em nós com palavras duras. Temos que ter horário para tudo, não temos horário... tudo que a gente tem que fazer tem que dar satisfação para ele, a gente não pode sair a hora que quer, tem horário para tudo”.

Informa ainda que trabalha com anúncios classificados mas é o aliciador que coloca os anúncios, marca local, horário e as coisas que elas tem que fazer.

Michele contou que o aliciador é um “gringo” que leva meninas para Madri, Espanha e Roma. Para esses lugares são escolhidas as meninas mais bonitas, que falam bem, mais estudadas.

Indagando mais sobre o aliciador Michele disse “ó... eu vou ser franca você está querendo saber demais... isso é muito perigoso é uma coisa sigilosa”.

Michele descreveu ainda como foi aliciada: “Numa sexta-feira um rapaz conversou comigo e mais seis garotas. Acertamos tudo. Já na segunda-feira nós embarcamos aqui para Brasília com roupa nova e mais cinqüenta reais que ele deu para gente. E a embarcação de lá para cá nós viemos em grupos separados, viemos de duas em duas em horários diferentes. Quando chegamos em Brasília já tinha uma mulher esperando onde a gente desce, para levar a gente para o lugar onde a gente mora; quando chegou a noite a gente foi para boate, tinha uma reunião para explicar como era o sistema. Deixa eu perguntar você é policial?” E assim foi encerrada a entrevista.

A segunda entrevista foi feita na Praça dos Três Poderes com Ana, uma garota de programa que passou uma temporada na Espanha trabalhando numa casa noturna. Ela chegou 40 minutos depois do combinado e foi enfatizado para ela que para a pesquisa o depoimento de uma pessoa que foi tentar a vida nesse ramo fora do país, era muito importante.

A entrevistada nasceu em Olinda no Recife e tem 25 anos mora em Brasília há 14 anos, tendo começado a vida de programa aos 18 anos. Afirmou que veio a Brasília para ficar com uma tia, não deu certo, era diarista, queria estudar mas o dinheiro não dava e aí uma amiga chamou para esse tipo de trabalho e por indicação dela, alugou uma vaga num apartamento da Asa Norte e começou a trabalhar.

Afirmou que está nesta vida para terminar os estudos, faz informática. Realiza seu trabalho em apartamento, hotéis, motéis, residência, acompanha executivos fora e dentro de Brasília desde que paguem bem.

Falou de sua ida a Espanha, foi há dois anos. O aliciador lhe sugeriu uma chance de ganhar dinheiro fora do país, como trabalhava com strip-tease e trabalhava como garota de programa para ela seria fácil. Estavam sempre recrutando meninas e as brasileiras eram as mais procuradas. Ele a levou até uma mulher que estava hospedada num Flat no centro de Brasília, ela arrumou tudo para a ida à Espanha. “Essa mulher providenciou passagens, passaporte, emprestou dinheiro para viajar, que seria devolvido, era só para passar na fiscalização, tudo rapidinho”. O passaporte e a passagem lhe foi dado como cortesia mas chegando em Madri verificou que teria que pagar tudo e desconfiou “que não seria um paraíso”.

A aliciadora aguardou no aeroporto para esperar o embarque, junto com ela foi uma menina de Cuiabá que chegando na Espanha foi para outro lugar. Quando chegou lá uma outra mulher brasileira estava esperando e a levou para o lugar onde ia ficar. “Era uma casa perto de onde ia trabalhar, dividia o quarto com duas outras meninas, tinha um certo conforto, mas ali era só porraloquice, só drogas, marginalidade, quem não se enquadrasse no esquema, sofria ou ficava louca, vacilou, a porrada comia, o big boss de lá não era nada bonzinho, eu segurei minha barra. A noite dançava, fazia strip-tease e atendia com programas os clientes, não tinha muito tempo para outra coisa. Meu sonho era conhecer a Europa, ficou só no sonho”. Até que conheci um homem que se apaixonou por ela, ele era alto funcionário do Fórum Filatélico e conhecia um brasileiro da diplomacia local. Eles arrumaram toda a documentação para a volta de Ana que estava começando a ficar doente. Foi um ano inteiro. Então voltei mas não me arrependo não, no fundo foi uma experiência apesar da escravidão.

Finalizada a entrevista Marcelo a acompanhou até seu carro e Ana revelou ainda que ajuda algumas meninas de programa e que atende pessoas influentes na cidade.

A terceira entrevista foi com Rafaela que recebeu o entrevistador em sua residência, como foi acordado anteriormente a entrevista não seria gravada. Durante a conversa o pesquisador foi fazendo anotações. Rafaela era de São Paulo, tinha 28 anos e estava em Brasília desde 1998. Ela relatou que era modelo mas as coisas estavam difíceis, o mercado muito concorrido, por isso foi trabalhar em uma agência que prestava serviço de acompanhantes para pessoas de poder aquisitivo alto, políticos e executivos. Resolveu vir para Brasília porque este tipo de atividade em Brasília é muito rentável. Afirmou que continua vinculada a agência mas tem anúncio no jornal e uma página na Internet. Afirmou ainda ter sido capa de revista masculina e feito participações em comerciais de TV e filmes eróticos.

Narrando sobre o esquema de acompanhamento ela contou que a pessoa “entra em contato com a agência, vê o Book, o cliente escolhe o modelo, a agência faz o contato com o modelo que recebe todas as coordenadas, o cliente paga para a agência que repassa à modelo a quantia acertada”. Informou ainda que o programa não sai por menos de quinhentos reais. Perguntada quanto ganhava por mês, disse ser três mil reais.

O entrevistador disse que soube que ela estava para ir à Espanha e pediu para que ela narrasse o fato. Ela relatou que a proposta partiu de um modelo amigo dela da agência. Ela se interessou porque o esquema ia ser mais de modelo fotográfico do que fazer programa. Ela afirmou que a vida de prostituição mesmo sendo de luxo, fora do país era “barra”, mas ela ia com certeza num esquema mais leve. Rafaela revelou que foi apresentada a um homem, que pediu que ela providenciasse documentos pessoais, fotos e exames de HIV e se preparasse para viajar logo. Disse ter realizado três contatos com o homem, mas que ele sumiu, ninguém teve mais notícias dele, por isso não viajou.

Ao terminar a entrevista ela falou que tem estrangeiro geralmente dos Estados Unidos, que vem fazer filmes pornográficos no Brasil. Pegam garotas de vários lugares do Brasil e prendem essas garotas obrigando-as a fazerem sexo nas formas mais variadas, mesmo contra a

vontade delas, nunca pagam o combinado, humilham as garotas e quando terminam elas não denunciam. Algumas já contraíram o vírus da Aids.

No que refere ao tráfico de crianças e adolescentes visitamos o SOS criança unidade operacional da Secretaria de Estado de Ação Social do DF.

O SOS criança tem como função primordial o recebimento de denúncias de qualquer tipo de negligência e ou maus tratos a crianças e adolescentes. Conversando com o gerente informou desconhecer qualquer caso no SOS que caracterizasse tráfico. Em seguida respondeu o instrumental de pesquisa não prestando entretanto nenhuma informação mais precisa sobre o tema.

Voltamos a manter contato com o SOS. O novo gerente se mostrou aberto e receptivo e permitiu fazer um levantamento nos prontuários. O levantamento não apresentou qualquer pista que conectasse a vinda das crianças e adolescentes para Brasília com a prática de exploração sexual. O gerente orientou a pesquisadora a analisar os prontuários de adolescentes que foram encaminhados e ou abordada pelo SOS na prática de prostituição. Nessa investigação pode ser detectado que pelo menos no prontuário de quatro garotas, há indícios de que as mesmas estavam em Brasília para a prática de exploração sexual, porém não foi possível obter mais informações já que o prontuário tem dados dispersos e não conseguimos pista para entrevistar as garotas.

Outra tentativa foi no sentido de localizar o processo indicado pelo Delegado Polícia Federal, de duas aliciadoras de Brasília, conforme entrevista gravada o processo tem o número 1999.34.00.008.249-4 e está em tramitação na 10ª Vara e está sob sigilo de justiça.

Paralelamente as entrevistas a equipe se dedicou a visita de Hotéis. Através do SOS fomos informados de que adolescentes vinculados a prostituição estavam hospedados em hotel do Núcleo Bandeirante.

O pesquisador conversou com duas adolescentes que estavam ali para fazer programa. Como se fosse um cliente, indagou onde elas atenderiam; informaram o Hotel Helius, próximo dali. Resolveu ir até o hotel para obter mais informações. O gerente relatou que o combinado com as meninas é que elas levam o cliente para o hotel e em troca elas poderiam tomar banho e se trocar, se precisassem. Não obtivemos nenhuma informação sobre tráfico, não detectamos que as garotas estabelecessem relações de subordinação ou de remuneração com os donos dos hotéis.

No Plano Piloto, entrevistamos gerentes de grandes hotéis.

Os gerentes afirmaram que existe durante todo o dia cerca de 20 garotas de programa que atendem clientes no hotel. Elas são selecionadas pelos classificados do jornal Correio Braziliense , fazem o acerto por telefone, marcam hora, dão o número do apartamento. As garotas chegam, pedem informações e se apresentam como visitantes. Preenchem uma ficha de hotel, provam com carteira de identidade ser maior de idade e sobem para o programa.

Os Gerentes garantiram que adolescentes menores de 18 anos não têm acesso aos hotéis. Disseram ainda que cliente mais antigos solicitam também o auxílio de motoristas fixos no hotel. Eles se comunicam com as garotas, trazem as meninas para o hotel e ficam aguardando o pagamento acertado anteriormente. Disse não ter notícias de tráfico na cidade.

ANÁLISE DA PESQUISA

3.1 – Embora seja um pequeno número de entrevista pudemos observar que nenhuma das vítimas são originárias de Brasília o que se coaduna com a história de migração na cidade e, ao mesmo tempo com a característica de atração da cidade, vista como um polo onde o poder aquisitivo da população é um atrativo. O caráter da contradição existente na cidade fica oculto na fala das vítimas, elas só fazem referência aos aspectos positivos e mesmo aquelas que tem filhos não se refere à sua situação como excluída.

Entretanto, vale ressaltar que os depoimentos dos Delegados entrevistados são muito próximos aos das vítimas. Porém, os delegados afirmaram que as garotas de programa eram pouco instruídas, mas entrevistas foi revelado que as mais instruídas eram selecionadas para o exterior.

Uma das dificuldades percebidas na investigação é que a Polícia Civil não está preparada para esse tipo de questão. E por outro lado, na medida em que a investigação do tráfico é de competência da Polícia Federal a Polícia Civil não está preocupada com o tema.

A extinção da Delegacia de Costumes fragilizou a apuração desses delitos pois cabia a essa Delegacia atuar na área de crimes relacionados com a exploração sexual.

A questão do preconceito é outro impecilho nas investigações. Primeiro, há uma convicção por parte dos policiais que nenhuma das vítimas a serviço do tráfico está enganada e, para eles, se a vítima não está enganada não há nenhuma gravidade na

situação. Esse preconceito, que permeia a visão dos agentes de segurança, inconscientemente interfere na atuação dos casos.

Com relação às políticas públicas, o que foi possível identificar é que esse tema é praticamente desconhecido, ou seja, com a pesquisa e com a publicação de algumas matérias na imprensa é que se torna visível a necessidade de programas voltados para o atendimento desse público uma vez que não existe nenhuma ação que contemple as vítimas do tráfico.

Relatório

Pesquisa sobre "Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial"

Estado de Goiás

Goiânia, julho de 2002

Equipe de pesquisa:

Maria Aparecida Pereira Martins - Coordenadora Estadual

Veralúcia Pinheiro - Pesquisadora

Miriam Kuhn - Auxiliar de Pesquisa

Anna Fátima Melo Chaves - Colaboradora

Vera Lúcia de Almeida - Colaboradora

Railda Gonçalves Martins - Colaboradora

Maria de Fátima Machado Luiz - Colaboradora

Joselino Vieira dos Santos - Colaborador

Organizações Não - Governamentais:

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fórum Goiano das Mulheres

Fórum Goiano pelo fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Organizações Governamentais

Secretaria de Cidadania e Trabalho

Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente - NECASA - Universidade Federal de Goiás

Apoio Financeiro:

Ministério da Justiça

I – DADOS DE CONJUNTURA

O estado de Goiás ocupa hoje, uma área de 340.117,6 km², integra a Região Centro – Oeste, junto com Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; sua capital é Goiânia. Tem como fronteiras os estados do Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O processo de colonização de Goiás se deu em função da economia de mineração, orientada pelo sistema mercantilista dentro da economia do ouro do Brasil. Com a decadência ou desaparecimento do ouro, o governo português passou a incentivar e promover a agricultura, pois o comércio foi duramente afetado pela queda na importação e exportação. Houve migração de parte da população para outros estados e para a zona rural dedicando-se à pecuária ou agricultura. Segundo Silva (2001:26) a economia mineradora não conseguiu consolidar uma sociedade estruturada devido a sua breve duração e, principalmente, pelo seu *caráter itinerante e predatório*. Como a região não tinha condições de produzir para a exportação, nasce uma economia agrária, fechada, que produzia basicamente para a subsistência.

De acordo com Luís Palacín e Moraes (2001:60-68), o desenvolvimento da pecuária provocou o aumento da população, várias correntes migratórias chegaram em Goiás, provenientes do Pará, Maranhão, Bahia e Minas. A imigração européia, apesar dos esforços do governo brasileiro, iniciou-se, somente, nas primeiras décadas do século XX.

O censo de 1900 apontou para Goiás uma população de 255.284 habitantes e o de 1920 registrou 511.919 sem distinção entre urbana e rural, porém a maioria vivia dispersa na zona rural. A economia continuava sendo de subsistência e no estado dominava a grande propriedade rural, o latifúndio. Palacín e Moraes (2001:97) comentam:

Em todo o estado, encontra-se o domínio da grande propriedade rural em mãos de poucas famílias aparentadas entre si. Dentro dessa grande propriedade, trabalhavam e viviam seus dependentes: sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços, etc. num sistema patriarcal, herdado do período colonial... Todo grande proprietário, por conseguinte, embora não pudesse ser considerado economicamente poderoso por carecer de capital líquido, era sempre politicamente poderoso. Era o “coronel”, contava com tantos votos e tantas armas como homens e, com isto, num tempo em que o

poder central aparecia como algo longínquo e inoperante, podia reivindicar o exercício da jurisdição política.

Após a revolução de 1930 os governos federal e estadual adotaram um conjunto de medidas para impulsionar o desenvolvimento do país e conseqüentemente do estado de Goiás. As barreiras comerciais foram suprimidas, abriu-se o mercado de trabalho, implantou-se o programa da Marcha para o Oeste e o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, promoveu a mudança da capital do estado para Goiânia, considerado um investimento necessário para o desenvolvimento do estado.

Assim, de acordo com Silva (2001) , as medidas assumidas pelos governos federal e estadual após 1930, que consistiu na supressão de barreiras comerciais, na intervenção no mercado de trabalho, na criação de Goiânia e a marcha para o oeste, forneceu as condições para acelerar a expansão capitalista em Goiás, gerando uma série de transformações na região. A população cresceu a taxas superiores às das décadas anteriores.

Para Palacín (2001:114) em 1970 a população de Goiás se aproximava dos três milhões, tendo se multiplicado por seis nos últimos cinquenta anos; as vias de comunicação realizavam a integração do estado com o resto do país e dentro do próprio estado; assistiu-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços (a educação especialmente); contudo, Goiás continuava sendo um estado de economia primária, com uma exploração extensiva e de baixa produtividade.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira no dia 05 de outubro de 1988, o Estado de Goiás foi dividido, criando então o estado do Tocantins, fruto de antigas reivindicações da população da região do antigo norte do estado de Goiás e que integra a Região Norte do país.

De acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE, Goiás tem atualmente 246 municípios e, possui uma população de 5.003.228 habitantes, sendo que 87,87% residem em zona urbana e 12,12% em zona rural, a população do sexo feminino representa 50,1% e do sexo masculino 49,81% do total. Do universo feminino, cerca de 16% são as pessoas de referência em suas famílias e domicílios e 47,9% exercem algum tipo de atividade. Existem no estado 217.460 empregados domésticos e 88,6% não possuem carteira assinada.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico 2000, a taxa de fecundidade no Estado (pelo número médio de nascidos vivos por mulher) é de 2%, a de natalidade (nascidos vivos por 1.000 habitantes) é de 19,6%, a de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) é de 25 e a esperança de vida ao nascer representa 69,3%. Da população de adolescentes de 15 a 17 anos (64.670) 5,1% têm filhos.

Segundo os Indicadores Econômicos da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN, junho de 2001, no ano de 1999, as famílias sem rendimento (inclusive as que seus componentes receberam somente em benefícios) representam 3,79% do total; com rendimento mensal até 1 salário mínimo 10,78%; mais de 1 a 2 salários mínimos 19,78%; acima de 2 a 10 salários mínimos 55,57%; acima de 10 a 20 salários mínimos 7,64%; com mais de 20 salários mínimos 4,16% e sem declaração 1,14%. Isto demonstra a desigualdade de rendimentos existente no Estado, pois, no valor do salário mínimo atual, apenas 4,16% recebem acima de R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais) e a grande maioria recebe de R\$180,00 (cento e oitenta reais) a R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais).

De acordo com a mesma fonte, a taxa de alfabetização de pessoas com mais de dez anos de idade é de 89,2%. Existem no estado um total de 5.260 escolas em atividade, dentre federal, estadual, particular e municipal, perfazendo um total de 30.036 salas de aula com 65.438 docentes.

Para a SEPLAN as principais atividades econômicas em crescimento no ano de 1998 foram os setores de comunicação, agropecuária, saúde e educação mercantis. Em relação ao setor agrícola ocupa o 4º lugar no Brasil na produção de grãos, na pecuária possui rebanhos bovino (18.339.222 cabeças), suíno (1.174.360 cabeças) e aves (26.444.415 cabeças), com uma produção de 2.190.544 litros de leite. Em janeiro de 2001, os estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda totalizaram 10.405, os maiores setores são de Produtos Alimentares, Vestuário, Calçados e Artefatos tecidos.

A rede rodoviária totaliza 24.547,6 Km, entre rodovias federal e estadual, com 10.721,8 km pavimentadas. O movimento de passageiros no Terminal Rodoviário de Goiânia, no ano de 2000, foi de 2.133.028 embarques e 1.144.488 desembarques e no Aeroporto Santa Genoveva, também localizado em Goiânia, o número de passageiros embarcados foi de 435.898 e desembarcados 408.240.

Com base nos dados acima podemos afirmar que embora o estado de Goiás apresente uma economia agrícola razoável, os altos índices de desemprego e de concentração de renda e terra apontam para a precariedade das condições sociais no estado.

Com apoio do governo estadual, Goiás tem hoje um setor turístico em expansão, possui rios, cachoeiras, lagos naturais e artificiais, grutas, serras, cerrados, praias e sítios arqueológicos, fauna e flora de beleza singular e o maior manancial de águas quentes do mundo conhecido nacionalmente e internacionalmente.

Em relação ao sistema de proteção social, o estado de Goiás tem implantado 203 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, 170 Conselhos Tutelares, 237 Conselhos Municipais de Assistência Social e Conselhos Municipais de Saúde nos 246 municípios goianos. A Segurança Pública está presente nos municípios através de Delegacias de Polícia Municipais, Regionais e de algumas especializadas, tais como: Defesa da Mulher (03 municípios), da Infância e da Juventude (03) e de Apuração de Crimes Cometidos Contra Criança e Adolescente somente na capital. O sistema judiciário e Ministério Público funciona normalmente, sendo que alguns municípios (Goiânia e Anápolis) contam com Varas específicas para atendimento à infância e juventude e 23 municípios têm varas conjugadas.

Além de Goiânia, os municípios de Anápolis, Uruaçu, Trindade, Aparecida de Goiânia e Águas Lindas⁵², fazem parte desta pesquisa, pois as notícias veiculadas na mídia indicaram os 04 (quatro) primeiros como locais que contribuem de forma decisiva para tornar o estado de Goiás um dos maiores fornecedores de mulheres para o exercício da prostituição fora do país. A cidade de Águas Lindas foi incluída pela sua proximidade de Brasília e por ser um município novo em franco crescimento demográfico.

O município de Goiânia, atual capital do estado, surgiu devido à necessidade de localização que atendesse os interesses econômicos da região; foi fundada em 1933, projetada para 40 mil habitantes tem hoje uma população de 1.090.737 habitantes, sendo que a grande concentração de pessoas é na área urbana, pois, apenas 0,66% residem na zona rural. A densidade demográfica é de 1.472,96 hab/km² com uma taxa geométrica de crescimento de 2,15%.

⁵² Os dados utilizados para caracterizar os municípios foram fornecidos pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – Perfil Socio-econômico dos municípios e Censo 2000 – IBGE.

A taxa de alfabetização é de 95,2%. Possui 252 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 466 de ensino fundamental, 132 de ensino médio e o ensino superior é representado por três Universidades (Estadual, Federal e Católica) e por faculdades particulares.

Com relação a área de saúde, Goiânia conta 67 hospitais, 6.549 leitos e 624 Ambulatórios do SUS. A taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos) é de 24,33.

Em relação aos aspectos econômicos, possui 3.964 estabelecimentos industriais, 14.345 estabelecimentos do comércio varejista e 140 agências bancárias. No que diz respeito ao emprego, no ano de 2000 foram admitidos 117 421 e desligados 111 010 pessoas.

No ano de 1991 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH foi de 0,797 e o IDH-Renda 0,958.

O município de Anápolis, emancipado em 1907, nasceu da combinação da mineração e da agricultura, está situado no Planalto Central com vias de acesso pelas BR-153, BR-060, BR-414, GO-222 e GO-330.

Possui uma população de 288.814 habitantes, sendo que a maioria reside na zona rural, a densidade demográfica é de 267,71 hab/km² e a taxa geométrica de crescimento no ano de 2000 foi de 2,08 %.

Em relação à saúde, tem uma rede ambulatorial do SUS, 18 hospitais com capacidade de 1838 leitos, mas a taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) em 1998 permaneceu no patamar de 22,15.

No setor da educação, a taxa de alfabetização no ano de 2000 foi de 92% e o município conta com, aproximadamente, 150 escolas de ensino fundamental e médio, sendo que a rede municipal de ensino oferece 50 escolas, sendo 4 na zona rural. O ensino de terceiro grau no município é representado pela Universidade Estadual de Goiás – UEG e por Faculdades Particulares.

Anápolis é o principal centro econômico e industrial do interior de Goiás, considerada a Capital Econômica do estado. Possui um Distrito Agro-industrial, sendo que em dezembro de 1999, contava com 63 empresas, geradoras de 4.400 empregos. É o principal centro de comercialização de grãos do Estado, bem como, o principal fornecedor de produtos horti-fruti-granjeiros para a Central de Abastecimentos de Goiás-Ceasa. O número de empregados admitidos no ano de 2001 foi de 19.970 e desligados 19.436.

O índice de desenvolvimento humano IDH é de 0,766 e o IDH-Renda de 0,942.

O município de Uruaçu , antiga Santa' Ana do Machombombo, teve início no ano de 1910 e, em 1943 por força do Decreto Lei nº 8305 de 31 de dezembro de 1943, passou a se chamar Uruaçu que em tupi-guarani significa "Pássaro Grande". Localiza-se na região norte do estado a 269 km de Goiânia, possui três vias de acesso: BR-153, BR-080 e GO-237 .

Tem uma população de 33.464 habitantes, a densidade demográfica é de 15,65 hab/Km², com uma taxa geométrica de crescimento de -0,19 %. Em relação à saúde a taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) no ano de 1998 foi de 27,26.

No setor educacional possui 48 escolas em atividade, englobando ensino pré-escolar, fundamental e médio. Conta também com o ensino de 3º grau representado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uruaçu, da Universidade Estadual de Goiás. A taxa de alfabetização no ano de 2000 é de 85,7%.

Em relação aos aspectos econômicos é um município agro-pastoril, com rebanhos bovino, suíno e de aves; produz grãos (arroz, milho, soja e sorgo), legumes e frutas.

Tem seu perímetro urbano banhado pelo lago da Usina de Serra da Mesa, com 1.784 km² de extensão e cerca de 43 metros de profundidade, atraindo um grande número de visitantes em certas épocas do ano o que vem estimulando o turismo na região. Uruaçu busca diferenciar-se através do turismo de lazer, náutico, pesca, ecológico e o de negócio. O índice de emprego é baixo, sendo que em 2001 foram admitidos 760 pessoas e desligados 683.

Em 1991 o Índice de Desenvolvimento Humano IDH foi de 0,629 e o IDH-Renda 0,640.

O município de Trindade, surgiu em 1848, quando um casal de oleiros encontraram um medalhão de barro, que representava a Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora. A descoberta deu início à romaria do Divino Pai Eterno. Em 1910, o local passou a ser distrito (de Campinas) e, em 16 de julho de 1920 ganhou autonomia política, acelerada pela transferência da capital para Goiânia.

Trindade é considerada a capital da fé, com a tradicional festa do "Divino Pai Eterno", um dos mais conhecidos eventos religiosos do País. As comemorações começam no final de junho e terminam na primeira semana de julho, nesse período, o município recebe cerca de 400 mil romeiros.

Possui uma população de 85.245 habitantes, a taxa de crescimento é de 4,49%, as escolas em atividade do ensino fundamental e médio totalizam 44, com 390 salas de aula e com um total de 25 385 alunos e o ensino superior conta com uma faculdade particular. Com relação à saúde o município possui 4 hospitais com 529 leitos; a taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) em 1998 foi de 24,38%.

Quanto aos aspectos econômicos, o município tem 148 estabelecimentos industriais, 460 comerciais e 4 agências bancárias. No setor agrícola produz vários tipos de grãos, frutas e tomate; a pecuária destaca-se pelos rebanhos bovino (para abate e produção de leite), suíno e aves.

O número de empregados no ano de 2000 foi de 2.745 e de desligados 2.382, o índice de Desenvolvimento Humano - IDH é de 0,649 e o IDH-Renda 0,620.

O município de Aparecida de Goiânia surgiu em 1920, quando foi erguida no local a capela de Nossa Senhora Aparecida, tendo recebido o nome de Aparecida e ao elevar-se à categoria de município e em 1963 passou a chamar-se Aparecida de Goiânia.

É a segunda cidade mais populosa do estado, com 355.171 habitantes, distribuídos em 214 bairros e integra a Região Metropolitana de Goiânia. Possui uma densidade demográfica de 161,76 hab/km², a taxa geométrica de crescimento no ano de 2000 foi de 6,02 %.

Quanto ao setor econômico, o município possui um distrito agro-industrial com 628 estabelecimentos industriais, 1.758 comerciais e 04 agências bancárias. Destacam-se ainda a pecuária com a criação de bovinos (para abate e produção de leite), suínos e aves. Os principais produtos agrícolas, são: cana-de-açúcar, mandioca, milho, laranja, banana, arroz e café.

Em relação à educação, a taxa de alfabetização é de 92,1%, sendo que o município possui 160 escolas de Educação Básica. O ensino superior conta com 02 faculdades privadas e um pólo especial da Universidade Estadual de Goiás (pública).

No tocante à saúde no ano de 1998 o município contava, além da rede ambulatorial do SUS, com 08 hospitais com menos de 1.000 leitos disponíveis e com uma taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) de 29,76.

O grande número de empresas transformou o município de Aparecida de Goiânia em um pólo industrial, atraindo pessoas de várias regiões do país em busca de trabalho, porém, o número de empregados admitidos no ano de 2001 foi de 28.257 e o de desligados de 26.025. Essa condição do município, aliada aos altos índices de desemprego no país, provocou um inchaço populacional na cidade que o poder público não corresponde em termos de infra-estrutura e políticas públicas em geral.

Águas Lindas de Goiás emancipada em 1997, inicialmente, chamava-se Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. Segundo os moradores o nome Águas Lindas surgiu devido às nascentes de curso d'água de mesmo nome e também, havia nas proximidades um clube recreativo com igual denominação. A presença da BR-070 contribuiu para o aumento do fluxo de transporte e para a fixação de moradores nas margens da rodovia.

A população é de 105.379 habitantes, com uma densidade demográfica de 552,52 hab/km². Com relação à educação, o índice de alfabetização é de 88,6%, possui 53 escolas de ensino fundamental e nível médio. Os dados referentes à saúde indicam que o município tem apenas 01 hospital com capacidade de 23 leitos e rede ambulatorial do SUS, a taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) é de 29,16.

A maior fonte de economia é o Comércio e com relação à situação de emprego no ano de 2000, ocorreram 597 admissões e 728 desligamentos, o que representa um saldo negativo de -131.

Integra a Região do entorno do Distrito Federal e é considerado um dos municípios mais violentos do estado de Goiás. Segundo os dados do censo do IBGE, em 1998, vieram a óbito 248 pessoas, sendo que deste total 80 foram de causas externas, 156 eram do sexo masculino e a faixa etária de maior incidência de 20 a 39 anos de idade.

É preciso cuidado com as generalizações apressadas, porém, as características identificadas ainda hoje nos municípios pesquisados, é uma herança do processo de ocupação do estado de Goiás, cujas oligarquias, exerciam o poder mediante a utilização da violência de forma explícita ou implícita, e na exploração da mão-de-obra sem distinção de idade ou sexo. Portanto, a concentração de renda, o desemprego, as diversas formas de violência que permeiam a vida das pessoas, se constituem em mecanismos de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres nesses municípios e denunciam a ausência de políticas públicas, enfim, de um Estado de direito.

II – DADOS DA PESQUISA

Através das articulações efetuadas, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com a Secretaria de Cidadania e Trabalho, garantiu a infra-estrutura necessária para execução da pesquisa e, a Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente, um dos Órgãos Executores da Política Municipal da área, liberou um profissional para contribuir com os trabalhos.

A pesquisa foi realizada em seis municípios do estado de Goiás (Goiânia, Águas Lindas, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Trindade e Uruaçu), definidos pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a partir de denúncias veiculadas pela mídia, sobre o tráfico de mulheres goianas para fins de prostituição na Espanha.

A metodologia adotada foi o trabalho de campo (entrevistas, questionários, diário de campo, fonte documental - relatórios) junto a indivíduos, órgãos governamentais e não governamentais, que de alguma forma possuem algum vínculo com a temática pesquisada.

A pesquisa foi iniciada com o levantamento dos órgãos governamentais e não governamentais existentes no âmbito das cidades definidas e que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, de acordo com o Sistema de Garantia de Direitos, abrangendo os eixos de Promoção (Atendimento), Defesa (Segurança Pública, Judiciário Estadual e Federal, Polícia Federal, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Movimentos Sociais) e de Controle (Conselhos de Direitos Estadual e Municipais, Fóruns).

Foram feitos agendamentos prévios e visitas posteriores para a coleta de dados. Nesta fase foram encontradas dificuldades devido à falta de agenda dos responsáveis pelos órgãos e desencontros nos horários marcados, o que implicou em retornar várias vezes ao mesmo local. Por outro lado, o que facilitou nossa entrada nos referidos órgãos foi a articulação constante com o Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Em Goiânia, reunimo-nos com os membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e com a Coordenadora Geral da Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente, um dos Órgãos Executores da Política Municipal da área, visando a garantir a infra-estrutura necessária para execução da pesquisa e, também, com o Secretário Estadual de Segurança Pública, objetivando garantir acesso aos dados das Delegacias de Polícia do Estado, nas cidades que fazem parte desta pesquisa.

Optamos por iniciar a coleta de dados da pesquisa pelo levantamento na mídia, imprensa escrita - Jornal “O Popular”, escolhido como fonte, pelo fato de ser o de maior circulação no estado de Goiás e, também, pelo tempo exíguo o que não possibilitaria pesquisar em outros jornais. Definimos como locais de pesquisa a Biblioteca da Universidade Católica de Goiás, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e, se necessário, a Organização Jaime Câmara.

Posteriormente, tivemos acesso aos recortes de jornais, que fazem parte do acervo do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, bem como, parte do dossiê da garota Simone Borges⁵³, traficada para a Espanha, que lá faleceu, montado por seu pai e repassado ao Fórum. Todas as reportagens que caracterizavam tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, segundo definição da Pesquisa, foram recortadas e analisadas conforme o Instrumental de Pesquisa Jornalística.

Os jornais referentes aos anos de 1996, 2000 e 2001, foram revistos na Biblioteca da Universidade Católica de Goiás (não sendo necessário procurar nos outros locais) e as reportagens que não faziam parte do acervo do Fórum foram incluídas e analisadas.

A maioria absoluta das reportagens recortadas dizem respeito à questão do tráfico internacional de mulheres para a Europa, principalmente para a Espanha. Algumas rotas foram identificadas, tais como: Anápolis-Goiânia-São Paulo-Paris/Espanha. Através da mídia foram confirmadas a participação das seguintes cidades do interior do Estado: Anápolis, Trindade, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, as quais já faziam parte do planejamento da pesquisa.

⁵³ Dossiê organizado pela família de Simone Borges, a partir das publicações na imprensa nacional e documentos expedidos por órgãos oficiais relacionados ao caso.

Embora de forma bastante restrita, a pesquisa na mídia, aponta para a existência de tráfico interno, como o caso de ex-delegado, flagrado com 03 garotas no carro, quando, estas pediram socorro alegando que eram de outro estado e estavam em Goiânia sendo forçadas a realizar programas. Entretanto, as instituições pesquisadas (delegacias de polícia, conselhos, tribunais) não confirmaram o suposto tráfico.

Todo material da mídia, coletado e analisado, foi repassado para uma pesquisadora, designada para elaborar um paper relacionado à abordagem jornalística da Região Centro-Oeste sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Nos municípios pesquisados (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Trindade e Uruaçu) foram visitadas e entrevistadas os responsáveis pelas Organizações não – governamentais e Governamentais, segundo os eixos do sistema de garantia de direitos: Promoção, Defesa e Controle Social, conforme quadros demonstrativos I, Ia, Ib, Ic, Id, Ie e If.

Quadro I
Demonstrativo das organizações pesquisadas no âmbito do município de
Goiânia segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
P R O M O Ç Ã O	<p>1. Organizações Não-Governamentais</p> <p>a) - Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos – Sociedade Goiana de Cultura – CECOM-SGC- Goiânia Pessoa Entrevistada: Aldáisa Maia da Silva Viana Cargo: Diretoria Executiva Ações: Prevenção/educação; articulação através de rede da Região Noroeste/combate a violência; contato com algumas meninas que vão para os prostíbulos.</p> <p>b) - Pastoral do Imigrante Pessoa Entrevistada: Irmã Margarida Cargo: Coordenadora Ações: Articulação/Atendimento</p> <p>c) - Associação Ipê Rosa Pessoa Entrevistada: Marco Aurélio Cargo: Presidente Ações: Articulação/Defesa</p>
	<p>2. Organizações Governamentais</p> <p>a) - Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente - S. O. S. Criança Desaparecida - Goiânia Pessoa Entrevistada: Helena Vieira Lima Cargo: Coordenadora Ações: Centralização dos dados sobre famílias que têm filhos desaparecidos para compreensão do fenômeno: perfil dos desaparecidos; causas; motivações e circunstâncias envolvidas/veiculação de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidas para os órgãos competentes, inclusive na televisão/orientação às famílias.</p> <p>b) - Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente - S. O. S. Criança - Goiânia Pessoa Entrevistada: Vera Lúcia da Mata Cargo: Coordenadora Ações: Articulação/Atendimento/Banco de dados</p> <p>c) - Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente -Goiânia Pessoa Entrevistada: Rosa Helena P. Parreira Cargo: Coordenadora Ações: Articulação/Atendimento</p> <p>d) - Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - Serviço Social da Rodoviária - Goiânia Pessoa Entrevistada: Nalu Cargo: Coordenadora Ações: Atendimento ao público em trânsito</p>
	<p>1. Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>a) - Delegacia de Proteção e Defesa da Mulher - Goiânia Pessoa Entrevistada: Gildeci Alves Marinho Cargo: Delegada Titular Ações: Responsabilização/repressão a violência cometida contra mulheres (violência física e sexual)</p> <p>b) - Delegacia de Polícia da Infância e da Juventude- Goiânia Pessoa Entrevistada: Lilian de Fátima Rosa Sena Lima</p>

Cargo: Delegada Titular

Ações: Responsabilização/Adolescentes em conflito com a lei.

2. Polícia Federal

a) aa) - Superintendência da Polícia Federal

Pessoa Entrevistada: Luiz Bertrand Melzer

Cargo: Superintendente

Ações: Prevenção/Responsabilização/Repressão ao tráfico internacional de mulheres

b) - b) - Superintendência da Polícia Federal – Delegacia Marítima e de Fronteiras

Pessoa Entrevistada: João Batista

Cargo: Delegado

Ações: Responsabilização/Repressão ao tráfico internacional de mulheres

c) - Superintendência da Polícia Federal –

Pessoa Entrevistada:

Cargo: Delegado

Ações: Responsabilização/Repressão a crimes via INTERNET

3. Judiciário – Estadual

a) - 4ª Vara Estadual

Pessoa Entrevistada: Wilson Silva

Cargo: Juiz

Ações: Responsabilização

4. Judiciário – Federal

a) - 5ª Vara Federal

Pessoa Entrevistada: José Godinho Filho

Cargo: Juiz Substituto

Ações: Responsabilização

5. Ministério Público – Estadual

a) - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Pessoa Entrevistada: Saulo de Castro Bezerra

Cargo: Coordenador

Ações: Articulação; Responsabilização

6. .6. Movimentos Sociais

a) - a) - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Comissão Estadual de Goiás – MNMMR-GO

Pessoa Entrevistada: Eulange de Sousa

Cargo: Coordenadora

Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/organização de meninos e meninas.

7. Conselhos Tutelares

a) - Conselho Tutelar da Região Leste - Goiânia

Pessoa Entrevistada: Sílvia de S. Beda Icassatti

Cargo: Presidente

Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/Prostituição/Atendimento.

b) - Conselho Tutelar da Região Centro-Sul - Goiânia

Pessoa Entrevistada: Izabela B. de Carvalho Santos

Cargo: Presidente

Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/Prostituição/Atendimento.

c) - Conselho Tutelar da Região Norte - Goiânia

Pessoa Entrevistada: Astrogildo Naves de Carvalho

Cargo: Conselheiro

Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/

	Prostituição/Atendimento/Prevenção.
C O N T R O L E S O C I A L	1. Fóruns
	a) - Fórum Goiano pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante - Juvenil - Goiânia
	Pessoa Entrevistada: Joseleno Vieira dos Santos
	Cargo: Coordenador
	Ações: Articulação dos atendimentos em rede que envolvam violência sexual: implantação de Fóruns Locais (municipais)/Seminários/Cursos/Reuniões
	2. Conselhos
	a) - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente Goiás - CEDCA-GO
	Pessoa Entrevistada: Maria Auxiliadora Carmo Lima
	Cargo: Presidente
	Ações: Mobilização/Articulação: Deliberar diretrizes para a política de atendimento aos direitos da Criança e do adolescente/violência sexual contra criança e adolescente.
	b) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Goiânia
	Pessoa Entrevistada: Geralda Santa Bárbara
Cargo: Presidente	
Ações: Análise de Situação/Mobilização/Articulação/Deliberar política de atendimento aos direitos da Criança e do adolescente/Prevenção/Defesa	
c) - Conselho Estadual da Mulher - Goiânia	
Pessoa Entrevistada: Vera Lúcia Cardoso	
Cargo: Secretária Executiva	
Ações: Mobilização/Articulação/Responsabilização/Defesa/Violência intra-familiar	

Quadro Ia
Demonstrativo das organizações governamentais pesquisadas no âmbito do município de Aparecida de Goiânia, segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
P R O M O ÇÃ O	1. Organizações Governamentais
	a) - Projeto Sentinela - Aparecida de Goiânia Pessoa Entrevistada: Marcília Queiroz Barreto Cargo: Coordenadora Ações: Análise de situação/mobilização/articulação/atendimento/prevenção/defesa/responsabilização/Protagonismo/violência intra-familiar/abuso e exploração sexual/prostituição.
D E F	1. Secretaria Estadual de Segurança Pública
	a) - Delegacia de Proteção e Defesa da Mulher - Aparecida de Goiânia Pessoa Entrevistada: Neusa Vieira Costa Cargo: Delegada Titular Ações: Responsabilização/repressão a violência cometida contra mulheres (violência física e sexual)/Violência intra-familiar
	b) - Delegacia Geral de Polícia - Aparecida de Goiânia Pessoa Entrevistada: Nadir Almeida S. Pereira Cargo: Delegada Titular Ações: Responsabilização/repressão

E S A	<p>2. Judiciário – Estadual</p> <p>a) - Juizado da Infância e Juventude – Aparecida de Goiânia</p> <p>Pessoa Entrevistada: Cargo: Juiz Titular Ações: Prevenção/Defesa/Responsabilização: adolescentes em conflito com a lei</p> <p>3. Ministério Público – Estadual</p> <p>Promotor da Infância e Juventude - Aparecida de Goiânia</p> <p>Pessoa Entrevistada: Cargo: Promotor Ações:</p> <p>4. Conselhos Tutelares</p> <p>a) - Conselho Tutelar da Região - Aparecida de Goiânia</p> <p>Pessoa Entrevistada: Fernando dos Santos Barbosa Cargo: Presidente Ações: Mobilização/Defesa de direitos da criança e do adolescente/Responsabilização/violência intra-familiar/Atendimento/ maus-tratos.</p>
C S O O N C T I R A O L E	-----

Quadro Ib

Demonstrativo das organizações pesquisadas no âmbito do município de Anápolis, segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
PRO MO ÇÃO	<p>1. Organizações Não-Governamentais</p> <p>a) - Projeto Sentinela - Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Rita de Cássia Lopes Cargo: Coordenadora Ações: Análise de situação/mobilização/articulação/atendimento/prevenção/defesa/responsabilização/ Protagonismo/violência intra-familiar/abuso e exploração sexual/prostituição.</p>
	<p>1. Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>a) - Delegacia de Polícia da Infância e da Juventude- Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Ana Maria J. Faria Cargo: Delegada Titular Ações: Responsabilização/Adolescentes em conflito com a lei.</p> <p>b) - Delegacia de Proteção e Defesa da Mulher - Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Letícia Franco de Araújo Cargo: Delegada Titular Ações: Responsabilização/repressão a violência cometida contra mulheres (violência física e sexual)/ Violência intra-familiar</p>

D E F E S A	<p>3. Polícia Federal</p> <p>a) – a) - Superintendência da Polícia Federal – Divisão de Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada:</p> <p>Cargo:</p> <p>Ações: Prevenção/Responsabilização/Repressão ao tráfico internacional de mulheres</p> <p>3. Judiciário – Estadual</p> <p>a) a) - Juizado da Infância e Juventude – Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Carlos José Limongi Sterse</p> <p>Cargo: Juiz Titular</p> <p>Ações: Prevenção/Defesa/Responsabilização: adolescentes em conflito com a lei</p> <p>4. Conselhos Tutelares</p> <p>a) – Conselho Tutelar da Região Leste - Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Iron Junqueira Júnior</p> <p>Cargo: Presidente</p> <p>Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/Prostituição/Atendimento.</p> <p>b) – Conselho Tutelar da Região Oeste - Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada:</p> <p>Cargo: Presidente</p> <p>Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/Prostituição/Atendimento.</p>
C S O O N C T I R A O L E	<p>1. Conselhos</p> <p>a) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Anápolis</p> <p>Pessoa Entrevistada: Iron Junqueira</p> <p>Cargo: Presidente</p> <p>Ações: Mobilização/Articulação/Deliberar política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente</p>

Quadro Ic

Demonstrativo das organizações governamentais pesquisadas no âmbito do município de **Trindade**, segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
P R O M O Ç Ã O	<p>1. Organizações Governamentais</p> <p>a) - Projeto Sentinela –Trindade</p> <p>Pessoa Entrevistada: Rita de Cássia Lopes</p> <p>Cargo: Coordenadora</p> <p>Ações: Análise de situação/mobilização/articulação/atendimento/prevenção/defesa/responsabilização/Protagonismo/violência intra-familiar/abuso e exploração sexual/prostituição.</p>
D	<p>1. Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>a) - Delegacia Geral de Polícia – Trindade</p> <p>Pessoa Entrevistada: Edmundo Rocha Júnior</p> <p>Cargo: Delegado Titular</p> <p>Ações: Responsabilização/repressão</p>

E F E S A	<p>2. Conselhos Tutelares</p> <p>a) - Conselho Tutelar - Trindade</p> <p>Pessoa Entrevistada: Maurício José da Silva</p> <p>Cargo: Presidente</p> <p>Ações: Mobilização/Articulação/Defesa de direitos da criança e do adolescente/violência intra-familiar/Prostituição/Atendimento.</p>
C O N T R O L E	-----

Quadro Id

Demonstrativo das organizações pesquisadas no âmbito do município de **Uruaçu**, segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
P R O M O Ç Ã O	<p>1. Organizações Governamentais</p> <p>a) - Secretaria de Promoção Social</p> <p>Pessoa Entrevistada: Pe. Crésio Rodrigues</p> <p>Cargo: Secretário</p> <p>Ações: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; em fase de implantação do Projeto Sentinela</p>
D E F E S A	<p>1. Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>a) - Delegacia de Polícia Regional - Uruaçu</p> <p>Pessoa Entrevistada: Eurípedes Pucci</p> <p>Cargo: Escrivão</p> <p>Ações: Responsabilização.</p> <p>2. Judiciário – Estadual</p> <p>a) – Juizado da Infância e Juventude – Uruaçu</p> <p>Pessoa Entrevistada: José Ribeiro Cândido Araújo</p> <p>Cargo: Juiz Titular</p> <p>Ações: Prevenção/Defesa/Responsabilização: adolescentes em conflito com a lei</p> <p>3. Conselhos Tutelares</p> <p>a) - Conselho Tutelar - Uruaçu</p> <p>Pessoa Entrevistada: Pedro Rodrigues Calazans</p> <p>Cargo: Presidente</p> <p>Ações: Análise de situação/Mobilização/Articulação/Prevenção/Defesa/Responsabilização/violência/Prostituição/Atendimento.</p>
C O N T R O L E	-----

O
L
E

Quadro Ie
Demonstrativo das organizações pesquisadas no âmbito do município de **Águas Lindas**,
segundo os eixos do sistema de garantia de direitos

EIXO	ORGANIZAÇÕES
P R O M O Ç Ã O	-----
D E F E S A	1. Conselhos Tutelares a) - Conselho Tutelar - Águas Lindas Pessoa Entrevistada: Valdirene Rodrigues dos Santos Cargo: Conselheira Ações: Análise de situação/Mobilização/Articulação/Prevenção/Defesa/Responsabilização/violência/ Prostituição/Atendimento.
C S O O N C T I R A O L L E	-----

Quadro Ie

Demonstrativo do número total de entrevistas realizadas por município, segundo o eixo do sistema de garantia de direitos

MUNICÍPIOS	EIXOS		
	Promoção	Defesa	Controle Social
Anápolis	01	06	01
Aparecida de Goiânia	01	05	--
Goiânia	07	12	04
Trindade	01	02	--
Uruaçu	01	03	--
Águas Lindas	-	01	-
TOTAL	11	29	05
TOTAL GERAL – 45			

Das 45 organizações visitadas tivemos acesso aos dados da Polícia Federal (período de 2000 a 11 de abril de 2002), Justiça Federal (5ª e 11ª Varas), Ministério Público Estadual e Sociedade Cidadão 2000 (SOS Criança e SOS Crianças Desaparecidas), tendo sido encontrados 39 casos de tráfico de mulheres crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, conforme demonstrado a seguir, nos Quadros II, IIa, IIb e IIc.

Quadro II

Demonstrativo dos Inquéritos Policiais instaurados pela Polícia Federal

Ordem	Lei	Artigo	N.º IPL	Situação	Destino	Origem
01	CPB	231 § 03 item II	001002000 Flagrante	Relatado	Espanha	Goiânia
02	CPB	231 § 03	001512000 Flagrante	Relatado	Espanha	Trindade
03	CPB	231	004242000 Flagrante	Relatado	Portugal	Anápolis
04	CPB	231	004852000 Portaria	Relatado	Espanha	Goiânia
05	CPB	231 § 03	005792000 Flagrante	Relatado	Espanha	Goiânia
06	CPB	231	006652000 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
07	CPB	231 § 03	000102001 Flagrante	Relatado	Exterior	Goiânia
08	CPB	231 § 03	000182001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
09	CPB	231 § 03	000232001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
10	CPB	231 § 03	00222001 Portaria	Andamento	Exterior	Goiânia
11	CPB	231 § 02	000302001 Portaria	Andamento	Exterior	Nerópolis
12	CPB	231 § 02	000552001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
13	CPB	231 P. 02	006132001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
14	CPB	231 P. 03	006122001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
15	CPB	231	007222001 Portaria	Relatado	Exterior	Goiânia
16	CPB	231	007772001 Flagrante	Andamento	Espanha	Goiânia
17	CPB	231 P.03	007852001 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
18	CPB	231 P.03	000102002 Flagrante	Relatado	Espanha	Nerópolis
19	CPB	231	000282002 Portaria	Andamento	Espanha	Nerópolis
20	CPB	231	000892002 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
21	CPB	231	001142002 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
22	CPB	231	001132002 Portaria	Andamento	Espanha	Bela Vista de Goiás
23	CPB	231 P.03	001492002 Portaria	Andamento	Espanha	Goiânia
24	CPB	231	001562002 Portaria	Andamento	Itália	Goiânia
TOTAL GERAL – 24						

Vale observar que apenas 03 (três) inquéritos foram liberados para leitura dos pesquisadores, sendo que registraram-se os seguintes dados:

- Nos inquéritos das 08 (oito) mulheres "aliciadas" somente 01 (uma) das que viajaram para o exterior não tinha conhecimento da natureza do trabalho que realizaria, supostamente trabalharia como garçomete em bares, clubes, dama de companhia ou babá;
- Todas afirmaram que chegaram endividadas, assinaram recibos, ficaram em cárcere privado, sofreram maus-tratos e ameaças que incluíam seus familiares;
- Todas embarcaram no aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia-GO, passaram por São Paulo, foram para a Espanha e somente uma foi para Portugal.
- Dessas oito mulheres que foram para o exterior, quatro retornaram para o Brasil, via embaixada, após denúncia de seus familiares;
- A maioria das mulheres (06) foram contactadas em boates;
- Os dados coletados nos processos através de depoimentos das mulheres vítimas do tráfico apontam para o retorno das mesmas ao Brasil.

Quadro IIa

Demonstrativo dos processos encontrados na Justiça Federal

Ordem	Processo	Local	Vara Federal	Legislação
01	1996.0012069-2	Goiânia	5ª	Art. 231 c/c14,II e 304 c/c 299, c/c art. 29 do Código Penal Art. 304 c/c299, do Código Penal
02	1998.35.00.000383-8	Goiânia	5ª	Art. 231 parágrafos 1º e 2º; 288; e 14, II, parágrafo único e 29 do Código Penal
03	1999.35.00.022025-1	Goiânia	5ª	Art. 231 c/c 14/11
04	2000.35.00.009959-5	Goiânia	5ª	Art. 231
05	200035.00.007120-8	Goiânia	5ª	Art. 231 parágrafo 2º c/c art. 14, II e 29 do Código Penal Brasileiro
06	2000.35.00.01.06.84-3	Goiânia	5ª	Art. 288 e 231 c/c art. 14 incisoII do Código Penal
07	1998.35.00.005556-2	Goiânia	11ª	Art. 304, sendo que na forma do art. 71, ambos do Código Penal, para a primeira acusada (Christiane)
08	2001.35.00.00.1937-0	Goiânia	11ª	S/informação
09	2001.35.00.005233-2	Goiânia	11ª	S/informação
10	2001..35.00.001977-7	Goiânia	11ª	Art. 231, §§ 2º e 3º c/c art. 14, incisos I e II, na forma do art. 71
11	2001..35.00.007519-8	Goiânia	11ª	Art.288 e 231, caput e § 3º, c/c arts. 29 e 69

TOTAL GERAL - 11

Na 5ª Vara Criminal da Justiça Federal foi possível consultar 06 (seis) processos de indivíduos que respondem por tráfico internacional de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual, são eles:

- 01- Processo n. 1998.35.00.000383-8 – contra Marivone Marcolino Jorge, Luceny Lima de Mendonça, Eliene Vaz de Lima e Renato Teodoro Caetano, todos residentes em Goiânia. As duas primeiras foram presas em flagrante no aeroporto Sta. Genoveva, em companhia da adolescente G.F.S. quando Luceny e G.F.S. tentavam embarcar para Barcelona-Madri-Espanha. A prisão ocorreu devido a uma denúncia ao Juizado da Infância e Juventude. A adolescente estava com passaporte falso.
- 02- Ação Pública Incondicionada (Processo n. 1996.0012069-2), contra Silvana Aparecida Lucas Pereira, presa em flagrante por tentar o embarque de C.A. C. para Espanha, seguindo a rota: Goiânia-São Paulo-Bilbao. Além da acusação de aliciamento para prostituição, neste caso, vítima e ré responderam por falsificação de documentos, uma vez que C.A. C. era menor de vinte e um anos. Silvana foi condenada a prestar serviços à comunidade.
- 03- Ação pública Incondicionada (1999.35.00.021855-4), contra Cristiane Peixoto da Silva, presa em flagrante por envolvimento no tráfico de três garotas (V.B.P.; V.V.; N.V.) para o exterior, seguindo a rota: França-Espanha.
- 04- Ação Pública Incondicionada (processo n. 2000.35.00.009959-5), contra Silvana Aparecida Lucas Pereira, presa em flagrante, processo em fase de inquirição de testemunhas. Vítima identificada: V.F.S., 16 anos, portava documentação falsa.
- 05- Processo n. 200035.00.007596-3, contra Geralda Moreira Guimarães, residente em Uruaçu-GO; Zilda Moreira Guimarães e Jucélia Ferreira França, as duas últimas com endereço incerto, foram presas em flagrante no aeroporto Sta. Genoveva em Goiânia-GO, quando tentavam embarcar as garotas: L.R.R. e J.F.S. que iriam se prostituir na Espanha, seguindo a rota: Goiânia-Paris-Ouviedo (Espanha).
- 06- Ação Pública Incondicionada (Processo n. 2000.35.00.01.06.84-3), contra Sérgio Henrique Fenato, Alessandro Rodrigues de Lisboa (ambos residentes em Anápolis-GO), Janete Ângela Marinho de Rezende (residente em Lisboa-Portugal), Mateo Garcia Peres (residente em Madri-Espanha). Os dois primeiros citados são sócios proprietários da AMA Turismo, foram libertados provisoriamente, sob pagamento de fianças. Quanto aos dois últimos o Ministério Público solicitou sejam feitas, pela via

diplomática própria, a Extradução de ambos. Rota identificada: Madri-Espanha-Lisboa-Portugal-Suíça. Foram identificadas 26 garotas nesse processo.

Na 11ª Vara Criminal da Justiça Federal foi possível consultar 05 (cinco) processos de indivíduos que respondem por tráfico internacional de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual, são eles:

- 01- Processo nº 1998.35.00.005556-2 – contra Christiane Michelle Martins da Silva, residente em Salvador-BA, Elaine Nunes da Silva, Lázara de Oliveira Barros e Zélia Maria Elias de Souza, residentes em Goiânia-GO. As três últimas foram citadas e a primeira teve sua prisão preventiva decretada por ter fugido do país e de acordo com seu advogado está morando na Espanha.
- 02- Processo nº 2001.35.00.00.1937-0 - contra Tadeu Honorato Silva e Erika Cássia Hilário de Araújo residentes em Goiânia, o primeiro acusado de aliciamento e encaminhamento para prostituição no exterior, interceptado no aeroporto Santa Gêneveva quando tentava embarcar duas garotas para a Espanha, além dessas, suspeita-se que o acusado tenha embarcado uma centena de mulheres para o exterior. Quanto a Érika, ela é acusada de providenciar as passagens, através da Agência de Turismo All flags, onde a mesma é sócia.
- 03- Processo nº 2001.35.00.005233-2 - contra Tadeu Honorato Silva, acusado de formação de quadrilha para o envio de mulheres para a Espanha. Foi decretado prisão provisória.
- 04- Processo nº 2001..35.00.001977-7 – contra Tadeu Honorato Silva e Erika Cássia Hilário de Araújo residentes em Goiânia, o primeiro acusado de ter providenciado, neste processo, o envio de seis mulheres para prostituição no exterior, Quanto a Érika, ela é acusada de providenciar as passagens, através da Agência de Turismo All flags, onde a mesma é sócia.
- 05- Processo nº 2001..35.00.007519-8 - contra Zenaide Borges, Zenilde Borges, José Rexach Sideira, Waldivino Gomes da Silva e Wellington dos Reis. Os três primeiros residem na Espanha, são proprietários de cerca de 11 (onze) casas de prostituição (rede Cacique). Esse processo cita o réu Tadeu Honorato Silva como o principal responsável pelo “braço” da organização criminosa no Estado de Goiás, contando com a ajuda de Waldivino e Wellington. Os três primeiros tiveram a prisão preventiva decretada, sendo solicitado ao Ministério das Relações Exteriores, a extradicação dos denunciados. Com relação aos demais, residentes em Goiânia, será analisado a conveniência do desmembramento do processo, conforme requerido pelo Ministério Público Federal.

Quadro IIc

Demonstrativo dos casos encontrados no Ministério Público Estadual tipificados juridicamente em outros crimes

<i>Ordem</i>	Local	Fonte	Tipificação vigente	Situação Caracterizadora de Tráfico⁵⁴
01	Goiânia	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Exploração Sexual 244-A - ECA	Fraude,, Situação de vulnerabilidade
TOTAL GERAL - 01				

No Ministério Público Estadual (Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude) encontrou-se o Inquérito Civil Público nº 003/96, com o objetivo de apurar denúncia de exploração infanto-juvenil voltada para a prostituição nesta capital. Neste inquérito foi identificado um caso de exploração sexual de adolescente que, de acordo com a Convenção de Palermo caracteriza-se como tráfico; no termo de declaração assinado pela garota, sua inserção na prostituição ocorreu da seguinte forma: foi “convidada” por uma prima, maior de idade, para morar em Cocalinho - MT. Ao chegar no local, sua prima lhe disse que iriam morar numa boate, onde residiam cerca de 15 meninas, sendo que teria que fazer programas sexuais. Nesta boate residiu por cerca de dois meses, fazendo inúmeros programas sexuais por dia.

Quadro II d

Demonstrativo dos casos encontrados no SOS Crianças Desaparecidas

⁵⁴ Segundo Protocolo Adicional para Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas - art. 2º bis, alínea a/PALERMO.

Ordem	Casos - Prontuários	Situação caracterizadora de tráfico
01	Adolescente F. P. A., 14 anos desaparecida (Aparecida de Goiânia)	Aliciamento, situação de vulnerabilidade.
02	Adolescente J. P. C., desaparecida (Goiânia)	Aliciamento, situação de vulnerabilidade.
03	Adolescentes L. P. S. e L. P. S., desaparecidas (Goiânia)	Aliciamento.
04	Adolescentes D. V. M. e F. L., desaparecidas (Goiânia)	Aliciamento, Fraude.
TOTAL GERAL - 04		

No SOS crianças desaparecidas, Unidade de atendimento vinculado à

Sociedade Cidadão 2000, foram encontrados quatro casos de crianças e adolescentes desaparecidas, que também conforme a Convenção de Palermo caracteriza-se como tráfico.

A situação dos casos é a seguinte:

1 – De acordo com notificação da mãe para o SOS Criança, a filha desaparecida, de 14 anos, F. P. A., morava com o pai; este, namorava uma mulher que se suspeita, seja aliciadora, pois após romper o relacionamento levou a menina para fazer programa. Essa mãe, por várias vezes procurou a filha, para tanto, esteve na casa de uma senhora chamada Olga (Aparecida de Goiânia) e nesta residência observou que o local estava com muitas adolescentes. Esta situação reforçou as suspeitas da mãe.

2- Conforme notificação J. P. C., residente em Goiânia, até então uma garota tímida e bem comportada, saiu de casa em companhia de uma mulher, conhecida como “paraguaia”, que na época era inquilina de um barracão no lote que a garota morava. Foi registrado B.O. na Delegacia da Mulher. J. foi vista se prostituindo em três casas de encontros. (Goiânia).

3- Os pais registraram o desaparecimento de suas filhas gêmeas L. P. S. e L. P. S., informaram ainda que já haviam registrado queixa na Delegacia da Mulher de Aparecida de Goiânia. Segundo o BO registrado naquela Delegacia; as meninas saíram com Letícia, de 21 anos de idade, essas informações foram repassadas pelo próprio irmão de Letícia que soube, através de um amigo, que a moça chamada Letícia disse que iria ganhar dinheiro nas costas das meninas, porque “elas são bonitinhas”. (Goiânia).

4- O pai de D. V. M. e F. L., comunicou o desaparecimento das filhas, ressaltando que um homem de nome Robson convidou as meninas para participarem de um desfile, dizendo ser empregado de uma emissora de TV (serra dourada). Esse pai foi na emissora e lhe informaram que o Sr. Robson não trabalha lá, ninguém o conhece. O pai teme que o desaparecimento das filhas esteja relacionado com a prostituição. Posteriormente, as meninas foram localizadas na casa de “João no Solar Vilhe”, onde estavam “algumas mulheres mais velhas bebendo”. (Goiânia).

Foram entrevistados os pais da goiana Simone Borges, levada para a cidade de Bilbao na Espanha com a finalidade de prostituir-se e que faleceu naquele país em 1996. Desde então, seus pais vêm lutando nos vários órgãos governamentais e não-governamentais, no sentido de denunciar e coibir o tráfico de mulheres. Realizou-se entrevista com uma ex-garota de programa que mora na Espanha e esteve em Goiânia para visitar a família, e com um caminhoneiro, cujas viagens à região norte e nordeste goiano

possibilitou-lhe o acúmulo de informações a respeito da prostituição e às vezes do tráfico para essa finalidade:

- 1- S.B. 25 anos, solteira, morava na periferia de Goiânia com os pais, tinha um filho, havia abandonado os estudos na 7ª série. Antes de ir para a Espanha trabalhou em diversas atividades, como por exemplo, vendedora de roupas. Foi para a Espanha com a promessa de ganhar muito dinheiro e voltar após 03 meses para casar-se. No entanto, como chegou naquele país endividada não conseguiu retornar; exatamente três meses depois adoeceu vindo a falecer em seguida. É importante ressaltar que segundo relato dos pais, Simone foi “convencida” a viajar porque desconhecia que teria que se prostituir. A Cafetina que organizou sua viagem e de outras moças, teria dito que se tratava de trabalhos em restaurantes como garçone.

- 2- R.G. 26 anos, solteira, morava na periferia de Goiânia com os pais, tem uma filha, abandonou os estudos na 6ª série. Antes de ir para a Espanha trabalhou em diversas atividades, inclusive em “casas de massagens”, pois, já fazia “programas”. Recebeu a proposta de viajar para a Espanha para trabalhar na casa de prostituição de uma mulher chamada “Lúcia”. Não aceitou de imediato, mas, foi aconselhada por sua mãe a aceitar, uma vez que essa mulher prometeu-lhe ganhos em torno de R\$4.000,00 por semana. R.G. confirma que a rota Goiânia-Brasília-França-Espanha, ocorre dessa forma para “despistar” as autoridades que estão atentas para embarques de mulheres para a Espanha. Confirma também a participação das agências de turismo, ela própria embarcou com a cobertura de Sérgio Henrique Fenato, da AMA Turismo da cidade de Anápolis.

- 3- Luiz, trabalha como caminhoneiro há muitos anos, sua trajetória incluía viagens internacionais (Argentina) e para a região norte do País. Em seus relatos enfatiza a condição das meninas “trocadas” muitas vezes pelos próprios pais nos postos de gasolina para prostituírem-se e, dessa forma, pagar as dívidas e alimentar a família. Lembra, ainda, a situação de violência que caracteriza a vida dessas meninas: a pouca idade, as tentativas de fugas antes do pagamento das dívidas, o excesso de programas (clientes) por dia, a falta de alternativas decorrente da conivência da polícia.

Na Polícia Civil e Conselhos Tutelares não tivemos acesso aos dados, devido a alegação de que não existem registros sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Contatos informais com indivíduos e entidades, diário de campo, entrevistas, questionários ocorreram de forma concomitante, ou seja, não houve momentos estanques na pesquisa. À medida que surgiam possibilidades de coleta de dados não planejadas à priori procurou-se garantir seu registro.

As dificuldades encontradas referem-se à falta de dados, de capacitação dos profissionais para o trabalho, do preconceito contra as mulheres envolvidas e da resistência das pessoas em responder aos instrumentais da pesquisa, por desconfiança, insegurança e/ou desconhecimento, e em decorrência, ainda, da falta de conhecimento sobre todos as questões abordadas pelo instrumental.

III - ANÁLISE DA PESQUISA

Com base nos dados coletados é possível depreender que as mulheres recrutadas pelo tráfico estavam todas submetidas a trabalhos precários (sub-empregadas ou desempregadas) com baixos salários, solteiras e a maioria com filhos, haviam abandonado a escola e possuíam baixa escolaridade. Essa não é uma condição dos trabalhadores apenas nos municípios pesquisados ou do estado de Goiás, mas uma situação do país.

Antunes (1999), em análise da sociedade brasileira na atualidade, discute a situação da classe trabalhadora, especialmente nos países periféricos como o Brasil, mostrando que as metamorfoses no mundo do trabalho trouxeram como consequência básica, aspectos como: redução quantitativa da classe trabalhadora, aumento de trabalhos parcelados,

fragmentados, terceirizados, enfim, precarizados, aumento do número de mulheres no mundo do trabalho, exercendo trabalhos também precarizados.

Nesse sentido, o “recrutamento” das mulheres no estado de Goiás, pode ser explicado com base na ausência de políticas públicas (emprego, educação, saúde, moradia etc..) ausência essa que foi acentuada na década de 90, quando foram implementados programas de reforma do Estado, visando à concretização da perspectiva neoliberal.

Quanto às especificidades dos municípios pesquisados: Uruaçu, Trindade, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Águas Lindas e Goiânia, pode-se acrescentar que somente um dos municípios (Anápolis) é considerado pólo industrial, entretanto, como em todos os outros locais, também passou, nesta década, por um processo de substituição dos trabalhadores pela robótica, alterando substancialmente as relações de trabalho.

Em Uruaçu, a grande expectativa, tanto do estado de Goiás quanto da sociedade civil foi transformar o município em pólo turístico, devido a formação do lago da Serra da Mesa (área inundada para construção da usina de cana-brava). No entanto, além da degradação da natureza e da desapropriação, que trouxeram transtornos às pessoas, essa perspectiva turística aumentou o processo de envolvimento das mulheres e adolescentes do município em situações de exploração sexual.

Trindade e Aparecida de Goiânia fazem parte da região metropolitana de Goiânia, são cidades denominadas de “dormitórios”. Trindade é considerada símbolo do turismo religioso, durante a festa anual do “Divino Pai Eterno”, o número de pessoas que transita na cidade torna-se cerca de três vezes maior. Aparecida de Goiânia, apesar da tentativa de seus governantes e empresários de transformá-la em pólo industrial, trata-se de uma cidade com serviços públicos bastante precários.

Águas Lindas está localizada no entorno de Brasília, conhecida como um das cidades mais violentas do estado de Goiás, possui índices altos de mortalidade infantil e mortes de adultos e adolescentes por causa externa.

Goiânia, como pode ser observado pelos dados que caracterizam o processo de sua ocupação e desenvolvimento, vive os problemas inerentes a qualquer outra cidade brasileira de seu porte, as especificidades estão relacionadas ao aumento do tráfico para fins de exploração sexual comercial, nos últimos anos.

Ressalta-se que em todos os municípios pesquisados foram encontrados casos que caracterizam a situação de tráfico para fins de exploração sexual. No entanto, no

município de Águas Lindas, teve-se somente o relato do Conselho Tutelar, informando a presença de meninas de Goiânia naquela cidade, prostituindo-se, e, muitas vezes, as meninas foram “devolvidas” às suas famílias.

A presente análise constitui-se numa contribuição inicial para a visualização da problemática investigada no estado de Goiás. Nesse sentido, não é pronta e acabada, ao contrário, necessita maiores estudos e pesquisas para seu desvendamento. Embora inacabado, o estudo aponta para a importância de articulações nos diferentes setores da sociedade civil e do Estado, pois compreende-se que os problemas decorrentes das péssimas condições de vida, da concentração de renda, da violência em geral, que vulnerabiliza os indivíduos, não podem ser solucionados com ações isoladas e a curto prazo, é preciso alterar as relações sociais que garantem a reprodução dessas práticas. Acrescenta-se ainda que o envolvimento dos demais países da América Latina e do Caribe, parece indicar questões que expressam o processo de dependência econômica e política desses países às grandes potências internacionais.

IV - BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho*, Campinas, São Paulo, 6ª edição, Cortez, 1999.

ASPECTOS HISTÓRICOS E TURÍSTICOS dos municípios goianos, in www.agetur.go.gov.br , www.agenciaambiental.go.gov.br , www.agepel.goias.gov.br .

CENSO 2000 IBGE, in www.ibge.gov.br .

INDICADORES ECONÔMICOS, *Séries Estatísticas Básicas* in Economia & Desenvolvimento, Conjuntura Socioeconômica de Goiás, Ano II N.º 7 Abril/Junho de 2001.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar*. Brasília: Mimeo, CECRIA, 2001.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. *Dimensão Jurídico-social: Análise hermenêutica da normativa vigente & indicativos de ação política*. In: Texto 2/A - Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, no Brasil. Brasília: Mimeo, 2001.

_____. *Dimensão Jurídico-social: Reflexões epistemológicas e questionamentos estratégicos, preliminares*. In: Texto 1/A - Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, no Brasil. Brasília: Mimeo, 2001.

PALACÍN, Luís e Moraes, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás*, 6ª Edição, Goiânia, Ed. Da UCG, 1994.

PERFIL SOCIOECONÔMICO dos municípios goianos. In www.gabinetecivil.goiás.gov.br /SEPLAN.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*, Goiânia, Cânone Editorial e Agepel, 2001.

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA DE TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

ESTADO DE MATO GROSSO

I – DADOS DE CONJUNTURA

O estado de Mato Grosso, está localizado na região centro-oeste do Brasil, tem por capital a cidade de Cuiabá e faz fronteira com os estados de Rondônia, Para, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul, bem como a Bolívia. Possui uma população de 2.504.353 habitantes, segundo Censo IBGE 2000, dispersos por 139 municípios do estado.

O processo de colonização do estado, acompanha o processo de desenvolvimento do País, sendo que por estar localizado na região centro oeste do território nacional, sempre teve um ritmo de desenvolvimento e colonização próprios. Desde o século 18 até os nossos dias a região centro-oeste, foi atingida por quatro grandes padrões de ocupação, correspondentes a quatro períodos históricos que analisaremos superficialmente, a seguir.

MINERAÇÃO, de 1718 á 1790; AGROPECUÁRIA REMANESCENTE, de 1790 á 1930; MARCHA PARA O OESTE, de 1930 á 1964, e O AVANÇO DO GRANDE CAPITAL E A LUTA PELA TERRA, de 1964 até nossos dias.

1. **Mineração**, a região que constitui hoje o centro do Brasil foi atravessada por muitas “Entradas e Bandeiras” que buscavam escravizar índios, explorar o território, encontrar minerais preciosos durante os séculos 16 e 17, além de outras expedições religiosas e militares, portuguesas e espanholas. Mas foi só no começo do século 18 que a descoberta de ouro produziu as primeiras fixações dos colonizadores na região que chamamos hoje de centro-oeste, ou Região Brasil Central. Em torno da exploração do ouro, formaram-se quatro áreas de povoamento e colonização: as minas de Cuiabá, as minas de Goiás, as minas de Tocantins e as minas de Vila Bela.

Entretanto, o período histórico marcado pela mineração foi curto. Por volta de 1770, mal havia se consolidado a ocupação do território, permanecendo a existência de conflitos com os espanhóis no Extremo Oeste, havendo um conflito permanente com as populações originárias(os indígenas), profundamente agredidas pela invasão colonial, sendo

empurradas cada vez mais para Oeste e Norte; por volta de 1770, já se torna claro o declínio da produção aurífera e, mais que isso, o esgotamento do modelo baseado na mineração.

Com isso, as atividades agropecuárias (que eram subsidiárias, secundárias), vão gradualmente tornando-se centrais. Surge primeiro uma economia de auto consumo que torna possível a manutenção das populações anteriormente ligadas ao ouro. O processo é muito semelhante em todas as áreas mineradoras do Centro-Oeste, da mesma maneira que em Minas Gerais, dando lugar a uma unidade de produção agrária, a fazenda, desligada do mundo urbano, autarquizada, conservadora e rústica. Da economia de auto-consumo transita-se para uma economia do excedente. Por volta de 1790 a economia regional já se deslocou do ouro.

A partir daí, a passagem para uma economia de mercado(pontual, seletiva, dependente de fatores muito favoráveis) vai ocorrendo lentamente, na medida em que se estabelecem condições de exportação para as praças do litoral ou outras regiões onde existe economia consolidada. É o caso da pecuária do Tocantins, que tem mercado para o gado-em-pé na Bahia e Pernambuco(especialmente nos períodos em que ocorrem surtos de prosperidade na economia açucareira). É o caso da erva-mate do Mato-Grosso, da farinha de trigo de Cavalcante, da marmelada de Santa Luzia ou das peles de animais silvestres.

2. A AGROPECUÁRIA REMANESCENTE (1790 – 1930) Neste período houve a guerra do Paraguai que a partir de 1870, além das mudanças regionais que ocorreram no País em suas diversas regiões, como também o modo de ocupação territorial que partiu da agropecuária remanescente. Esse padrão determinou a ruralização da vida e estabeleceu um ritmo lento de crescimento (tanto da economia como da população), marcado pelo isolamento do sertão, pela inexistência ou ocorrência mínima de migrações e pela consolidação do latifúndio como padrão de propriedade privada. Isso cristalizou(sob o impulso poderoso da hierarquização paramilitar da sociedade produzido pela Guarda Nacional), um coronelismo irresistível que garantiu o monopólio da terra.

A região de Cuiabá consolida uma economia pecuária que começa a se diversificar com a abertura da navegação pelo Paraguai. O comércio fluvial com o Cone Sul, especialmente a partir da metade do século 19, permite o florescimento de um marcante ciclo do açúcar, com a montagem de grandes usinas(é o rio que permite a interiorização dos equipamentos e a exportação do açúcar, o que não é possível a outras áreas), tais como Conceição, Itaicí, Maravilha, Flexas, Aricá e outras. Além disso o transporte fluvial

estabelece contato regular e seguro com as praças consumidoras, estimulando a produção da borracha, erva-mate, poaia.

Na metade do século começa a ocupação sistemática do antigo Sertão dos Garcia, que virá a ser Mato Grosso do Sul. Esse é um fato novo: ao mesmo tempo em que o Norte do Mato Grosso se isola, o Sul começa a florescer.

O fim da mineração faz com que parte da população de Minas Gerais se torne excedente por causa da carência de terras livres e economicamente utilizáveis, e enquanto Goiás tinha cerca de 65 mil habitantes e Mato Grosso cerca de 40 mil, Minas tinha quase 650 mil, no ano de 1820. A rápida expansão da economia cafeeira pelo Sul de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo começa a criar mercado para produtos agropecuários no interior, e tornando-se espaços complementares do crescimento econômico do Centro-Sul do País.

As alterações da ocupação começam a produzir nítidas diferenciações intra-regionais que vão se tornando mais significativas e progressivamente mais estruturais, entre 1870 e 1930, enquanto a lenta cadência de vida continuou a marcar todo o Norte de Mato Grosso e de Goiás; o Sul é marcado por uma nova dinâmica dependente do crescimento econômico da economia cafeeira da urbanização e modernização do Centro-Sul em geral.

Ao final da guerra do Paraguai, profundas mudanças haviam ocorrido em Mato Grosso. Havia as conseqüências da guerra em si (destruição, despovoamento temporário, imobilização econômica), mas também uma marcante alteração geopolítica que vai acentuar as diferenças entre o Sul e o Norte.

Com o final da guerra o governo imperial vê-se diante da necessidade de estabelecer uma política especial para as áreas da fronteira paraguaia. Com a fundação de Campo Grande (1875), essa cidade vai se tornar o centro desse plano.

Anteriormente, a abertura à navegação do rio Paraguai, em 1856, já havia estimulado uma certa expansão da economia, tanto no Sul quanto no Norte, em toda a área do Alto Paraguai. Depois da guerra, os negócios expandem-se levando em conta que Mato Grosso era uma província do Extremo Oeste, com baixa densidade populacional e todas as limitações que as distâncias e as deficiências dos sistemas de transportes determinavam.

Toda a parte Norte do território matogrossense, para além de Cáceres, só seria atingida pelo avanço das frentes de expansão depois dos anos 50 do século 20. A região do Alto Paraguai, São Lourenço, que tinha (e tem) Cuiabá, como centro continua a evoluir com grande lentidão, também até os anos 50.

É apenas no Sul, cujo epicentro é Campo Grande, que se conjugam fatores que permitem um crescimento mais rápido: de um lado, terras férteis mais próximas de centros consumidores para os quais exportar; por outro, a ampliação das áreas da cafeicultura para o Noroeste paulista, incorporando o Sul de Mato Grosso como frente de expansão fornecedora de alimentos e matérias primas. A chegada da ferrovia em 1914 consolida esse vínculo, que se acentua a partir daí, caracterizando uma divisão socioeconômica (entre as duas áreas Mato Grosso) que terminaria consagrada politicamente em 1977.

Da mesma forma que o Norte de Mato Grosso, o Norte de Goiás, que hoje constitui o estado de Tocantins, tornar-se-ia um espaço de crescimento vegetativo, pelas mesmas características e limitações. Em escala considerável, só a pecuária representava uma possibilidade econômica, em função da existência de mercados na Bahia, Pernambuco e Ceará.

Ocorre, como no caso de Mato Grosso, uma sobrevivência da matriz de ocupação colonial que desemboca na formação de uma sociedade sertaneja latifundiária, excludente e imobilista, desligada das cadências do progresso capitalista.

Além disso, a ocupação do Sudoeste a partir da metade do século 19 abriu um novo espaço para a colonização, reforçando o conjunto e favorecendo o surgimento de um circuito econômico regional.

Finalmente, é preciso anotar que tanto Mato Grosso como Goiás vão ser marcados por uma verdadeira revolução nos transportes. Depois das linhas férreas pioneiras, que criam uma ligação ágil, rápida e eficiente (considerados os padrões vigentes até então), abre-se a era do caminhão e do automóvel. Em menos de 15 anos forma-se uma malha considerável de estradas radiais pioneiras ligando a ferrovia a pontos distantes, até então remotos e isolados, abrindo novos espaços para a ocupação econômica.

3. A MARCHA PARA O OESTE, (1930 a 1964), este período foi marcado pelos grandes projetos de colonização na busca de integrar o oeste do país e garantir as suas fronteiras.

Mato Grosso torna-se uma longa fronteira internacional, divisa com a Bolívia e o Paraguai, daí sua importância estratégica para a integração nacional e para expansão das fronteiras. Neste período pode-se destacar o crescimento e florescimento de muitas cidades e pequenas cidades, a Construção de Brasília, a mudança da Capital de Goiás, para Goiânia, como fontes de integração do interior do país ao eixo de produção e comércio para os

demais estados. A rede ferroviária e as rodovias integram e favorecem este período com um grande desenvolvimento para o interior do centro do oeste do país.

No Estado Novo (Getúlio Vargas) predominou a busca da marcha para o oeste do país e suas fronteiras integrando e desenvolvendo no ritmo do crescimento sendo e concentrado na mão do grande capital de terras com predomínio do latifúndio e consolidação da sociedade dos coronéis e grandes latifundiários. Esse período também é marcado pelo favorecimento da mobilidade de grandes contingentes de população vindos do sudeste e nordeste do país em busca de novas terras e melhor qualidade de vida.

4. O AVANÇO DO GRANDE CAPITAL E A LUTA PELA TERRA, (1964). Este período é marcado pelo grande investimento do capital estrangeiro nos programas de colonização e desenvolvimento agrário do país. Após o Golpe Militar de 1964 o mercado brasileiro começa a receber grandes empresas que investem na agricultura e pecuária, tornando-se proprietários de grandes áreas e os conflitos pela luta e posse da terra crescem, em várias regiões do país; podemos afirmar que o MST-Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, é como fator determinante deste período e herdeiro das Ligas-Camponesas, do período pré 1964.

O período é marcado por um grande avanço na industrialização da pecuária e agricultura e nas últimas décadas, o estado do Mato Grosso tornou-se grande produtor de grãos e exportador, num processo de grande desenvolvimento concentrado nas empresas transnacionais instaladas na região. A concentração de renda e a mecanização da agricultura e pecuária tornam o modelo de desenvolvimento muito excludente e concentrado nas mãos de poucos.

Nesse contexto ocorre realidade encontramos a divisão do estado, no ano de 1977, em relação aos interesses de muitas realidades, quer seja econômica, social e política que irá influir no desenvolvimento do estado que por longos anos teve um ritmo mais lento que outras regiões do país; neste período grandes contingentes do sul do país vêm em busca de terras mais baratas e melhores investimentos e facilidades de empréstimos por parte do governo federal.

Portanto, a realidade hoje do estado e Mato Grosso é de um estado em franco desenvolvimento sócio econômico, grande avanço industrial da pecuária e agricultura, tornando-se um dos estados maior produtor de grãos do país, e com grandes concentrações de renda e bolsões de miséria e pobreza uma vez que a industrialização e os grandes investimentos nos programas de agricultura do governo federal não foram capazes de

absorver a mão de obra excedente do estado, daí as distorções na qualidade de vida e vulnerabilidade da sociedade⁵⁵.

II – DADOS DA PESQUISA

2.1. A equipe se reuniu realizando o levantamento das Og e Ong's de âmbito estadual e municipais que eram da área de defesa e responsabilização, prevenção e atendimento que possivelmente poderiam tratar do assunto.

Dividiremos o detalhamento em 02 partes para melhor compreensão:

1. Municípios do interior:

Demos início à pesquisa nos municípios do interior do estado (Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Cáceres, Várzea Grande e Alta Floresta) pelos Conselhos Tutelares ou pelo Programa Sentinela; tivemos acesso às informações com facilidade, devido ao trabalho desenvolvido junto a Campanha Estadual de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de alguns membros da equipe. Ressaltamos que no município de Várzea Grande não conseguimos realizar a pesquisa no Conselho Tutelar, apesar de enviarmos oficialmente a solicitação e marcarmos várias audiências com o Presidente.

A maior dificuldade encontrada foi com relação ao tema “*Tráfico*”, pois no registro das organizações não está com esta classificação, principalmente nos Conselhos Tutelares e sim como recambiamento, desvio de conduta, fuga e outras classificações. Primeiramente tínhamos que esclarecer o tema da pesquisa, de acordo com os subsídios teóricos, para as pessoas que íamos entrevistar e, posteriormente, iniciávamos a coleta de dados, o que demandou mais tempo do que havíamos previsto.

Como o tema da pesquisa é crime sexual, mesmo sendo praticado contra criança ou adolescente, muitas vezes não há registro no órgão de defesa da infância e sim na delegacia, ou promotoria, ou vara criminal, o que dificultou encontrarmos os dados.

⁵⁵ A presente análise é um resumo tendo como base o texto ESTRUTURA E DINÂMICA DA OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CENTRO-OESTE, DE SÉRGIO PAULO MOREYRA.
Em anexo, segue o texto ELEMENTOS DA ANÁLISE GEOGRÁFICA PARA A COMPREENSÃO DA DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PESSOAS E/OU GRUPOS NO BRASIL E MATO GROSSO, DO PROFESSOR MESTRE, ILDONEI LAZZARETTI.

Em relação aos dados sobre a *mulher*, encontramos registros apenas no município de Rondonópolis, na Pastoral da Mulher Marginalizada. Existe Delegacia Especializada da Mulher, em Cuiabá e Rondonópolis, nos demais municípios os crimes praticados contra a mulher são registrados em Delegacia Civil.

Nos municípios de Cáceres, Alta Floresta, Pontes e Lacerda e Rondonópolis, as Ong's que foram pesquisadas tiveram a maior disponibilidade em ajuda no levantamento dos dados e também começaram a aprofundar esta discussão sobre *tráfico*.

Entrevistamos representantes dos Conselhos Tutelares, Programa Sentinela, Delegacia Especializada da Infância e Adolescência(Rondonópolis), Delegacia da Mulher(Rondonópolis), Promotoria da Infância e Adolescência, Pastoral da Mulher Marginalizada(Rondonópolis), Inspeção do Menor, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal.

Em Cáceres a dificuldade foi encontrar dados registrados, pois segundo informações dos profissionais que atuam na área da criança e do adolescente, as pessoas têm medo de represálias, não fazem denúncias, mesmo os profissionais não concordaram em registrar seus depoimentos na pesquisa. No mapeamento dos locais que exploram crianças e adolescentes pela equipe da pesquisa, constatou-se a existência de crianças/adolescentes sendo explorados sexualmente, tendo o envolvimento de policiais civis e militares fazendo a guarda dos locais ou mesmo se divertindo, bem como “pessoas de posse” e autoridades do município nestes locais. Devido a esta situação é que os profissionais e pessoas da comunidade possuem receio de denunciar. O Projeto Sentinela realizou o mapeamento identificando 19 locais que exploram sexualmente crianças e adolescentes.

O município de Alta Floresta não estava incluído na pesquisa inicialmente, porque não é município de fronteira. Após recebermos da Coordenação Regional informação que a Coordenação Regional do Nordeste havia identificado no levantamento dos dados, na região, *adolescentes* oriundas de Alta Floresta em boate no estado do Maranhão, entramos em contato com o Projeto Sentinela do município e depois com a Conselho Tutelar. No primeiro levantamento no Conselho Tutelar foram-nos entregues 15 casos envolvendo adolescentes que podiam ser vítimas do *tráfico doméstico*, o que nos possibilitou identificar

uma nova rota de tráfico, pela qual as adolescentes são levadas para os estados do Pará e Maranhão, e desses estados para o município, bem como são levadas de outros municípios do estado para Alta Floresta (vice-versa). Nesse município, em todas as organizações que foram pesquisadas tivemos a maior facilidade em obter os dados.

2. Cuiabá

Na Capital foi diferente dos municípios do interior, tivemos dificuldade de realizar a pesquisa, como por exemplo marcar as entrevistas: em algumas organizações, os responsáveis nunca estavam disponíveis para receber a equipe da pesquisa, e outros queriam ser entrevistados por telefone.

Iniciamos a pesquisa também pelos Conselhos Tutelares, depois passamos para as organizações de âmbito estadual. No final conseguimos pesquisar 19 organizações entre OG e Ong's.

Realizamos a pesquisa de mídia nos jornais de maior circulação, sendo que a maior dificuldade foi nos primeiros 02 meses, porque tínhamos que copiar as matérias, pois o primeiro jornal pesquisado não autorizou a realização de fotocópia da matéria e sim tínhamos que fazer a aquisição do jornal, ao preço de R\$3,00 cada um, porém o projeto não previa este custo; em função disso o pesquisador fazia a cópia da matéria, demandando um tempo maior que o esperado para a coleta de dados. Posteriormente fomos informados que o Arquivo Estadual possui todos os jornais de maior circulação; passamos a realizar a pesquisa de mídia naquele local, que permitia ao pesquisador fazer fotocópia das matérias que o interessava.

2.2- Tivemos dificuldade em utilizar os instrumentais elaborados pelos Consultores, apenas o instrumental de mídia foi o que utilizamos.

Realizamos entrevistas com os responsáveis pelas organizações, seguido sempre a seguinte dinâmica: esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa, em algumas entrevistas esclarecíamos que era *Tráfico*; a pessoa expunha o que sabia ou tínhamos conhecimento sobre o assunto; solicitamos os registros ou casos sobre o assunto; analisamos os registros

ou casos que nos eram repassados; os registros ou casos que se caracterizavam com o *tráfico*, fazíamos a cópia dos dados dos processos.

Após cada entrevista realizamos um relatório, bem como o relatório de viagem, contendo detalhes sobre a entrevista.

A maior dificuldade foi coletar dados dos últimos cinco anos, porque os responsáveis pelas organizações informavam que não tinham pessoa disponível para realizar a separação dos registros ou casos, em algumas organizações nos foi permitido que fizéssem juntamente com uma pessoa esta separação de dados.

Nos Cartórios da Vara Criminal a dificuldade foi o tempo para leitura dos processos, alguns continham mais de 100 páginas, cada vez que íamos para os municípios do interior tínhamos, em média 02 diárias, com a finalidade de fazer as entrevistas em 04 ou 05 organizações, somente em cada Cartório necessitávamos de mais ou menos 08 a 10 horas de trabalho. Nos Conselhos Tutelares também foi necessário muito tempo para a leitura de casos.

2.3. RELATO DOS CASOS

MT 01 – CIDADE DE CÁCERES MT.

FONTE: DELEGACIA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT.

INQUÉRITO Nº 125/2002.

DATA: 07.05.2002.

TIPIFICAÇÃO – Art.227 – Lenocínio, Art. 228 – Favorecimento da Prostituição, Art. 231 – Tráfico Internacional, e Art.307 – Falsa Identidade.

Segundo consta nos autos do Inquérito Policial, no dia 07.05.2002, foram presas em flagrante, Márcia Cristiane de Moraes, 20 anos, e Edinéia Caetano Andrade, 32 anos, quando transportavam para a cidade de Sam Marino, na Bolívia, as adolescentes, T.S., 16 anos, R.A.S., 15 anos e L.L., 15 anos. Consta que Edinéia procurou Márcia para que providenciasse meninas para irem se prostituir na Bolívia, sendo que Márcia fez o contato e conseguiu as três adolescentes descritas acima. Conseguiram na Rodoviária de Cáceres um táxi proveniente da Bolívia que as levariam para a cidade de Sam Marino; quando

chegaram na barreira policial denominada de “limão”, foram paradas por policiais que solicitaram a conferência da certidão de nascimento das adolescentes e verificaram que não eram os mesmos nomes, ou seja, eram falsificados. As duas mulheres foram encaminhadas para a Delegacia de Polícia e estão aguardando julgamento, pois foram presas em flagrante e, as adolescentes, foram encaminhadas para o Programa Sentinela e Conselho Tutelar, que as encaminharam para os familiares.

MT 02 – CIDADE DE ALTA FLORESTA - MT.

FONTE: CONSELHO TUTELAR DE ALTA FLORESTA.

TIPIFICAÇÃO – RECRUTAMENTO, OFERTA DE PAGAMENTO, DESAPARECIMENTO, TRANSPORTE, ALOJAMENTO, USO DE RECURSO DE FORÇA, CÁRCERE PRIVADO, COAÇÃO.

Segundo registro no Conselho Tutelar de Alta Floresta, a senhora, G.B.O., mãe da adolescente C.B.O., 17 anos, compareceu ao CT, informando que recebeu R\$ 50,00(cinquenta reais) adiantado quando sua filha foi trabalhar em Guarantã-MT ou Matupá-MT. A adolescente ligou após uns 10 dias relatando que estava sofrendo na boate em Matupá e teve que desligar o telefone por causa da chegada do Cafetão, dono da boate.

MT 03 – CIDADE DE ALTA FLORESTA – MT.

FONTE: CONSELHO TUTELAR DE ALTA FLORESTA.

TIPIFICAÇÃO– EXPLORAÇÃO SEXUAL(244-A-ECA). FRAUDE, CÁRCERE PRIVADO, USO DE RECURSO DE FORÇA, COAÇÃO e FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.

A Adolescente F.R.G., 17 anos, esteve na Delegacia de Polícia de Alta Floresta, fugindo de um prostíbulo no Setor Industrial, onde sofria maus tratos e cárcere privado. Segue relato do Of.nº023/01CT dirigido ao Promotor de Justiça de Alta Floresta:

“A Conselheira de Plantão, Rosely foi até a Delegacia para tomar as providências cabíveis, onde a adolescente, F.R.G., nascida no dia 09.11.1984, filha de M.P.P.C. e M.A.G., nos declarou o que segue:

que veio de Cripurizão/PA, para trabalhar em uma Mercearia que inclusive chegou a trabalhar por alguns dias segundo a adolescente o Sr.Josias pois a mesma para fazer programas com certos homens que freqüentam aquele Prostíbulo nos disse também

que se saíssem daquele ambiente para fazer programas, colocaria na conta das garotas certos valores por exemplo, 10,00 ou 20,00 e diz que as mesma estão devendo para ele e por este motivo ninguém pode sair daquele local. F.R.G., disse que todas as garotas são maltratadas e sofrem ameaças se dizem querer sair de lá, nos disse ainda que já inclusive o Sr. Josias o bateu na mesma, e quando a Policia ou a Inspetoria de Menores vai até lá manda as meninas que são Menor de Idade se esconder, e por este motivo nunca foi encontrado nenhuma adolescente nas Rondas feito pela justiça, nos disse também que tem mais duas garotas de são Menor de Idade uma se chama na verdade Adriana mas está com documento em nome de Regiane e a outra se chama Artenise que tem apenas 17 anos de idade e nenhuma das adolescentes possui documentos, este Conselho já recebeu Denúncias que lá havia adolescentes, mas todas as vezes que fomos lá juntamente com a Inspetoria de Menores nunca conseguimos achar nenhuma.”

MT 04 – CIDADE ALTA FLORESTA – MT.

FONTE: VARA CRIMINAL DE ALTA FORESTA.

PROCESSO Nº 1.411/1998.

DATA: 13.08.98.

TIPIFICAÇÃO: Art. 228, Favorecimento da Prostituição e Art.299 Falsidade Ideológica.

VÍTIMAS: E.P.S., 15 ANOS; F.M.S., 15 ANOS; L.A.B., 15 ANOS , E C.A.R., 14 ANOS.

RÉUS: M.M.L.(Proprietária da Boate Saramandaia), V.M.S.(Gerente da Boate) e E.P.S.(Aliciador).

No dia 06.08.98, os Inspetores de menor, juntamente com a Polícia Militar, por volta das 18:00h, foram até a Boate Saramandaia, encontraram 04 adolescentes no interior da boate, morando e fazendo programas sexuais. A adolescente E.P.S., 15 anos, declarou que veio de Pontes e Lacerda, chegou na Boate e pediu emprego, a proprietária da Boate, M.M.L., mesmo sabendo que era adolescente, aceitou ficar com a mesma, dizendo que a adolescente deveria cobrar R\$ 50,00 por programas e pagar R\$ 20,00 pela chave do quarto, ou seja cada hora que pegar a chave. A proprietária se interessou por ter mais adolescentes na Boate, sendo assim, dirigiu-se até o Município de Sorriso, onde encontrou o Travesti E.P.S., aliciador das adolescentes, solicitando se saberia de adolescentes que gostariam de ir para Alta Floresta, com a finalidade de trabalhar na Boate, o mesmo informou que as garotas adultas que conhece estão estabelecidas, não

querendo sair do município, porém, conhecia umas adolescentes que fazem programas, e indagou a proprietária se haveria problemas o que foi informado pela mesma que não, pois ela, posteriormente, conseguiria a documentação falsa. O Travesti conversou com as adolescentes que estavam na praça, foram convencidas que não precisavam nem levar roupas, pois ganhariam na boate. Foram levadas para a Boate em Alta Floresta, a proprietária passou as regras, sendo o programa R\$ 50,00, cada vez que pegar a chave do quarto deveria pagar R\$ 20,00, não poderiam beber cerveja nem refrigerante, apenas a bebida Martini, dormiriam durante o dia, a noite a partir das 21 horas, deveriam estar no salão, não podendo sair da boate. Quando a proprietária saía ficava o V.M.S., gerente, cuidando das meninas, e E.P.S. veio também para Alta Floresta para ajudar. As Adolescentes pagavam as despesas. Todas as Adolescentes no depoimento confirmaram o fato relatado, suas famílias não tinham conhecimento do que elas estavam fazendo. Os Policiais prenderam em flagrante os V.M.S. e .E.P.S., que também confirmaram o fato, a M.M.L., proprietária da boate não foi encontrada no local.

O processo criminal não terminou, o seu último despacho foi no dia 08.01.2002, porque algumas testemunhas de defesa dos acusados não compareceram na audiência por Carta Precatória. As Adolescentes na época foram entregues ao Conselho Tutelar de seus Municípios de origem, no processo contém depoimentos dos pais como testemunhas de acusação.

MT 05 – CIDADE DE CÁCERES – MT.

FONTE: PROGRAMA SENTINELA.

ENTREVISTA: B.D.S, 16 ANOS.

DATA: 17.05.2002.

TIPIFICAÇÃO: CÁRCERE PRIVADO, TRÁFICO INTERNACIONAL E DOMÉSTICO.

B.D.S. iniciou na prostituição, em sua cidade natal, Cáceres-MT, aos 13 anos de idade, depois de ter o seu filho, com a mesma idade. Relatou que entrou “nessa com o sonho de ter roupas da moda, dinheiro, sapatos e jóias.” Seu sonho foi por terra, quando começou a se drogar, no início era só maconha, depois foi usando de tudo. Usava maconha para anestésiar, comprando para si e os amigos. Ia fazer muitos programas nas chalanas, barcos que sobem e descem o rio com turistas:

“Descia o Rio, nas chalanas, mais de 30 meninas, o pacote era acertado nos hotéis da cidade ou nas boates, tinham a idade de 13 a 17 anos, passávamos as vezes de 2 ou 3 a 4 ou 5 dias nos barcos, por semana. O dono ganhava uns R\$ 600 por menina, e pagava uns R\$ 100 a R\$ 150,00, era sua comissão por arrumar o pacote de turistas. Vinham de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, e as meninas se diziam de maior mas com os documentos falsificados pois eram menores.

Certa vez tive o convite de ir para Bolívia e fui. No dia combinado, eu e mais quatro meninas, sendo 02 de maior e três menores, fomos com uns caminhoneiros de madeira que eram da Bolívia, para a Cidade de La Paz, ficando por lá por 04 dias e ganhávamos R\$ 800,00 por este tempo, mas não pudemos sair do quarto, o tempo todo ficamos no quarto. Um dia depois do almoço quis sair e um segurança, que falava espanhol, trancou a porta e não pude sair da boate. No dia combinado, retornamos para Cáceres(...)

Conheci os municípios de Quatro Marcos, Mirassol e Cuiabá, indo umas 04 vezes para Cuiabá e passava o tempo, queria sair mais a dona não deixava, de noite tinha segurança na boate e de dia éramos vigiadas pela cozinheira e faxineira. A dona da boate mandava buscar lanche, mas não podíamos sair, ela só nos liberava após as 05:00h da manhã, e não podia dormir, e deveríamos beber sempre, mesmo passando mal(...)

Quando ia para Pontes e Lacerda, o pagamento da Van, o transporte era fazer sexo com o dono da boate, na volta você podia pagar mas não tinha jeito de abandonar o sexo na vinda. A cidade era legal, o dono deixava a gente passear, ir a cidade(...) os turistas pagavam pra gente beber até cair... se quisessem nos tirar da casa tinham que pagar(...)

Em Cáceres, na Boate Sarat, que nem existe mais, fiquei presa uns 14 dias, pois estava devendo uns R\$ 100,00 e tive que sair fugida, pois estava trancada no quarto durante o dia, e só recebia uma marmitex e uma garrafa de água, pela janela. Os proprietários eram muito agressivos e num momento de desespero eu arrombei a porta com pedaços da madeira da cama e pulei o muro, eu e uma amiga de 15 anos (...).”

**MT 06 – CIDADE DE RONDONÓPOLIS – MT
FONTE: PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA – PMM.
RELATÓRIO DOS CADASTROS DOS PROFISSIONAIS DO SEXO**

TIPIFICAÇÃO: TRÁFICO INTERNACIONAL, ALICIAMENTO E MENÇÃO SOBRE AS ROTAS E A REDE NO ESTADO DE MATO GROSSO.

Pesquisamos os cadastros da Pastoral da Mulher Marginalizada, que atendem profissionais do sexo em Rondonópolis, no período de março de 2001 a abril de 2002, em um total de 325 mulheres, conforme quadro demonstrativo abaixo.

O perfil da maioria das mulheres entrevistadas apresenta os seguintes aspectos, isolados ou associados:

- Provenientes de famílias extremamente pobres, desestruturadas e com abandono de filhos;
- Um grande número delas sofreu violência sexual por parte de familiares ou pessoas próximas;
- Iniciaram a prostituição na puberdade e adolescência, provocando distúrbios no seu desenvolvimento emocional;
- Possuem, em sua maioria, baixa escolaridade;
- Muitas são alcoólatras e dependentes de pasta base;
- Algumas podem ser incluídas no que a pesquisa denomina “tráfico doméstico”.

Alguns dos pontos mapeados pela PMM se caracterizam por mulheres que exercem a prostituição como complemento de renda. Em outros pontos as profissionais do sexo vivem exclusivamente do exercício da prostituição, é exatamente nestes pontos que encontramos a maioria dos problemas envolvendo álcool, violência e o denominado “tráfico doméstico”.

Os agentes da PMM Pastoral da Mulher Marginalizada desenvolvem este trabalho de abordagem da rua há vários anos em alguns pontos. Este fato contribuiu para que o relacionamento das mulheres com os agentes fosse baseado no respeito e na confiança. Foi assim que chegou ao conhecimento da PMM a tráfico de seres humanos. Recebemos a denúncia de que quatro mulheres foram levadas para a Espanha com a seguinte estratégia: *“no contato elas recebem um adiantamento que varia de 1.000 a 2000 dólares, depois são levadas até São Paulo ou Rio de Janeiro, onde permanecem por dois dias até seus passaportes ficarem prontos, então embarcam para a Espanha, onde já tem os contatos que vão esperá-las para encaminhá-las ao destino final”*.

Dentre as mulheres contactadas pelos aliciadores houve algumas que chegaram a preparar documentos, porém desistiram de viajar. As mulheres que tem conhecimento de como se realiza o tráfico internacional, não aceitam fornecer maiores informações.

É importante ressaltar que as mulheres, tanto de boates de luxo com as que estão nas ruas, são abordadas pelos aliciadores para este fim.

Não conseguimos precisar o número exato de mulheres que podem ser inclusas no tráfico doméstico, porque é quase uma rotina este procedimento de troca de mulheres de um estado para o outro. Em Rondonópolis existe um espécie de parceria com as boates de Goiás, principalmente Goiânia e Anápolis, mas deparamo-nos com mulheres de praticamente todos os estados do Brasil.

Em dois pontos em que as mulheres aceitaram falar “dessas idas e vindas, constataram-se os seguintes dados:

- São mais jovens(65% possuem entre 21 e 30 anos);
- Possuem documentação (80%)
- São provenientes de outras cidades ou regiões, o que caracteriza o tráfico doméstico(85%)

QUADRO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS COM BASE NAS FICHAS DE CADASTRO

Nº de Entrevista	325
Procedência/Região	
Centro Oeste	179*
Norte	10
Nordeste	29
Sul	19
Sudeste	21
Não informado	67
Documentação	
RG	219
Não tem	106
CPF	211
Não tem	114
Título	257
Não tem	68
Faixa Etária	
15 a 20	34
21 a 30	152
31 a 40	80
41 a 50	36

mais de 50	15
não informado	07

Obs: Do total do Centro Oeste, 54 são oriundas do município de Rondonópolis e 75 dos outros municípios de Mato Grosso e o restante dos demais estados do Centro Oeste.

MT 07 – CIDADE DE RONDONÓPOLIS – MT
FONTE – ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DO SEXO
ENTREVISTA: MULHER, 30 ANOS
DATA: 26.04.2002.
TIPIFICAÇÃO: TRÁFICO INTERNACIONAL, CÁRCERE PRIVADO.

Trecho da entrevista de uma Mulher, que recebeu uma proposta para trabalhar no exterior.

“ Entrevistador - Qual a sua idade?

Profissional do Sexo - *30 anos*

E – Como você foi abordada pelos aliciadores?

P.S. – *Eles vão até as boates e os pontos onde a gente trabalha e perguntam se a gente não tem vontade de ir pra Espanha. Falam das pessoas que já foram.*

E – E o que eles dizem sobre essas mulheres que já foram para a Espanha?

P.S. – *Eles falam que elas estão bem , ganhando bastante dinheiro.*

E – Quantas mulheres daqui de Rondonópolis que você sabe que já foram para Espanha?

P.S. – *Que eu conheço, duas.*

E – Você tem contato com elas?

P.S. – *Tem uma que é minha amiga e que às vezes eu falo com ela. Ela já não mora mais na boate. Atualmente ela mora numa cidade Astúria(se não me engano)e divide um apartamento com uma moça que também é de Rondonópolis e uma outra que é de Cuiabá. “Eu sei que ela ta ganhando dinheiro porque ela mandou dinheiro pra mulher que cuida da filha dela aqui em Rondonópolis e mandou dinheiro para mãe dela que não mora aqui.”*

E – Sua amiga conseguiu pagar a dívida que tinha com a dona da boate?

P.S. – *Ela disse que sim, só que trabalhava das 3 da tarde às 7 da manhã todos os dias. Aí ela teve a ajuda de um amigo que ajudou-a a fugir dessa boate.*

E – O que os aliciadores prometem de concreto para vocês?

P.S. – *Eles falam que nós vamos de fato trabalhar na boate como prostitutas e que os 4.500 dólares que eles nos emprestam para pagar as despesas com passaporte, a documentação e a passagem deverá ser devolvido assim que começarmos trabalhar, o primeiro dinheiro é para devolver esse empréstimo.*

E – E a despesa com alimentação e moradia, lá na Espanha?

P.S. – *Estas despesas também eles disseram que nós é que temos que pagar com o trabalho.*

E – Você sabia que muitas colegas suas que vão nunca conseguem pagar estas despesa, ou seja, essa conta é interminável?

P.S. – *Não sei, a minha colega, a que foi, ela conseguiu pagar e sair da boate.*

E – E você mesmo depois de tudo o que você já sabe, ainda tem coragem de ir?

P.S. – *Prá falar a verdade, depois que essa minha amiga vier aqui, ela disse que vem em junho, talvez eu vá.*

E – Você tem mais alguma informação que poderia nos repassar?

P.S. – *Essa pessoa que faz o contato com a gente, ganha mil reais por mulher que consegue mandar prá Espanha.*

- ✓ *As mulheres saem daqui para Cuiabá e de lá para o Rio de Janeiro ou São Paulo, onde esperam de um a dois dias pelos seus documentos;*
- ✓ *As mulheres, normalmente, são separadas, nunca ficam juntas quando são do mesmo lugar.*
- ✓ *A pessoa daqui só faz os primeiros contatos, quem decide mesmo é de Cuiabá.*
- ✓ *Essa pessoa visita as cidadezinhas em volta, à procura de mulheres.*

III – ANÁLISE DA PESQUISA

3.1. De acordo com a análise de conjuntura do estado de Mato Grosso e municípios pesquisados, podemos levantar algumas co-relações com os objetivos da pesquisa, que tornam mulheres, crianças e adolescentes, vulneráveis, frente ao tráfico de seres-humanos, para fins de exploração sexual comercial, a saber:

- fatores geográficos, como fronteiras com vários estados e com a Bolívia;
- influência escravocrata nas origens da colonização branca do estado;
- grandes regiões de exploração do ouro e pedras preciosas, gerando os garimpos e posteriormente, regiões de resquício de garimpo;
- ciclos econômicos marcados pelo açúcar, café e sua decadência;
- investimentos na pecuária e agricultura, como modelo de desenvolvimento que concentra a renda na mão dos grandes proprietários de terras no estado;
- o turismo sexual, por conta do eco-turismo do Pantanal Matogrossense;
- grande número de exploração de crianças e adolescentes;
- a rede de proteção a mulher, criança e adolescente, não está preparada nem equipada para o enfrentamento ao tráfico e exploração sexual;

3.2.RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

1.Rondonópolis

- ✓ Pastoral da Mulher Marginalizada
- ✓ Delegacia Especializada da Mulher
- ✓ Delegacia da Polícia Federal
- ✓ Conselho Tutelar do Centro
- ✓ Conselho Tutelar da Vila Operária
- ✓ Projeto Sentinela
- ✓ Delegacia Especializada da Infância e Adolescência

2.Cáceres

- ✓ Conselho Tutelar
- ✓ Projeto Sentinela
- ✓ Pastoral do Menor
- ✓ Comissão do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- ✓ Delegacia de Polícia Civil

3.Pontes e Lacerda

- ✓ Conselho Tutelar
- ✓ Delegacia da Polícia Rodoviária Federal
- ✓ Promotoria da Infância e Adolescência
- ✓ Cartório da Vara Criminal
- ✓ Secretaria Municipal de Ação Social
- ✓ Inspeção de Menores

4. Alta Floresta

- ✓ Conselho Tutelar
- ✓ Projeto Sentinela
- ✓ Promotoria de Justiça – Vara Criminal
- ✓ Cartório da Vara Criminal

5. Várzea Grande

- ✓ Promotoria da Infância e Adolescência
- ✓ Juizado da Infância e Adolescência

*Conselho Tutelar - enviamos ofício e marcamos audiência com o Presidente, porém não fomos recebidos pelo referido conselho.

6. Cuiabá

- ✓ Superintendência da Polícia Federal
- ✓ Superintendência da Polícia Rodoviária Federal
- ✓ Delegacia Especializada da Mulher
- ✓ Conselho Tutelar do Centro
- ✓ Conselho Tutelar de Santa Izabel
- ✓ Conselho Tutelar do CPA
- ✓ Conselho Tutelar do Planalto
- ✓ Conselho Tutelar do Coxipó
- ✓ Conselho Tutelar do Grande Terceiro
- ✓ Núcleo de Estudos, Pesquisa e Organização da Mulher/NUEPOM – UFMT
- ✓ Conselho Estadual da Mulher
- ✓ Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ 15ª Vara Criminal
- ✓ Polícia Rodoviária Estadual
- ✓ Delegacia Metropolitana
- ✓ Delegacia de Homicídios
- ✓ Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa
- ✓ Associação de Defesa dos Direitos, Trabalho e Desenvolvimento das Mulheres dos Bairros, Regiões e Municípios de Mato Grosso
- ✓ Promotoria da Infância e Adolescência
- ✓ Delegacia da Infância e Adolescência

EQUIPE DE PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ARTICULADORA POLÍTICA – TEREZINA FÁTIMA PAES DE ARRUDA
COORDENADOR ESTADUAL – PEDRO BENICIO FERREIRA LOPES
PESQUISADORA ESTADUAL – DULCE REGINA DE AMORIM
AUXILIAR DE PESQUISA ESTADUAL – MARILENE GUIMARÃES DE JESUS

COLABORADORES

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE MATO GROSSO – CEDCA.
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES DOS BAIRROS, REGIÕES E MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO – ADDTDM/MULHERES.
PROFESSOR MESTRE ILDONEI LAZZARETTI, (UNIRONDON – UNIVAG).

**PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
COMERCIAL EM MATO GROSSO DO SUL.**

RELATÓRIO FINAL

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande/MS 07/2002

**PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL EM
MATO GROSSO DO SUL.**

EQUIPE ESTADUAL DA PESQUISA:

Maria Roney de Queiroz Leandro – Coordenadora

João Carlos Donatti – Pesquisador

Samuara Alves de Moraes – Auxiliar de Pesquisa

COORDENAÇÃO REGIONAL DA PESQUISA

Estela Márcia Scandola

IBISS-CO/ Instituto Brasileiro de Inovações pró Sociedade Saudável Centro Oeste.

APOIO FINANCEIRO:

Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	04
II – QUANDO TUDO COMEÇOU.....	05
III - DADOS DE CONJUNTURA.....	07
IV – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	14
V – ANÁLISE DA PESQUISA.....	25
VI – REDE DE FAVORECIMENTO DO TRÁFICO.....	30
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

I – APRESENTAÇÃO:

A PESTRAF - Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, configurou-se num importante instrumento de visibilidade e de proposta de enfrentamento para esse fenômeno que ocorre em todo o país.

Objetivando um maior entendimento sobre a Pesquisa, a metodologia adotada, os diversos atores e entidades envolvidas e a situação que favorece a existência desse fenômeno no estado de Mato Grosso do Sul e na região Centro Oeste, apresentaremos esse relatório por títulos, descrevendo e detalhando cada um deles e mostrando também, que essa preocupação não é nova e nem tampouco se inicia nesse momento.

Inicialmente devemos esclarecer que, para que essa pesquisa pudesse ser realizada na região Centro Oeste e conseqüentemente em Mato Grosso do Sul, o seu financiamento ficou a cargo do Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente. As entidades responsáveis pela execução são o IBISS-CO (Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste) e o CECRIA (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes) na coordenação nacional.

A equipe foi composta por pessoas que de alguma forma já eram envolvidas e articuladas no combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e/ou em atividades comunitárias.

Os municípios selecionados foram: Campo Grande, Corumbá, Porto Murtinho, Coxim, Dourados e Ponta Porã, partindo de uma visão crítica da realidade e aliando as fronteiras estaduais e internacionais com uma condição estrutural político-administrativa, bem como do grande potencial turístico ecológico, que impele ao turismo sexual, tráfico de drogas e de armas e ao grande fluxo de pessoas advindas de outras regiões e países.

Nessa breve apresentação é importante salientar que a PESTRAF se configurou como um relevante instrumento para possibilitar visibilidade de um fenômeno que ocorre "real" e "formalmente", mas que em muitos casos não é reconhecido pelas legislações vigentes e/ou por seus representantes. Dessa forma, no curto período de outubro de 2001 a julho de 2002, conseguimos demonstrar o que nem sempre é "bom" ser visto, mas o que efetivamente ocorre em Mato Grosso do Sul.

II - QUANDO TUDO COMEÇOU...

A demanda de Mato Grosso do Sul na pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, advém de uma articulação histórica, que foi fortalecida na década de 90 com a mobilização e o envolvimento dos diferentes segmentos governamentais e não governamentais na luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A exploração sexual para fins comerciais é uma prática corriqueira e antiga, e desde muito tempo tem levado diversos segmentos a adotarem estratégias de enfrentamento. No estado existe um movimento de organismos governamentais e da sociedade civil que atuam utilizando-se de algumas estratégias para barrar o fenômeno da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Essas estratégias vêm sendo perseguidas por diferentes atores em Mato Grosso do Sul, iniciando no ano de 1992 com uma atividade preparatória para o II Encontro Nacional de Meninas e Meninos de Rua, em que se realizou um levantamento sobre os casos de violência contra crianças e adolescentes que tinham registro no IML (Instituto Médico Legal), em Campo Grande. Foram encontrados 123 casos de violência sexual, cadastrado em um ano. Mesmo com os impactos gerados por esses dados, não houve prosseguimento de uma ação mais sistemática pelos órgãos governamentais e não governamentais.

No ano de 1994, com a implantação do IBISS – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, retomaram-se os dados já coletados sobre a violência sexual em Campo Grande. O objetivo era realizar um trabalho com os organismos feministas com vistas ao reconhecimento da paternidade dos filhos de adolescentes grávidas e mais uma vez deparou-se com a problemática da violência sexual doméstica e extradoméstica.

Concomitante a esses fatos, a pesquisa “Exploração Sexual de Meninas: Visibilidade do Problema nas Unidades Federadas” coordenada pelo CBIA/MS – Centro Brasileiro da Infância e Adolescência em 1994, expôs o fenômeno da exploração sexual de meninas, através de um levantamento na imprensa escrita das notícias de abuso sexual e dos atendimentos públicos prestados a essa clientela. Segundo descrição no relatório “Exploração Sexual Infante – Juvenil e o Turismo em Mato Grosso do Sul”⁵⁶... no período de janeiro de 1992 e julho de 1994, entre 285 notícias dos jornais locais “Correio do Estado e Diário da Serra” 10,5% foram referentes à rede de exploração (boates, hotéis, casa de massagens, estações rodoviárias, narcotráfico), 15% de exploração sexual por terceiros (gigolôs, cafetinas, policiais, caminhoneiros, donos de lojas, parentes...), 70% de delitos (estupro, incesto, tráfico, venda de meninas) e 4,2% de relatos de meninas exploradas. As matérias dos jornais eram referentes a 24 municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Com o registro da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), sobre a inexistência da exploração sexual de crianças e adolescentes vinculada ao turismo no estado, os organismos foram impulsionados a mostrar a verdadeira realidade e, em maio de 1996, o Fórum DCA, realizou em Campo Grande, o Seminário Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, com o apoio do UNICEF. O IBISS-MS, coordenador do evento, assumiu o compromisso de realizar o levantamento sobre a situação proposta, envolvendo a exploração infante-juvenil e o turismo. Esse levantamento ocorreu no período de março a junho de 1997, e contou com o apoio do UNICEF, Ministério da Justiça e do PROMOSUL”.

No ano de 1997 com a realização do Workshop Regional promovido pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em Goiânia, surgiu a proposta de uma articulação interestadual para o enfrentamento da

⁵⁶ Relatório: "Exploração Sexual Infante-Juvenil e o Turismo em MS", pg. 06, IBISS, 1998.

violência sexual contra crianças e adolescentes na Região Centro-Oeste. A CIRCO - Comissão Interestadual de Combate a Exploração Sexual da Região Centro Oeste, foi criada em julho de 1998, com essa proposta.

Diante do compromisso, da luta e articulação da sociedade civil em conjunto com o governo do estado, Mato Grosso do Sul foi inserido, juntamente com os outros estados da região Centro Oeste (Mato Grosso, Goiás e Brasília), no projeto nacional de Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual, podendo, a partir de então dar visibilidade a esse fenômeno no estado, que teve seu projeto fortalecido com as denúncias sobre o tráfico de mulheres de Dourados para a Espanha, com conexão em Goiás.

III - DADOS DE CONJUNTURA

Para entendermos melhor os motivos e situações que favorecem ao tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, é preciso compreender em que dimensões ocorrem o fenômeno e quais as vulnerabilidades dos sujeitos, da sociedade e do sistema que contribuem para esse acontecimento. Dessa forma, é importante, conhecer as características locais de Mato Grosso do Sul e de sua gente e para isso, traçaremos o perfil do Estado, sua economia e população.

Mato Grosso do Sul, foi criado no ano de 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso. Nesse período, o estado recebeu um grande contingente de migrantes de várias partes do Brasil, aliando-se a um grande número de pessoas já domiciliadas e oriundas do Rio Grande do Sul, Paraná e dos países fronteiriços com a Bolívia e Paraguai. De acordo com o Censo Demográfico 2000/IBGE, o estado possui 2.078.011 habitantes, distribuídos em 77 municípios e tem Campo Grande como a capital; que, juntamente com Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana concentram 54% da população. Está localizado perto dos grandes centros consumidores do país, posicionando-se geograficamente no meio da região Centro-Oeste do Brasil, junto com Goiás, Mato

Grosso e Distrito Federal. Divide a fronteira ao sul com dois países: Bolívia e Paraguai e também faz divisa com cinco estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso.

Em virtude de sua localização estratégica e por ocupar uma área de 358.158,7 km², que corresponde a 18% da região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil; Mato Grosso do Sul serve de corredor, exportador e consumidor de substâncias psicoativas, como cocaína e maconha; por esse motivo é visto como local propício para o desenvolvimento de outras atividades ilícitas como o contrabando de bebidas alcoólicas, cigarros, armas e munições, sem que os órgãos competentes (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, entre outras), consigam fiscalizar, controlar, prevenir e/ou reprimir essas ações, ou mesmo, responsabilizar os respectivos infratores.

Segundo dados do IBGE (1998), 89,78% da população do estado possui acesso à água tratada, 95,46% à iluminação elétrica, 68,8% tem imóvel próprio e 85,92% dos habitantes são considerados alfabetizados. Os indicadores foram confirmados pela pesquisa realizada pelo IPEA-ONU, feita no Brasil em 1996. O levantamento mostrou que Mato Grosso do Sul tem Índice de Desenvolvimento Humano–IDH, de 0,848, superior ao indicador médio do Brasil de 0,830 e abaixo apenas do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina⁵⁷. Contudo, apesar desse quadro positivo, o estado sofre com a má distribuição de renda, sendo que 31,71% das pessoas ocupadas recebem até dois salários mínimos. O mesmo levantamento apontou que, em 1998, 39,19% da população não tinha rendimentos e atuavam na economia informal.

Em Mato Grosso do Sul há uma prática no uso de mão de obra infantil em diferentes frentes de trabalho. Por vezes vemos crianças e adolescentes, entregando folhetos nas ruas, “cuidando de carros”, mendigando, etc. Há também, os casos das crianças que ajudam seus pais no “lixão” de Campo Grande, nas carvoarias, e/ou nas coletas de materiais recicláveis. Muitas reportagens já retrataram essa realidade de que meninas entre 05 e 09 anos, trabalham para ajudar na renda familiar. No levantamento do IBGE feito no País entre 1995 e 1999 o índice de meninas ocupadas caiu de 34,5% para 33,2%; na região

⁵⁷ Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: www.ms.gov.br

Centro – Oeste de 32,9% para 31,6%; entretanto nesse Estado o porcentual subiu de 35,6% para 39,2%. Através do Projeto Eros⁵⁸, percebe-se a cada dia o crescimento do número de adolescentes nas ruas de Campo Grande, fazendo “programas sexuais”. Isso também pode ser verificado pelo seguinte depoimento:

“O chefe da família está sem emprego, à mãe a mesma coisa; o que a filha vai fazer pouco importa para família, o importante é que a menina possa ajudar de alguma forma dentro de casa, a mãe muitas vezes sabe o que sua filha está fazendo, mas vai morrer de fome? Não vai é claro! Ai é que vêm as conseqüências, a menina fica grávida, entra no mundo das drogas e do crime tornando um ciclo vicioso, o que Dourados está precisando é ocupar esses adolescentes; vamos por para trabalhar, para fazer cursos que possam ajudar arrumar um emprego melhor, é disso que nossos adolescentes precisam” (Coordenador do Corpo de Comissários Voluntários de Dourados).

Existem também, várias publicações e anúncios em jornais de pessoas se dispondo a realizar diversas atividades eróticas Boates e casas de Show são utilizadas como atrativos para quem pretende usufruir desses serviços.

Nessa conjuntura de desigualdade social, existe um grande contingente de crianças e adolescentes que trabalham para auxiliar na renda e/ou mesmo para sustentar suas famílias. Como alternativa para coibir trabalho infantil e para manter as crianças e adolescentes nas escolas, diversos programas, são implementados pelos governos municipal, estadual e federal, como: o Bolsa Escola, PETI, Segurança Alimentar, entre outros.

Percebe-se, entretanto, que esses programas não suprem as dificuldades financeiras da população assistida e atende de forma compensatória o desnível social. Talvez seja esse um dos fatores que levam cada vez mais, meninas e mulheres à "prostituição", como forma de manter financeiramente as suas famílias.

⁵⁸ O Projeto Eros, é um projeto desenvolvido pelo IBISS-CO, voltado à prevenção de doenças sexuais e seus agravos, ao exercício da cidadania e busca de direitos dos profissionais do sexo masculino e feminino e das travestis que atuam nas ruas de Campo Grande.

“Trabalhamos em minoria, pouco podemos fazer, tiramos as meninas da prostituição, fazemos o atendimento psicológico e social, e em menos de uma semana temos a triste surpresa de encontrarmos a mesma menina no mesmo ponto. Aqui o porto é um dos principais responsáveis por esta prática, a temporada de pesca faz com que estas meninas vendam o seu corpo, muitas vezes por um prato de comida; procuramos a família desta adolescente e percebemos que a mãe aprova esta atitude, pois a mesma não tem condições de se sustentar, fazendo vistas grossas para o problema. As meninas que são do nosso município tem como exemplo negativo garotas que trabalham como profissionais do sexo nas grandes boates de Corumbá (Pantanal e Babilônia), mostrando uma situação financeira sem dificuldades, com carro do ano, bem vestidas, último modelo de telefone celular entre outras coisas... E me diga uma coisa, com todo este exemplo como vamos segurar todas elas, tem algumas que estão esperando só chegar a maioridade para seguir os passos da irmã mais velha ou da amiguinha” (Programa Sentinela/Corumbá).

O IBGE (1999) indica também que 65,7% da população é economicamente ativa, sendo que na distribuição por sexo há percentual de 79,1% para os homens e 52,7% para as mulheres, demonstrando que no estado, o sexo masculino ainda é mais participativo economicamente do que as mulheres. Todavia, não se pode afirmar que oficialmente as mulheres não estejam desempenhando alguma atividade econômica, de maneira informal como meio de subsistência.

Como em todo país, as desigualdades socioeconômicas estão pautadas na raça e cor da população. No estado há uma maior concentração de pessoas da raça branca (54,5%) que, por sua vez, concentram maior escolaridade e possuem maiores rendimentos. A raça parda é a segunda maior no estado em quantidade, com 39,5%; a preta possui 2,7% e a amarela e indígena 3,3%.⁵⁹

A população indígena corresponde a 2ª maior do país, com 60.533 habitantes⁶⁰ de diferentes etnias. Uma problemática se refere à concentração das aldeias muito próximas aos centros urbanos, o que favorece aos diversos tipos de violações de direitos. Recentemente foi veiculada na mídia a venda de uma criança indígena por R\$

⁵⁹ Indicadores Sociais, IBGE, 2000.

⁶⁰ Jornal Correio do Estado, seção Geral, pg. 15ª, 13/05/2002.

50,00 (cinquenta reais), tendo como justificativa da mãe para esse fato, as condições de miserabilidade em que vivia. Na cidade de Dourados, segundo publicação no jornal Correio do Estado⁶¹, é comum ver índios mendigando ou aproveitando as sobras de alimentos nas feiras livres.

Em contradição à realidade apresentada, o governo do estado expõe o desenvolvimento, na última década, apresentando uma taxa média de crescimento econômico de 4,5%, enquanto nas demais áreas do país o índice ficou em torno de 2,6% ao ano. A economia baseia-se principalmente na agropecuária e comércio⁶², sendo que atualmente há um grande incentivo e são muitos os investimentos nas áreas do turismo e na indústria, com possibilidades de crescimento econômico nesses setores.

Mato Grosso do Sul possui muitas belezas naturais, dispondo de 25% de sua área ocupada por um santuário ecológico: o Pantanal sul-matogrossense reconhecida como o Patrimônio Natural da Humanidade, pela UNESCO. Essas belezas naturais são utilizadas como atrativos para o turismo, favorecendo o acesso de pessoas de todas as regiões do país e do mundo para o Estado. Anualmente são recebidas as visitas de quase um milhão de turistas⁶³.

Segundo a Superintendência de Turismo, Mato Grosso do Sul oferece, principalmente, o turismo de pesca, de negócios, contemplativo, de compras e aventura. Pelo menos 40% dos atrativos turísticos do estado são naturais e ecológicos; 16% estão distribuídos na categoria histórico-culturais; 28% estão na categoria folclore; 6% estão em realizações técnicas e científicas e 10% encontram-se na categoria de eventos programados.

Com toda essa extensão e riquezas naturais, Mato Grosso do Sul apresenta um turismo desordenado em algumas regiões, possibilitando altas margens de “lucro” para alguns indivíduos e gerando problemas ambientais e sociais. Dentre essas atividades o

⁶¹ Idem, pg 15a, de 07/05/2002.

⁷ Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: www.ms.gov.br

⁶³ Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: www.ms.gov.br

turismo sexual é uma prática freqüente, bem como a implantação de grandes obras, como foi o caso do gasoduto Brasil - Bolívia, que deixou um rastro de adolescentes grávidas e uma incidência maior de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente nas cidades de Água Clara, Três Lagoas e Corumbá⁶⁴, sem contudo, frisar o processo migratório de meninas que foram trazidas para servirem em bares e boates criados para atender os trabalhadores dos canteiros de obras instalados nesses municípios.

Verificando a realidade mostrada pelos governantes e a vivida pela população, encontra-se em diversas cidades do estado, principalmente nas que concentram as maiores atrações turísticas, essa situação contraditória. O Jornal da Cidade de Bonito (JC Regional)⁶⁵, apresentou uma matéria sobre dois inquéritos policiais que foram instaurados na referida cidade⁶⁶, que trata da “Prostituição Infantil” e “Casa de Prostituição” para investigar a presença de “menores” nos prostíbulos. Nessa mesma matéria o Delegado Eduardo de Oliveira Mendes, disse ter procedido a primeira investigação e declarou “guerra” contra a prostituição na cidade, principalmente com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ainda segundo a reportagem, encaminhou ao Juiz da Comarca local, os detalhes da visita a um dos prostíbulos, onde havia suspeitas de que no local estaria havendo exploração de menores. Dando continuidade a entrevista relatou que:

“No decorrer das investigações evidenciou-se que há um grande intercâmbio municipal de adolescentes, entre 12 e 17 anos de idade, que se prostituem em cidades vizinhas. Ou seja, as que vêm a Bonito são catalogadas e aliciadas em outras cidades da região. E as naturais desta cidade são enviadas para outras localidades. Na maioria das vezes essas garotas são agenciadas por proprietárias de casa de prostituição, que acobertam e exploram estas crianças, cujas famílias, geralmente, são de origem humilde, sem condições financeiras de sobreviver; daí, as meninas se submetem à vontade dos aliciadores” (grifo nosso).

Em muitos relatos obtidos durante o levantamento dos dados pudemos verificar a ligação e vinculação do turismo com a exploração sexual comercial de crianças, adolescentes e mulheres em várias cidades do estado ou durante determinados eventos

⁶⁴ Boletim por correio eletrônico – edição 315 de 11/04/2002, Ecoa – Ecologia e Ação.

⁶⁵ JC Regional – Jornal da Cidade – Bonito - de 09 a 15 de novembro na edição de 1997 – Edição 966.

⁶⁶ Nota: Bonito é uma das principais cidades do Estado em visitação de turista de todo o mundo.

(feiras agropecuárias, festivais de pesca, etc.). Na cidade de Coxim essa é uma prática muito freqüente e são observados esses casos em diferentes episódios.

Em visita ao Programa Sentinela na cidade de Coxim,, fomos atendidos pela assistente social, que logo nos informou que a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes está crescendo de uma forma assustadora. Meninas de todas as idades, em especial na temporada de pesca, (fevereiro a novembro), ou nas festas típicas da cidade (Festa do Peixe ou a Expoxim, ambas no mês de outubro e também no Carnaval). Explica que muitas vezes nesta época, chegam muitos ônibus de turistas e as meninas se alojam em frente aos hotéis, ranchos, pesqueiros, avenidas de maior circulação da cidade entre outros lugares... Muitas são adolescentes com o corpo ainda em formação; aparecem meninas de todas as regiões - São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e de todas as cidades do interior de Mato Grosso do Sul. Atribui o crescimento negativo desta questão, as dificuldades sócio – econômicas, trazendo como consequência o turismo sexual. Sobre o tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual, comenta que:

“é explícita esta atividade em Coxim, caindo na normalidade da população; no ano passado, o Comcaesca (Comissão Municipal de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) participou bem mais das festas turísticas em Coxim, com o trabalho de prevenção e combate à exploração sexual atuando em conjunto com o Garras e a Denar, mas mesmo assim os aliciadores conseguiram agir em Coxim, trazendo meninas e mulheres de fora para trabalharem como garotas de programa”.

Ela ainda comenta que os turistas se ausentaram da Festa do Peixe, para ficarem com as meninas nos grandes ranchos, pois a fiscalização do Comcaesca não permitiu que adolescentes fossem exploradas sexualmente no decorrer da festa. Mas em compensação a Polícia Ambiental Militar em Coxim, achou duas adolescentes sendo exploradas sexualmente em um hotel pesqueiro da região. A Polícia Civil atendeu essa ocorrência resultando no fechamento do hotel, por ordem da Justiça. A assistente social não comentou sobre o nome do hotel e não soube informar qual o paradeiro das meninas, mas lembra que eram de outra região. Comenta também que nessas épocas, os hotéis ficam lotados de garotas de programa e os piloteiros de barcos pesqueiros, indicam aliciadores que apresentam garotas de todas as características e regiões.

Em visita Fórum de Porto Murtinho, a juíza nos relatou que: *"nessa cidade*

não existe nenhum caso de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, e que a exploração sexual ocorre em virtude de Porto Murtinho ser uma cidade turística e pelo desnível social. Os processos que tramitam na justiça se referem a rufianismo sem a característica de tráfico".

Cada vez mais, precisamos considerar o envolvimento e articulação da sociedade civil e do governo no combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Mato Grosso do Sul historicamente foi inserido nessa luta de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e na busca ao enfrentamento dessa problemática, conforme já referido anteriormente, mesmo assim, a ação governamental e não governamental é muito incipiente principalmente quando se trata da questão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial.

IV - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa em Mato Grosso do Sul, foi oficialmente desenvolvida nos municípios de Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Porto Murtinho, Corumbá e Coxim. Através desses, outros municípios surgiram, como Nioaque, Sidrolândia e Bela Vista, como também outros estados, países e regiões do Brasil. Esses lugares formam rotas definidas (na) para a manutenção de uma grande rede de aliciadores, aliciados e envolvidos nesse processo.

Para o levantamento dos dados necessários à pesquisa, inicialmente foram visitadas entidades governamentais e não governamentais (nas quais aplicamos o formulário IV, criado e utilizado pela Coordenação Nacional da Pesquisa), que poderiam atuar diretamente com as diferentes formas de violências ou violações de direitos das

crianças, adolescentes e mulheres, (conselhos tutelares, promotorias, delegacias, rede criança). De acordo com o objetivo da pesquisa, outras entidades foram selecionadas dependendo da atividade que desenvolviam ou do papel que desempenhavam na sociedade, dentre essas citamos: o Centro de Atendimento ao Migrante - CEDAMI; Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos “Marçal de Souza Tupã-i” - CDDH; Programa de Proteção a Testemunhas em MS - PRÓ-VITA; Comitê Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - COMCEX; IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável Centro Oeste; ATMS - Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Polícias Federal, Militar, Civil, Ambiental e Rodoviária Federal e a Coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Adolescência em Mato Grosso do Sul.

Com essas visitas, que eram todas agendadas anteriormente, via telefone, visávamos detectar a atuação, relato e/ou a apuração de casos de desaparecimento, migração, trânsito ou tráfico de crianças, adolescentes e mulheres dentro ou fora do estado ou País e nas áreas de fronteiras – Paraguai e Bolívia, que estivessem relacionados à exploração sexual. Nesses encontros era aplicado um instrumento de coleta que contemplava as informações sobre o perfil da entidade pesquisada – OG ou ONG, as atividades desenvolvidas, o público atendido e se fosse o caso analisar a situação do tráfico buscando o conhecimento sobre os casos, sua descrição e os possíveis encaminhamentos (tipo de atuação, inquérito, prisão dos responsáveis, trâmite judicial, penalização ou responsabilização dos envolvidos, etc.).

Para cada órgão ou entidade visitada foram elaborados relatórios de campo ou de viagem descrevendo as atividades realizadas e os objetivos alcançados; inclusive as impressões, observações e comentários do pesquisador. Para entidades como o IBISS ou a Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul-ATMS, coletamos as informações através de uma entrevista gravada e posteriormente transcrita. Essas entrevistas foram importantes para a pesquisa em virtude do trabalho que essas entidades desenvolvem e os públicos a quem se dirigem.

Entre os motivos que nos fez procurar a Justiça Federal, um deles foi a

necessidade do conhecimento de um caso que tramitava nesse órgão e dava indícios de tráfico. Posteriormente descobrimos que o mesmo não correspondia ao tema de nossa pesquisa. Os outros contatos que fizemos nas 3ª e 1ª varas foram através de cartas e as respostas foram negativas para essa questão.

No desenvolvimento dessa pesquisa várias dificuldades se apresentaram para a equipe; dentre elas citamos a capacitação ocorrida em Goiânia nos dias 26 e 27 de outubro de 2001, tendo como participantes as coordenações estaduais e os pesquisadores. Esse foi um momento de conhecimento da temática e de alguns conceitos novos, por parte dos responsáveis pela pesquisa nacional, coordenadores e pesquisadores estaduais.

Foram dois dias de muito trabalho, que seguiu a seguinte programação: apresentação dos participantes e as instituições de origem; breve histórico sobre a pesquisa do tráfico; a dimensão jurídico-social do fenômeno; aspectos metodológicos, instrumentos. Sobre os instrumentais queremos ressaltar que os mesmos foram somente apresentados aos participantes, não havendo no decorrer da capacitação um manuseio mais aprofundado, apenas a citação de que esses instrumentais haviam sido testados com grande êxito por outros pesquisadores e em outras localidades.

A nossa dificuldade prática na utilização desses instrumentais ocorreu na primeira visita, feita ao Ministério Público (Promotoria da Infância e Adolescência) da cidade de Corumbá. Quando fomos utilizar o instrumento IV – “Organizações governamentais e não governamentais”, percebemos que o mesmo não se enquadrava no tipo de trabalho desenvolvido pelo Ministério. Em todo o formulário havia referência ao TRÁFICO e não ao combate a exploração sexual. A instituição não tinha a percepção do tráfico e trabalhava com a ótica da exploração sexual. Isso dificultou o preenchimento do formulário no tópico II “*Atividades recentes*”, e nos demais questionamentos voltados exclusivamente para as questões do tráfico. A dúvida emana do procedimento para a coleta de dados e informações e preenchimento dos instrumentos nas entidades visitadas que, não tendo especificado suas atividades referentes ao tráfico, possuem mais informações com a temática da exploração sexual, o que no instrumento não é contemplado.

Já para a realização dos levantamentos e operacionalização das

informações necessárias à pesquisa, outras dificuldades podem ser descritas.

Uma delas corresponde à efetivação da parceria que seria realizada com o COMCEX em relação à infra-estrutura local (sala com telefone/fax/internet, computador, material de expediente/consumo e carro para a realização das visitas e estudos dos casos). Cabe lembrar que a negociação para a efetivação das parcerias necessárias para o desenvolvimento da pesquisa foi um processo anterior ao seu início e que em cada estado foram trabalhadas estratégias de parcerias e sustentabilidade para essa realização. Em Mato Grosso do Sul havia um acordo pré-estabelecido entre as pessoas envolvidas e interessadas na efetivação desse trabalho, de que o COMCEX assumiria a infra-estrutura necessária para essa atividade. Todavia, várias reuniões e contatos foram efetuados com a coordenação do comitê, inclusive com a apresentação formal da referida pesquisa durante reuniões, sem surtir os efeitos desejados em uma parceria. Em todos os momentos, foi - nos colocada pela Coordenação do COMCEX as dificuldades na efetivação dessa parceria e destarte, lançada a proposta para que as entidades representativas no comitê pudessem arcar com algumas contribuições. O CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, se propôs a auxiliar com uma cota mensal de xerox. Outras secretarias de governo, como a SASCT - Secretaria Estadual de Assistência Social, Cidadania e Trabalho e Meio Ambiente poderiam viabilizar um carro para os deslocamentos para outras cidades.

Com algumas complicações de agenda conseguimos um veículo que transportou os pesquisadores para as cidades alvo da PESTRAF. Já em Campo Grande, trabalhamos dentro do possível com o carro do IBISS-CO, que foi revezado para atender todas as suas demandas. Em alguns casos, os pesquisadores precisaram recorrer aos municípios visitados, solicitando auxílio e a disponibilização de um carro para os Conselhos Tutelares ou Programas Sentinelas, para a locomoção no município; isso aconteceu em Coxim e Ponta Porã.

Vale ressaltar que a PESTRAF possuía uns componentes que colocavam os pesquisadores a situações de risco; além disso, alguns elementos climáticos presentes no estado (sol freqüente e calor de 40 graus em algumas cidades) ou mesmo o tamanho da cidade pesquisada e a quantidade de visitas que seriam efetuadas, pressupunham que não havia condições do desenvolvimento dessas atividades sem um carro à disposição da equipe

e uma estrutura que condicionasse e possibilitasse seu desenvolvimento .

Em relação à sede para o desenvolvimento da coordenação e relatoria da PESTRAF, mais uma vez nos fixamos na sede do IBISS-CO, responsável executivo pelo desenvolvimento do tema em epígrafe, por não obtermos uma resposta mais objetiva sobre a questão e pelo exíguo prazo da pesquisa que já se adiantava. A coordenação do COMCEX, enviou-nos uma correspondência disponibilizando uma sala, contendo microcomputador e telefone, porém, nas vezes em que membros da equipe da PESTRAF foram ao local, não conseguiram, ter acesso à sala e aos instrumentos necessários para a pesquisa.

Uma das dificuldades mais sérias com que nos deparamos, referiu-se à falta de “visão” para as questões do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, pois o entendimento é que não existe tráfico e sim um grande trânsito, ou seja, mantem-se a crença que as adolescentes e mulheres estão se prostituindo por vontade própria. Talvez em virtude desses (pré) conceitos haja toda uma desarticulação entre os órgãos que atuam em “defesa” das crianças, mulheres e adolescentes, muitas vezes atuando de forma simplista na resolução dos casos e desconsiderando os aspectos legais e éticos que estão envolvidos nessas questões. A todo o momento encontrávamos depoimentos como a do delegado substituto da Polícia Federal de Ponta Porã: ***“Não existe tráfico em Ponta Porã, pois ambas as partes entram em comum acordo, aliciado e aliciador, é impossível coibir tal questão, pois esta região é de fronteira”***.

Outra dificuldade importante de ser citada foi o caso do responsável pelo Conselho Tutelar da Região Sul em Campo Grande que, além de destratar a auxiliar da pesquisa, ainda se recusava a colaborar com a PESTRAF e não permitia o acesso às informações que detinha no Conselho. Tivemos, de buscar outros “recursos” que não o diálogo para acessarmos as informações necessárias. Dessa forma encaminhamos uma carta ao referido conselheiro ratificando o papel da Pesquisa e do Conselho perante a sociedade;

ao mesmo tempo oficializamos a situação ao Ministério Público encaminhando uma cópia do ofício à Promotoria da Infância e Adolescência de Campo Grande, para, finalmente, acessarmos as informações que precisávamos.

Em relação à busca de notícias através da mídia escrita, também nos deparamos com alguns entraves relacionados a não existência de arquivos informatizados nos principais jornais do Estado. No Jornal "Correio do Estado", o de maior circulação, o arquivo de todos os exemplares eram encadernados, e isso dificultava a consulta e o manuseio em virtude do volume de exemplares e do prazo destinado para a pesquisa de mídia, que correspondia ao período de 1996 a junho de 2001; já o "Diário da Serra" o segundo maior em circulação, teve suas atividades encerradas e não conseguimos acessar os arquivos.

Outra dificuldade relacionada à pesquisa de mídia surgiu quando o responsável pela equipe de investigação do COMCEX que estava de posse de todos os artigos e publicações sobre exploração sexual e tráfico para fins de exploração sexual disse que era um arquivo pessoal e sigiloso e que não poderia dispor desse material para a equipe, mas faria uma seleção de alguns que achasse de interesse para a pesquisa e que nos cederia. No entanto, não conseguimos que esses "recortes" nos chegassem às mãos, mesmo depois de muitos agendamentos e conversas presenciais e por telefone. Mas conseguimos solucionar o impasse e descobrimos vários recortes no arquivo do IBISS e em outras fontes, inclusive com o jornal "O Progresso" da cidade de Dourados.

Essas dificuldades da mídia foram sanadas com a colaboração da coordenação regional e também, quando fomos "desobrigados" de pesquisar os jornais para a pesquisa nacional, em virtude de que a região Centro Oeste tinha iniciado a pesquisa bem depois das outras regiões do país. Dessa forma, não poderíamos acompanhar o desenvolvimento das outras pesquisas; mas mesmo com algumas ressalvas mantivemos os dados que já haviam sido coletados na imprensa escrita e reforçamos ou descobrimos novos casos e/ou rotas do tráfico em Mato Grosso do Sul.

Em muitos casos não conseguimos entender as dificuldades surgidas e as dúvidas (da equipe) consistiam e persistiam no entendimento e até na importância que os

demais órgãos e entidades do estado em relação a PESTRAF e aos seus objetivos. Talvez essa explicação recaia na desarticulação das diferentes esferas envolvidas nas questões da atenção às vítimas de exploração e abuso sexual e seus agressores ou, até, quem sabe na “inexperiência” desses setores para lidar com esses casos, ou mesmo, na falta de condições para fazer os encaminhamentos necessários. Por vezes não sabíamos que conclusões tirar de falas como essa: *“Não há casos de tráfico de mulheres no município por falta de denúncia e os casos de prostituição são comuns, ou seja, é público e notório”*. (Delegacia Municipal de Polícia Civil – Porto Murtinho/MS). Ou mesmo, a contradição apresentada na seguinte resposta: *“fica difícil discorrer sobre o assunto, uma vez que o único registro de tráfico que temos nesta especializada, refere-se a adolescentes trazidas do Paraguai para o Brasil”*. Essa foi a resposta dada por uma das delegadas da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campo Grande, à questão 14 do formulário: Qual é a percepção da organização sobre o fenômeno do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial?

Novamente questionamos o entendimento das pessoas sobre o conceito de “tráfico” e sobre o reconhecimento dos países vizinhos - Paraguai e Bolívia, como soberanos de suas ações e povos e não como se fossem uma extensão do Brasil, justificado pelo fácil acesso e pelas fronteiras sem limites. Talvez, a explicação da Diretora do IBISS-CO esclareça essa questão; quando questionada se o problema do tráfico pra fins de exploração sexual na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia era pior, ela respondeu da seguinte forma: *“Eu não acho que talvez, numericamente seja pior o problema, é que na área de fronteira é uma área sem lei, você não sabe bem como transaciona a questão legal, então por exemplo, talvez Mato Grosso do Sul tenha um agravante que é a questão da cultura Guarani, o povo guarani viveu essa região inteira então tudo isso era deles, a gente tem muito da cultura guarani; então a gente passa para o lado de lá e vem pro lado de cá sem muito se aperceber do que é fronteira - o próprio delegado da polícia federal uma vez falou isso: mais é tão duro porque aqui é tudo índio vai pra lá vem pra cá - essa idéia de fronteira não tá muito definida na nossa cabeça no nosso cotidiano, então assim, não é como em outros lugares que você passa uma chancela, se identifica pra passar para outros países. Aqui em Ponta Porã você não passa por nada, é uma rua de lá e uma rua de cá e as pessoas convivem naturalmente, trabalham nos dois países; quer dizer, que não ter fronteira é uma questão séria...”*

Podemos exemplificar com outros depoimentos: *“esta é uma região de*

fronteira, sendo difícil de ser fiscalizada, temos meninas e mulheres brasileiras e paraguaias que estão trabalhando como garotas de programa do outro lado da rua ou melhor do outro lado da fronteira do Paraguai e pouco podemos fazer, estamos quase de mãos amarradas. Aqui a miséria é muito grande, fazendo com que a exploração sexual seja grande, em Ponta Porã e no Paraguai, são várias as formas com que esta questão vem se alastrando, entre elas temos as casas de prostituição, o tráfico de drogas, que vem de mãos dadas com a prostituição em quase todos os casos, salões de cabeleireiros, leilões de adolescentes brasileiras em casas comerciais e residências, book montado em agências com garotas de variadas características, sendo algumas universitárias, para amostra de seus clientes, turistas ou não, tudo isto está na linha divisória" (Programa Sentinela de Ponta Porã).

"esta fronteira dificulta o trabalho de quem trabalha no combate a exploração sexual em nossa cidade, a pobreza e a falta de trabalho faz com que crianças e adolescentes entrem na prostituição, a justiça demora muito para tomar alguma ação e o livre acesso ao país vizinho facilita muito para os aliciadores, o tráfico de entorpecentes, também está de mãos dadas com a prostituição. O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, acaba caindo na normalidade da cidade, pois a fronteira está do outro lado da rua" (Comissão Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Ponta Porã).

Interessante observar que nas diversas visitas e entrevistas efetuadas nos órgãos públicos, todos responderam negativamente à pergunta se havia algum caso de tráfico naquela instituição, porém, quando nos era permitido verificar os arquivos, sempre encontrávamos ou casos propriamente ditos, ou indícios dos mesmos. De posse desses dados (relatos ou levantamentos que davam indícios de tráfico), fomos selecionando aqueles casos que mais nos interessavam e que cumpriam o requisito da pesquisa. Nessa busca tivemos que atravessar as linhas da fronteira do Brasil com o Paraguai e fomos até Pero Juan Caballero, fazer o estudo de caso das adolescentes envolvidas nos casos “Samara” em Campo Grande e das garotas encontradas em Nioaque.

Nesses casos especificamente pudemos comprovar que as condições sócio-financeiras e culturais são os principais motivos que levam as mulheres e adolescentes a se submeterem à exploração sexual e conseqüentemente ao tráfico.

“A questão da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na cidade de Coxim, tem como causa principal a falta de estrutura familiar e a falta de Emprego, a cada ano que passa as exigências

para se conseguir um emprego são maiores, a maioria das pessoas aqui em Coxim não tem nem o nível primário, sendo essa uma situação comum de nosso município, a menina se desespera, se ilude acreditando em propostas de emprego. Por morarmos em cidade turística, pessoas do Brasil inteiro nos visitam, com carros importado e muito dinheiro para gastar" (Conselho Tutelar).

Mas não é fácil realizar esse tipo de pesquisa; como já era previsto há muito mistério em torno do assunto, muito medo e receio das pessoas em expor essa situação e os envolvidos. Um exemplo da resistência das pessoas em auxiliar no levantamento dos dados aconteceu em relação a uma adolescente encontrada pela polícia civil e promotoria da infância e adolescência, em uma wisqueria de Corumbá. Para fazer o estudo de caso fomos procurá-la; inicialmente soubemos que a referida adolescente residia em Campo Grande, só que antes tivemos de passar por várias pessoas e órgãos na busca dessa informação. Ao localizá-la, "V" nos recebeu com muita desconfiança e comentou que estava casada e que gostaria de esquecer o seu passado, que seu esposo não gostaria de lhe ver conversando com alguém sobre esse assunto e que no momento não poderia conversar conosco, pois seu marido estava para chegar, mas poderíamos conversar em outro momento. Depois desse encontro, não conseguimos mais encontrá-la, mesmo tentando em muitas outras ocasiões, nosso intento foi sem sucesso; tudo indica que ela se mudou.

Convivendo e buscando remediar essas dificuldades, os dados coletados foram se avolumando e, no decorrer da pesquisa, percebemos que o tráfico, o aliciamento e a exploração sexual comercial são serviços gerados por uma grande rede de interlocutores, e conforme os dados levantados, tem como principais mantenedores pessoas com alto padrão ou comerciantes estabelecidos nas cidades, impossibilitando ou dificultando as medidas legais cabíveis.

Nesse contexto, encontramos relatos como esse feito por um membro da Comissão Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes de Ponta Porã: *"A justiça é morosa e pelo envolvimento de pessoas importantes associada à omissão social, há falta de punição"*.

Há muitas denúncias do Programa Sentinela de Dourados para os Distritos Policiais, inclusive com relatos de adolescentes moradores em outros municípios e do Paraguai que estão sendo exploradas em casas e bares. Relatam também a falsificação de documentos e o pagamento de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por menina paga para a pessoa que as transporta. Mas não sabemos se houve diligências para todos os casos.

“O tráfico não é visível em Dourados, à única denúncia recebida pelo 2º DP, não foi comprovada a permanência de adolescentes no local”.

A relação de poder entre as pessoas envolvidas é uma realidade, uns dispendo de outros, sem considerar a liberdade individual de escolha e expressão. Nas denúncias acessadas, detectamos até a venda de uma adolescente, por uma vizinha, no distrito de Sanga Puitã saída para a cidade de Dourados. Segundo a denúncia do pai da adolescente está no Paraguai.

Desconsiderando o ser humano, as propostas se baseiam nos aspectos de maior vulnerabilidade dos indivíduos, como mencionados em vários formulários, que são: o desemprego, as questões ligadas à desigualdade de gênero, as condições sociais, econômicas e financeiras e a desestrutura familiar. Como exemplo também podemos citar o caso da adolescente que fugiu de casa, em Ponta Porã e foi encontrada e presa por policiais no Paraguai acompanhada de uma amiga maior de idade.

Os operadores do direito também se justificam com as burocracias do sistema, e se mantêm alheios às denúncias e a realidade. Atitudes como as da Polícia Federal de Dourados e Ponta Porã e da Delegacia de Atendimento a Mulher de Dourados, demonstram claramente as barreiras encontradas para barrar práticas como as do tráfico e da exploração sexual comercial. Abaixo transcrevemos as seguintes situações:

Os primeiros contatos foram mantidos com o delegado da Superintendência da Polícia Federal em Campo Grande que apesar de muito acessível

contribuiu pouco com as informações que prestou, pois disse que a PF só cumpre mandatos, quer seja aqui em MS, como nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Goiás e Distrito Federal e não atuam com investigações sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Nos indicou pessoas para contato nas cidades de Dourados e Ponta Porã e se colocou à disposição para outros esclarecimentos.

Já no interior, em visita às delegacias da Polícia Federal, não obtivemos a mesma recepção, e os delegados colocaram obstáculos para o preenchimento do formulário e se justificaram com os seguintes dizeres:

“ Informações não fornecidas por determinação da DRP”

Ou conforme com a Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher de Dourados...

“ Não há nesta delegacia nenhum registro de tráfico de mulheres, motivo pelo qual não foi respondido o questionário”.

A Promotoria de Justiça de Ponta Porã, por sua vez afirmou:

“Não haver nenhum caso de tráfico, em decorrência da falta de inquérito instaurado nas delegacias, pois as denúncias existem”.

V - ANÁLISE DA PESQUISA:

Em diversos momentos das entrevistas efetuadas percebemos que há uma relação muito sólida e clara entre o crescimento desordenado do turismo, a pauperização e a desestruturação familiar, como indicadores do estágio de desenvolvimento da sociedade.

Não temos dúvidas de que a PESTRAF, contribuiu e possibilitou a visibilidade do fenômeno em MS demonstrando que as dificuldades e a desestrutura das pessoas e órgãos envolvidos se dá a falta de envolvimento e sensibilização para o enfrentamento do problema; cabe agora, buscarmos formas de divulgar e sensibilizar a sociedade e o Estado para lidar com essas questões que envolvem tabus e preconceitos, mas sobretudo, é a questão do direito à liberdade, ao trabalho e acima de tudo à vida.

Vale ressaltar que no decorrer da pesquisa todos os órgãos que contemplavam ações com crianças, adolescentes e mulheres e outros que no âmbito de suas atividades poderiam contribuir com informações importantes para a pesquisa, foram visitados: Polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal, Delegacias da Mulher e da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Promotoria da Infância e Juventude, Centro de Atendimento ao Migrante, Secretarias de Assistência Social, COMCEX, Projeto Sentinela, Centro de Direitos Humanos, Programa de Proteção a Testemunhas, entre outros.

Os estudos de casos, a análise dos questionários preenchidos pelos diversos órgãos governamentais e não governamentais visitados, os inquéritos instaurados e os procedimentos jurídicos que tramitaram pela justiça, foram analisados para fins de enquadramento no crime de tráfico à luz da "Convenção de Palermo"⁶⁷, por ser esse instrumento mais amplo e que melhor se enquadra na realidade das pessoas traficadas e vítimas de um sistema desigual e discriminatório.

⁶⁷ "Por tráfico de pessoas deve entender-se, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recurso de força ou pelo recurso à força ou a outras formas de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou através da oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter consentimento duma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra, para fins de exploração" (Protocolo.... – art.2º bis, alínea a).

O Código Penal Brasileiro, através do seu artigo 231, deixa diversas lacunas no entendimento e inclusive na aplicação das penalidades, fazendo com que em MS, o único caso configurado como tráfico na Delegacia de Atendimento a Mulher, fosse alterado em juízo para o artigo 228, §§ 1º e 3º, por não conseguir o inquérito, as investigações e as provas afirmar o crime nesse artigo, como inicialmente enquadrado. Interessante observar o argumento utilizado para o não enquadramento no artigo 231 do CP, e para um maior e melhor entendimento copiamos na íntegra, conforme o despacho do juiz de direito da vara de delitos contra a saúde pública e cartas precatórias criminais da comarca de Campo Grande⁶⁸, todavia, optamos em omitir os nomes das pessoas envolvidas no processo aqui citado.

"No aspecto relacionado com o crime do art. 231, §§ 1º e 3º, do Código Penal, a lição de MAGALHÃES NORONHA é no sentido de que a promoção ou a facilitação visam à entrada em território do País, ou a saída de mulher que se destina à prostituição (DIREITO PENAL, 22ª ed., 1995, v.3, p.274), e NELSON HUNGRIA, por sua vez, esclarece que "o Código atinge o tráfico de mulheres somente na fase de transporte da vítima, não o considerando na fase preparatória do recrutamento" (COMENTÁRIOS, vol. 8º/290, 1981).

*"Na hipótese dos autos, não foi produzida nenhuma prova no sentido de que NMM, vulgo 'Samara', tenha promovido ou facilitado a entrada no território nacional, de mulher que nele viesse exercer a prostituição, ou promovido ou facilitado a saída de mulher que fosse exercê-la no estrangeiro, além do que, e especificamente em relação as **prostitutas menores** que foram localizados em seu estabelecimento comercial, as que vieram do estrangeiro, no caso Paraguai, é sabido que tinham livre acesso em nosso território, e não consta que nele tenham penetrado com a promoção ou facilitação de NMM, vulgo 'Samara', haja vista o depoimento prestado pela **menor**" CEMS (f. 211/212) (grifo nosso).*

Restou-nos a dúvida se o não enquadramento dos réus citados nesse

⁶⁸ Referente a uma peça do Processo conhecido como "Caso Samara" sobre Tráfico e Exploração Sexual de Adolescentes e Mulheres, que tramitou no Poder Judiciário Estadual de Mato Grosso do Sul, fls 235.

processo, no artigo 231 do Código Penal⁶⁹, deveu-se ao "Jogo da Impunidade" e na dificuldade de que desde o momento em que o crime é cometido até a condenação de seu autor, nossa justiça oferece vários desvios e atalhos⁷⁰.

Outra observação importante e que nos impulsiona a registrá-la, refere-se à terminologia empregada para os diferentes atores e/ou para os operadores do direito em nosso estado, ou para determinadas situações. Acreditamos que isso acontece devido aos (pré) conceitos existentes e arraigados no seio da sociedade sul-matogrossense que orienta a discussão para um panorama de "vítima" (pessoa indefesa e sem vontade) e "culpado" (que se mantém e/ou se dispõe a...). Nesse processo de vítima e culpado e dependendo dos atores envolvidos e até mesmo da problemática vivida, há um caráter de punição e/ou de absolvição para o fato, isso fica muito claro nos grifos anteriormente efetuados, em que adolescentes estrangeiras exploradas sexualmente no Brasil tornam-se prostitutas, desconsiderando toda uma terminologia utilizada e atualizada que colocam as adolescentes como vítimas de um sistema capitalista, e as mantêm como menor, desconsiderando o desuso do Código de Menores que vigia no país. Reforçando essas terminologias podemos citar o depoimento da diretora do IBISS sobre o assunto:

"...só a partir de 98 que a gente trabalha a mudança do termo e passa a dizer que as crianças são sempre exploradas nunca são prostitutas..." ou então que "... o setor de responsabilização na verdade sabe que há possibilidade jurídica de ter tráfico mais não tá conseguindo enquadrar..."

Em diversos depoimentos e situações é evidente o desconforto e a falta de compromisso na apuração e punição dos agressores, pois a visão é de que as meninas e as mulheres vão para a prostituição porque querem, ou então, muitas vezes ouvimos pessoas dizendo, "você acha que elas não sabiam o que iam fazer lá?" Acredita-se que a situação em que vivem milhares de pessoas, seja uma situação individual e única e que o aliciamento, a prostituição e inclusive o tráfico de seres humanos seja somente uma consequência para uma atividade já exercida e ilícita. Em hipótese nenhuma é considerado os aspectos da falta de oportunidade, condições, perspectivas e mesmo o livre arbítrio das mulheres em exercerem uma das mais antigas profissões. Os depoimentos que se seguem

⁶⁹ Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.

⁷⁰ Revista Super Interessante, edição especial.

nos remetem a reflexões de um contexto mais amplo e desigual que vive grande parcela da população.

"...que tem muita gente ainda, que acha que a menina tá indo porque quer; a história do indo porque quer é horrível, nós temos gente do governo falando isso: há mais esse é um crime de difícil tipificação porque as mulheres vão porque querem. O querer é uma coisa complicada, eu fico pensando sempre se eu tô numa situação completamente difícil, entre querer trabalhar como empregada doméstica ou como lavadeira, aí fica difícil querer; então o querer é uma coisa complicada, o que é o querer, dentro de uma situação de alguém que não tem nada; então, pode ser uma coisa de querer menos violência ou então querer mais dinheiro para sustentar sua família..." (IBISS-CO)

Ou "... a falta de opções para o mercado de trabalho. Eu diria que para os adolescentes é a mesma coisa; apesar de que as mulheres às vezes falam que tem dois ou três filhos para criar, daí ela fala assim - que precisa se prostituir para manter e garantir o alimento do meu filho do que ter de fazer uma diária ou limpar chão dos outros e não conseguir sustentar - é também uma forma que se impõe pra que ela se prostitua. Mas se for a questão da falta de oportunidade tá mais ligada aos adolescentes e as travestis que não tem. As travestis, pela questão do preconceito e os adolescentes porque geralmente ele não arruma emprego no mercado de trabalho e os pais geralmente não tem uma condição de vida boa que possa sustentar esses adolescentes da maneira que eles gostariam e eles querem se divertir..." (Coordenadora ATMS).

Segundo informações de um membro do Conselho Tutelar, a exploração sexual em Ponta Porã é visível e muito difícil coibir; por ser uma cidade de fronteira e estando na divisa do estado, não é possível ter um controle rigoroso. Informou também a respeito do tráfico de drogas, em que várias mulheres trabalham como “mulas”, trazendo entorpecentes de Pedro Juan Caballero para Ponta Porã, ressaltando que as mesmas estão na maioria dos casos, vinculadas ao mercado do sexo e o fator econômico colabora bastante. A oferta de emprego em Ponta Porã é muito precária, portanto, a alternativa que resta para as mulheres é a de atravessar a fronteira e se prostituírem, pois esse seria o meio de garantir o seu sustento e dos seus familiares.

De acordo com os levantamentos feitos nas visitas às instituições governamentais ou da sociedade civil e também através das entrevistas efetuadas com os

diversos atores envolvidos direta ou indiretamente nessa problemática, percebe-se que *"...o vínculo entre as relações sociais que organizam a exploração sexual e as relações de produção, prevalecem em qualquer tempo histórico"*⁷¹ e certamente se mantêm em nossos dias.

Nos diversos caminhos seguidos para a coleta de dados, observamos que há um grande desconhecimento dos trâmites legais e legislações pertinentes a serem adotados pelos órgãos que atuam em defesa dos direitos dos cidadãos, nos casos aqui descritos, sem esquecermos e considerando principalmente, os mitos e credices dos operadores do direito e segmentos diversos, de que a exploração sexual se dá por vontade dos envolvidos, “despenalizando” os aliciadores e os traficantes, como também, os consumidores desses serviços. Cabe aqui, ressaltar, que nos casos encontrados e relatados nessa pesquisa, as normas e legislações vigentes não foram seguidas, sendo que o procedimento adotado pelos órgãos de responsabilização foi quase informal.

Alguns casos nos chamaram a atenção em virtude do procedimento adotado pelos órgãos de responsabilização, por exemplo, através do Conselho Tutelar de Ponta Porã, identificamos o caso de duas adolescentes que foram encontradas sem documentos numa zona de baixo meretrício em Nioaque, sendo as duas de nacionalidade paraguaia. Essas adolescentes foram recambiadas para o seu país de origem através do Conselho Tutelar de Ponta Porã. Segundo os relatos feitos pelas adolescentes e o boletim de ocorrência da polícia civil da cidade, as mesmas foram contratadas como garçonetes para trabalhar em uma lanchonete na cidade de Nioaque; proprietário era agressivo e as obrigava a fazer programas contra suas vontades, inclusive agredindo-as fisicamente e

⁷¹ Relatório "Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Turismo Em Mato Grosso do Sul, IBISS, pg. 7.

mantendo-as em cárcere privado. O Conselho Tutelar de Nioaque foi acionado para tomar as providências cabíveis.

Outro caso é o da adolescente “Claudia” que foi encontrada em um bar na cidade de Dourados e foi encaminhada para o Conselho Tutelar de Ponta Porã. A pessoa envolvida no caso foi presa, mas foi solta em poucos dias. Novamente o procedimento adotado pelos Conselhos Tutelares foi o da transferência de um conselho para outro e a recondução ao país vizinho.

No decorrer da coleta de dados, deparamo-nos com diversos casos envolvendo adolescentes paraguaias. Um desses foi o de duas adolescentes contratadas para trabalharem em um restaurante na cidade de Sidrolândia, através de uma empresa paraguaia. As adolescentes também de nacionalidades paraguaias estavam irregulares no Brasil e não tinham autorização para trabalhar ou estar no país. Nesse caso, especificamente, não conseguimos até o momento a comprovação, sobre a possibilidade dessas adolescentes estarem sendo exploradas sexualmente e/ou mesmo que elas foram trazidas com esse intuito. O que constatamos é que todos os procedimentos jurídicos caminharam no sentido de repatriá-las, já que estavam irregulares no país; não houve nenhuma investigação mais apurada sobre o caso.

VI - REDE DE FAVORECIMENTO DO TRÁFICO:

Os motivos mencionados são os mais variados possíveis. Alguns aspectos, segundo relatos dos entrevistados facilitam o tráfico. Um facilitador para as atividades ilegais é a proximidade com a fronteira Brasil/Paraguai, o tráfico de drogas, o contrabando de armas e mercadorias e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Outros fatores importantes são o grande fluxo de caminhoneiros na época das colheitas, a facilidade para a falsificação de documentos e a falta de dados oficiais sobre as explorações sexuais de adolescentes que trabalhavam nos prostíbulos, bares, casas e boates e tiveram a idade alterada nos documentos.

Os estados e países vizinhos (Paraguai e Bolívia) são importantes importadores e exportadores de adolescentes e mulheres para a prestação de serviços sexuais, inclusive com a prática de leilões. No Paraguai os leilões são realizados em residências particulares (usando adolescentes brasileiras). No Brasil também acontecem em residências, prostíbulos, bares e na linha divisória.

A idéia mais comum para o aliciamento, tráfico e prostituição como forma de subsistência se dá por intermédio de fatores sociais, econômicos e questões familiares, como relata a técnica entrevistada no MP de Corumbá, ela diz que: *“Questões familiares, os conflitos, pais separados, baixa auto-estima; uso de drogas: iniciação e/ou manutenção do vício são usados como meio de se ingressar nessa vida e como forma de fugir do ambiente em que vive”*. Continuando com o relato, ela diz *“ser mais fácil trazer mulheres de fora da cidade, pois assim é mais difícil haver reclamações; as mulheres que ficam nas “wisquerias” são todas vindas de outras cidades, pois as residentes no próprio município tem um acompanhamento mais de perto por seus familiares”*.

Outros relatos seguem a mesma linha de raciocínio e demonstram que muitos são os motivos que levam a exploração sexual de crianças e adolescentes, como as seguintes declarações abaixo transcritas: *“é uma consequência do desemprego, facilidade de locomoção de adolescentes sem fiscalização rigorosa, fazendo com que este problema se torne sem solução, a comunicação via internet, o aumento do turismo, a migração de municípios*

pequenos para os grandes também colaboram com esse fenômeno". (Delegacia da Criança e Adolescente - CG);

"Meninas de todas as idades fazem programas pelo prato de comida, pelo sapato, pelo aluguel, para suprir seu vício, para criar seu filho... todas são vítimas de um sistema capitalista, a situação vai piorar é rotativo, passa de mãe para filha..." (Delegacia de Homicídios - CG).

Como na maioria dos casos de violações de direitos (como a violência doméstica, por exemplo), o agressor é alguém próximo ou possuidor de livre acesso com a vítima e o tráfico se configura da mesma forma, com uma grande rede de articuladores e interlocutores, na qual os aliciadores mais próximos mantêm e conhecem as maiores vulnerabilidades dos seus (suas) aliciados (as), seja de recursos materiais, financeiros ou até mesmo da busca de fantasias e sucesso.

“conheço varias cafetinas e cafetões, que levam garotas de programa para todos os lugares do Brasil para trabalhar como profissional do sexo, tem varias amigas minhas que se deslocaram de Campo Grande para trabalhar em outras regiões do país, onde o programa da garota é bem mais valorizado, o cliente paga até R\$ 500,00 pelo serviço”(MNDS).

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em muitos relatos fica evidente o indício do tráfico de adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual; o difícil é a comprovação e até mesmo a tipificação do crime, se considerarmos somente o artigo 231 do Código Penal Brasileiro. Tanto nos municípios de MS como nas fronteiras do Paraguai, Bolívia e Brasil, notamos que os entrevistados ficam receosos em dar maiores informações sobre os casos, talvez por medo de represálias em virtude da impunidade dos envolvidos ou, pela falta de perspectiva para os encaminhamentos necessários e a resolução do problema.

Indagado sobre a exploração sexual o delegado da polícia civil de Corumbá respondeu que: *"Sobre os casos de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes,*

concordo que o meu pensamento é um só, ninguém vai enganado e as garotas que tiramos das ruas, fazem pouco de nossa cara e as famílias são coniventes com esta situação, o que fazer se o próprio pai desta criatura, colabora para que estes fatos aconteçam; temos casos que contamos como perdido, pois a própria família da vítima retira a queixa na delegacia. Eu enquanto delegado acho qualquer atitude tomada referente ao Combate a Exploração Sexual inválida, pois devemos trabalhar com a prevenção do problema e não com a causa, se o próprio Governador não quer investir em indústrias em Corumbá para dar emprego a todos, o que vamos fazer com estas garotas, tirar das ruas e boates, para a família passar fome depois. Para ser sincero eu acho este caso perdido, nenhuma menina irá trabalhar de secretária do lar, se em poucos minutos recebem o valor que iriam ganhar em um mês”.

Perguntamos novamente sobre as boates e o delegado "MF" respondeu:

“ As garotas de programa que trabalham nas grandes boates de Corumbá são mulheres lindas e decididas, fazem e acontecem na cidade. Nessas boates um programa custa de R\$300,00 a R\$1000,00 , os freqüentadores chegam no aeroporto e são levados imediatamente de vans para as boates. Contamos como clientes dessas boates, só pessoas de classe alta: políticos, desembargadores, juizes, empresários e turistas que vem para pescar...” e acrescentou: "Tem barcos aqui no porto que fazem "festas de família" até as 22:00 horas, depois desse horário, temos orgias com garotas de todas as idades e somos proibidos de fazer qualquer vistoria neste estabelecimento, a não ser que haja alguma denúncia, o que é muito difícil, pois todos que trabalham com prostíbulos aqui em Corumbá, são sempre amparados por alguma autoridade local, é por isso que sou totalmente desmotivado a participar trabalhando no combate a exploração sexual de criança e adolescente”.

No conselho tutelar de Dourados, ouvimos o seguinte desabafo:

“Não adianta muito tirarmos estas meninas da exploração sexual, se não temos onde inseri-las no mercado de trabalho”.

Algumas estratégias até são utilizadas por alguns organismos para o enfrentamento da problemática, porém não há uma real integração entre os órgãos que lidam com as questões do direito de crianças, adolescentes e mulheres, e esse é mais um

facilitador para o tráfico e o aliciamento de adolescentes e mulheres e a impunidade dos envolvidos.

A ação governamental e não governamental ainda é muito incipiente e como nos demais casos aqui relatados, não se tem a visão do tráfico; em geral o assunto é tratado “somente” como abuso e exploração sexual, lembrando sempre que há uma visão distorcida (por parte de algumas pessoas) que favorece os clientes e aliciadores e penalizam as vítimas, ou mesmo aqueles que consideram que as cafetinas estão desenvolvendo um trabalho social, conforme segue:

"Outro ponto que favorece esta prática são as boates, as meninas são praticamente adotadas por donos de boates e wisquerias. A população de Corumbá tem a visão desta prática, como um trabalho social, as meninas aprendem a escovar os dentes, ganham roupas da moda, são alfabetizadas; a família das meninas ganham um sacolão por semana para fingirem que nada estão acontecendo. Houve uma oportunidade em que a mãe de uma garota veio ao Sentinela para dizer que não era para atrapalhar o futuro de sua filha, e que ela estava muito bem, e que a dona da boate era como a mãe que ela não pode ser para sua filha".(Sentinela de Corumbá)

O maior problema enfrentado é a falta de articulação entre os órgãos envolvidos. Os serviços não interagem nem se complementam, ao contrário se isolam nas suas ações estanques e burocráticas.

Em todos os órgãos visitados percebemos a falta de visibilidade para o fenômeno do tráfico, sendo que o entendimento das pessoas entrevistadas é que essa mobilidade dos adolescentes e mulheres acontece por iniciativa das pessoas envolvidas no fenômeno da prostituição e denomina de trânsito a migração das pessoas entre os municípios, estados e até países. Verificamos claramente esse aspecto em vários relatos, reforçados com a afirmação do delegado da Delegacia de Repressão ao Adolescente Infrator de Dourados:

“Não existe tráfico e sim o trânsito de mulheres para fins de exploração sexual, sendo difícil elucidar o caso, pois a pessoa envolvida alega em juízo que seu deslocamento é por vontade própria, protegendo, ou espontaneamente ou por pressão os seus aliciadores”.

Interessante observar que somente nos Conselhos Tutelares ainda há a hipótese do tráfico de adolescentes:

"É muito difícil acontecer o flagrante, é muito bem organizado o esquema da prostituição. Não existe rota definida, é fácil o acesso a cidade, aonde existe um grande número de garotas de outras localidades e também de nossa região, principalmente na temporada de pesca". Perguntamos então, sobre a questão do Tráfico de Mulheres, Adolescentes e Crianças para fins de Exploração Sexual Comercial, e a conselheira nos respondeu: " Não conheço nada sobre o tráfico, mas é muito fácil vir para cá ou ir até outra localidade, as adolescentes pegam carona, muitas saem de seus municípios para arrumar emprego em outra cidade, onde na maioria das vezes sofreram agressões dos componentes de sua família" (Conselho Tutelar de Coxim).

Nas delegacias das policias federais, os delegados contatados se recusaram a ser entrevistados, alegando que não estavam autorizados para prestar informações, seguindo determinação da Polícia Federal. Informaram também que não existem registros, pois as delegacias da Polícia Federal não atuam com investigações sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e disseram que esse tipo de informação é de responsabilidade da Polícia Civil.

No contexto estadual esperamos que esta pesquisa sirva de base para a visibilidade do problema, uma vez que a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres em MS é vista como "desejada", ou seja, ainda há uma crença de que as pessoas se submetem a essa situação por desejo próprio. Quando se fala em "tráfico" a palavra é habitualmente mudada para "trânsito", ou seja, as pessoas transitam por municípios, estados ou países de livre e espontânea vontade. Alguns mitos impossibilitam a visão da real dimensão do problema pelos diversos atores, que conhecem o real significado que o assunto exige, limitando-se a conceitos mais simplórios e fugazes, conforme observamos na pesquisa.

De acordo com a entrevista efetuada com a delegada da Delegacia de Dourados Especializada no Atendimento a Mulher, a visão do tráfico não existe na região,

pois nenhum caso foi registrado em sua delegacia; concluiu fazendo a seguinte observação: *“Não adianta preencher este formulário, se aqui em Dourados nunca aconteceu o tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes; as autoridades confundem muito tráfico com o transitar de pessoas, ninguém vai a força, existe um escolha “.*

A sugestão de enfrentamento a essa problemática vem junto com muita indignação de pessoas que lidam diuturnamente com a miséria; para ilustrar registramos a seguinte declaração: *“Não tenho muito que dizer a este respeito, minha instituição nunca atendeu esses casos, e acho um absurdo, meninas terem que se prostituir para sobreviverem; que país é este que não dá condições para viver? Todos os dias temos filas enormes em busca de alimentação, roupas e uma palavra de conforto. Esta fila nunca diminui, só aumenta... é muita impunidade neste país, é por isso que temos crimes bárbaros acontecendo em nossa vista e nada podemos fazer”.* (CEDAMI)

Em muitos relatos obtidos fica óbvio a ligação entre a situação financeira e social como estimuladora da submissão de adolescentes e mulheres no campo do comércio sexual, tráfico de drogas e principalmente ao tráfico para fins sexuais.

A conselheira do Conselho Tutelar de Coxim ressalta: *“Enquanto tivermos problemas sérios sociais, enfrentaremos problemas desse tipo, nossos governantes devem se conscientizar e buscar soluções para os problemas mais graves “.*

Em visita ao Conselho Tutelar de Dourados, fomos atendidos por uma das conselheiras que nos informou que esta problemática que a pesquisa levanta é muito comum nessa cidade e enfatizou que nas ruas, nas boates, nos bares e nas agências de acompanhantes é comum encontrarmos mulheres e adolescentes de origem paraguaia e de outras regiões.

Seguindo essa linha de raciocínio, não poderíamos deixar de fazer uma reflexão sobre a cidade de Dourados. Foi nessa cidade que se descobriu a conexão para Goiás/Espanha, sem contar os diversos relatos obtidos, porém, parece que pior que em outros municípios, Dourados é "protegido" por fenômenos alheios, que nos impossibilitaram de levantar mais informações. Aqui é importante observar que alguns dos envolvidos no caso das mulheres traficadas para a Espanha residiam nesse município e que mesmo após as denúncias, os mesmos transitavam livremente pela cidade.

Algumas populações, como os povos indígenas, as travestis, michês e outras pessoas que trabalham na rua como profissionais do sexo, não foram contemplados nessa pesquisa. Alguns motivos podem ser aqui citados e um deles é que a pesquisa se voltava para o recorte de gênero, outro motivo foi pelo exíguo tempo disponível para todos os levantamentos. Essas populações não foram contempladas e ficaram descobertas nessa fase da pesquisa, mas de forma alguma, não podemos desconsiderar a importância e necessidade de nos voltarmos também para esses grupos, principalmente a população indígena e os adolescentes na definição de sua homossexualidade e a busca pelo silicone, pois são grupos que têm suas especificidades e em consequência disso uma vulnerabilidade acrescida para a questão da exploração sexual e do tráfico, além de outras questões.

Não nos restou dúvidas em momento algum das dificuldades que encontraríamos para a execução dessa atividade e que eram inerentes a uma pesquisa desse porte, principalmente pelos termos convencionados. No decorrer do texto fomos pontuando essas dificuldades. Algumas precisam ser ressaltadas, tais como o fato de que TODOS os atores entrevistados, indistintamente diziam desconhecer o fenômeno do tráfico, mesmo assumindo a visibilidade para a exploração sexual e o trânsito de pessoas de diversas regiões e estados, tanto chegando como saindo do estado. Interessa-nos observar que a simples palavra "tráfico" já fechava muitas portas ou possibilidades e dessa forma, em vários levantamentos, utilizávamo-nos das mais diversas desculpas e subterfúgios para conseguir as informações desejadas. Exemplificando esse fato, citaremos a visita efetuada em Pero Juan Caballero no Paraguai, onde alegamos para as pessoas visitadas que estávamos fazendo uma avaliação sobre o Conselho Tutelar de Ponta Porã e para tanto precisávamos da colaboração delas. Só assim, conseguimos conversar com as famílias das vítimas e inclusive com uma aliciadora.

Não é estranho observar que a impunidade impera e que nos casos como o da "boate da Samara" e nos outros detectados na pesquisa, ficam evidentes as falhas nas averiguações e investigações, principalmente, na falta de visão para a exploração sexual e/ou mesmo para o tráfico doméstico e internacional de adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual comercial.

Falar sobre as rotas encontradas é falar do fluxo de turistas e das carências sociais de uma população que se submete a todo tipo de exploração para conseguir sobreviver. Nos levantamentos efetuados foram citadas como grandes importadores e exportadores de meninas e mulheres as cidades turísticas (Coxim, Corumbá, Bonito, Aquidauana e Porto Murtinho), as de grande porte (Dourados, Campo Grande e Três Lagoas) e outras como Água Clara, Sidrolândia, Nioaque e Maracajú, todas de Mato Grosso do Sul. É claro que esse fenômeno não se concentra somente nessas cidades. É sabido que o tráfico acontece com uma gama de interlocutores e as rotas são construídas de acordo com a vulnerabilidade da população e objetivando acima de tudo a proteção dos envolvidos; dessa forma, devem existir muitas outras rotas domésticas (dentro de MS), interestaduais e regionais, bem como internacionais. Nessa fase da pesquisa identificamos uma grande relação e migração de adolescentes e mulheres (no e) para os estados de Goiás,

Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Acre, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais e para o exterior foram detectados os seguintes países: Itália, Paraguai, Bolívia, Chile e Espanha.

Muitas entidades se mostraram interessadas em contribuir com a pesquisa e acreditamos que seja por entender a sua relevância. Nesse momento, é imprescindível agradecer a essas entidades e pessoas que conforme suas condições estruturais, comprometeram-se com a possibilidade de auxiliar minimizando uma das dificuldades da pesquisa, que era a falta de estrutura. Ressaltamos o CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã-i, que contribuiu com uma cota de xerox e das Secretarias de Assistência Social, Cidadania e Trabalho (SASCT) e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que nos cedeu um carro para as viagens ao interior do estado.

Não nos restou nenhuma dúvida que a situação sócio-financeira é a maior vulnerabilidade para a prática desse tipo de crime. Em todo o corpo do relatório, podem ser verificados os depoimentos que comprovam essa significativa vinculação. Aqui podemos citar mais algumas que reforçam essa triste realidade.

"O movimento em Campo Grande estava fraco e as contas eram muitas, a partir desta situação foi tomada a decisão de que a melhor saída era a de ir trabalhar em Bonito (Km21) por algum tempo, na esperança de ganhar muito dinheiro". (MNDS)

"Em Coxim é comum, encontrar meninas a qualquer hora do dia vendendo seu corpo para garantir o pão". (Programa Sentinela)

Analisando todos os levantamentos efetuados e a realidade exposta, podemos concluir que o turismo desordenado, sem políticas definidas e claras; a desestruturação e desarticulação dos órgãos de responsabilização, proteção e prevenção (Poder Judiciário Estadual e Federal, Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia Civil e Militar, Polícias Federal e Rodoviária Federal, Promotorias, Programa Sentinela, COMCEX, Secretarias de Assistência Social Municipais e Estaduais e outros); os conceitos “morais” vigentes na sociedade; as questões de gênero e geração, bem como a falta de

políticas públicas que atendam à população de forma igualitária e justa são facilitadores dessa e de outras problemáticas que afetam a população brasileira.

"o turista sexual também é um agente provocador da situação, não existe a oferta se não tiver a procura; boates, wisquerias, motéis fazendas, existem porque a demanda é grande, tem turistas que passam por Corumbá só para conhecer a diversão sexual existente" (representante do Conselho Municipal de Turismo de Corumbá).

Os principais fatores apontados nessa pesquisa como facilitadores para essa problemática foram: a falta de uma estrutura e a desintegração familiar; falta de referências e mudanças nos padrões morais, baixa escolaridade; falta de qualificação profissional; desemprego; falta de perspectiva e de possibilidade na aquisição de bens de consumo, posição geográfica do estado e a divisa com outros estados e países; envolvimento de autoridades e a impunidade; a miséria; publicidade de anúncios e pornografias em novelas e outros meios de comunicação de massa; a facilidade para locomoção de adolescentes; a facilidade para falsificação de documentos; o tráfico de drogas; o turismo desordenado; a falta de políticas públicas e um maior envolvimento do estado brasileiro; a não tipificação do crime e sensibilização para essa problemática pelos setores de responsabilização e a falta de uma legislação mais ampla e clara que contemple a realidade apresentada, corrobora e muito com esse crime hediondo.

Porém, dentre essas, talvez o mais grave seja a falta de visão das próprias vítimas para essa situação de violência e a violação de direitos a que são submetidas. Muitas até negam ou omitem a informação como uma forma de se autoprotger e continuam pensando que são “donas” de suas vidas. Vejamos como uma pesquisadora descreveu a entrevista com uma vítima:

“A dona da boate mandou a passagem através do guichê da rodoviária, junto com M.N.D.S. tinham mais duas garotas que também tinham vindo de Campo Grande para trabalhar numa boate no Km21, em Bonito. Quando chegou na cidade a dona da boate foi busca – las na rodoviária. Chegando na boate todas as bagagens ficaram presas pela dona em um quarto, para as garotas não voltarem para Campo Grande e se tornarem dependentes do estabelecimento. A irmã da dona da boate era a gerente do estabelecimento; era ela quem recepcionava as meninas e fazia quando necessário, algumas mudanças nas garotas (cortava o cabelo, fazia as unhas e também fazia revista nas bagagens e nas meninas, para ver se estavam armadas). Os quartos onde as garotas dormiam eram sujos, raramente se fazia uma faxina no local. As meninas eram de varias regiões do Brasil e o relacionamento entre elas era apenas de trabalho, não existia amizade, existia concorrência. Ao chegar na boate M.N.D.S. fez apenas um contato telefônico para seu companheiro, no primeiro dia que

chegou na boate, depois a dona tomou seu celular e seu cartão telefônico, não podendo mais fazer contato com seus conhecidos. Durante o dia a dona da boate deixava todas as meninas presas e a noite pedia para elas saírem dos quartos para se arrumar e fazer programas e shows para seus clientes; a alimentação era apenas um sanduíche para o dia todo, alegando que as garotas não podiam comer, pois não beberiam e nem fariam seu clientes beber.

No entanto, observemos a resposta seguinte na mesma entrevista: Questionada se havia sofrido alguma violência no exercício da profissão disse que *“nunca sofreu nenhuma violência sexual pois, sempre que percebia que algo de estranho estava para acontecer, tomava as providências necessárias para não acontecer o pior”*. E disse também que: *“o pior momento foi quando fiquei presa na boate (Km21), e o melhor momento foi quando consegui fugir do local”* e acrescentou *“se nem os animais podem ficar encarcerados, porque prender os seres humanos? Se existe justiça para quem prende um passarinho na gaiola, deve também existir justiça para quem prende uma pessoa injustamente”*

Quando utilizamos a Convenção de Palermo, da qual o Brasil é signatário, conseguimos enquadrar 04 (quatro) casos, que nos órgãos de responsabilização tinham sido tipificados juridicamente em outros crimes. Resgatamos também alguns casos com a pesquisa de mídia e as entrevistas realizadas, e assim, pudemos concluir o levantamento dos casos e descrever as rotas, totalizando nessa fase 08 (oito) casos.

Para finalizar essa descrição é importante salientar que além da Convenção de Palermo, citada várias vezes no corpo do relatório, é importante acrescentar que o Brasil aderiu à Comissão das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado e ao Protocolo para Prevenir, Eliminar e Punir o Tráfico de Seres Humanos, Especialmente Mulheres e Crianças. Não podemos, nem devemos esquecer que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes ferem os direitos humanos e, “portanto, exigem um enfrentamento que responsabilize não somente o agressor, mas o Estado, a sociedade e o mercado, que de uma forma ou de outra contribui para vulnerabilizar a situação dos sujeitos violados”⁷².

⁷² Texto: Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar – Maria Lucia Leal.

Como conclusão, sugerimos que seja feita uma reflexão sobre o panorama nacional e, para isso, indicamos o grande compositor Gonzaguinha: *"um homem também chora, se humilha, se castra seus sonhos, seu sonho é sua vida e a vida é trabalho e sem o seu trabalho, o homem⁷³ não tem honra e sem a sua honra se morre se mata, não dá pra ser feliz..."*

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ANDRADE, Ivanise. **Na Rota do Gasoduto - A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Mato Grosso do Sul.**
2. CECRIA, Pesquisa “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes”
3. CIRCO – Comissão Interestadual de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Região Centro – Oeste, folder.
4. Código de Processo Penal , Editora Saraiva, 10ª edição, 1995.
5. Código Penal , Editora Saraiva, 10ª edição, 1995.
6. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/1990
7. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: www.ms.gov.br
8. IBGE: Síntese de Indicadores Sociais 2000
9. IBGE: www.ibge.gov.br
10. IBISS-MS, Relatório “exploração Sexual Infante – Juvenil e o Turismo em Mato Grosso do Sul”. 1998.
11. LEAL, Maria Lúcia P. **Construindo os Fundamentos Teóricos e Metodológicos Sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual: Um Estudo Preliminar.** Brasília: PESTRAFI/CECRIA.
12. NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Reflexões e Questionamento Sobre a Dimensão Jurídico-Social do Fenômeno.**
13. Revista Super Interessante – Edição Especial – “Violência”

⁷³ Nota: Homens e mulheres. Atualmente verificamos um grande número de mulheres que mantêm suas casas e provê (ou tenta) as necessidades de seus familiares.

ANEXOS

ANEXO 01

REF: PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – REGIÃO CENTRO-OESTE.

TERMO DE PARCERIA

Termo de parceria que celebram entre si o Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – Centro-Oeste – IBISS-CO e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Criança e Adolescente – CECRIA, visando compartilhar a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro Oeste.

I – Do Objeto

O presente termo de acordo visa estabelecer parceria entre as partes que o firmam, visando desenvolver a pesquisa sobre Tráfico de Mulheres Crianças e adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro-Oeste, de forma a articular as ações de âmbito regional com a Pesquisa Nacional coordenada pelo CECRIA.

II – Das Competências:

A . Compete ao IBISS:

- ❖ Designar um Coordenador Geral da Pesquisa para responder técnica e administrativamente pelo desenvolvimento do Plano de Trabalho apresentando ao Ministério da Justiça;
- ❖ Supervisionar as equipes estaduais da pesquisa;
- ❖ Capacitar as equipes estaduais e regional nas temáticas e demandas locais;
- ❖ Responder pelo desenvolvimento da pesquisa na articulação com as demais regiões e com a pesquisa nacional coordenada pelo CECRIA, cumprindo as demandas de documentação de acordo com os prazos do Plano de trabalho;

B. Compete ao CECRIA:

- ❖ Realizar a capacitação das equipes estaduais e regionais nos moldes da demanda da pesquisa nacional;
- ❖ Disponibilizar os instrumentais da pesquisa nacional;
- ❖ Assessorar tecnicamente a elaboração dos relatórios parciais e finais disponíveis para pesquisa nacional.

III – Dos direitos Autorais:

A publicação ou uso dos dados resultantes da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Região Centro-Oeste só é permitida após a apresentação do Relatório Final, sendo facultado o seu uso pela Coordenação Regional da Pesquisa Nacional, Ministério da Justiça e Comissão Interestadual de Combate ‘a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Região Centro-Oeste – CIRCO, bem como outras organizações formalmente autorizadas pela Coordenação Regional.

IV – Do prazo de vigência:

A pesquisa da região centro-oeste articulada com a pesquisa nacional tem início em outubro de 2001 e término em julho de 2002.

V – Da Rescisão e Foro:

A rescisão do presente Termo de Acordo se dará quando qualquer das partes não atender as cláusulas nele previstas, elegendo a Comarca de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer litígio decorrente deste TERMO.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes este instrumento em três vias de igual teor e validade, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campo Grande, 27 de outubro de 2001.

Alberto Nicodemos Oliveira Silva
Diretor –Presidente
IBISS-CO

Neide Castanha
Coordenadora Geral
CECRIA

Estela Márcia Scandola
Coordenadora Regional da Pesquisa
IBISS-CO

Maria de Fátima Leal
Coordenador da Pesquisa Nacional-
CECRIA